

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MARACANGALHA**

**“Vilarejos das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia  
na região carbonífera catarinense (1955-1980)**

**Por**

**ADRIANA FRAGA VIEIRA**

**FLORIANÓPOLIS  
2008**

**ADRIANA FRAGA VIEIRA**

**MARACANGALHA**

**“Vilarejos das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955-1980)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Roselane Neckel

Florianópolis  
2008

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

V657m Vieira, Adriana Fraga.

Maracangalha: “vilarejo das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense / Adriana Fraga Vieira; orientadora: Roselane Neckel. – Criciúma: Ed. do Autor, 2008.

176 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, 2008.

1. Prostituição – Criciúma(SC) - História. 2. Prostitutas – Criciúma(SC) – História 3. Criciúma(SC) - História. I.

Título

Bibliotecária: Flávia Caroline Cardoso – CRB 14/840

Biblioteca Central Prof. Eurico Back – UNESC

**Maracangalha: “Vilarejos das desocupadas”: espaço de prostituição e boemia na região carbonífera catarinense (1955-1980)**

**ADRIANA FRAGA VIEIRA**

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

**MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL**

**Banca Examinadora**



Dr<sup>a</sup>. Roselane Neckel - Orientadora e Presidente – UFSC



Dr<sup>a</sup>. Joana Maria Pedro – UFSC



Dr<sup>a</sup>. Sílvia Maria Favero Arend – UDESC

Dr<sup>a</sup>. Cristiani Bereta da Silva – suplente – UDESC

Dr. Hermetes Reis de Araújo – suplente – UFSC



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Bernardete Ramos Flores  
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 10 de setembro de 2008.

*Para Mariana, cujo amor e ternura me deixam  
tão feliz,  
À Júlia, pela oportunidade de um recomeço e  
pelas alegrias de tantas travessuras,  
Ao Marco, pelo sentido que trouxe à minha  
vida e pelo companheirismo que tantas vezes  
demonstrou.  
À Valéria, minha mãe, pela presença cotidiana  
de dedicação e carinho.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à **Mariana**, minha filha, por fazer parte da minha vida e me inspirar continuamente, por suas cartinhas e bilhetinhos de amor e carinho que tantas vezes me fizeram sorrir em momentos em que eu desejava chorar. Por sua paciência nas minhas ausências e nos momentos de cansaço. À **Júlia**, que nasceu em meio à escrita do trabalho, sua presença trouxe mais doçura ao meu dia-a-dia, seus sorrisos e traquinagens, o calor do aconchego carinhoso para a amamentação ou para uma soneca me trazia grande satisfação e vontade de continuar nos momentos em que eu desejava desistir. Ao **Marco**, com quem tenho somado minha vida, por ser meu grande incentivador, por me compreender e ter demonstrado tanto companheirismo nos momentos em que eu estive ausente.

A **Cida**, portadora da Síndrome de Down, por me ensinar que os estereótipos e as limitações, só existem muitas vezes no discurso daqueles que se negam a construir uma alteridade voltada a percepção e ao respeito pelas diferenças. Sua ajuda foi fundamental para a conclusão deste trabalho, pois enquanto me ocupava dele, ela, em inúmeras vezes se ocupava carinhosamente da pequenina Júlia, embalando-a ou contando histórias a seu modo.

Agradeço aos meus pais, **Valéria** e **Erci**, por terem me mostrado o valor do conhecimento e por estarem continuamente ao meu lado.

Algumas pessoas que conheci durante os anos de graduação foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou muito grata à **Dorval do Nascimento**, por me ensinar a fazer história, oferecendo-me oportunidades de crescimento pessoal e profissional. **João Batista Bitencourt**, que avalizou minhas condições acadêmicas e incentivou-me na realização desta pesquisa, foi extremamente generoso ao dispensar seu tempo na leitura e discussão do projeto.

Dedico um agradecimento especial à minha orientadora, **Roselane Neckel**, por ter acreditado no trabalho e ter conduzido esta orientação com grande respeito e competência. Mas acima de tudo pelas palavras de apoio e incentivo, por ocasião dos conturbados meses da licença maternidade. Sua amizade, compreensão e paciência foram fundamentais à conclusão deste trabalho.

À **Joana Maria Pedro**, por ir muito além das teorias e filosofias, partilhando com os alunos suas experiências de vida e auxiliando-os sempre com humildade e respeito. Sua disposição

na leitura desta dissertação e de outros trabalhos me trouxe valiosas contribuições e oportunidades de aprendizado. À **Silvia Arend**, suas considerações por ocasião da qualificação foram muito importantes para a revisão do trabalho, a forma inteligente e construtiva que o fez me trouxeram tranquilidade e segurança. Aos professores do curso de Pós-Graduação em História da UFSC, que muitas vezes doaram seu tempo para além das responsabilidades acadêmicas, compartilhando suas trajetórias e fazendo nossa formação ser também um aprendizado de vida.

Agradeço a CAPES, que financiou o tempo desta dissertação, concedendo-me a oportunidade de realizar o trabalho com tranquilidade. Não posso deixar de mencionar **Maria Nazaré Wagner**, secretária do Programa de pós-graduação em história da UFSC. Sua afabilidade no trato com as pessoas e a presteza no esclarecimento das questões burocráticas me surpreendeu desde o início, angariando meu respeito e simpatia.

Agradeço aos funcionários dos locais onde pesquisei, em especial aos profissionais do Fórum de Criciúma (1º Vara Criminal), onde dediquei a maior parte do tempo de pesquisa. Pela facilidade de acesso aos documentos e a solidariedade manifestada em relação as condições físicas do arquivo, gélido e isolado. As visitas e a descontração de alguns funcionários diminuíram a minha sensação de solidão e inquietude em um arquivo repleto de companhias indesejáveis (insetos), de barulhos inexplicáveis ou de um silêncio por vezes perturbador. Aos funcionários do 1º Departamento de Polícia devo à minha sobrevivência em meio a um arquivo empoeirado e cheio de pequeninas criaturas que ao saltarem das caixas ou dos documentos me tiravam da sonolência ou da letargia em que eu as vezes me encontrava. Agradeço à solidariedade daqueles que perceberam as condições precárias onde eu realizava a pesquisa e me ofereceram um lugar na movimentada sala de recepção do 1º DP, tornando minha estada menos cansativa e mais divertida. No arquivo da Câmara de vereadores e Arquivo Público municipal recebi igual receptividade e presteza, nestes locais encontrei pessoas sensíveis com meus prazos e minhas dificuldades.

Aos amigos do Mestrado, **Maryana Cunha Ferrari e Patrícia Schmidt** pela amizade e as longas conversas em torno da dissertação e da vida diária. À **Cezar Karpinsky**, amigo sincero, compartilhamos juntos as angústias da “entrevista” na volta para casa, sua simplicidade, a consideração que sempre me dispensou e as palavras de apoio me serão sempre uma grata lembrança. As amigas de Criciúma, **Rosilda de Oliveira Locks e Giseli Ribeiro Nunes**, que tornam a minha vida mais equilibrada e divertida. Agradeço à **Tatiane**

**dos Santos Virtuoso**, pela amizade e as descontraídas conversas noturnas na pensão da “dona Anita” em Florianópolis.

Finalmente, agradeço as **mulheres da Maracangalha**, por transformarem meus (pre) conceitos sobre a “vida fácil” e por terem me recebido e oferecido valiosas contribuições para a realização desta pesquisa. A elas o meu respeito e admiração.

## **VIVER DO AMOR**

*Pra se viver do amor  
Há que esquecer o amor  
Há que se amar  
Sem amar  
Sem prazer  
E com despertador  
- como um funcionário*

*Há que penar no amor  
Pra se ganhar no amor  
Há que apanhar  
E sangrar  
E suar  
Como um trabalhador*

*Ai, o amor  
Jamais foi um sonho  
O amor é feroz  
Faz em nós  
Um estrago medonho*

*É por isso que se há de  
entender  
Que amar não é um ócio  
Se precaver  
Que amar não é um  
vício  
Amar é um sacrifício  
Amar é um sacerdócio  
À luz do abajur*

*É por isso que se há de  
entender  
Que amar não é um ócio  
Se precaver  
Amar não é um vício  
O amor é um nobre  
ofício  
O amor é um bom  
negócio!*

*(Chico Buarque de  
Holanda – 1977-1978)*

## RESUMO

Estudo sobre a prostituição na cidade de Criciúma (SC), no período 1955 – 1980. Busca-se historicizar a partir das problematizações contidas no discurso dos poderes constituídos e de outros grupos sociais da cidade, o surgimento da zona de prostituição Maracangalha. Assim, acompanha-se, nos debates da década de 1970, as problematizações, até então inexistentes, em torno da existência da zona de prostituição Maracangalha. Momento em que determinados grupos sociais se articulam para remover da paisagem todas as pessoas e práticas que não se coadunassem com os ideais de salubridade e limpeza, atributos necessários à projeção de Criciúma como uma cidade saneada e moderna. Observa-se, por meio das fontes orais, processos criminais e jornais os debates entre os moradores da cidade, os articulistas da imprensa e o poder judiciário em relação aos limites dos espaços de prostituição na cidade.

Palavras Chaves: Cidades; Prostituição; Modernidade; relações de gênero.

## **ABSTRACT**

Study about the prostitution in the city of Criciúma (SC), in the period 1955-1980. Historicity is looked for starting from the problematic contained in the speech of the constituted powers and of other social groups of the city, the appearance of the prostitution area Maracangalha. Like this, it is accompanied, in the debates of the decade of 1970, the problematic, until then inexistent, around the existence of the prostitution area Maracangalha. Moment in that certain social groups pronounce to remove of the landscape all of the people and practices that if they didn't combine with the ideals of columnist and cleaning, necessary attributes to the projection of Criciúma as a cleaned up city and modern. It is observed, through the oral sources, criminal processes and newspapers the debates among the residents of the city, the columnist of the press and the judiciary power in relation to the limits of the prostitution spaces in the city.

Keywords: Cities; Prostitution; Modernity; gender relationships.

## SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – Das Pensões Para Mulheres às Zonas de Meretrício: Metamorfoses, Cartografias e Imagens da Prostituição na Cidade do Carvão</b> .....	13
1.1 - A Maracangalha na “Minha Criciúma de Ontem” .....	13
1.2 - Eu Vou Para a Maracangalha eu Vou .....	16
1.3 - Dos Bancos da Praça Nereu Ramos o Convite para “fazer nenê” – A Prática da Prostituição no Discurso do Jornal Tribuna Criciumense.....	33
1.4 - A Metamorfose Dos Anos 70 – As “Alegres Mariposas” Batem as Asas e se Insinua por Bairros, Casas de Show, Dormitórios e Hotéis para um “Instante” .....	48
<b>Capítulo 2 - Práticas Regulamentaristas e o Discurso Jurídico sobre a Prostituição em Criciúma</b> .....	76
2.1 - Definindo os Discursos Sobre a Prostituição na Cidade.....	76
2.2 - Definindo os Limites da Tolerância .....	78
2.3 - Prostitutas no Judiciário: O Discurso do Saber Jurídico Sobre o Mundo da Prostituição em Criciúma.....	97
<b>Capítulo 3 - A Maracangalha e a Expansão da Ordem Higiênica no Processo de Modernização Urbana de Criciúma</b> .....	114
3.1 - A Cidade-Carvão na Década de 1970 .....	115
3.2 - As Novas Relações da Maracangalha com a Cidade do Carvão.....	128
3.3 - Os Discursos de Desconfinamento da Maracangalha .....	133
<b>Considerações Finais</b> .....	149
<b>Fontes</b> .....	154
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	160
<b>Anexos</b> .....	167

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### A PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DO CARVÃO

Era uma tarde de outubro de 2002, e lá estava eu na Rua Henrique Laje em busca de elementos empíricos para respaldar a pesquisa que na época vinha realizando como bolsista da iniciação científica. Desanimada pela busca infrutífera de quase um dia de trabalho, parei em um bar e pedi algo para beber. Absorta em pensamentos fui despertada pela curiosidade de um homem que perguntava o que eu estava procurando, já que havia me visto a perambular pelos espaços comerciais da rua a indagar um e outro. Procuo pelos mortos, respondi-lhe meio contrariada. “Chegou ao lugar certo, porque dos mortos tenho muito pra contar”, responde-me ele. A partir dali iniciamos uma conversa, foi quando ele começou a contar-me que o lugar onde estávamos, nos anos 1940, era um pequeno prostíbulo disfarçado de pensão, lugar muito freqüentado por seu pai.

Na reprodução de algumas histórias, demos muitas risadas, eu, ele e os desconhecidos que ali se encontravam a compartilhar do passado. Enquanto escutava sua narrativa, observei as paredes do lugar. Carcomidas pelo tempo, elas ainda falavam muito, falavam por meio da memória daqueles que ali estiveram. De repente me dei conta de como o passado era ainda tão vivo no presente, e o historiador, ao se debruçar sobre arquivos empoeirados, o faz para celebrar a vida, celebrar a plenitude de significações que cercam os acontecimentos do passado. Esse fato me transportou para as palavras de Walter Benjamim: "o narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história".<sup>1</sup> Foi assim que aquela pequena experiência me deixou intrigada e instigada a pesquisar a prostituição na cidade. Naquela noite fiquei a relembrar as inúmeras histórias de um lugar que, creio eu, faz parte da vida e da memória da cidade de Criciúma: a zona de prostituição popularmente conhecida como Maracangalha.

---

<sup>1</sup> BENJAMIM, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.201.

Dois anos após aquela experiência resolvi conhecer “essa tal Maracangalha”. Inicialmente, por meio de um olhar perscrutador, observei sua topografia acidentada, o traçado das ruas estava longe de respeitar as regras do planejamento urbano, as construções denunciavam a ausência da prancheta dos engenheiros ou arquitetos e a decoração feria ostensivamente as normas de qualquer concepção estética burguesa. Iniciei meu estudo exploratório fazendo uma espécie de inventário com o olhar, as casas em muito lembravam a arquitetura predominante nas décadas de 1950 e 1960. Algumas dessas casas ainda podem ser vistas espalhadas pelo centro da cidade, enquanto outras ainda se escondem sob uma fachada luminosa ou colorida, dando a sugestão de que possuem certa intimidade com o moderno. Pequenas à primeira vista, sem luxo, surpreenderam-me em constatar que a divisão de cômodos em nada se assemelha à utilização racional do metro quadrado presente em muitas construções. Mas nada me chamou tanto a atenção, pelo contraste com a paisagem, quanto a figura de um imponente carro branco marca Tempra.<sup>2</sup>

Voltando minha percepção para as casas, deparei-me com uma que em muito me fez lembrar um pequeno cortiço, tamanha a quantidade de cômodos dispostos lateralmente nas áreas circundante a ela, cenário completado por um grande banheiro coletivo. Áreas superpostas denunciavam a necessidade de adequar os espaços aos interesses comerciais. Duas moradoras fitavam-me curiosas, enquanto eu viajava para o passado e punha-me a imaginar aquele local repleto de pessoas culturalmente distintas a misturar odores, sabores, amores...

A prostituição na cidade de Criciúma foi alvo de muitas práticas discursivas. Espetacularizadas ou não, essas representações com certeza instigavam a imaginação de todos aqueles que não conheciam esse microcosmo social mais de perto. Desse modo, fiquei a me perguntar o que realmente estava por trás de inúmeras representações pejorativas, construídas pelos detentores do poder político e social, e aquelas positivadas ou espetacularizadas, que se relacionavam a uma memória popular. Entendendo, porém, que por trás dessa “cortina” ou desse “véu” não estaria uma verdade, mas um emaranhado de restos de vidas do passado que precisavam ser desatados para que eu pudesse adentrar a racionalidade e sensibilidade de um contexto do qual não fui contemporânea, ou seja, se tornar inteligível a mim. Eis o desafio

---

<sup>2</sup> À primeira vista pensei tratar-se de um cliente, mas logo percebi que era um carro de táxi que tinha a Maracangalha como ponto. Tempos depois viria a compreender que a presença do taxista ali era um resquício das relações de outrora, quando a Maracangalha estava em seu esplendor e a rua possuía um ponto de táxi com vários carros para uso de prostitutas e clientes.

motivador do historiador, transformar as fontes em escrita da história, um exercício angustiante, pela lacuna das fontes, mas extremamente apaixonante pela aventura da descoberta. Essa “descoberta”, contudo, não se pretende verdade, pretende-se uma representação possível dos fatos<sup>3</sup>.

Nesse sentido, considerar os objetos históricos como produtos de práticas discursivas<sup>4</sup> significa entendê-los como não sendo naturais, mas resultado de construções culturais. Para compreendê-las, o historiador se coloca no lugar da pergunta que é formulada ao passado, pergunta esta oriunda de suas inquietações, e constrói uma narrativa possível, verossímil com a realidade histórica<sup>5</sup>. Essas reflexões sugerem que a narrativa que tecemos a partir daquilo que nos chegou como fragmentos, não é o passado, mas uma representação dele buscada a partir do diálogo com as fontes. Nesse esforço, adentra em uma aventura detetivesca, como diria Ginzburg<sup>6</sup>, para compor a narrativa com as peças adequadas e assim, construir um tecido histórico coerente, inteligível e, sobretudo, verossímil. Daí a noção de trama na narrativa histórica, pois o “fato nada é sem sua trama”<sup>7</sup>.

A vila de prostituição Maracangalha surge na cidade de Criciúma no final da década de 1940 a partir de uma conjuntura social e econômica bem específica. Criciúma é a cidade sede da região carbonífera catarinense<sup>8</sup>, e desde que passou a centralizar sua economia na exploração do carvão, recebeu, ainda na década de 1940, o título de “Capital Brasileira do Carvão”. O espaço que era até então um vilarejo agrícola cedeu paulatinamente lugar a uma nova paisagem marcada por práticas e discursos vinculados à prosperidade que o carvão podia oferecer. O crescimento populacional da cidade está diretamente ligado à expansão da indústria carbonífera, principalmente no período das duas grandes guerras e na crise mundial do petróleo na década de 1970.

---

<sup>3</sup> VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3ª ed. Brasília: UnB, 1995.

<sup>4</sup> CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

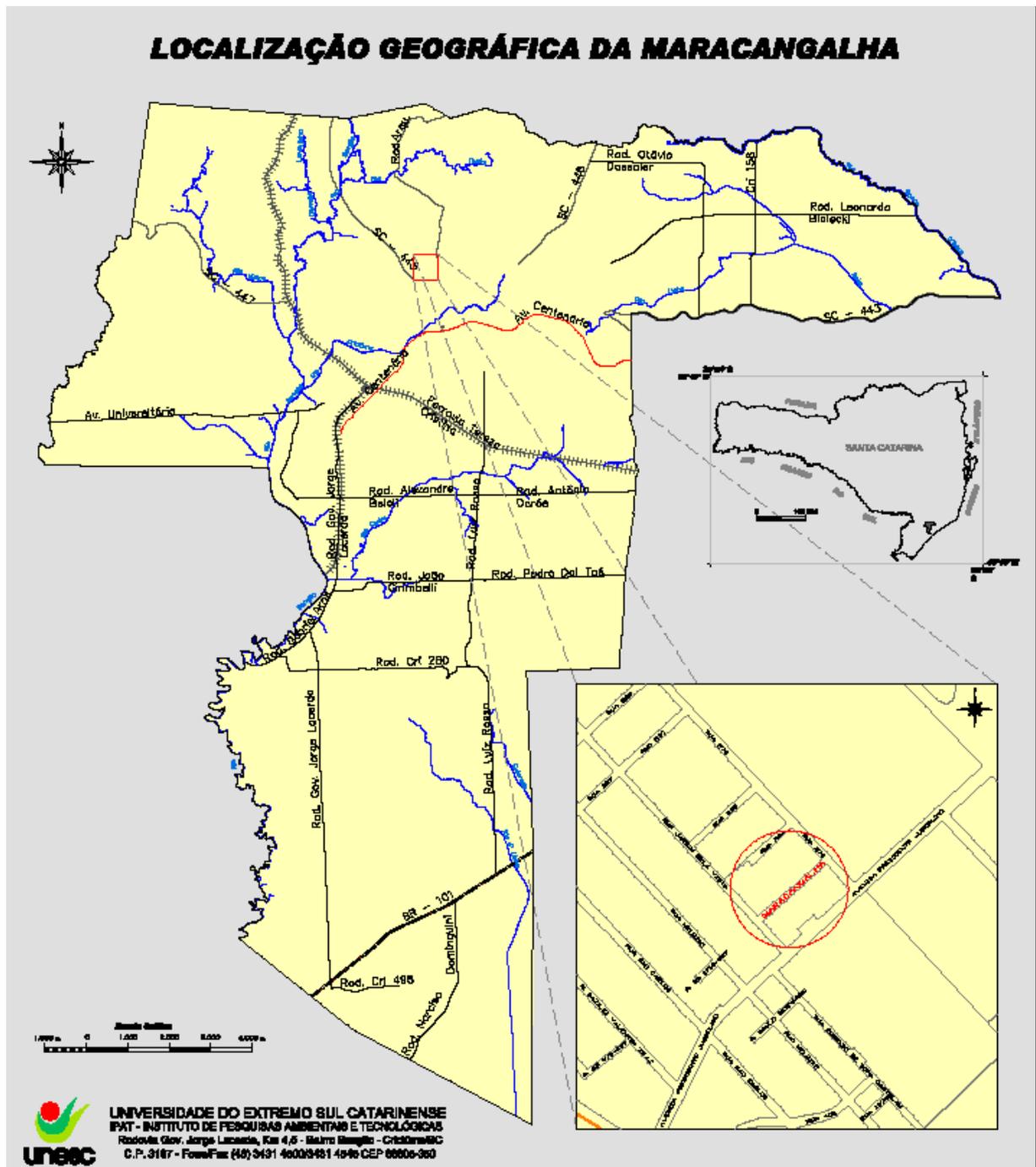
<sup>5</sup> Chartier, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Lisboa: Difel, 1990, p.88.

<sup>6</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>7</sup> VEYNE, Paul. Op. Cit, p. 45.

<sup>8</sup> O conceito de região carbonífera de Santa Catarina abrange cerca de quatorze municípios ligados entre si por meio de interesses comuns à extração do carvão mineral contido em seus subsolos. Dentre estes se destaca Criciúma, Içara, Siderópolis, Urussanga, Nova Veneza e Lauro Müller. Envolvidos com a indústria do carvão estavam ainda os municípios de Tubarão, Capivari de Baixo, Laguna e Imbituba por serem pontos de escoamento ou de transporte do carvão extraído e beneficiado. NASCIMENTO, Dorval do. *A produção histórica e cultural da região carbonífera de Santa Catarina, 1880-1930*. In: **Memória e Cultura do Carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p. 49-61.

Figura 1: Mapa localização Geográfica da Maracangalha em Criciúma (1950-2008)



A Maracangalha é resultado desse contexto econômico e demográfico, momento em que a cidade passa a se representar como a promessa de um novo eldorado. A proposta da pesquisa visa então compreender em que medida as vivências de homens e mulheres envolvidos com a prostituição<sup>9</sup> foram problematizadas pela cidade de criciúma em um

<sup>9</sup> A pesquisa buscou contemplar a prostituição feminina e masculina. Entretanto, a prática da prostituição masculina aparece de forma muito esparsa nas fontes policiais. Nos processos judiciais ou nas crônicas dos

momento de intensas transformações demográficas e urbanas decorrentes da atividade carbonífera. O recorte temporal centrou-se entre o período de 1955 e 1980. Cabe ressaltar que esta não é uma cronologia rígida, em alguns momentos foi necessário recuar ou avançar a temporalidade delimitada para facilitar o entendimento de determinadas questões. O ano de 1955 marca os primeiros artigos no jornal *Tribuna Criciumense* sobre a prostituição clandestina na cidade. É também na segunda metade da década de 1950 que a Maracangalha ganha notoriedade, surgindo então os primeiros processos criminais. O início dos anos 1980 marca a desvalorização da zona de prostituição diante de uma nova conjuntura social e econômica da cidade, mas também pelo surgimento gradual nos anos 1970 de novas possibilidades de fazer sexo. Os processos criminais e as crônicas dos jornais, nos quais a prostituição figura como tema central, constitui a fonte primordial para este trabalho histórico, que utiliza também as fontes orais, os relatórios policiais e os livros de queixas<sup>10</sup>.

De acordo com Rachel Soihet, os processos criminais podem fornecer uma gama significativa de informações ao historiador, como as condições do conflito, as relações de vizinhança, o comportamento dos envolvidos e tantas outras que dizem respeito ao cotidiano da população de baixa renda, mas também “das práticas da justiça e dos valores que norteiam os homens que a exercem”<sup>11</sup>. O fundamental, no estudo com estas fontes, não é ir em busca da versão mais correta ou da “realidade” dos fatos, mas entender “como se produzem e se explicam as diferentes versões que os agentes sociais envolvidos apresentaram para cada caso”<sup>12</sup>. Levando em conta que o discurso jurídico tende a reafirmar os estereótipos de gênero por meio da reiteração discursiva dos papéis normativos<sup>13</sup>, a ser hierárquico<sup>14</sup> e

---

jornais ela é inexistente. De forma que, pela inconstância e inconsistência de informações sobre a prostituição masculina, optamos por não abordá-la neste trabalho.

<sup>10</sup> Atualmente conhecidos como boletins de ocorrências.

<sup>11</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana – 1890-1920. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 12.

<sup>12</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.21-23. Segundo o autor, o importante na leitura de processos criminais é estar atento a fatos e versões que se reproduzem e as contradições entre o discurso judiciário e o discurso popular, isto é, a forma como os episódios são lidos pelos diversos agentes sociais envolvidos e que muitas vezes conflitam entre si porque partem de valores culturais diferenciados.

<sup>13</sup> Ver: GRAVON, Eva Lúcia. **Seduções e Defloramentos**: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis-1930-1940. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. VENERA, Raquel Alvarenga S. V. **Cortina de Ferro**: quando o estereótipo é a lei e a transgressão feminina. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>14</sup> FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Gênero e poder no discurso Jurídico. **Revista de Ciências Humanas**. V.15, n.21, Florianópolis: 37-52, Editora da UFSC. Abril, 1997.

estigmatizador, na medida em que não considera valores morais mais flexíveis ou mesmo diferenciados dos padrões estabelecidos socialmente.<sup>15</sup>

O discurso jornalístico também pode fornecer ao historiador a visão de valores e normas que alguns segmentos da sociedade tinham em um dado momento histórico. Por isso deve ser entendido como representativo das idéias e opiniões de determinados grupos sociais, um espaço de divulgação de modelos de conduta e preconceitos no qual o alcance destas opiniões deve ser sempre relativizado<sup>16</sup>. Por outro lado, seria ingênuo pensar que os discursos propagados pelos jornais não influenciassem as concepções culturais da população letrada, que as recebia por meio da circularidade cultural e as ressignificava a seu modo. A pesquisa constatou que muitas das concepções de moralidade propostas pelos articulistas da imprensa também estavam no discurso da população de baixa renda. Para muitos populares, as experiências ligadas à prostituição são da ordem do inusitado, do desconhecido e por isso mesmo ligada a representações especulativas e/ou fantasiosas, muitas das quais presentes no discurso das camadas abastadas.

No discurso das trabalhadoras do sexo, contrariando inúmeros estereótipos e discursos que as vinculam à doença, à perversão e à imoralidade, encontramos práticas no cotidiano de solidariedade, amizade, amores ou tensões que em nada diferem das ditas mulheres “honestas”. Muitas de suas memórias são marcadas por representações positivadas de vários momentos de suas vidas, em geral memórias ligadas ao que chamam de “bom tempo do carvão”, momento em que tantos os mineiros quanto seus rendimentos tinham presença garantida nos prostíbulos. As prostitutas, ao rememorem momentos de suas vidas, vão buscar apoio nos vários quadros sociais dos quais eram constituintes, o que remete à idéia colocada por Halbwachs de que a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva<sup>17</sup>, entretanto, não é uma memória coletiva congelada e compartilhada pelo grupo. O trabalho com o entrecruzamento de múltiplas narrativas de personagens que vivenciaram o meretrício não se faz no sentido de configurar uma narrativa comum a todos, mas de visibilizar várias narrativas, vários modos de ser e de estar no mundo.

---

<sup>15</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e Botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 20. O autor se refere ao caso de Zé Galego e Paschoal na disputa por Júlia, afirmando que se para a Justiça a briga era fútil, para aquele grupo de pessoas, ao contrário, era compreendida e valorizada.

<sup>16</sup> Ver: MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p.51-140. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 111-113.

<sup>17</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

Antônio Torres Montenegro nos diz que nossa memória é o resultado do entrecruzar de vários quadros sociais nos quais nos inserimos e que se somam cotidianamente as nossas subjetividades, aos nossos pontos de vista que vão se transformando a partir de experiências múltiplas.<sup>18</sup> Ou seja, o indivíduo lembra a partir de uma experiência social compartilhada, mas o conceito de memória coletiva deve ser utilizado com cautela para não induzir a uma homogeneização.

Esse é o questionamento de Alessandro Portelli, para quem a memória só é coletiva quando existe um “controle social”, uma espécie de pressão que faz com que um grupo não queira esquecer determinado evento e passe a rememorar-lo continuamente a partir de uma representação compartilhada do passado. Neste caso, todos os indivíduos desse grupo rememorariam o mesmo evento de forma repetitiva. Esta situação particular foi constatada na zona de prostituição Maracangalha, quando nos anos 1970, o poder municipal, aliado a determinados segmentos da sociedade mais conservadora, imbuíu o aparato policial de um poder excessivo e arbitrário no sentido de fechar definitivamente a vila Maracangalha.

A perseguição durou quase cinco anos e as pessoas envolvidas com o meretrício não entendiam por que o Estado, que não havia até então problematizado sua existência, e que historicamente sempre foi o grande idealizador de um espaço-gueto para a prostituição, agora desejava a sua dissolução. O episódio, as arbitrariedades e as resistências associadas a esse contexto são rememorados por essas pessoas como um bloco coeso de lembranças. E se são evocadas dessa forma, com os mesmos detalhes, é porque compartilharam as mesmas representações e significações culturais das tentativas de fechamento de um espaço que tinham como seu, bem como os prejuízos e conseqüências a ele relacionados.

Para além desses episódios mais localizados onde as memórias se mostram coletivizadas por uma situação específica, entendemos, com Alessandro Portelli, que o conceito de memória coletiva homogeneiza e descarta a “pluralidade fragmentada de diferentes memórias” existentes num mesmo grupo. Para ele, “se toda a memória fosse coletiva, bastaria uma testemunha para uma cultura inteira, sabemos que não é assim. Cada indivíduo, particularmente nos tempos e sociedades modernos, extrai memórias de uma variedade de grupos e as organiza de forma idiossincrática”<sup>19</sup>. O conceito de memória coletiva, construída por Halbwachs dentro da perspectiva positivista, contribui no sentido de

---

<sup>18</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. **Ciência, História e memória:** questões metodológicas. (Trabalho não publicado). Consta da pasta Seminário de dissertação I por ocasião da palestra proferida na UFSC no primeiro semestre de 2006. Ver também:\_\_\_\_\_. **História Oral e Memória.** São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

<sup>19</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): Mito e Política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 127.

pensar a memória como uma representação do passado revisitada por um indivíduo que não estava só neste passado, mas inserido num contexto familiar e social. Por outro lado, nos coloca Henry Rousso que “se o caráter coletivo de toda a memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado compartilhada nos mesmos termos por toda uma coletividade”<sup>20</sup>.

Para reconstituir experiências por meio da memória a história oral é fundamental. A utilização da história oral como método já não representa um fato novo no ofício do historiador<sup>21</sup> e se mostra como uma alternativa complementar aos documentos escritos, outrora considerados como as únicas fontes “verdadeiras” para o trabalho histórico. Entretanto, “lembrar não é reviver, mas refazer”<sup>22</sup>, a memória não revive exatamente o passado, mas o reconstitui, o reelabora a partir de imagens e idéias do presente. Ao refazer os caminhos do passado entrevistador e entrevistado partilham sentidos, cruzam experiências<sup>23</sup> e constroem uma representação de um tempo vivido, reconstrução esta que lida com seletividade: lembranças e esquecimentos, armadilhas, contradições e censuras.

Os territórios da prostituição e os discursos a eles vinculados são marcados por relações de poder, mas não os estou entendendo como relações do tipo arborescentes, para usar a expressão metafórica de Guattari, em que o poder, tal qual a árvore que se projeta imponente e majestosa, se mostra em toda a sua centralidade e hierarquia. Essas relações são entendidas a partir do pensamento rizomático<sup>24</sup>, no qual as relações de poder se operam tal qual as gramíneas que nascem e se alastram a partir de um conjunto de pluralidades, ou seja, o poder é efeito de posicionamentos, um conjunto de estratégias que se exerce no âmbito das relações em que se vive<sup>25</sup>.

O poder, segundo Foucault, não deve ser visto como negador da sexualidade, a formação de certo saber sobre o sexo se deu não em termos de repressão ou de lei, mas em termos de um poder-saber. Esse saber sobre o sexo, segundo ele, constituiu-se a partir dos séculos XVI e XVII. A sociedade ocidental passou a esquadrihar e a definir a sexualidade

<sup>20</sup> ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 95.

<sup>21</sup> LOZANO, Jorge E. Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p.17.

<sup>22</sup> BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

<sup>23</sup> KHOURY, Yara Aun. **Testemunho e Imagem nas Perspectivas de Investigação de Movimentos Sociais**. Programa de Pós-Graduação de História da PUC/SP. 1990.

<sup>24</sup> GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

<sup>25</sup> MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

com o intuito de “iluminar” o que até então era obscuro. O período assiste ao encadeamento de uma série de discursos sobre o sexo produzidos pelas mais diversas instituições como a Igreja, a escola, a família e mais tarde, no século XIX, o saber médico. Essas “verdades” sobre o sexo eram produzidas no interior dos discursos e não visavam proibir a prática sexual, mas normatizá-la e, por conseguinte, constituir sujeitos sexuais em conformidade com a ética burguesa. Esse poder-saber não é unitário, central ou repressor, mas um “poder disciplinar” que se constituiu historicamente por meio de práticas sociais que se exerceram através de observações e rejeições a comportamentos sexuais “inadequados”, quando então são rotulados como patológicos, pecaminosos ou criminosos.<sup>26</sup>

No Brasil, a mulher pode oferecer um serviço sexual específico e o comercializar pela quantia que desejar. O ato de prostituir-se, portanto, não é crime, mas o mercado que se cria em seu entorno sim. De modo que os discursos historicamente constituídos sobre moralidade e sexualidade somados às práticas sociais criadas para viabilizar o comércio sexual, compreendidas como ilegais, reproduzem e dimensionam a prostituta como vítima de um sistema econômico opressor, e sua função um “mal necessário”. Muitos trabalhos, no qual este também se inclui, preocupam-se em desconstruir essa lógica discursiva por meio da produção de novos olhares, abordando a prostituição como uma prática social e cultural e a figura da prostituta como uma trabalhadora do sexo. Do mesmo modo que muitas mulheres oferecem serviços técnicos ou artísticos utilizando a voz, as mãos ou outras partes do corpo, outras podem oferecer um serviço sexual e vendê-lo (o serviço, não o corpo)<sup>27</sup>.

A percepção das prostitutas como sujeitos de Direito e o debate da prostituição como profissão, inclusive já incluída no código brasileiro de ocupações, é fruto, por um lado, do movimento organizado de prostitutas em várias partes do país, que passaram a reivindicar politicamente o direito de exercer a profissão com dignidade e sem perseguições; mas também

<sup>26</sup> FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. Vol.1. - A Vontade de Saber. São Paulo: Graal, 1990.

<sup>27</sup> Para essa discussão ver: PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição na vila Mimososa. **Cad. Pagu**, Campinas, n.25, 2005, p.185-216. PISCITELLI, Adriana. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, 2005, p.7-23. Juliano, Dolores. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. **Cad. Pagu**. Campinas, n.25, 2005, p.79-106. MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1995. SCHETTINI, Cristiana Pereira. “**Que Tenhas teu corpo**”: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.

pelos novos olhares que vêm problematizando a percepção da prostituição como uma relação de exploração e imoralidade.<sup>28</sup>

O tema da prostituição no Brasil já foi objeto de muitos trabalhos com preocupações e enfoques diferenciados, muitos dos quais recortam suas análises entre o final do século XIX e as primeiras décadas republicanas. Período de intensas transformações sociais, políticas e econômicas no cenário das principais cidades brasileiras<sup>29</sup>. Esses estudos ajudaram a entender de que forma a emergência da prostituição liga-se a contextos de mudanças espaciais e demográficas das cidades. Além disso, permite relacionar o alcance e o poder dos discursos e práticas adotadas pelo poder público no combate à prostituição para outros tempos e espaços.

Dentre tantos trabalhos, alguns foram especialmente relevantes para esta pesquisa, pois buscaram focalizar o cotidiano da prostituição e os discursos e representações a ela vinculadas. Em Santa Catarina, trabalhando com a primeira metade do século XX, destaca-se o trabalho de Ivonete Pereira<sup>30</sup> que buscou entender a forma como as prostitutas de Florianópolis respondiam às várias propostas de reordenamento social colocada pelo poder público. No Paraná, o trabalho de Edson Holtz Leme<sup>31</sup> historiciza a Vila de prostituição Matos a partir das imagens e representações construídas pelos poderes constituídos, mas também por meio de uma memória boêmia positivada que se contrapõe aos discursos estigmatizantes.

O trabalho de Margareth Rago, por outro lado, problematiza um determinado imaginário que se construiu sobre a prostituição e a figura da prostituta. Associada à modernidade, independência e liberalização de costumes, a prostituta é tematizada a partir de dois pólos antagônicos: uma mulher fatal e perigosa, porque cheia de artimanhas e subterfúgios, ou como vítima de circunstâncias externas. A prostituta passa a ser um

---

<sup>28</sup> GUIMARÃES, Kátia e MERCHÀN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005, p. 525-544.

<sup>29</sup> Trabalhando com o discurso médico: ENGELS, Magali. 1989; MACHADO, Roberto. 1979; SOARES, Luís Carlos. 1992. Trabalhando com documentos jurídicos: ESTEVES, Martha de Abreu. 1989; CAULFIELD, Sueann. 2000; SOIHET, Raquel. 1989. Pensando as relações entre prostituição e imigração: KUSHNIR, Beatriz. 1994; MENEZES, Lená M., 1992; Por uma história social da prostituição: PEREIRA, Cristiana S., 2002; Pensando as imagens e representações sobre a prostituição: RAGO, Margareth., 1991; LEME Edson H., 2005. Problematizando o cotidiano da prostituição em Florianópolis: PEREIRA, Ivonete. 2004. Todas as referências serão citadas de forma completa ao final do trabalho.

<sup>30</sup> PEREIRA, Ivonete. *As Decaídas*: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004. 139 p.

<sup>31</sup> LEME, Edson Holtz. *Noites Ilícitas*: histórias e memórias da prostituição. Londrina: EDUEL, 2005.

fantasma que todas as mulheres deviam temer e principalmente exorcizar para não ter sua honestidade posta em xeque, pesando ainda sobre sua condição inúmeras mitologias misóginas, como ser passiva, emocional e intelectualmente inferior<sup>32</sup>.

Este trabalho se diferencia da historiografia sobre o tema ao abordar os discursos das camadas populares em relação à prática da prostituição em seus locais de moradia e trabalho. Destaca a prostituição de vila, que atendia a um contexto de funcionalidade moral em contraposição à prostituição de rua ou pensões, vista como clandestina. Aponta-se ainda que o próprio desenvolvimento urbano de Criciúma e região, firmado na indústria do carvão, trouxe muitas peculiaridades à prática da prostituição e à própria forma como a sociedade e os poderes constituídos a perceberam. Por outro lado, este trabalho complementa-se com as discussões apontadas por outros autores que trabalharam com outros tempos e espaços, evidenciando que muitos aspectos dos discursos das camadas abastadas e/ou intelectualizadas de Criciúma em relação à prostituição encontraram correspondência e continuidade naqueles construídos no século XIX, assim como as práticas de controle.

Seguindo as balizas teóricas acima explicitadas divido meu trabalho em três capítulos. O primeiro apresenta a emergência da prostituição na cidade a partir da expansão urbana ocorrida pelo impulso da indústria carbonífera e da diversificação industrial na década de 1970. Discute as crescentes problematizações vinculadas ao crescimento da prostituição clandestina por parte de jornalistas e populares.

O segundo capítulo acompanha a forma como a polícia e o sistema judiciário respondeu as crescentes problematizações propostas por setores diferenciados da sociedade, trabalha com os limites impostos à prática da prostituição pelos poderes instituídos e com o significado da prostituição no discurso dos homens responsáveis em aplicar a lei, os quais divulgavam um certo saber-poder e construía por meio de representações pejorativas a periculosidade das pessoas envolvidas com a prostituição.

O terceiro capítulo discute as novas relações da cidade com a zona de prostituição Maracangalha em um momento de intensas transformações urbanas, tendo como principal objetivo entender por que um espaço até então tolerado passou a ser alvo de intensos questionamentos na década de 1970. Não por acaso, vemos delinear-se nas crônicas dos

---

<sup>32</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

jornais todo um discurso articulado pelo poder público municipal com vistas a transformar Criciúma numa cidade limpa e moderna. No entanto, a imposição de ações saneadoras esbarrava efetivamente nas práticas urbanas desses personagens, constituindo um entrave aos anseios das camadas dirigentes em tornar a cidade um espelho de seus discursos.

## CAPÍTULO 1

### DAS PENSÕES PARA MULHERES ÀS ZONAS DE MERETRÍCIO: METAMORFOSES, CARTOGRAFIAS E IMAGENS DA PROSTITUIÇÃO NA CIDADE DO CARVÃO

Apelidaram a zona de Criciúma  
Com o nome de Maracangalha  
Para freqüentar a zona,  
ninguém precisava de cangalha  
Os homens iam em busca  
de fortes emoções baratas.  
Havia mulheres sensuais  
Fazendo gêneros fatais  
A zona era escondida  
lá no morro do Bainha  
Mas quando chegava a noitinha  
Parecia Roda Vida  
O cheiro de perfume barato,  
Misturado a charuto e cigarro...  
Lá tinha homens empresários,  
Lá tinha cafetões e tragos.  
No morro, a zona era rainha.  
Parecia uma alvorada.  
De tudo lá se encontrava  
Nessa tal Maracangalha. <sup>1</sup>

#### 1.1 – A Maracangalha na “Minha Criciúma de Ontem”

*“Na Criciúma de ontem, o que contava, o que pesava, o que influía e decidia era a indústria carbonífera”, afirmou o médico Manif Zacharias ao escrever suas memórias.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> GOMES, Jailson. **“O Esplendor da Maracangalha”**. Criciúma, trabalho não publicado, (s.d.). Arquivo particular do autor.

<sup>2</sup> ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de Ontem**. 2ª ed. Criciúma: Ed. do autor, 1999, p. 11-19. Manif Zacharias é natural de Curitiba/PR, veio para Criciúma em 01/05/1944 sob contrato para trabalhar na condição de médico na mineradora do “Grupo Jafet”. Foi médico do IAPETEC e atuou em parceria na criação do Hospital Santa Catarina. Foi fundador da Loja Maçônica “Presidente Roosevelt” e do Rotary Club. Permaneceu em Criciúma até 1966, momento em que regressou à Curitiba devido às perseguições que sofrera com o regime

Recorda-se que ao tempo de sua chegada Criciúma era uma “cidade mal saída de uma meninice vilarinha”, apesar de já ser “pomposamente cognominada “capital do carvão”. Cidade provinciana e pacata tanto quanto seu desenvolvimento urbano, uma vez que não se projetavam suas “lindes urbanas, em qualquer sentido, para mais de um quilômetro da Praça Nereu Ramos”. Essa “cidadezinha tímida, modesta, acanhada mesmo” possuía poucas ruas pavimentadas a macadame e estradas “estreitas, sinuosas e quase impérvias”, sem água canalizada ou rede de esgotos. Lembra-se que em dias úmidos os gases sulfurosos, resultantes da combustão espontânea da pirita do carvão, “pesavam, mefíticos, irrespiráveis na atmosfera de toda região”<sup>3</sup>.

Mas foi também nesse período, com o avanço da atividade carbonífera nas décadas de 1950 e 1960, que Criciúma adquiriu de vez “foros de cidade”, “floresceu seu comércio, criaram-se novas e diferentes indústrias, dentre elas a de cerâmica, uma fábrica de enxofre, um enorme curtume e uma metalúrgica. Multiplicaram-se as construtoras. Surgiu o comércio Hoteleiro”<sup>4</sup>. Necessário para acomodar as pessoas que aportavam na cidade atraída pelas suas “potencialidades naturais”. Nas memórias de Manif, “essa gente, tão numerosa, tão diversificada na origem e na procedência, na índole e nas inclinações, suplantou em número, talvez, a população nativa, contribuindo, dessa forma, para descaracterizar a cidade (...)”<sup>5</sup>. De provinciana passou a ter certo ar cosmopolita com a explosão demográfica e a nova lógica urbana que ia se desenhando com o surgimento de “edificações, inúmeras, sólidas, vistosas, de estilo avançado para a época, ocupando vazios, vestindo as ruas da antiga e pequena povoação com roupagem mais cidadina”<sup>6</sup>.

O progresso econômico e o desenvolvimento populacional e urbano emergem nas recordações do memorialista de forma ambígua. Se por um lado o progresso é aplaudido e festejado, por outro é sinônimo de pesar pelos enormes custos sociais e humanos que a exploração do carvão causou aos mineiros e as suas famílias<sup>7</sup>. O memorialista também lamentava nostalgicamente por uma cidade que desaparecia na “voracidade do tempo” perdendo “o ar daquela familiaridade” que a todos aproximava, desfazendo-se “os antigos e

---

militar na cidade. Após 1966 continuou relacionando-se com a cidade, publicou crônica e artigos na imprensa local e escreveu outras obras sobre Criciúma. Em 17/09/1993 recebeu o título de Cidadão Honorário de Criciúma. ZACHARIAS, Manif. **Criciúma – Vultos do Passado e Personalidades Contemporâneas**. Criciúma; edição do autor, 2000, p. 573.

<sup>3</sup> Ibid, p. 12.

<sup>4</sup> Ibid, p. 116.

<sup>5</sup> Ibid, p. 106.

<sup>6</sup> Ibid, p. 59.

<sup>7</sup> Ibid, p. 20.

aconchegantes locais dos costumeiros encontros”. E perdendo-se “para sempre o primitivo encanto da pequena localidade interiorana”.<sup>8</sup>

Ao mesmo tempo em que enaltecia o progresso e o desenvolvimento urbano trazido pelo carvão, também ponderava sobre seus “males”, os quais eram vistos como “inerentes às grandes concentrações urbanas”. Segundo ele, “crescia, então, o número de desocupados, proliferavam os mendigos, alastrava-se a malandragem”. E como que um sintoma dessa condição surgiu a “Maracangalha, eufemismo com que passou a ser designada a nova zona do meretrício, antes confinada quase que exclusivamente à área daquela pequena e discreta habitação, à margem da linha férrea, nas proximidades do bairro “Vinte e Cinco”, chamada “Casa Verde”<sup>9</sup>.

A zona de prostituição ganha espaço em meio às recordações sobre a cidade carbonífera porque ela era parte integrante das construções culturais daquele período, mas também porque foi na metade da década de 1950 que o médico Manif Zacharias pode, graças à existência da Maracangalha, recuperar uma jóia muito estimada que haviam lhe furtado numa noite de verão. A referida jóia foi comercializada “nas rodas boêmias das noites criciumenses”, onde pôde ser recuperada por um amigo que a devolveu.

A comercialização de objetos furtados nos territórios da prostituição evidencia que o mundo da mineração, apesar de servir como atrativo para a expansão demográfica, não conseguiu integrar uma boa parcela da população migrante que passou a viver de forma indireta dos lucros que a indústria carbonífera podia oferecer. As mulheres, em especial, tinham poucas perspectivas de encontrar ocupação “honesta” em uma cidade que vivia do exclusivismo da mineração. Para muitas a prostituição era uma saída possível para a sobrevivência em uma cidade firmada na mão-de-obra masculina. Assim é que o crescimento urbano e o avanço da atividade carbonífera em Criciúma foram acompanhados igualmente pelo crescimento da prostituição na cidade. O período de auge da mineração<sup>10</sup> assistiu ao

---

<sup>8</sup> Ibid, p. 106.

<sup>9</sup> Ibid, p. 75.

<sup>10</sup> Sobre a história e a cultura do carvão nas cidades do extremo sul de Santa Catarina ver especialmente: BELOLLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002. GOULART FILHO, Alcides (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004. NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do Trem: a presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina (1880-1975) - cidade, modernidade e vida urbana**. Criciúma: UNESC, 2004. \_\_\_\_\_. **Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)**. 2006. 242 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. CAROLA, Carlos Renato. **Dos subterrâneos da história: as trabalhadoras das minas de carvão de Santa Catarina (1937-1964)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2002. \_\_\_\_\_. **Assistência médica, saúde pública e o processo**

surgimento de inúmeras formas de prostituição, tais como a prostituição livre nas ruas e em casas de pensões, zonas de prostituição e casas de show. Este capítulo pretende historicizar a emergência e o desenvolvimento dessas múltiplas práticas na cidade a partir, principalmente, da forma como as várias instâncias da sociedade a percebiam.

## 1.2 – Eu Vou Para A Maracangalha Eu Vou ...

“Eu vou pra Maracangalha eu vou (...)”<sup>11</sup>, cantava Dorival Caymmi para compor uma música em 1955. A célebre canção fora inspirada nas aventuras extraconjugais de um amigo. A desenvoltura com que saía para se encontrar com a amante intrigava o compositor que chegou a lhe perguntar que argumento usava para permanecer fora de casa por um ou mais dias: “Dorival, eu digo: ‘nega, eu vou pra Maracangalha’”. Maracangalha é o nome de uma localidade no interior da Bahia onde funcionava uma usina de açúcar e com a qual o amigo de Dorival Caymmi mantinha negócios. Atualmente é um distrito do município de São Sebastião do Passe<sup>12</sup>.

A palavra Maracangalha ficou famosa pelo samba que se tornou um fenômeno musical no carnaval de 1956. Além de designar o nome de um distrito, passou a ser sinônimo de festa e boemia. O novo sentido que a palavra passou a ter e que foi imortalizado pela canção do compositor baiano foi muito sugestivo para a população de Criciúma denominar a nova zona do meretrício que vinha se formando na cidade há alguns anos<sup>13</sup>.

---

**modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)**. 2004. 358 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembleia Legislativa de Santa Catarina, 1984. \_\_\_\_\_. **Vidas Marcadas: Trabalhadores do carvão**. Tubarão: Editora UNISUL, 2001. CAMPOS, Sebastião Netto. **Uma Biografia com um pouco da história do carvão catarinense**. Florianópolis: Editora Insular, 2001. COSTA, Marli de Oliveira. **“Artes de Viver”**: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). Dissertação. (Mestrado em História). 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

<sup>11</sup> Samba. Dorival Caymmi. **Maracangalha**. Faixa 1, Gravadora ODEON, 1957. Disco de Vinil.

<sup>12</sup> PESSOA, André Vinícios. A Utopia Baiana. **Revista Nossa História**, ano 2, n° 21, 08/07/2005, p.37.

<sup>13</sup> Sobre a época de formação da Maracangalha não há consenso. A memória popular data-a do final da década de 1940, no entanto as moradoras do vilarejo afirmam que a casa mais antiga foi construída em 1956 e pertencia a “Maria do Curinga”. O primeiro processo judicial é de 1959 e as fontes policiais relativas a esse período se extraviaram.

Figura 2: Capa do disco Maracangalha (1957)



Fonte: [www.discosdobrasil.com.br](http://www.discosdobrasil.com.br)

Maracangalha não foi o primeiro espaço de prostituição circunscrito em Criciúma, mas tornou-se referência em boemia e diversão para os homens residentes nas cidades de toda a região do extremo sul catarinense<sup>14</sup>. As primeiras casas de prostituição surgiram em um espaço que era relativamente longe da urbanização, no bairro Mina do Mato, a noroeste do centro de Criciúma, em um lugar que recebeu o nome oficial de Jardim Bela Vista.

Maria do Curinga teria construído no local a primeira casa destinada a ser efetivamente um prostíbulo<sup>15</sup>. A ela juntaram-se Maria Cabral, Maria do Bitelo, Maria do Paredão, Maria Apolônia e muitas outras “Marias” dispostas a obter um espaço no lucrativo território da prostituição.

<sup>14</sup> Os processos judiciais registram a existência nas décadas de 1940 e 1950 da “zona estrada de ferro”, local popularmente lembrado como as “casas verdes”. Situava-se na margem direita dos trilhos que margeava o bairro “Vinte e cinco”, atualmente denominado de São Cristóvão, área central da cidade. Esse espaço persistiu até o final dos anos 1950, quando então desapareceu face as constantes investidas da polícia militar em decorrência da presença de menores, do excesso de alcoolismo entre os operários mineiros que se envolviam em “brigas e arruaças”. Padre Manoel lembra que no momento de sua chegada em Criciúma, em dezembro de 1957, havia ainda uma prostituição “bastante fraca” na margem direita da estação central. Segundo suas memórias, a Maracangalha, por outro lado, já era falada nessa época até por crianças, sugerindo que enquanto a zona da estrada de ferro ia desaparecendo, a zona do morro do bainha, por outro lado, já possuía tanta notoriedade que estimulava até mesmo a curiosidade das crianças. Padre Manoel Odorico Francisco em entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira em 23/08/2006.

<sup>15</sup> Francisco Serafim. Criciúma, 30/09/2007. Em entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira. Segundo Francisco Serafim no ano de 1956 ou 1957, quando então ele trabalhava como corretor de imóveis, vendera um terreno a uma mulher conhecida como “Maria do Curinga” lá no morro do Bainha. Ela vivia da prostituição na zona da estrada de ferro. Recorda-se que na época algumas pessoas moradoras do centro que possuíam terrenos no vilarejo ficaram indignadas e acabaram por vendê-los posteriormente.

Figura 3: Demolição da primeira casa de prostituição da Maracangalha (2004)



Fonte: Arquivo da autora

Desde que a primeira casa se constituiu como um ponto de prostituição, todo o quadrilátero da vila não parou mais de crescer. Pois era para a Maracangalha que iam, “todas as noites, os jovens descompromissados e folgazãos” da região carbonífera<sup>16</sup>. Em 1958, o jovem “Varce”, residente na cidade de Orleans, chegou a ser tachado pelos amigos de “perdido” devido a sua animação em relação à Maracangalha<sup>17</sup>. O problema é que a animação diante da prostituição e de toda a diversão que ela poderia significar também atingia aos homens legalmente casados. De modo que extenuar-se com a boemia poderia significar queda de produtividade no trabalho do dia seguinte, desarmonia familiar, possibilidade de envolvimento com brigas, alcoolismo ou jogos condenados socialmente.

Mesmo apreciada por homens solteiros e casados, a prostituição regulamentada dos bordéis da Maracangalha não impedia a existência e o crescimento da prostituição clandestina<sup>18</sup> nas ruas, nos hotéis, em pensões espalhadas pelos diversos bairros e nas casas de shows destinados à população de alta renda. Apesar do enorme crescimento da prostituição clandestina na cidade, a Maracangalha torna-se o lugar preferencial para os mineiros de várias

<sup>16</sup> ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de Ontem**. 2ª ed. Criciúma: Ed. do autor, 1999, p. 75.

<sup>17</sup> Carta enviada de Orleans/SC por Sadi Francisco dos Santos ao Rio de Janeiro para o amigo Sirlésio Coan, que servia o exército em 17/11/1958: “Orleans, novembro de 1958: Prezado colega Sirlézio eu recebi a tua carta e fiquei muito contente (...). O João é sempre o mesmo não quer nada com guria. O Varce teve aqui pelos finado só falava na Maracangalha, ta perdido, eu e o João e o Jutair Bolha vamos lá qualquer dia deixa uns 500, 00 lá para as puta da maraca.” Arquivo pessoal de Zenir de Bona Marchet.

<sup>18</sup> Segundo Cristiana Schettini, já havia desde o século XIX a preocupação com essa diversidade de mulheres circulando pelos espaços da cidade, de modo que se acentuou cada vez mais o interesse em diferenciá-las das mulheres tidas como honestas. Para isso atualizou-se a antiga expressão “prostituição clandestina”, uma expressão ampla e maleável para alcançar não apenas prostitutas, mas também outras mulheres cujo comportamento e valores se mostrassem diferenciados dos padrões normativos. PEREIRA, Cristiane Schettini. **“Que tenhas teu corpo”**: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História). 2002. Campinas: São Paulo, p. 242.

idades carboníferas, que procuravam sexo, mas também outras formas de distração que não encontravam dentro das vilas operárias. Boa parte dos lucros da prostituição e da jogatina clandestina vinha diretamente do salário dos operários mineiros que tinham sua presença na prostituição problematizada pela família, pela igreja e pelas empresas mineradoras que constituíam a força econômica da cidade.

Muitas empresas mineradoras procuraram circunscrever a sua força de trabalho – os operários mineiros e sua família - dentro de vilas operárias, as quais foram construídas para assegurar todas as necessidades, de modo que eles não necessitassem sair em busca de alimentação, vestuário ou mesmo de lazer<sup>19</sup>. Havia uma vigilância que perpassava a vida dos trabalhadores de forma simbólica e não visível, até porque a idéia de crescimento e progresso tinha como princípio nucleador a positividade do trabalho. O trabalho, enquanto valor positivo deveria ser introjetado pelos indivíduos sociais, norteando as suas vidas de trabalhadores para além da submissão à rígida disciplina do tempo no espaço das minas. Enquanto juízo de valor, o trabalho deveria penetrar nas suas vidas familiar e social, de tal modo que o trabalhador civilizado fosse capaz de abandonar os comportamentos e hábitos associados à "ociosidade" ou à "vagabundagem"<sup>20</sup>.

Na prática, porém, a jornada de trabalho se fazia em paralelo com a ida à "esbórnia" e muitas vezes ocupavam totalmente o tempo do trabalhador a ponto de fazê-lo abandonar todos os seus "deveres" familiares e sociais. A presença problematizada dos mineiros em casas de prostituição é anterior à zona de prostituição Maracangalha e a ela não se limitou, ainda que a constância da presença mineira fosse durante muito tempo marca registrada do espaço. Antes da Maracangalha, portanto, os mineiros freqüentavam a prostituição situada nas proximidades da estrada de ferro e possivelmente em outros locais avulsos<sup>21</sup>. Fato que não passou despercebido pelo médico Francisco de Paula em seu relatório sobre os problemas médico-sociais da indústria carbonífera sul catarinense no ano de 1953.

---

<sup>19</sup> COSTA, Marli de Oliveira. **"Artes de Viver"**: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). Dissertação. (Mestrado em História). 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p. 24.

<sup>20</sup> Para essa discussão ver: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.40-43. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**: Cotidiano Operário em São Paulo-1920/1934. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

<sup>21</sup> Entre 1951 e 1953 três processos ocorridos na Zona da Estrada de Ferro ilustram situações envolvendo operários mineiros que possivelmente aconteceram variadas vezes e que devem ter sido corriqueiramente resolvidos na esfera policial. Como o caso do mineiro da carbonífera Próspera cujo apelido era Louro. Amante da prostituta Lavínia, ele estava com ela no quarto na véspera de natal do ano de 1952. Pedro, soldado da polícia, costumava freqüentar Lavínia esporadicamente e igualmente pretendeu com ela passar a noite de Natal. Fardado,

Nesse documento, ele esquadrinhou com seu “olho clínico” a vida das famílias mineiras em seus mínimos detalhes, estudou a vida dos mineiros no âmbito do público e do privado para compreender quais fatores levavam o operário a reduzir a eficiência e produtividade no trabalho das minas. Dentre múltiplos fatores cotidianos como higiene e má alimentação, ele também direcionou seu foco para os “desregramentos da vida”. Os mineiros estariam “em pleno verdor dos seus 25 ou 30 anos” viciados e esgotados em virtude do jogo, da prostituição e da vida boemia a que costumeiramente se entregavam:

A vida boêmia a que certos operários de Criciúma se entregam, alguns mesmo legalmente casados, constitui outro desregramento de vida que concorre preponderantemente para a existência de muitos casos de fadiga entre o operariado da região. Noitadas, alegres em antros sórdidos povoados de infelizes mercadoras em precárias condições de saúde, sub-alimentadas e portadoras das mais variadas enfermidades (...) <sup>22</sup>.

Bebidas alcoólicas, jogos e prostituição, uma conjugação de ingredientes ácidos e explosivos para autoridades e “famílias decentes”, fato que punha em xeque a moralidade, mas também a produtividade e os lucros das “famílias distintas”. A prostituição regularizada e circunscrita a um espaço específico não representava problema para os poderes constituídos. Tornava-se um problema quando a junção dos três elementos – prostituição, jogo e bebidas - produzia uma série de transtornos, muitos dos quais causavam desarmonia na esfera doméstica e queda na produtividade das minas, além de demandar constante intervenção da polícia e do judiciário. No início dos anos 1960, os vereadores debateram o assunto na Câmara, criticando a ação do delegado no tocante à segurança e à moralidade públicas. Sugerem a formulação de uma comissão de legislação e justiça a fim de “conseguir um oficial a Criciúma”; e o envio de correspondência ao governador do Estado e ao secretário de segurança pública para que “ajam no sentido de refrear os abusos do jogo, do roubo e dos vícios” na cidade<sup>23</sup>. Três anos após, defendendo a ação do delegado, o Juiz Francisco May

---

Pedro resolve pôr um fim à disputa retrucando que a casa era pública e que iria voltar com outro policial para garantir sua noite com a meretriz. Como resposta, Louro atraca-se em luta corporal com o soldado que na disputa pela prostituta Lavínia, acaba perdendo a vida. Processo n.273, fls.16 lv.2, 21/01/1953. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

Ou o caso, ainda no ano de 1952, dos irmãos Assunção, que após uma jornada de trabalho nas minas resolveram bebericar com prostitutas na zona da estrada de ferro quando foram revistados e desarmados por policiais. Indignados, os três irmãos resolveram esperar pelos policiais armados de sarrafos em um mato próximo da estação central, a fim de recuperar as facas e canivetes que os policiais haviam lhes tirado. A contenda terminou com os irmãos Assunção na delegacia. Processo n.278, fls.17 lv.2, 03/02/1953. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>22</sup> BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. **Problemas Médicos Sociais da Indústria carbonífera Sul Catarinense**. Rio de Janeiro: DNPM/ Divisão de Fomento de Produção mineral, Boletim n. 95, 1953, p.66.

<sup>23</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Vereador Bianchini Góes em Ata da sessão de 14/12/1961, livro 14.

Filho assim argumentou por ocasião de um flagrante de jogo do bicho dentro da zona Maracangalha:

Desde que o atual delegado de polícia chegou a esta cidade tem procurado extirpar do meio social a referida contravenção, atendendo a vários pedidos de inúmeras senhoras pobres desta região, que vêm o minguado salário do marido corroído pela inflação e pelo jogo do bicho (...). Pelas minhas mãos já têm passado vários “abaixo-assinados” de mães de famílias aflitas, desta cidade e vilas próximas, solicitando seja tomada alguma providência para coibir o abuso da jogatina, requerimentos que tenho invariavelmente encaminhado ao sr. Delegado de polícia<sup>24</sup>.

Pode-se inferir que os mineiros, por representarem nesse período a maior categoria de operários em Criciúma, despertavam mais intensamente a preocupação dos poderes constituídos na cidade quando do “abuso dos vícios”. Mas a vida noturna e o gosto pelos lazeres e prazeres fora do recinto doméstico também seduziam outras categorias de trabalhadores populares, mesmo quando seus rendimentos mensais não lhes permitissem usufruir de certas opções de lazer. Um cabo da polícia militar, por exemplo, passou a ser investigado porque passava notas de dinheiro falsas em casas da Maracangalha, pois “(...) o dinheiro que o cabo ganhava ao tempo da inflação não dava para sustentar a família e custear as despesas da zona do meretrício”<sup>25</sup>. Já João Martins, farmacêutico da Drogaria Catarinense, furtava remédios no plantão noturno e os vendia em farmácias de outras localidades. O gerente “já andava desconfiado de João face a seus desordenados gastos na zona do meretrício em desacordo com seus poucos vencimentos (...)”, de modo que passou a vigiá-lo<sup>26</sup>.

A Igreja Católica também procurou, por meio do aconselhamento, fazer o mesmo movimento de disciplinarização do operariado. Na Vila Operária Próspera, por exemplo, havia a atuação das freiras da Congregação das Irmãs da Divina Providência. Elas desempenhavam papel de moralização e disciplinarização das famílias. Dentre várias ações, aconselhavam o relacionamento do casal, ouviam as queixas das mulheres sobre maus tratos, bebedeira e freqüências na zona do meretrício<sup>27</sup>. Por meio dos sermões nas missas de domingo, os padres também utilizavam a mesma lógica discursiva, ou seja, problematizando a prostituição a partir da idéia de que ela causava a degenerescência física e moral não apenas do homem que a freqüentasse, mas da sua família em geral. Podemos encontrar esse discurso em duas situações distantes temporalmente entre si.

<sup>24</sup> Processo nº 677, Pacote 23/1964, 06/04/1964. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>25</sup> Processo nº 02063.000215-0, Pct 21/1963, 20/03/1963. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>26</sup> Processo nº 020.67.000614-9, Pct. 28/1967, 10/05/1967. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>27</sup> COSTA, Marli de Oliveira. “**Artes de Viver**”: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). Dissertação. (Mestrado em História). 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.71.

Padre Agenor Marques, pároco da igreja Matriz, em meados dos anos 1940 pronunciou-se na missa de domingo sobre um assassinato ocorrido na Zona da Estrada de Ferro envolvendo dois mineiros e uma prostituta<sup>28</sup>. Na segunda metade dos anos 1970, Padre Manoel<sup>29</sup>, pároco da igreja da Próspera, foi procurado por uma grande quantidade de mulheres solicitando sua autoridade religiosa para refrear as constantes idas de seus companheiros para a Maracangalha. Não se tratava apenas de infidelidade conjugal, mas sobretudo nas quantias mensais que os operários mineiros costumavam deixar na zona do meretrício. Situação que poderia se tornar muito problemática quando a tentação de gastar o fruto do esforço de um mês inteiro falasse mais alto.

O Antônio saiu às oito horas da manhã para receber as férias. No final da tarde como ele não veio perguntei a um amigo, você não viu o Antônio? E o amigo respondeu que viu de manhã lá no escritório para receber as férias. Já era madrugada quando o Antônio retornou sem um tostão no bolso. Depois de uns goles no bar da sede e de juntar alguns colegas, o Antônio foi para a Maracangalha e lá deixou o dinheiro das férias. Levamos uns três meses para poder pagar a venda onde comprávamos alimentos (...)<sup>30</sup>.

Muitas esposas de mineiros, mesmo fazendo uso de determinados subterfúgios, não conseguiam refrear os ânimos boemios de seus companheiros, impedindo-os de freqüentar o espaço da prostituição. Assim, para muitos o que restava do salário mensal tinha a bebida ou a zona de prostituição como destino:

Porque tinha homem que só recebia o pagamento ia para a Maracangalha direto. No dia do pagamento não vinham nem em casa, tomavam banho lá, que a Companhia tinha os banheiros, levavam as roupas e de lá iam. Só vinham na Segunda feira de manhã para trabalhar na mina, porque geralmente recebiam o pagamento era em uma Sexta, Sábado e Domingo era Maracangalha direto. (...) era cheio de casa, era uma cidade, então os homens iam tudo para lá, era só Quenga que tinha lá e eles iam tudo para lá. E as mulheres comiam e criaram os filhos porque a Companhia dava aquela ordem do armazém para elas comprarem e fazerem o rancho para o mês e porque os maridos, a maioria botava tudo lá fora naquela maracangalha, aquela maracangalha cresceu, ficou uma cidade foi com os bobos dos mineiros. Olha no fim do ano que sai aquele décimo terceiro, elas botavam uma faixa lá. Salve o décimo terceiro dos mineiros da Próspera<sup>31</sup>.

<sup>28</sup> Processo nº 020.45.000171-7. Pacote 04/1945, 18/05/1945. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>29</sup> Padre Manoel Odorico Francisco. Chegou à Criciúma em 1957 para atuar na Paróquia central da cidade (São José). Em agosto de 1961 foi nomeado para a Paróquia de Nossa Senhora da Salette, no bairro Próspera, que tornou-se um dos principais bairros da cidade, localização da carbonífera Próspera e de uma importante vila operária. Teve muita influência junto à comunidade do bairro, costumava visitar com freqüência as minas e as casas da vila operária. Parte destas informações consta da seguinte obra: ZACHARIAS, Manif. **Criciúma – Vultos do Passado e Personalidades Contemporâneas**. Criciúma; edição do autor, 2000, p. 491.

<sup>30</sup> Maria Beatriz Corrêa Geremias, Criciúma, 20/07/2001, Apud ROMANSINI, Sandra Regina Medeiros. **As mulheres e o filhos do ébrios: a experiência da Vila Operária Nova - 1960-1970**, Criciúma-SC. 2001. 39 p. Monografia (Especialização em História local e regional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

<sup>31</sup> Lurdes Pizzetti, Criciúma, 25/05/1998. Entrevista concedida a Marli de Oliveira Costa.

Os “vales” para as compras de alimentação no armazém do SESI fornecido pelas empresas mineradoras também eram aceitos por prostitutas como pagamento de programas, de modo que para muitas famílias a Maracangalha poderia significar fome e muitas dificuldades financeiras<sup>32</sup>. Nesse contexto, muitas esposas da vila operária Próspera solicitaram ao padre Manoel a devida intervenção por meio do sermão na missa de domingo. Tudo aconteceu quando a Sociedade Carbonífera Próspera ofereceu uma gratificação extra, foi assim que as prostitutas prepararam faixas com o seguinte enunciado: “Salve o sobrelucro da Próspera”. A faixa foi colocada na entrada principal da Maracangalha, despertando a ira e a indignação de mulheres mineiras da vila operária Próspera<sup>33</sup>.

Esse episódio fora talvez o estopim de uma situação que se repetia com certa frequência nas épocas de pagamento do salário, quando então os operários mineiros se tornavam motivo de festa na Maracangalha. O dia 10 de todo mês era o mais festejado pelas prostitutas, mas para os bons fregueses o crédito estava sempre aberto, tanto para consumo de bebidas quanto dos programas. Segundo Maria Cabral, tinha-se “um caderno, tipo de venda sabe, se não era dia dez e eles queriam vim então a gente anotava no caderno, pra pagar no pagamento”. No entanto, quando do não-cumprimento mensal dos valores devidos, o boêmio poderia ter seu crédito e credibilidade rompida e questionada<sup>34</sup>.

Para muitas mulheres mineiras, o dia 10 poderia significar uma série de conflitos e desentendimentos. Algumas ocorrências policiais foram registradas por esposas preocupadas com o desaparecimento de seus homens. Em geral, haviam saído de casa portando o salário do mês ou uma boa quantia em dinheiro. Numa dessas situações, uma esposa preocupada com as despesas do mês presta queixas à polícia sobre o sumiço do marido e do salário. A polícia não teve dúvidas, já que rumou diretamente para a Maracangalha, mas não conseguiu convencê-lo a voltar para casa<sup>35</sup>. Menos sorte teve Valmor, que foi detido pela ronda policial na zona do meretrício, “por sair de sua residência ontem com todo o pagamento e deixar sua família em desespero”, registrando ocorrência policial por desaparecimento de pessoa<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup> Padre Manoel Odorico Francisco. Criciúma, 23/08/2006. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

<sup>33</sup> Maria Cabral da Silva, moradora da Maracangalha. Criciúma, 21/07/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira. A mesma versão foi reproduzido com menor detalhamento por uma moradora da vila operária próspera e consta da seguinte obra: CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História** – As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina (1937 – 1964). Florianópolis: Editora da UFSC, 2002, p. 168.

<sup>34</sup> Maria Cabral da Silva. Criciúma, 21/07/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

<sup>35</sup> Livro de Relatório de Plantão nº 31, 15/03/1974. Arquivo do 1º Departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>36</sup> Livro de Relatório de Plantão nº 25, 10 para 11/12/1973. Arquivo do 1º Departamento de Polícia de Criciúma.

Figura 4: Casas da Maracangalha (02/01/1972)



Fonte: Arquivo do Fórum de Criciúma

Figura 5 – Vista Parcial da Maracangalha (06/12/1962)



Fonte: Arquivo do Fórum de Criciúma

Situações de abandono e permanência na zona do meretrício ilustram alguns processos judiciais. Como o caso de um mineiro que larga a profissão, a mulher em adiantado estado de gravidez e mais três filhos pequenos para trabalhar na zona do meretrício em uma das casas de prostituição como pedreiro. Nesta casa, ele se encanta pelos amores de “Ione”. A confusão acontece quando a esposa descobre seu paradeiro e o encontra no quarto com a referida prostituta. Convicta de sua razão e munida de uma faca pretende obrigá-lo a voltar

para casa a fim de prover a subsistência da família. Foi quando ele “valeu-se de um pedaço de madeira” e posteriormente de uma “mangueira” e aplicou-lhe uma grande surra!<sup>37</sup>

Segundo Maria Lúcia Rocha Coutinho, o homem era estimulado pela sociedade a exercer sua masculinidade dentro e fora do âmbito doméstico. Essa construção discursiva apóia-se na idéia de “necessidade biológica”, ou seja, aos homens tudo é permitido, podem e devem se aventurar com prostitutas, pois possuem maiores necessidades sexuais que a mulher. A dessexualização do corpo feminino enfeixa-se nos discursos de que a natureza biológica da mulher a destinou à maternidade e à domesticidade<sup>38</sup>. O papel da mulher neste contexto era “ser complacente e fazer vista grossa”<sup>39</sup>. Mas o que se pode deduzir pelas aventuras extraconjugais que chegaram até as fontes policiais é que as mulheres nem sempre eram passivas ou tolerantes.

A suposta permissividade das mulheres poderia acabar quando o homem efetivamente não suprisse a família e o lar com as obrigações que lhe eram reservadas dentro do jogo social, isto é, deixassem de provê-la. Foi o que aconteceu com Antonio, mineiro da CBCA<sup>40</sup>, que registrou ocorrência na delegacia contra sua esposa, pois ela vinha cortando-o freqüentemente com uma faca já que ele usava boa parte do salário “para uns encontros com mulheres de vida fácil”<sup>41</sup>. Já Maria, em um jogo de carteadado, “humilhou” o marido diante de outras pessoas ao afirmar que “se ele fosse bem homem” não deixava ela e os filhos passar fome sendo que “para as mulheres de rua ele tinha muito dinheiro e para ela nada”<sup>42</sup>. Mara Rúbia preferiu recorrer à polícia e denunciar o marido, mineiro da Carbonífera Próspera, pois

<sup>37</sup> Inquérito Policial n° 173/74, fls 00, livro 004, 18/07/1974. Arquivo do 1° Departamento de Polícia de Criciúma

<sup>38</sup> Segundo Tomas Laqueur, a idéia da bissexualidade humana é recente. Até o século XVIII, o mundo ocidental só admitia a existência de uma estrutura de corpo humano, o masculino. Nesta concepção, o critério sexual não servia para diferenciar homens e mulheres, já que seus genitais eram iguais, sendo a genitália feminina uma variação da masculina. O esperma masculino que se projetava por meio de um órgão exterior era a indicação de que o corpo do homem tinha maior capacidade de reter a energia vital. A mulher, por possuir os genitais interiorizados, não manifestava a mesma capacidade, sendo pela própria condição da natureza, um ser inferior ao homem. O modelo de sexo único é desconstruído pela medicina científica no final do século XVIII, momento de construção cultural da sexualidade bipolar. O homem e a mulher passaram a ser vistos a partir de suas diferenças biológicas, que eram complementares entre si no que tange à anatomia sexual. Essa visão biológica serviu para alimentar o debate em torno dos papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher, papéis que reafirmam o estatuto biológico e natural de que os homens conduzem os destinos do mundo e as mulheres o lar, a maternidade e a criação dos filhos. LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. Ver também: ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

<sup>39</sup> ROCHA COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: ROCO, 1994, p. 106.

<sup>40</sup> Companhia Brasileira Carbonífera de Araranguá.

<sup>41</sup> Processo n° 020.74.001231-2, Pacote 601/1974, 01/08/1974. Arquivo da 1ª vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>42</sup> Processo n° 505/75, Pacote 109/81, 16/06/1975. Arquivo da 1° vara criminal, Fórum de Criciúma.

ele saía constantemente pela janela quando ela adormecia e gastava em “farras na zona” todo o “dinheiro que se destinava a aquisição da carne”<sup>43</sup>. Marlene Margarida, por outro lado, preferiu “dar o troco”, vinha mantendo relações sexuais fixas com um companheiro de trabalho do marido, ambos mineiros da empresa São Marcos, sendo que posteriormente o abandonou para dedicar-se “a uma vida livre”<sup>44</sup>.

Essa vigilância doméstica não se explica apenas pela sobrevivência familiar. Para além da questão econômica, as esposas poderiam ficar sem o companheiro caso ele caísse de amores por alguma prostituta. De modo que “as esposas para terem os maridos em casa devem cuidar da aparência, do trajar, do aperfumar-se. Se não eles vão pra costeira”<sup>45</sup>.

As mulheres até poderiam questionar a ida à “costeira” ou utilizar subterfúgios e artimanhas para que eles não saíssem em determinadas ocasiões, mas nem todas as mulheres eram intolerantes com as situações boêmias de seus companheiros, muitas das quais originadas pela própria cultura do Botequim. A ida à “costeira”, linguagem conotativa utilizada para designar a ausência doméstica não relacionada com o trabalho, era costumeiramente entendida como a ida ao botequim, espaço onde os homens poderiam extravasar o cansaço de um dia de trabalho. Segundo Marli de Oliveira Costa, referido-se a vila operária Próspera, “nesses locais, conversavam sobre as condições de trabalho, política e mulheres, tudo enquanto bebiam, fumavam e jogavam sinuca”. Nestes momentos, segundo as lembranças de seu pai, os homens também combinavam a ida para a Maracangalha<sup>46</sup>.

A vigilância doméstica em relação à prostituição ou a preocupação em manter uma aparência agradável e sedutora ao companheiro com tendências boêmias não pode ser entendida apenas por questões sentimentais. Muitas mulheres, caso perdessem o companheiro para uma prostituta, não tinham uma profissão que pudesse garantir o sustento da casa e dos filhos. Por outro lado, havia a supervalorização da figura do mineiro que recebia “altos” salários se comparado às demais categorias da cidade.

---

<sup>43</sup> Processo nº 020.75000887-3, Pacote 64/1975, 26/06/1975. Arquivo da 1º vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>44</sup> Processo nº 21/75, Pacote 199/75, 12/06/1975. Arquivo da 1º vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>45</sup> Coisas da Rua. **Jornal Tribuna Criciumense**. 17/06/1972, p. 11. Frase que o articulista do jornal, ao caminhar pela rua, escutou no diálogo entre duas mulheres.

<sup>46</sup> COSTA, Marli de Oliveira. “**Artes de Viver**”: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). Dissertação. (Mestrado em História). 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. p. 132.

No ambiente da prostituição, nem todos os homens eram exclusivamente clientes, muitos eram tratados com familiaridade pelas prostitutas e possuíam absoluta individualidade. A simples relação mercantil não era para todos os clientes, muitos compartilhavam carinhos, amizade e até sentimentos mais intensos. Assim é que as esposas não poderiam ignorar a possibilidade de perder o companheiro para uma prostituta, por isso, não se furtavam a subir no meretrício e ir buscá-los:

(...) Agora tinha força de mulher deles que vinha atrás. Aí elas chegavam aqui, perguntavam pelos maridos, pediam licença para entrar, né. Mas ninguém mexia com elas, porque se deixasse tinha mineiro que passava a semana aqui, tinha muitos que ia daqui trabalhar e depois do serviço voltava de novo. (...) Quando elas chegavam? ah eles iam embora, o dono da casa mandava na hora pra não arrumar confusão e depois elas estavam no direito delas não é mesmo? Então ninguém discutia, só que depois o pau comia em casa com eles, muitos se separavam até. O dono da casa ainda dizia vocês vão conversar<sup>47</sup>.

As prostitutas poderiam transformar uma relação comercial em relação afetiva quando os clientes porventura se encantassem pelos carinhos que ela viesse a lhe oferecer. Alguns clientes poderiam receber tratamentos diferenciados por serem reconhecidos como “bons clientes”, isto é, assíduos, limpos, generosos e carinhosos com as mulheres. Dessa forma, muitas mulheres deixaram a prostituição para viverem maritalmente com seus fregueses mais “especiais” e outras permaneciam na zona de prostituição, mesmo com o surgimento de uma relação mais intensa e promissora. Nesse caso, era costume fazerem um pacto de exclusividade e fidelidade de um para com outro, ou seja, ele não procurava outra prostituta e ela não se oferecia aos outros clientes desde que ele comparecesse com recursos regulares e mantivesse demonstrações de afeto<sup>48</sup>.

Freqüentemente as regras eram quebradas e a violência era a linguagem que (re) estruturava as relações e afirmava a masculinidade ofendida. Foi assim que um mineiro empregado da Carbonífera Metropolitana mudou o trajeto que fazia todos os dias rumo à mina e resolveu ir até a Maracangalha alvejar aquele que havia dormido com sua prostituta<sup>49</sup>. Segundo Ivonete Pereira, o ciúme é um sentimento presente no cotidiano das prostitutas, sendo uma ameaça constante a sua segurança. Elas precisam lidar com ex-amantes não

---

<sup>47</sup> Terezinha Clemente de Oliveira. Criciúma, 21/07/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

<sup>48</sup> Terezinha Clemente de Oliveira. Criciúma, 21/07/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

<sup>49</sup> Relatório do delegado constante do inquérito Policial nº 048/A/71, fls 06 v. 7, livro 003/A, 22/06/1971. Acervo do 1º Departamento de Polícia de Criciúma.

conformados com o fim de um relacionamento e mesmo com o envolvimento de seus homens com outras mulheres<sup>50</sup>.

Figura 6: Mulheres da Maracangalha (casa da Apolônia, década de 1960)



Fonte: Arquivo pessoal de Marigilda Gonçalves Gomes

Apesar dos ajustes de contas em decorrência de acordos não cumpridos, a competição por mulheres era bastante restrita, muitas mulheres e muitos prostíbulo levavam a uma concorrência intensa na disputa por espaço e clientes. Era necessário criatividade e artifícios para manter uma clientela fiel e estável. A ida semanal à Praça Nereu Ramos era uma estratégia de marketing bastante utilizada pelas proprietárias das casas de prostituição. Usando uma maquiagem mais leve para não ruborizar as senhoras “honestas”, elas se expunham para apreciação e deleite dos “cidadãos ilustres”:

Eles conheciam a gente, toda semana a gente tirava pra ir na praça, uma ou duas vez. A noite era uma maquiagem, de dia era outra. A gente usava muita aquela pintura da Helena Rubinstein. A gente ia na Praça desfilar, tomava um sorvete, alguma coisa, a gente ia em cinco, mas tinha outras que ia em oito. Como eu era gerente de uma casa, eu tirava na quarta e na sexta à tarde pra ir. Levava as mais bonitas e ia desfilar. Lá a gente ia muito no café Rio, tomava café, sorvete. E aí os homens passavam pela gente e sussurrava: - A noite eu subo<sup>51</sup>.

Passear pelos cafés da Praça era uma tarefa que merecia planejamento por parte das “cafetinas”. Primeiramente o passeio deveria suggestionar distração e lazer para não

<sup>50</sup> PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas**: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004, p. 114.

<sup>51</sup> Maria Cabral da Silva. Criciúma, 23/06/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

provocar as prostitutas que faziam dos logradouros centrais sua área de atuação. A discrição na maquiagem e na roupa também evitava o olhar vigilante da polícia ou de outros “portavozes” da moralidade. Como o objetivo era atrair os clientes, levavam ao “passeio” apenas as mulheres que tivessem atributos físicos capazes de despertar nos homens o desejo de subir no morro do meretrício ou as mulheres consideradas “novas” na casa. A prática do “passeio semanal à Praça” pode ser entendida como uma forma das mulheres da Maracangalha lidarem com a concorrência dos anos 1970.

As “cafetinas” da Maracangalha não ignoravam a enorme concorrência que surgiu na cidade no decurso dos anos 1970, período em que cresceu o número de mulheres nos logradouros centrais a ofertar serviços sexuais. Sobretudo porque muitos trabalhadores da mineração, após cumprir o turno de seis horas de trabalho nas minas, dirigiam-se à Praça Nereu Ramos e por lá permaneciam parte do seu tempo livre a conversar com os amigos. Segundo o memorialista Aguinaldo Augustinho, as prostitutas costumavam oferecer seus serviços sexuais aos frequentadores da Praça, utilizando a expressão “vamos fazer nenê?”<sup>52</sup>. Essa expressão popularizou-se entre elas porque tornava o convite mais atrativo e menos impessoal<sup>53</sup>. A presença constante da prostituição nas áreas públicas centrais e a excessiva oferta do sexo certamente despertavam a indignação de mulheres que temessem a ida de seus companheiros para a prostituição.

As mulheres das vilas operárias, em momentos nos quais se reuniam para alguma atividade, como lavar roupas nas bicas e riachos de uso comum, costumavam reproduzir as representações da Maracangalha tal qual as escutavam de seus maridos ou das “fofoqueiras” da vila, por vezes fantasiosa e imaginativa. Uma, entre tantas histórias contadas entre elas, dizia que os mineiros colocavam uma nota de dinheiro no chão, a maior que tivesse, se a prostituta conseguisse pegá-la com a vagina, então o dinheiro seria seu<sup>54</sup>. No imaginário popular a memória sobre a Maracangalha liga-se com o “bom tempo” do carvão. Inúmeras representações orais mostram uma Maracangalha esplendorosa, onde os mineiros costumavam “fechar” a zona do meretrício em épocas de recebimento de salário.

---

<sup>52</sup> AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007, p. 148.

<sup>53</sup> Informação obtida por meio de conversa informal com algumas mulheres na Maracangalha em 15/06/2008. Maria Cabral afirmou informalmente que conhecia o uso dessa expressão na Praça. Segundo ela, “fazer programa” era uma expressão evitada pelas profissionais do sexo naquele período, de modo que elas utilizavam a criatividade para fazer a abordagem inovando nas expressões que poderiam ser “fazer nenê”, “dar um instante” entre outras.

<sup>54</sup> Luzia da Silva. Criciúma, 12/08/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

Jorge Feliciano, conhecido sindicalista da região, afirma que essa realidade acabou rendendo fama para os trabalhadores do carvão. Recordar-se que uma vez “correu um boato de que os mineiros, de tanto dinheiro que tinham no bolso por causa do abono de natal, haviam tomado conta da zona, aquela mesma, do meretrício”. Jorge Feliciano achou que não era bom para a imagem da categoria e por isso foi pessoalmente lá conferir. Levou consigo alguns companheiros do sindicato e após a devida constatação afirmou tratar-se de boato<sup>55</sup>. Aglutinados em locais onde o olhar vigilante das mineradoras não podia alcançar, no morro do meretrício, operários mineiros de diversas companhias carboníferas poderiam ser vistos como “focos de agitação e revolta social” pelos empresários, mas também pela polícia, já que estavam em pleno período da ditadura militar.

A preocupação do sindicalista em relação à “imagem da categoria” não era infundada, ele próprio preso pelo regime militar<sup>56</sup>. O fato é que a cidade manteve uma intensa atividade de movimentos populares de esquerda. Os operários promoviam greves, agitações políticas de cunho reivindicatório, exigiam melhorias trabalhistas e eram também amparados pela militância de um sindicato atuante e combativo entre os anos de 1957 e 1964<sup>57</sup>. As lutas e as mobilizações dos mineiros, ceramistas e outras categorias deram a Criciúma um certo ar de intranquilidade, despertando a preocupação dos empresários da época, os quais aliaram-se ao poder público municipal e financiaram a construção de um quartel para acomodar os militares em Criciúma e assim garantir a manutenção do que entendiam ser a “ordem pública”<sup>58</sup>. As truculências de policiais militares na manutenção da “ordem” não tardaram a aparecer na cidade mesmo entre os cidadãos ditos “idôneos”. O jornal *Tribuna Criciumense* aborda a questão “a pedido”, publicando um “alerta” aos moradores de Criciúma:

---

<sup>55</sup> Mineiro na praça era alegria dos comerciantes da cidade. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 17/04/1998. (Coluna JM Memória).

<sup>56</sup> CHAVES, Marisa Therezinha. Era Tempo de repressão: lembranças de uma época. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, SC, v.1, n.1, 2003, p. 67-77.

<sup>57</sup> GOULART FILHO, Alcides; LIVRAMENTO, Ângela Maria Antunes do. Movimento operário mineiro em Santa Catarina nos anos 1950 e 1960. In: GOULART FILHO, Alcides (org.). **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004, p.75-95.

<sup>58</sup> FLORIANO, Paulo César. Os militares na cidade dos mineiros: a instalação do 28º GAC em Criciúma. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, SC, v.1, n.1, 2003, p.103-113. O Tenente José Barbosa Moraes foi entrevistado pelo autor e assim explica as razões que levaram a instalação de uma unidade do exército em Criciúma: “Na década de 70, a cidadezinha de Criciúma começou a crescer e foi... e foi mobilizada pelos sindicatos que existia aqui. Então a transferência do 28º GAC, de São Francisco para Criciúma, foi puramente segurança, porque existia aqui um movimento de mineiros muito forte, existia um movimento de cerâmica muito forte, quer dizer os sindicatos das indústrias que existiam aqui eram fortíssimos. Então, é a estratégia do exército brasileiro, verificou que Criciúma era uma cidade bomba. Então foi a razão principal que esse quartel veio para cá, foi puramente segurança”.

Esta não é propriamente uma crônica... É mais que isto: um alerta para todos os moradores de Criciúma. Embora pareça ridícula estamos falando da polícia militar. (...). Contra a força não há argumento; e contra a força e a ignorância reunidos, menos ainda. Falar categoricamente com alguns deles, só em sonho. Cuidado! Eles sempre têm razão (mesmo não tendo). Confiam-se demasiadamente no revólver e no cacete, quando em seus lugares deveriam usar um livro de boas maneiras e uma cartilha, pois alguns são capazes de assinar-se sob o ainda famoso “dedão por extenso”. Mas finalizando, avisamos: Cuidado com a polícia. Fique sempre longe, pois se ela nos agride, quem nos protegerá? NOTA – A pedra foi atirada, os cães que ladrem<sup>59</sup>.

A publicação dessa e de outras matérias críticas e ousadas para um período extremamente repressivo (1969-1974) beneficiou-se da profunda instabilidade do regime que não demarcava com clareza as fronteiras entre o proibido e o permitido. Característica que avalizava os membros das parcelas intelectualizadas, como os jornalistas, a testarem continuamente os limites da ação<sup>60</sup>. Na Câmara Municipal, os vereadores também debateram a “situação policialesca” de Criciúma, acusando em vários momentos o delegado Helvídio Veloso de “instaurar na cidade o terror policial”<sup>61</sup>.

“O mau uso da farda” no contexto do regime militar poderia ser ainda mais arbitrário em ambientes negados socialmente por discursos que os problematizavam a todo instante. Em plenos “anos de chumbo”, pode-se deduzir que o sindicalista Jorge Feliciano estava preocupado com a possibilidade de conflitos envolvendo mineiros e policiais na Maracangalha. Tendo em vista que a presença dos policiais civis ou militares era uma constante na zona do meretrício, e suas ações, arbitrárias ou não, eram em geral respaldadas pelo sistema judiciário<sup>62</sup>.

<sup>59</sup> A PEDIDO. “O Uso da Farda”. **Jornal Tribuna Criciumense**. Criciúma, 04/12/1971, p. 3.

<sup>60</sup> ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz.. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 320-338.

<sup>61</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Ata do livro 31, na 24ª sessão em 22/05/1973 e na 59ª sessão realizada em 30/10/1973. Arquivo da Câmara de Vereadores de Criciúma.

<sup>62</sup> Em 1968, por exemplo, dois policiais usando da autoridade da farda para obter privilégios em uma das casas da Maracangalha provocaram uma confusão que desencadeou inúmeras violências. Mas o Juiz decidiu que “as violências que nos dizem as testemunhas tem que se levar em conta que em tais circunstâncias não se pode exigir dos policiais, mau pagos, mau orientados, mau instruídos, aquela isenção que seria de se desejar.” Prossegue ele afirmando que “não se pode ignorar também o risco que correm as autoridades policiais, quando da manutenção de ambientes de real perigo como o dos autos”, sendo que muitas vezes é compreensível que “tombam no cumprimento do seu dever.” (Processo nº 020.68.000435-1, Pct 32/1968, 19/04/1968). Em 1974, dois policiais em ronda rotineira na Maracangalha e por razões não esclarecidas no processo resolvem revistar um dos frequentadores que se divertia “em um quarto com uma meretriz”. Em um ato de fúria quando da revista de seus pertences, ele agrediu um dos policiais. O juiz condenou-o a seis meses de detenção porque a revista pessoal é “uma medida rotineira, preventiva e saneadora, de caráter geral e necessária mesmo, num ambiente conturbado, como, sói ser, a zona de baixo meretrício. (Processo nº 020.74.001237-1, Pct 60/1974, 09/09/1974). Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma.

A preocupação em não despertar situações conflituosas com policiais também estava presente entre os proprietários das casas de prostituição, os quais sabiam da necessidade de garantir a convivência policial para afastar o risco das indesejadas vistorias ou outros dissabores com a lei. De modo que manter um bom relacionamento era imprescindível, fazer eventualmente certos “agrados”, colaborar nas inspeções rotineiras e até recorrer à prática da umbanda, principal crença religiosa no meretrício. Medidas necessárias, já que além da autoridade da farda eles também se valiam da força representada pela ditadura militar. Foi assim que em uma revista rotineira na Maracangalha os policiais encontraram um crânio humano contendo em seu interior um pó de cor preta, cabelos, penas e papel com os nomes de três delegados de polícia, um comissário e dois cabos da polícia militar<sup>63</sup>.

Os mineradores, por sua vez, também não queriam ver seus operários envolvidos em conflitos com policiais ou com outros companheiros de trabalho ou de boêmia dentro do meretrício. Tampouco ignoravam que a Maracangalha era freqüentada por mineiros de diversas companhias carboníferas, empresas que ofereciam condições de trabalho, salários e gratificações de forma diferenciada. Informações que certamente eram comentadas e comparadas pelos trabalhadores também em seus eventuais momentos de lazer. O tempo livre deveria ser usufruído de modo a restabelecer as energias para o próximo turno de trabalho dentro das minas, e não favorecer o envolvimento com as perigosas ações reivindicatórias. Mas se para muitos mineiros o tempo livre e o descanso eram eventualmente utilizados para a luta trabalhista, para outros era sinônimo de boêmia, bebida, jogo ou zona de prostituição Maracangalha.

Não se pode compreender a enorme atração da Maracangalha sobre os operários mineiros apenas pela possibilidade do sexo ocasional. Os trabalhadores pobres sentiam-se livres, longe das mazelas familiares sem estar circunscrito ao espaço disciplinado do mundo do trabalho, estavam distantes o bastante dos olhares moralizadores da sociedade, isto é, lá era um espaço onde os excessos eram permitidos e estimulados. Ponto de encontro entre os amigos, tudo se reunia em um só lugar, a cultura do botequim, as mulheres, o jogo, a música e a diversão, elementos que ao se conjugarem eram capazes de fazê-los esquecer da dureza e da difícil tarefa de viver com baixos rendimentos.

---

<sup>63</sup> Inquérito policial n° 099/73, Fls 65, Lv 01, Pct 128/73, 01/05/1973. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma.

Motivo de anedota, preocupação e indignação para uns, entusiasmo e alegria para outros, a prostituição da Maracangalha era problematizada por vários segmentos da cidade e região, contudo, era um território que, aos olhos dos poderes constituídos, preservava a moralidade das famílias. Melhor segregar as “necessidades masculinas” do que deixar esses “antros” proliferarem livremente pelos cantos da cidade. Discurso amplamente defendido pelo principal periódico de Criciúma no período, o jornal *Tribuna Criciumense*, que silenciou-se sobre a prostituição na Maracangalha por quase duas décadas, não se abstendo, entretanto, de divulgar desde o ano de 1955 a prostituição clandestina que crescia desordenada pelas ruas centrais. Muito mais difícil de controlar, uma vez que o ponto de permanência dessas mulheres poderia mudar constantemente, a prostituição clandestina foi alvo recorrente do discurso dos articulistas, os quais buscavam alertar a opinião pública para o que denominavam de “câncer social”.

### **1.3 - Dos Bancos da Praça Nereu Ramos o Convite para “Fazer Nenê” – A Prática da Prostituição no Discurso do Jornal Tribuna Criciumense**

De acordo com as crônicas do jornal *Tribuna Criciumense*, em meados da década de 1950, a prostituição clandestina que tomava a cidade tornava-se uma face espúria do progresso advindo da mineração. Criciúma já não era mais a aldeia sulcada de carros de bois puxando carvão, tornara-se de respeitável relevo!<sup>64</sup> O progresso explicitado na mineração batia às portas da cidade, e junto com ele o crescimento populacional desordenado. Para a cidade do carvão afluíam homens e mulheres procedentes das mais variadas cidades do sul, muitos dos quais eram discursivamente construídos pelos cronistas como figuras “indesejáveis” que afrontavam nas ruas, esquinas e locais públicos a moralidade das famílias cristãs.

O progresso econômico e o aumento populacional foram resultados da década anterior, que marcou uma das melhores fases da mineração por ocasião da Segunda Guerra Mundial<sup>65</sup>. O que motivou o rápido aquecimento da economia carbonífera foi a restrição à

---

<sup>64</sup> “Notas da Vida Mundana”. *Tribuna Criciumense*, Criciúma, 23/05/1955, p.8.

<sup>65</sup> “Década de 40 marca uma das melhores fases da mineração”. *Jornal da Manhã*, Criciúma, 24/02/1998. (Coluna JM Memória)

importação do minério, fato que induziu o governo federal a oferecer uma série de subsídios à indústria carbonífera no sentido de garantir o funcionamento dos serviços que necessitassem do carvão, sobretudo os serviços de transporte ferroviário e marítimo<sup>66</sup>. Os investimentos no setor carbonífero trouxeram outras empresas mineradoras, bem como a ampliação de investimentos no aparelhamento das minas já existentes e a compra de modernos instrumentos de extração e beneficiamento do carvão<sup>67</sup>. Com o repentino aumento da produção de carvão por ocasião da Guerra fazia-se necessário obter mais trabalhadores para as minas. A vinda das pessoas das cidades e vilarejos vizinhos já não era suficiente e os empresários do setor buscaram a solução divulgando ofertas de emprego nas minas de carvão em jornais de várias cidades e capitais do país<sup>68</sup>. Esse contexto levou a população geral de Criciúma, urbana e rural, a quase dobrar, crescendo praticamente 90% entre a década de 40 e 50<sup>69</sup>. A expansão urbana foi tanto ou mais significativa se considerarmos ainda a probabilidade desses números serem ainda maiores em decorrência da população flutuante, residente em pensões, hotéis e prostíbulos, não estar incluída nesses números.

Em meados da década de 1950 a prostituição já existia enquanto prática na área central, mas as possibilidades econômicas do período somadas ao aumento populacional e urbano certamente contribuíram para atrair mais mulheres dispostas a atender uma demanda crescente de homens interessados em pagar por uma relação sexual. Além disso, a década de 1950 também assiste à extinção gradual da zona de prostituição denominada popularmente de Estrada de Ferro. Espaço situado na margem direita dos trilhos no sentido do bairro Próspera em meio a uma urbanização que se expandia, razão pela qual vinha sofrendo constantes investidas policiais.

Esse contexto dificultava a sobrevivência diária de inúmeras mulheres que vivenciavam a lenta e gradual extinção dessa zona de prostituição, levando-as a se reorganizarem na constituição de uma nova zona de prostituição, desta vez bastante afastada da área central, lá no alto do morro, que no dizer do poeta, elas seriam rainhas. Com uma clientela fixa e estável, constituída por operários da indústria carbonífera, elas não tiveram

---

<sup>66</sup> “Produção de carvão aumenta em 600% depois da 2ª guerra”. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 25/02/1998. (Coluna JM Memória).

<sup>67</sup> Década de 40 marca progresso de carboníferas catarinenses. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 02/03/1998. (Coluna JM Memória).

<sup>68</sup> Carboníferas catarinenses atraem mão-de-obra de outros Estados. **Jornal da Manhã**, Criciúma, 06/03/1998. (Coluna JM Memória).

<sup>69</sup> Dados do IBGE, na década de 1940 a população total – urbana e rural era de 27.753, na década de 1950 passou a 50.854 habitantes.

maiores problemas para recomeçar. Muitas, porém, preferiram instalar seus pontos de trabalho nas ruas centrais da cidade, constituindo o que a polícia denominava de prostituição clandestina.

O crescimento econômico e demográfico somado ao enfraquecimento da prostituição na zona da Estrada de Ferro trouxe para a área central da cidade uma série de práticas e costumes que os antigos moradores não estavam habituados a presenciar, práticas que passaram a ser cada vez mais publicizadas pela imprensa. Entretanto, antes de 1955, ano da primeira edição do jornal *Tribuna Criciunense*, Criciúma não possuía uma imprensa solidificada com constância para nos fornecer a visão que determinados segmentos da sociedade tinham sobre certos valores e normas<sup>70</sup>. A prostituição clandestina não aparece tematizada nos breves periódicos que circularam antes do jornal *Tribuna*, fato que não indica a sua inexistência, já que os vereadores debateram o tema em 1951. Ano em que o vereador Bianchini Góes foi procurado por moradores de uma determinada área central da cidade, a qual estaria sofrendo a invasão de mulheres “de reputação péssima”, constituindo dessa forma “uma afronta às casas de família” ali residentes. Propôs o vereador que fosse constituído uma comissão para tratar do problema juntamente com o Delegado de Polícia<sup>71</sup>.

Já havia, portanto, uma prostituição clandestina na área central que não aparece enquanto um problema nos jornais ou nos processos criminais da época, indicando, talvez, que seus contornos não eram preocupantes a ponto de dispensar olhares mais atentos. Olhares que poderiam estar sendo captados e direcionados para outras questões, já que aquele era um período de euforia econômica, a cidade havia sido projetada nacionalmente pelo carvão, as possibilidades de emprego nas minas ampliaram-se consideravelmente, contribuindo para uma crescente complexificação da estrutura urbana. Entretanto, mesmo com o crescimento das vilas operárias, a área central, constituída pela Praça Nereu Ramos e ruas adjacentes, continuou a ser local de residência das famílias tradicionais, dos comerciantes e profissionais liberais como médicos, advogados ou jornalistas<sup>72</sup>, os quais empenhavam-se em divulgar uma

---

<sup>70</sup> Antes de 1955 circularam na cidade alguns periódicos que dadas as dificuldades financeiras tiveram vida curta. Os principais foram “*O Mineiro*” que circulou durante o ano de 1926. *O Frege*, um quinzenário publicado a partir de 1945 e cujos exemplares não existem no arquivo histórico. *Folha do Povo* foi um semanário inaugurado em 24/12/1950 e que circulou até 1953, sendo que somente estão em arquivo os exemplares do ano de 1952. MACHADO, Agilmar. **História da Comunicação no Sul de Santa Catarina**. Criciúma: BTC Comunicação, 2000.

<sup>71</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Vereador Bianchini Góes em ata da Sessão em 28/12/1951. Livro nº 09, p. 100.

<sup>72</sup> NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)**. 2006. 242 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto

forma de uso da cidade cujos códigos eram incompreensíveis às camadas populares. Uma forma de uso que passou a ser sistematicamente divulgada pelo principal jornal da cidade no período, o *Tribuna Criciumense*.

Fundado em 02/05/1955 por José Pimentel, tinha uma periodicidade inicialmente semanal, posteriormente diária. Inicia seu primeiro número com a declaração de que é um jornal apolítico, não possuindo vínculo econômico com grupos ou pessoas. Tendo “por único objetivo lutar, sem desfalecimentos, pela solução de inúmeros problemas inadiáveis, que o progresso material de nosso município está a exigir”<sup>73</sup>. E para não deixar qualquer margem de dúvida acerca da transparência e imparcialidade de suas notícias publicava junto a sua denominação a frase “um semanário sem quaisquer ligações políticas ou financeiras”, trocando-a no final da década de 1950 para “um jornal independente”.

Sem ser um jornal politicamente partidário, ao menos explicitamente, também não podemos caracterizá-lo como um jornal popular ou operário, uma vez que sua linha editorial buscava noticiar a vida administrativa, social e econômica da cidade, destacando as figuras sociais ou políticas mais proeminentes. Registrava falecimentos, casamentos, bodas, aniversários, formaturas, todo tipo de solenidade que se relacionasse com pessoas que possuíssem alguma visibilidade política, social ou econômica. Com espaço, evidentemente, para informações nacionais e do contexto da região carbonífera, especialmente relacionadas à indústria do carvão. Era em suma um jornal de elite, cujas informações veiculadas sintonizavam-se com os interesses e anseios das camadas abastadas e/ou dirigentes. Tanto que ao justificar, no ano de 1959, o aumento de preços da assinatura e do exemplar avulso pede a compreensão do povo cricumense, mas “em particular ao comércio e a indústria”<sup>74</sup>, evidenciando quais eram, nesse período, os maiores consumidores do jornal.

Era para a inépcia dos serviços urbanos que a *Tribuna Criciumense* costumava fixar sua crítica política, se abstendo, entretanto, de denunciar esta ou aquela administração municipal, mantendo uma postura crítica quanto ao oferecimento dos serviços urbanos básicos, divulgando a sua ineficácia, deficiência ou total ausência sem envolver-se com perigosas questões político-partidárias. Os problemas urbanos, físicos ou morais eram

---

Alegre. p. 84. Segundo o autor: “Em vista da manutenção de sua identidade e interesses, os habitantes do centro da cidade lançaram mão de diferenças em relação aos grupos de trabalhadores que chegavam para trabalhar nas minas, para afirmar sua própria origem e distinção”.

<sup>73</sup> Apresentação. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 02/05/1955, p. 1.

<sup>74</sup> Preços. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05/01/1959, p.1.

divulgados semanalmente em colunas intituladas *A Cidade em Revista*, *Reverberando* ou *A Crônica da Cidade*, por articulistas como Sylvio Bittencourt, Sebastião Pieri, Jair Motta e Ézio Lima.

Ézio Lima<sup>75</sup>, em sua coluna semanal sobre a cidade, dedicou certa atenção em prol da moralidade e ordem pública, denunciando a participação de Criciúma num comércio marginal ao progresso do carvão, envolvendo a negociação de prazeres múltiplos: prostituição, jogos, brigas de galo, bebidas... Afetada pelo progresso, a cidade passou a produzir as suas chagas, verdadeiros “aleijões morais” estavam a “mercadejar suas torpezas”, proliferando livremente pelos antros e cantos mais obscuros da cidade. Para o articulista o fato que estaria a agravar ainda mais o “câncer” social que comprometia a parte distinta da cidade era a repulsa que o povo vinha sentindo pelo trabalho honesto e o gosto cada vez mais acentuado pelos divertimentos<sup>76</sup>. Na ética capitalista, o tempo do não-trabalho, do divertimento, associa-se com o tempo de vadiagem e imoralidade. Nesse discurso, o trabalho é o remédio contra a degenerescência moral do indivíduo que não devia utilizar seu tempo livre com prazeres condenados.

Uma vez identificado o problema pelo olhar do cronista, a ordem era erguer uma muralha simbólica em torno dessas práticas ilícitas. A imprensa assumiu em parte a construção desse muro invisível por meio de constantes artigos que visavam à pedagogização dos costumes. Os artigos eram justificados porque seus propósitos, diziam os articulistas, era o bem estar da coletividade social, ameaçada que estava pelos “cancros sociais” – prostituição e jogo. Os articulistas escreviam movidos por visões de mundo que certamente eram compartilhadas por aqueles que tinham acesso à leitura dos jornais, ou seja, uma pequena parcela letrada da população<sup>77</sup>, muitos dos quais constituintes dos poderes públicos ou econômicos da cidade.

Empenhados em alertar a população incauta para os perigos da *urbe*, os articulistas abordavam esporadicamente o assunto da prostituição clandestina que se espalhava pelas ruas principais da cidade. Suas críticas dirigiam-se, sobretudo, às “pessoas despudoradas, impudicas por instinto, por vício ou hábito, que constituem a escória da sociedade”, estas

<sup>75</sup> Jornalista da região carbonífera, nome conhecido na área de comunicação do sul do Estado. Dirigiu as rádios Eldorado e Difusora de Tubarão e Criciúma atuando como diretor comercial e redator. Faleceu realizando uma entrevista na rádio Difusora de Criciúma em 19/12/1969.

<sup>76</sup> ROLLIN, Célio. A Malandragem. *Tribuna Criciumense*, Criciúma, 23/05/1955, p.1.

<sup>77</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1988, p.121-139.

deveriam ser severamente combatidas a fim de evitar a “contaminação da parte sã”<sup>78</sup>. Esta profusão de rostos anônimos que para cá afluíam trazendo também suas “torpezas” estavam a se misturar perigosamente às pessoas de bem e, por conseguinte, na opinião do articulista, a contaminar a parte “sã” da sociedade.

Segundo Claudia Mauch, os jornais constroem a periculosidade de alguns grupos sociais que não se enquadram em suas concepções de ordem e moral, tratando as camadas populares como um “outro” carente de educação moral e o crime como uma doença que contamina preferencialmente os indivíduos degenerados pelo álcool ou pela imoralidade. Um perigo que ronda a sociedade, podendo contagiá-la através de alguns canais de dispersão que são, por exemplo, as prostitutas<sup>79</sup>. Trabalhando com estereótipos estabelecidos historicamente sobre a figura da prostituta, os jornais seguem repetindo e reiterando “verdades”, as quais, no dizer de Lilia Schwarcz, criam e recriam “consensos que a cada repetição necessitam de menos explicações. São verdades, verdades de um espaço inquestionável, páginas e páginas escritas de um poder talvez igualável ao de um Xamã”<sup>80</sup>. De modo que o jornal não lida apenas com os valores e normas já estabelecidos socialmente por certos grupos ou pessoas, ele também os manipula levando em conta determinados interesses.

E o interesse de certos articulistas da cidade era afastar da área central as prostitutas e todo perigo social que elas imaginariamente representavam. Nesse sentido, as pessoas que carregassem no semblante e nas maneiras de portar-se as marcas da promiscuidade não eram bem-vindas no seio da sociedade “sã”, pois o perigo do contágio era uma possibilidade preocupante. Segundo Ézio Lima, comentava-se por toda a parte os lugares impróprios à passagem de senhoras e crianças devido às cenas que lá eram protagonizadas por “simples trastes de serventia comum”, já que “as mulheres prostitutas exercem quase que ampla liberdade para se acomodarem onde melhor lhes aprouver ou vagarem pelas ruas e esquinas quando julgarem de seu critério”<sup>81</sup>.

Na década de 1950 a Praça Nereu Ramos e suas ruas adjacentes, além de endereço das famílias “distintas”, era também a extensão de suas casas, onde a intensa relação de

<sup>78</sup> Publicações Obscenas. **Tribuna Criciunense**, Criciúma., 03/10/1955, p. 8.

<sup>79</sup> MAUCH, Claudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul/ EDUNISC/ANPUH – RS, 2004, p. 114.

<sup>80</sup> SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro**. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 248.

<sup>81</sup> LIMA, Ézio. Câncer Social. **Tribuna Criciunense**, Criciúma, 12/09/1955, p. 8. (Coluna – A cidade em Revista)

vizinhança favorecia nos períodos noturnos intermináveis conversas, ocasionalmente dispersadas pela vigilância das brincadeiras infantis ou dos namoricos empreendidos em janelas ou portões. De dia ou de noite, a Praça Nereu Ramos atraía as famílias para a vivência da fé católica na igreja Matriz, para a sociabilidade nos bares, cafés ou no cinema Rovaris<sup>82</sup>. A área central não se constituía, então, apenas como local de moradia para esses segmentos, mas, sobretudo, como um local de lazer e de convivência com o mundo da rua<sup>83</sup>.

A preocupação em delimitar espaços higienizados para as famílias já existia na Europa e no Rio de Janeiro desde o final do século XIX. Em Florianópolis, esse movimento configurou-se no início do século XX, estando relacionado também com a crescente visibilidade de prostitutas nos espaços centrais<sup>84</sup>. Nesse sentido os jornais contribuía para sedimentar a idéia de que os espaços públicos centrais eram considerados territórios de famílias distintas, as quais não viam com bons olhos a mistura de corpos na cidade. Por outro lado mostrava às mulheres “honestas” que o pudor e a discrição no portar e no vestir-se eram prerrogativas de mulheres “decentes”, que deveriam estar atentas aos lugares por onde caminhavam e ao seu comportamento de modo geral, sob pena de serem confundidas com as prostitutas<sup>85</sup>.

Os jornais não foram os únicos a utilizar a idéia da prostituta como contraponto à mulher honesta no sentido de normatizar condutas, esse estratagemma era importante porque “(...) ao estabelecer nítidas diferenciações entre as duas figuras femininas, polarizando-as, a sociedade burguesa encontrou meios para defender-se da ameaça apresentada pela prostituta –

---

<sup>82</sup> Sobre a Praça Nereu Ramos ver: VIEIRA, Adriana Fraga. Praça Nereu Ramos: Espaço simbólico onde tudo acontece. Anais do Seminário Interdisciplinar dos Cursos de Licenciatura da UNESC: Inclusão e exclusão na educação, 02 a 06/06/2003. Criciúma: UNESC, 2003. AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007.

<sup>83</sup> Raquel Soyhet estudando a criminalidade feminina no Rio de Janeiro entre 1890-1920 observa que já havia desde fins do século XIX empenho em expulsar as prostitutas das áreas centrais da cidade em vista dos ideais de salubridade pública, mas também “e, em última instância, aos interesses da burguesia que buscava garantir tal espaço para seu convívio exclusivo”. SOYHET, Raquel. **Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 208.

<sup>84</sup> Ver: NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003, p. 49-64. \_\_\_\_\_. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, p. 82-86. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 159. PEREIRA, Ivonete. **As decaídas: prostituição em Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004, p. 23-61.

<sup>85</sup> Os discursos que os jornais apresentam em relação à prostituição somam-se a outras imagens que formam um conjunto de representações que delimitam o comportamento ideal para as mulheres, sobretudo para as mulheres das camadas abastadas. Assim é importante relativizar o alcance dessas imagens na vida das mulheres das camadas populares, já que estas não pautavam suas vivências a partir de valores que são intrínsecos à lógica burguesa. PEDRO, Joana Maria. *ibid*, p. 111-113.

mulher imaginariamente livre, descontrolada e irracional”<sup>86</sup>. Imagens que na opinião de Margareth Rago contribuíam simbolicamente para limitar a liberdade da “mulher honesta” em relação à presença da meretriz. Por outro lado, ao tematizarem a prostituta em relação às mulheres “saudáveis” e “honestas”, esses discursos não estavam apenas contrapondo pedagogicamente as duas figuras femininas, mas também mostrando certa inquietude em função dos novos comportamentos femininos ostentados em certas atitudes públicas de mulheres no espaço urbano<sup>87</sup>.

Para os articulistas da imprensa de Criciúma, a prostituição era uma das mazelas da sociedade, no seio de onde nasciam todos os criminosos e vagabundos, e as prostitutas:

(...) uma classe infeliz, que teve o concurso do homem para se tornar desgraçada (...). somos até levados pela nossa concepção da vida a olhar para essas criaturas infelizes não somente como vítimas da luxúria e de seus próprios apetites, mas como resultantes de lares infelizes, de famílias desorganizadas, de uniões impensadas, de falta de prática do verdadeiro espírito de piedade no seio das famílias, causas suficientemente fortes para gerar esses aleijões morais (...)”<sup>88</sup>.

A grande causa da prostituição, na opinião do articulista, é a desagregação dos laços familiares que jogam essas “infelizes” mulheres para a vida fácil, mas não deixa de mencionar que elas também são vítimas dos “apetites luxuriantes” dos homens, os quais tiveram uma importante parcela de contribuição para “desgraçá-las” ainda mais. Seja como for, o fato é que essas mulheres, tidas como “aleijões morais”, estavam infringindo determinados valores consagrados pela ética burguesa, vestidas de forma espalhafatosa, perambulando pelas ruas centrais, elas causavam verdadeira ojeriza ao transporem o vício e o prazer para o espaço público da cidade. Espaço esse que também reproduz os valores e posições de poder de um grupo dominante, os quais denominavam hierarquicamente lugares lícitos e ilícitos na cartografia urbana<sup>89</sup>.

No ano de 1957 o tema da prostituição foi novamente abordado pela mesma coluna, pois as medidas saneadoras não surtiram os resultados esperados, e as meretrizes lá estavam novamente a desafiar a preservação da moralidade pública. Tudo acontecia, “em certos locais da cidade, em particular algumas esquinas, que são escolhidas por essas

<sup>86</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 40.

<sup>87</sup> GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. **Cad. Pagu**, jul./dez. 2004, no. 23, p. 121-147.

<sup>88</sup> LIMA, Ézio. “Câncer social”. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 12/09/1955, p. 8. (Coluna – A cidade em Revista).

<sup>89</sup> SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cotidiano Popular e tensões nos prostíbulos (Campina Grande - 1930-1945). **História Hoje**: Revista Eletrônica de História, v. 1, n. 3, 2004.

mulheres, que aí, na companhia de homens destituídos de qualquer sentimento de pejo ou pudor, estabelecem seu ponto de concentração, isto acontecendo praticamente no centro da cidade”<sup>90</sup>. As donzelas e senhoras da sociedade cricumense, bem como os visitantes da “capital do carvão”, não poderiam assistir a esse “espetáculo” sem sentirem constrangimento ou vergonha, de modo que ficava simbolicamente proibido o trânsito de pessoas “decentes” por determinadas ruas e esquinas centrais. Isso demonstra que embaralhar a cartografia imposta pela elite dominante era tarefa cotidiana de homens e mulheres que faziam das áreas centrais seus espaços de sobrevivência. A permanência das prostitutas em ruas e locais simbolicamente proibidos por uma determinada lógica cartográfica não era consciente, deliberada. Elas já estavam naqueles espaços quando as famílias “decentes” ou os estabelecimentos comerciais resolveram ali se fixar, de modo que para sobreviver precisavam driblar cotidianamente as restrições impostas a sua presença.

As prostitutas não eram a única presença tida como incômoda na área central, ainda que fosse a mais abordada pelos jornais nesse período. Outro articulista, saudando a atuação do novo delegado de polícia em 1958, nos informa que também “a malandragem infestava as ruas da cidade, emprestando a sua população um certo cunho de gente desocupada”, tipos que “preferem viver a custa de golpes e espertezas enchem, à noite, os bares e cafés menos categorizados, a espera de que uma oportunidade se lhes oferecesse para pôr em prática seu sórdido meio de vida”; menores pedintes “perambulavam pelas ruas e logradouros públicos altas horas da noite” e os “vendedores de torrãozinho invadiam as filas dos cinemas”<sup>91</sup>.

Nas páginas do jornal *Tribuna Criciumense* recorrente mesmo era o tema da prostituição. Em 1962, outro articulista denuncia o que já era público e notório, a Rua Paulo Marcus, era um dos pontos tradicionais de *Trottoir* das meretrizes. Essa era a rua onde estava localizada a estação férrea central e, portanto, o melhor lugar para “ganhar” a vida, onde a movimentação de pessoas possibilitava a aquisição de um maior número de clientes. A novidade de seu artigo, no entanto, é mostrar que todas as demais ruas centrais da cidade haviam assustadoramente ampliado o número das chamadas “avulsas”, fato que “comprometia perigosamente a própria integridade moral da família cricumense”, impossibilitando o trânsito despreocupado de mulheres distintas após as 21 horas sob pena de

---

<sup>90</sup> Velho Problema. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 17/06/1957, p. 8. (Coluna -A cidade em revista).

<sup>91</sup> Bravo senhor delegado. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 07/07/1958, p. 3.

serem confundidas com as referidas “avulsas”<sup>92</sup>. Essa construção discursiva dos artigos dos jornais da década de 1950 e 1960 também aparece nas lembranças registradas por Aguinaldo Augustinho:

Lembro-me das senhoras e moças que transitavam pela praça, evitando passar no meio do logradouro, porque ali se encontravam as “mulheres de vida fácil” – expressão usada naquela época. Caminhar no meio do logradouro se tornava, para elas, uma situação desagradável e constrangedora, mas isto era compreensível. Qualquer mulher que parasse para conversar no meio da praça com qualquer pessoa, mesmo que fosse um parente ou um amigo, tornava-se suspeita. Sou testemunha dessa situação ruim, enfrentada por muitas mães e moças de família.<sup>93</sup>

O memorialista prossegue afirmando que era muito fácil identificar uma prostituta na Praça Nereu Ramos, pois “os trajés utilizados por elas denunciavam-nas o tempo todo. Eram roupas justas e curtas, batom vermelho carmim e a famosa bolsinha a tiracolo”<sup>94</sup>. A caricatura que acompanha o capítulo denominado - a Praça dos antigos “programas” – descreve a representação física que comumente se atribuiu a uma mulher que oferece serviços sexuais.

Figura 7: Caricatura das prostitutas nos bancos da Praça Nereu Ramos

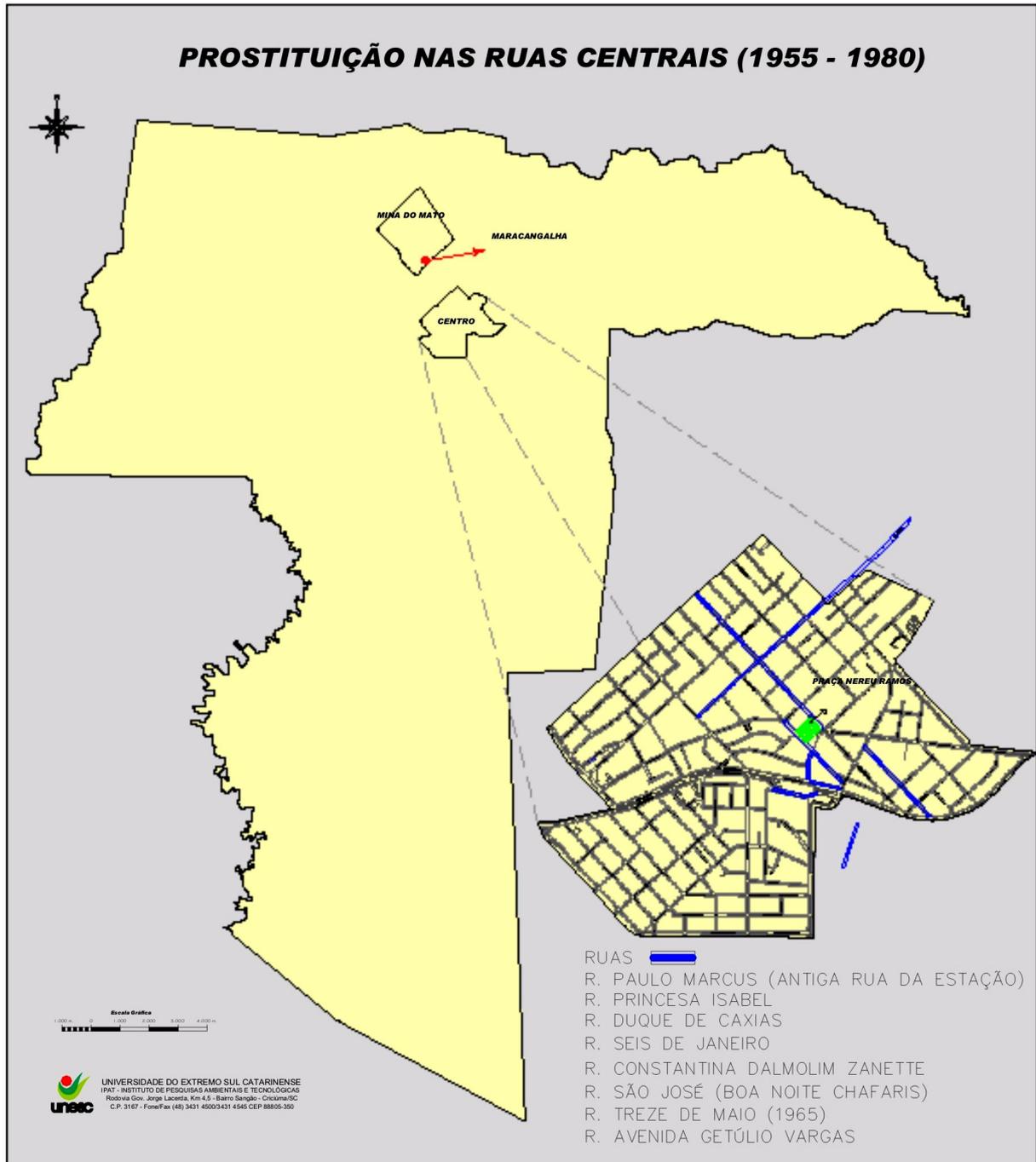


<sup>92</sup> Repressão à vadiagem noturna em Criciúma – contamos com a ação do novo delegado de polícia. **Tribuna Criciumentense**, Criciúma, 15/01/1962.

<sup>93</sup> AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007, p. 148.

<sup>94</sup> *Ibid*, p. 148.

Figura 8: Mapa da prostituição em Criciúma nas ruas centrais de acordo com o jornal *Tribuna Criciumense*



De acordo com Aginaldo Augustinho, os anos 1960 e 1970 registram uma valorização salarial do trabalhador mineiro, bem como a implantação de novas e diferentes indústrias na cidade. Condição que mostra seus reflexos no aumento considerável de mulheres exercendo a atividade sexual como profissão na Praça Nereu Ramos e outras ruas centrais.

Ao problematizar a presença das prostitutas e defender a higienização da cidade, os artigos dos jornais “manifestavam, ao nível da sensibilidade, uma forte obsessão em proteger a moralidade das jovens e em restringir a circulação das mulheres pelas ruas e praças”<sup>95</sup>. Em Criciúma, essa “obsessão” liga-se a uma época de muitas transformações, tempo em que a cidade via a paisagem e as relações sociais transformar-se continuamente pela cultura do carvão. Como as mudanças não traziam apenas progresso e urbanização, traziam também às prostitutas, os articulistas, guardiões da “moral e dos bons costumes”, passaram a combatê-las sistematicamente nas páginas do jornal.

As crônicas do *Tribuna Criciumense* sugerem que a repressão às prostitutas nas áreas centrais foi intensa. Infelizmente as fontes policiais desse período se perderam devido às sucessivas mudanças físicas da 1º delegacia de polícia. Contudo, podemos conjecturar que essa cruzada moralista empreendida pelos articulistas do *Tribuna Criciumense* possivelmente se refletiu na intensificação da repressão policial sobre essas mulheres, muitas das quais buscaram espaços alternativos para desenvolverem o meretrício, como o morro do Bainha, uma área que, no final dos anos 50 era, no entender dos articulistas, “ideal” para constituir uma zona de meretrício.

De fato, o jornal *Tribuna Criciumense* não publicou até os anos 1970 qualquer notícia sobre a prostituição da Maracangalha. O silêncio dos jornais em relação à Maracangalha se explica dentro de um contexto, apesar de se constituir em um pernicioso foco de prostituição para as autoridades da época, ela estava geograficamente distante das famílias distintas, portanto dos olhares moralizadores. O centro da cidade, ao contrário, era local de moradia das famílias abastadas, e comprometia a imagem que a cidade queria projetar, pois se estabelecia no espaço considerado como cartão de visitas de Criciúma, a Praça Nereu Ramos. Contudo, a burla era um elemento sempre presente nas relações entre os “indesejáveis” e a ordem que estava posta:

Há muito vem esta Delegacia Regional de Polícia, procurando acabar com um foco de meretrício, bem no centro da cidade, onde residem famílias. A indiciada Maria Pacheco, uma destas mulheres de vida fácil, vivendo da prostituição, já por diversas vezes foi detida por este motivo. Teima, entretanto em continuar a vida que

---

<sup>95</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 107.

escolheu, no centro da cidade, no meio das famílias, quando o Município já tem a zona de prostituição localizada, afastada do meio social<sup>96</sup>.

Definidas como teimosas e astuciosas, as prostitutas eram alvo recorrente das palavras dos articulistas, os quais silenciaram ante a zona de prostituição mais famosa da região certamente por compartilhar das mesmas idéias segregativas da polícia. Mas o jornal *O Combate*<sup>97</sup> denuncia o fato na única notícia sobre o tema em toda a década de 1950 e 1960. Criticando a insensibilidade das autoridades perante a zona de prostituição constituída, o articulista projeta uma representação do espaço que possivelmente era compartilhada pelas autoridades da época:

O fedido vilarejo das desocupadas, denominado vulgarmente de “maracangalha” nasceu a longos anos, (...) Malandros de todos os instintos, jogadores e exploradores dos incautos, o campeamento de perigosas moléstias, a falta absoluta de preceitos de higiene, a perdição, em suma, na atual povoação das meretrizes sem que se venha a sentir, até aqui, uma repressão devida por parte dos senhores responsáveis.<sup>98</sup>

Focos de vícios e de crimes, a Maracangalha era um vilarejo a exalar odores nada agradáveis aos olhos do articulista. Descrito como um ambiente infecto, “sujo” e, portanto, propício à propagação de perigosas moléstias era o local ideal para a residência de indivíduos rotulados pelos jornalistas como “degenerados”. Ao final, ele fazia uma previsão para um futuro bem próximo caso as autoridades não coibissem o crescimento da Maracangalha: logo, logo a “honrada família criciumense” estaria convivendo lado a lado com “cáftens de baixa índole, jogadores profissionais, criminosos perversos e malandros de todos os tipos”. Não havendo na imprensa dos anos 50 e 60 nenhuma outra discussão a respeito da Maracangalha, podemos pensar que os poderes constituídos foram permissivos em torno das práticas desenvolvidas na zona de prostituição, pois ela não foi alvo recorrente de discurso moralizador por parte da imprensa, empenhada que estava em empreender o saneamento moral nas ruas centrais.

Essa árdua tarefa que a imprensa tomou para si, estimulando a opinião pública e pressionando o aparato policial, jamais deu resultados significativos. Tanto que a Rua da Estação nunca deixou de ser um ponto de prostituição. Em 1968, um articulista escreveu que o meretrício naquela artéria parecia não ter qualquer solução. De uma prostituição noturna

<sup>96</sup> Relatório do delegado constante do Processo n° 743, lv 04, fl. 21, 03/05/1965. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1° vara criminal.

<sup>97</sup> Periódico que circulou por breve período, possuindo no arquivo histórico apenas um exemplar.

<sup>98</sup> “Insensibilidade das autoridades ante a podridão dos prostíbulos da Maracangalha-\* Jogatina Clandestina, recanto dos cáftens e mercadores brancos, moléstias infecciosas e a perdição de menores de tenra idade - A verdade sobre o meretrício estabelecido”. **O Combate**, Criciúma, 17/06/1962, p.1.

que se iniciava por volta das 19 horas, à rua da estação também havia virado local para a prática da prostituição infantil, onde “mercadejavam-se” com meninas entre 11 e 15 anos a partir das três horas da tarde<sup>99</sup>. Informação anteriormente respaldada por um leitor que havia alguns meses antes, enviado uma carta à redação do jornal no sentido de denunciar a prostituição infantil, já que a prostituição noturna parecia, no dizer do articulista, caso perdido:

Até parece o fim do mundo, pois meninas de 11 anos procuram ganhar a vida mercadejando um corpo ainda não amadurecido. A situação é motivo de alegria e algazarra para os engraxates que nessa rua perambulam aos montes. Os bares localizados nas imediações servem de refúgios a essas meninas-mulheres as quais naturalmente não tem o mínimo respeito com o desavisado pai de família que porventura entra num desses bares (...). Apenas a título de exemplo, na sexta-feira da semana anterior a estação ferroviária foi palco de uma rixa, na qual se debatiam duas meninas e diversos engraxates.<sup>100</sup>

Apesar da visibilidade que a prostituição tinha na Rua Paulo Marcus, outras ruas nos anos 1970 foram denunciadas pelos jornais ou mesmo por populares como ponto de concentração da prostituição clandestina. Os moradores da Rua Princesa Isabel mandavam um recado aos freqüentadores de “ociosas”, caso não parassem iriam publicar no jornal a lista com o número das placas dos carros mais vistos<sup>101</sup>. A Rua Duque de Caxias também ganhou visibilidade a partir de um bar, utilizado como ponto de agenciamento dos programas<sup>102</sup>. Também a Praça Nereu Ramos, segundo alguns assíduos freqüentadores, passou a atrair a prática da prostituição com muita intensidade nesse período<sup>103</sup>. Os programas eram efetuados em alguns antigos hotéis da cidade, mas também em salas alugadas especificamente para esse fim, como na Rua Seis de Janeiro, no andar superior do prédio em que funcionava o supermercado Angeloni<sup>104</sup>. A moralista *Tribuna Criciumense* não se cansava de expor o problema à opinião pública, abordando-o também no decurso dos anos 1970:

Há alguns anos atrás a cidade Planaltina de Lages era tida, no âmbito nacional, como a mais afetada pelo problema da presença de “mariposas” nas ruas, a explorar o que, erroneamente (a nosso ver) chamam de “vida fácil”. Tamanha era sua “fama” que uma enciclopédia enfatizava esse fato nos parágrafos destinados á Lages. Hoje aquela cidade perde essa “liderança” longe, longe. Somos capazes de arriscar alguns cruzeiros jogando em Criciúma. Sem o intuito de defender o lenocínio estabelecido

<sup>99</sup> Meretrício da Rua da Estação. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05/10/1968, p. 1.

<sup>100</sup> Meninas fazem Trottoir na Paulo Marcus. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 27/07/1968, p. 1.

<sup>101</sup> Telefonema denuncia Trottoir. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 08/05/1971, p. 5.

<sup>102</sup> Trottoir na Duque de Caxias. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 03/07/1971, p. 1.

<sup>103</sup> AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007, p. 147.

<sup>104</sup> Mariposas na cidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05.05.1973. A equipe do jornal resolveu investigar denúncias anônimas e constatou “que realmente existe uma sala alugada para mulheres de fácil vida, e estas servem-se dela para ponto aos seus fregueses”.

(zona de meretrício), podemos assegurar que “trottoir” aqui é muito mais intenso, livre e desimpedido. Daí vem a conclusão: após às 20 horas nenhuma senhora de respeito pode sair às ruas, por imperiosa necessidade, sem ser abordada por um malandro qualquer com escusas intenções. Os locais preferidos eram antigamente perfeitamente discriminados; hoje elas estão em toda a parte (as prostitutas) como também os conquistadores “baratos”<sup>105</sup>.

Para o articulista, a prostituição na cidade tinha nome e endereço: a Maracangalha, parecendo-lhe até um aspecto positivo, agora com o crescimento e progresso as prostitutas estão em toda a parte:

E as “mariposas” continuam se instalando em diversos pontos da cidade. É fácil presenciar em cada esquina uma mulher de vida fácil (?) apresentando seu charme e elegância para os caçadores ambulantes. Muitas chegam a discutirem com suas companheiras por terem invadido seu território. O pior é que muitas mocinhas sem terem nada com o negócio muitas vezes são molestadas por passarem ou permanecerem por alguns minutos nestes pontos. Será que esses caçadores ambulantes estão credenciados para caçarem (mariposas). Não duvido!<sup>106</sup>

A tendência ao eufemismo é flagrante no discurso jornalístico dos anos 1970 se comparados com a década de 1950. Diminuiu-se consideravelmente o uso de termos pejorativos, revelando cautela por parte dos articulistas em explicitar preconceitos antes utilizados abertamente (“escórias”, “aleijões morais”, “decaídas”, “horizontais”, “infelizes mercadoras” etc.), firmando-se de modo geral a palavra “mariposa” ou “mulher de vida fácil” para designar a trabalhadora do sexo. Não por acaso, este é um período em que as discussões feministas estavam acontecendo em escala internacional, as quais chegaram ao Brasil e contribuíram para fomentar a emergência de grupos feministas que passaram a discutir temáticas ligadas à condição da mulher na sociedade, sua relação com a família, com o corpo e com os homens<sup>107</sup>. Pode-se inferir que esse contexto levou os articulistas dos jornais a terem mais cuidado com aquilo que publicavam sobre as mulheres, mesmo sendo elas em seu entender “mulheres de vida fácil”.

Denominações à parte, os articulistas não deixavam passar despercebidas às ambigüidades do progresso de Criciúma. Descrevendo-as com evidente indignação, apontavam o descompasso entre o progresso material da cidade e a existência de práticas com

<sup>105</sup> A libertinagem em pleno centro. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 17/06/1978.

<sup>106</sup> Queixas e reclamações. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 08/07/1978.

<sup>107</sup> Sobre o movimento feminista nos grandes centros urbanos do país ver, por exemplo: TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002. MORAES, Lygia Quartim de. **A experiência feminista nos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990.

ele não condizentes. Na condição de leitores especiais da cidade, os articulistas positivaram o progresso como necessidade, mas também o descrevem como fator de decadência moral<sup>108</sup>.

Durante os anos 1970, “as alegres mariposas” bateram as asas e ampliaram significativamente os lugares de prostituição na cidade, a despeito dos discursos dos jornais e da lógica da segregação pensada pelas elites letradas<sup>109</sup>. Assim sendo, a Praça Nereu Ramos e as ruas centrais, remodeladas e embelezadas para o deleite dos “cidadãos ilustres”, que por elas circulavam para trabalhar, passear ou simplesmente transitar, continuaram a ter a presença cotidiana das prostitutas que dependiam desses espaços para sua sobrevivência diária. Portanto, as madrugadas eram delas, para além das medidas repressivas, suas presenças continuavam a desafiar as convenções e códigos que determinados grupos tentavam universalizar. Nos anos 1970, a existência de becos, ruas, bares e prostíbulos independentes não vão deixar as áreas centrais da cidade, ao contrário, irão se expandir e embaralhar a lógica cartográfica da elite dominante. Até porque, nos anos que se seguiram, já não era mais possível controlar pessoas desconhecidas, afinal, a cidade já não era só deles, dos primeiros descendentes das famílias fundadoras, tomada que fora pelo progresso do carvão.

#### **1.4 - A Metamorfose dos Anos 70 – As “Alegres Mariposas” Batem as Asas e se Insinuam Por Bairros, Casas de Show, Dormitórios e Hotéis Para um “Instante”**

Onde há fumaça, diz o provérbio, há fogo. Assim, ante o clamor de uma comunidade alguém há de atender-lhe ao solicitado e tomar alguma providência<sup>110</sup>.

Na década de 70 a prostituição cresceu vertiginosamente. A frase em epígrafe demonstra quais foram os segmentos sociais que mais se opuseram a essa prática, problematizando sob inúmeros aspectos o oferecimento dos serviços sexuais e a presença de

<sup>108</sup> MAUCH, Claudia. **Ordem Pública e Moralidade:** imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul/ EDUNISC/ANPUH – RS, 2004, p. 77.

<sup>109</sup> Para uma discussão sobre o discurso do jornal *Tribuna Criciumense* em relação à Maracangalha na década de 1970 ver cap. 3.

<sup>110</sup> Artemio Zanon, promotor público de Criciúma sobre uma denúncia de moradores contra a prática da prostituição. Inquérito Policial nº 523, pct 29/81. Arquivo do Fórum de Criciúma. Argumento do promotor acerca de uma denúncia de moradores contra a prostituição.

mulheres cujo modo de vivência ou de comportamento pudesse despertar a suspeita de envolvimento com a prostituição.

As sucessivas ações policiais no combate à prostituição clandestina das ruas centrais já eram reconhecidas e temidas pelas notórias prostitutas. Enquanto determinadas ruas eram saneadas, outras passavam a ser um novo ponto de concentração, caracterizando um processo contínuo e intermitente de repressão e re (ocupação) de territórios. Ao mesmo tempo, o novo crescimento demográfico do período e as dificuldades de moradia e emprego levavam outras tantas mulheres pobres por necessidade ou opção a procurarem a prostituição como forma de sobrevivência, ao passo que muitas outras mulheres vinham de outras cidades atraídas pelo crescimento econômico que Criciúma estava experimentando no período. Crescimento econômico que trouxe a valorização salarial de muitos usuários da prostituição, permitindo um maior poder aquisitivo para gastar com o prazer sexual.

O crescimento econômico da cidade em vista da revalorização do carvão e da diversificação industrial, que serviu de atrativo para aumentar o número de prostitutas na cidade, as recorrentes expulsões de prostitutas notórias das ruas centrais e as dificuldades de encontrar lugar em um espaço rigidamente territorializado como a zona do meretrício levaram a prostituição clandestina a um reordenamento. Esse reordenamento da prostituição também foi viabilizado pela ampliação de estabelecimentos ou de lugares destinados ao comércio sexual. Na área central, além dos antigos dormitórios e hotéis reconhecidamente utilizados para esse fim, surgiram várias casas de show. Também os sucessivos deslocamentos de prostitutas em direção aos bairros da cidade possibilitaram a realização do “instante” em pensões ou em bares destinados inicialmente à sociabilidade masculina.

Esse espraiamento não limitou a prostituição, ao contrário, ampliou e diversificou a atividade ao suprir uma demanda formada por homens de diferentes segmentos sociais. Esse movimento de “espalhamento” das prostitutas pela cidade curiosamente não foi alvo de preocupação para as autoridades policiais.

Apesar de ser um reconhecido ponto de prostituição, a Maracangalha não dava conta da quantidade de mulheres que ganhavam a vida na cidade oferecendo seus serviços sexuais, muitas não se sujeitavam às múltiplas explorações e controles inerentes à permanência em prostíbulos regulamentados, tantas outras simplesmente não queriam ou não podiam, em vista de confusões arrumadas com prostitutas ou cafetinas, permanecer nos

bordéis da Maracangalha. A prostituição clandestina, por outro lado, era bastante atrativa na medida em que livrava as mulheres de ter que pagar inúmeros encargos e ainda oferecia uma margem de liberdade que elas não poderiam jamais desfrutar caso ficassem sob a “proteção” dos donos de bordéis da zona.

As novas modalidades de prostituição que surgiam na cidade ofereciam inúmeras vantagens às prostitutas, dissociava o local de moradia e trabalho significando a diminuição de inúmeras formas de exploração, os programas poderiam ser negociados e as taxas referentes ao uso do quarto nas pensões e dormitórios eram bem menores. Em 1973, por exemplo, o preço do programa na zona do meretrício era de C\$ 50,00, sendo que deste valor C\$ 15,00 era destinado à dona da casa a título de uso do quarto. No mesmo ano, as prostitutas clandestinas costumavam cobrar C\$ 40,00 do freguês, atendendo-os em dormitórios, casas de pensões ou casas de cômodos e pagando pela permanência no quarto a quantia de C\$ 10,00. Ou seja, o preço do programa não mudou, mas a prostituta lucrava mais ao pagar menos pelo uso do quarto<sup>111</sup>. Essa modalidade de prostituição dispensava a prostituta do consumo excessivo de álcool por conta da obrigação de ter que fazer “salão” e ainda abarcava fregueses sem condições de custear uma noitada com bebidas, situação comum nos prostíbulos da zona. Possibilitava ainda maiores rendimentos, já que poderiam fazer mais programas, livres dos encargos das carteirinhas sanitárias e policiais e das quantias pagas às cafetinas. Todo esse contexto na década de 1970 fez a Justiça inaugurar o que lhe era até então extremamente raro: processos de lenocínio<sup>112</sup>. São dezoito processos que guardam semelhanças entre si explicadas em parte por essa determinada conjuntura que a cidade vivia na época e pelas próprias transformações que a prostituição sofreu para continuar existindo.

Muitas prostitutas clandestinas costumavam fazer uso das variadas pensões existentes na cidade neste período. As chamadas pensões para meninas eram casas pequenas, de dois ou três cômodos, administrados por mulheres cujo frescor da juventude já não se fazia tão evidente para a prática da prostituição; mas que a experiência de vida acumulada favorecia outras oportunidades de sobrevivência como a possibilidade de alugar os quartos, transformando suas residências em casas clandestinas de prostituição. Para as prostitutas de pensões, a polícia não era o maior problema, mas sim a vizinhança, que não compartilhava

---

<sup>111</sup> Conforme informações constantes dos processos n° 208/73 de 19/12/1972 e n° 1635 de 06/03/1974. Arquivo da 1° vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>112</sup> O Lenocínio constitui crime pelo art.229 do Código Penal de 1940. “(...) Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa”.

dos mesmos códigos de moralidade que as mulheres prostitutas. Assim, é por meio dos processos de lenocínio movidos por populares que podemos cartografar outras modalidades de prostituição que se ensaiavam na cidade<sup>113</sup>.

Em 1971, a Sociedade Amigos do Bairro Cidade Mineira realizou um abaixo-assinado solicitando ao delegado medidas contra uma casa de prostituição situada no centro do bairro. O problema, diziam os moradores, eram os bailes onde os costumeiros freqüentadores da casa iam bailar completamente nus com as portas e janelas abertas<sup>114</sup>. O bairro São Cristóvão também teve a prática denunciada anonimamente por um morador em 1972. No entanto, a polícia já conhecia as famosas casas do Sr. Joca Rodrigues, apelidadas pelo povo de “Pombal”. O delegado Osmar Perón, diante do incômodo popular, determinou a abertura do inquérito. Intimidadas, as mulheres residentes nas casas afirmaram que boa parte dos programas eram realizados nos veículos ou no dormitório do Sr. Lima, alguns fregueses, porém, faziam uso de suas casas de veraneio da praia de Içara ou do Morro dos Conventos. Na casa do Sr. Joca Rodrigues elas apenas moravam, mas todas declaravam saber da existência de casas de prostituição no bairro, mas não sabiam a localização e nem mesmo conheciam os responsáveis<sup>115</sup>. Evidentemente que a polícia sabia que as referidas casas eram reconhecidas como pontos de prostituição, mas Joca Rodrigues foi enfático ao dizer que já estava tomando providências para moralizar suas casas.

A indiferença da polícia em relação à prostituição dos bairros fica evidente quando da montagem do inquérito policial. Não havia esforço em buscar o depoimento de moradores considerados idôneos para atestar que determinada casa era utilizada para prostituição. Com um inquérito baseado apenas em testemunhas de prostitutas e interessados na situação, o promotor arquivou o caso ressaltando que não havia crime a punir.

---

<sup>113</sup> As prostitutas freqüentam circuitos múltiplos, mas seus movimentos não estão restritos a territórios conhecidos, a um mapa, por isso o termo cartografia é aqui utilizado acompanhando as definições de Suely Rolnik: “A cartografia, diferentemente do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis (...)”. ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006, p. 62. Assim se busca mapear os lugares de prostituição, mas também entender os movimentos “visíveis e imprevisíveis” que as prostitutas vão configurando na cidade a partir das mais diversas situações.

<sup>114</sup> Processo 020.72.000766-6, pct 44/1971, 15/03/1972. Arquivo da 1º vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>115</sup> Processo nº 195/72 nº 01, fl. 49, 23/10/1972. Arquivo da 1º vara criminal, Fórum de Criciúma.

Em 1977, os moradores do bairro São Cristóvão fazem nova tentativa e enviam abaixo-assinado ao Juiz Heliodoro<sup>116</sup> afirmando que a Rua Sete de Setembro, localização das casas do Sr. Joca Rodrigues, “continua alugadas para bailarinas, cafetinas que alugam quarto durante o dia ou à noite e cada vez aumenta mais as bailarinas”. O Juiz substituto manda averiguar, mas o delegado reitera que ali no local havia somente famílias humildes, escamoteando o que já era público e notório na cidade<sup>117</sup>.

A sociedade amigos do bairro Paraíso, em 1973, convocou uma reunião com populares do bairro e o delegado de polícia. O objetivo era tornar “a localidade um Paraíso”, já que há muito tempo o bairro era um enorme foco de prostituição e criminalidade, contrastando com o nome escolhido pela comunidade na época de sua formação. A sociedade vinha a algum tempo promovendo inúmeras medidas para coibir a prostituição livre no bairro no sentido de diminuir a fama que este vinha acumulando há algum tempo, mas foi impedida pela ação de um policial que havia investido na compra de alguns “barracos” destinados à locação de “mariposas”. O promotor, por sua vez, questiona a fragilidade do inquérito em “assunto tão sério” e devolve para que a polícia melhore as investigações, as quais nunca foram adiante e o caso foi esquecido em uma das caixas do arquivo da Polícia<sup>118</sup>. Não é difícil imaginar por quê.

Nas proximidades do Hospital São João Batista, a polícia tentava sem sucesso dar um flagrante na residência de um casal que vivia de alugar os quartos para a realização de programas. A despeito de inúmeras denúncias anônimas da vizinhança incomodada, a polícia só encontrava a casa silenciosa e fechada. O mistério se revelou quando de uma investida bem sucedida, momento em que tanto prostitutas quanto clientes foram levados para a delegacia e informaram ao delegado que sempre iam avisar quando a polícia iria “bater”. Novamente o inquérito não colheu depoimentos de moradores que atestassem a habitualidade do delito, isso porque muitos negavam a se envolverem diretamente, temerosos talvez por uma eventual retaliação, deixando entrever o medo em relação a uma possível cumplicidade entre o crime e o poder, ou seja, entre os que fazem valer a lei e os que a violam<sup>119</sup>.

---

<sup>116</sup> Heliodoro Franzoi, juiz de direito da Comarca de Criciúma. Presidiu a 2ª Vara Criminal de 08/06/1970 a 12/04/1971. Posteriormente passou a atuar na 1ª Vara Criminal até 08/07/1980. ZACHARIAS, Manif. **Criciúma – Vultos do Passado e Personalidades Contemporâneas**. Criciúma; edição do autor, 2000, p. 491.

<sup>117</sup> Inquérito nº 74/77 lv 003, fl 15, 24/11/1977. Arquivo da 1ª vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>118</sup> Processo nº 012/73 nº 01, fl. 56, 12/01/1973. Arquivo da 1ª vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>119</sup> Processo nº 208/73, fl.15, lv 01, 19/12/1972. Arquivo da 1ª vara criminal, Fórum de Criciúma.

Mas a vizinhança não satisfeita pelos rumos que a polícia deu ao caso encabeça novo movimento e desta vez encaminha a solicitação ao próprio Juiz da comarca. Os moradores encorajam-se a depor e ainda comparecem em peso ao tribunal para garantir o fim da prostituição no bairro, mas também denunciar a conivência de muitos policiais que costumavam entrar e sair da casa com relativa freqüência. O casal que gerenciava o negócio acabou preso e as oito prostitutas que o utilizavam tiveram que arranjar novo local para os programas<sup>120</sup>. Sobre esse episódio o Juiz encarregado do caso assim argumentou:

Chega praticamente ao fim um caso que vinha preocupando, e bastante, a este Juízo, face às constantes queixas dos moradores vizinhos, inclusive com sérias acusações contra elementos da polícia, (...). Assim mesmo vamos encontrar, às fls.21 verso, um ridículo despacho do Delegado Policial, aliás um elemento que também vinha perturbando a ação da Justiça. Pretendíamos que fosse lavrado um flagrante e a autoridade dizia que não havia “motivo ou razão”, E será que numa casa daquela espécie não se poderia flagrar freqüentadores e que eram bastantes?<sup>121</sup>

Segundo Marcos Bretas, as denúncias anônimas revelam a ambivalência que os grupos sociais mais humildes conferem ao aparelho policial. Pois ao mesmo tempo em que se denunciam “acontecimentos incompatíveis com o padrão de vida da população “laboriosa” e das famílias, o que revela a crença na possibilidade da efetiva ação policial; o que transparece pelo uso do anonimato é o medo de ver-se exposto em situações onde o sistema policial oferece uma razoável dose de cumplicidade”<sup>122</sup>. Não é por acaso que a ampla maioria dos movimentos posteriores de moradores de outros bairros não buscará na polícia a instância para suas reivindicações; mas as remeterão diretamente ao judiciário, entendida por eles como instância máxima, imparcial e capaz de protegê-los contra a ação de policiais corruptos e de mulheres “imorais”.

Nas imediações do Hospital Santa Catarina a polícia agiu com mais rigor, talvez para diminuir as animosidades com o Juiz Heliodoro, flagrantes no processo anterior, talvez pra melhorar sua imagem que vinha sendo questionada por sucessivos envolvimento de policiais com a prostituição. Fosse como fosse, o inquérito elaborado por iniciativa de populares descontentes com uma casa de prostituição em seu meio foi elaborado de modo a não ser alvo de questionamentos. O resultado é que Nelci foi condenada por lenocínio mesmo ante as alegações de seu advogado que, não podendo provar sua inocência, pediu o perdão

<sup>120</sup> Processo 020.75.000909-8, Pct 34/1974, 16/09/1975. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>121</sup> Relatório do Juiz constante do processo 020.75.000909-8, Pct 34/1974, 16/09/1975, p. 40. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>122</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 76.

judicial. Argumentou que a situação era “um fato social dos mais comuns em nossa sociedade, onde a corrupção e a prostituição são crescentes não apenas no meio ambiente menos favorecido, como também e destacadamente, nos altos escalões. Na elite social!”<sup>123</sup>.

Animados talvez pelas últimas condenações de lenocínio decretadas pelo Juiz Heliodoro Franzoi, os moradores do bairro Vila Industrial, ainda no mesmo ano de 1974, formulam abaixo-assinado, tomando o cuidado de remetê-lo diretamente ao referido Juiz. A ausência de algumas testemunhas na fase judicial, bem como a insegurança e omissão de informações daqueles que depuseram, contribuiu para a improcedência da acusação. Os constantes barulhos de toca-discos e televisão, o vai-vem de carros e buzinas em altas horas e a rotatividade de homens e mulheres na casa, alegações dos populares, não foram motivos suficientes para convencer o Juiz a prender a acusada Leila por lenocínio. Além disso, nenhuma prostituta foi localizada para depor e a própria acusada afirmou ter um amante e muitos amigos habituais em sua casa<sup>124</sup>. Esse argumento foi o bastante para convencer o juiz a decretar a improcedência da acusação, entendendo talvez que mulheres que tinham amantes, fato bastante comum na cidade, não eram necessariamente cafetinas ou prostitutas, apesar de estarem no limite dessa categoria, daí a dificuldade dos juristas em definir a condição de honestidade de muitas mulheres<sup>125</sup>.

Como foi o caso de Nelci Urbano, acusada de tirar proveito da prostituição por manter uma pensionista que recebia a visita de um homem semanalmente, sendo que a cada visita Nelci recebia a título de gratificação a quantia de CR\$ 10,00. Exatamente a mesma quantia que as inúmeras pensões e dormitórios vinham cobrando pelo aluguel de um quarto para fins sexuais. O processo em questão gira em torno de provar se a pensionista Adriana era ou não prostituta e desse modo incriminar Nelci por lenocínio, tendo em vista que ela própria mantinha também, no entender das autoridades, um comportamento imoral, pois vivia igualmente à custa de um amante. O Juiz, no entanto, entende que devido aos problemas de conjuntura social, era sabido na cidade que muitas mulheres sobreviviam dessa maneira e que o crime de lenocínio só se aplicaria se a pensionista fosse “realmente prostituta e não mulher que vive as custas de amantes determinados”<sup>126</sup>. Muitas dessas mulheres eram denunciadas

---

<sup>123</sup> Processo nº 1635, fl.34, lv 05, 06/03/1974. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>124</sup> Processo 020.74.001265-7, pct 34/1974, 18/06/1974. Arquivo da 1º vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>125</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 35-114.

<sup>126</sup> Processo nº 518/78, 17/12/1980. Arquivo da 1º vara criminal, Fórum de Criciúma.

pela vizinhança que costumava legitimar uniões consensuais sem o vínculo do casamento<sup>127</sup>, mas não aceitava outras formas de relações estáveis, como a estabelecida entre casais de amantes.

Do Bairro Boa Vista quarenta e duas assinaturas pediam o fim da prostituição na casa de dona Clotilde, mulher já de idade, mas que agenciava as duas filhas jovens. Mesmo não indo “com os homens do carvão porque tão sempre duros e sim com os da praça que tem mão fina e dinheiro”, as filhas da dona Clotilde não tinham perfil de prostitutas elegantes, pois “promoviam escândalos, palavras de baixo calão” e incitavam as “moças honestas” dizendo que elas eram “putas às claras”, enquanto que estas “putas às escondidas”. Foi o bastante para que o “movimento moralizador” do bairro tomasse providências. A polícia só enviou o caso ao Judiciário cinco anos depois, mas os moradores já estavam livres de dona Clotilde e de suas filhas que temerosas fugiram logo no início do inquérito<sup>128</sup>.

Na Rua Imaruí, bairro Santo Antônio, o bar e salão Xavantes conseguiu mobilizar contra si oitenta assinaturas. O Salão Xavantes, freqüentado por prostitutas e homens de todo o tipo, no dizer dos moradores, utilizavam o espaço para contratar programas, fazer algazaras e promover toda sorte de brigas e palavrões. A justiça não confiou na polícia, solicitou que uma assistente social e um comissário de menores visitassem discretamente o local e constatassem a situação *in loco*. O que viram foi “uma comunidade seriamente prejudicada por um ambiente não sadio freqüentado por pessoas de comportamento imoral”. Mas tudo isso fora do referido bar, mais precisamente na frente do estabelecimento, o que impossibilitaria indiciar o proprietário. O promotor não teve dúvidas, essa era uma tarefa para a polícia e a ela cabia administrativamente a ordem na cidade<sup>129</sup>.

As animosidades entre a polícia e o poder Judiciário se mostram recorrentemente em inúmeros processos de Criciúma, fato já observado por Marcos Bretas em seu estudo sobre a relação entre a polícia e os cidadãos do Rio de Janeiro nas primeiras décadas

---

<sup>127</sup> Entre as décadas de 1950 e 1960 estudos demográficos mais sistemáticos revelaram que as uniões consensuais tiveram mais ocorrência nas camadas populares, assumindo importância crescente também entre as camadas médias. BERQUÓ, Elza. *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 420.

<sup>128</sup> Processo nº14/76, fl.02v, lv 003-A, Pct 111/79, 10/03/1976. Arquivo do Fórum de Criciúma – 1º vara criminal.

<sup>129</sup> Inquérito nº 523, lv 02, fl 46, 18/08/1979. Arquivo do Fórum- 1ª Vara Crime.

republicanas. Segundo o autor, “polícia e justiça podiam, às vezes, ficar do mesmo lado, mas sempre tentando transferir para o outro a responsabilidade maior pelos fracassos”<sup>130</sup>.

Muitos espaços de sociabilidade masculina, a exemplo do bar Xavantes, acabavam atraindo a atenção de prostitutas que buscassem ampliar a área de atuação ou mesmo fugir da concorrência de outros locais. Essa situação beneficiava os proprietários sob vários aspectos, as prostitutas atraíam um maior fluxo de homens dispostos a consumir cigarros e bebidas alcoólicas, ou eventualmente divertir-se jogando cartas ou sinuca enquanto bebericavam ouvindo músicas e apreciando o movimento que as prostitutas traziam ao botequim. Talvez por isso, muitos desses estabelecimentos acharam oportuno criar um espaço, ainda que pequeno, geralmente nos fundos do botequim, para os homens que porventura decidissem contratar o programa, mas que não quisessem se deslocar do local; como foi o caso do Sr. Manoel Pereira, proprietário de um bar localizado na subida da Próspera e cujo alvará de funcionamento foi apreendido pela polícia por estar explorando a prostituição<sup>131</sup>. Luiz José não teve o alvará de seu bar apreendido, mas foi enviado ao presídio juntamente com a prostituta Leopoldina Daniel, por estar com o estabelecimento aberto fora do horário especificado pela polícia, facilitando a prática da prostituição<sup>132</sup>.

Cobrando certa quantia pelo uso do quarto e garantindo a permanência do freguês no espaço, muitos proprietários viam seus rendimentos ampliarem-se, juntando-se muitas vezes a um pequeno comércio diurno de “secos e molhados” destinados a abastecer as famílias residentes nas proximidades. Essa modalidade de prostituição não passou despercebida pelo jornal *Tribuna Criciumense*, que alertou, no final dos anos 1960, a necessidade de “coibir uma forma clandestina de prostituição que se verificam em bares, churrascarias e restaurantes”. Segundo a reportagem, em alguns estabelecimentos a polícia verificou que “pseudo-garçonetes” recebiam comissões sobre bebidas servidas aos fregueses e que posteriormente saíam em companhia destes homens. Já em outros se constatou “dormitórios clandestinos nos fundos”. A notícia avisava ainda que era “intenção da delegacia limpar e moralizar êsses estabelecimentos para que também as famílias cricumenses possam freqüentar os bares e certas churrascarias sem perigo de constatarem cenas chocantes”<sup>133</sup>. Tudo indica que o jornal esteja se referindo aos bares do centro da cidade, alguns já

---

<sup>130</sup> BRETAS, Marcos Luiz. BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 70.

<sup>131</sup> Livro relatório de plantão policial n° 05, 13/08/1976. Arquivo do 1° departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>132</sup> Livro relatório de plantão policial n° 04, 08 para 09/03/1977. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>133</sup> Polícia agindo com rigor. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 15/11/1969.

reconhecidos como pontos de prostituição. O sargento José dos Santos, responsável pelo comando da polícia militar escreveu no livro policial o seguinte comentário:

Ao sr. Delegado da comarca:

Por volta da 0:30 hs do dia 27/12/1974, o signatário observou que no Bar Tostão, a praça Nereu Ramos havia uma algazarra de grande monta perturbando o silêncio de toda a Praça. O signatário avisou que estava na hora de fechar o que não foi atendido pelo proprietário. Outrossim informo que esta não é primeira vez que acontece tais fatos naquele local, existindo reclamações de toda a população do centro. Para que se estabeleça a ordem no centro da cidade e para o bem de toda aquela população, solicito-vos providência para o caso.<sup>134</sup>

O Bar Tostão e o Bar Avenida aparecem nos registros de ronda policial com a prisão rotineira de prostitutas em vários momentos dos anos 1970. Talvez por isso, Osmar de Oliveira, proprietário da lanchonete Lanchão, no sentido de evitar aborrecimentos com os policiais, resolveu denunciar a permanência de prostitutas em seu estabelecimento. Eximindo-se de responsabilidades e de perder seu alvará de funcionamento, a exemplo do que vinha ocorrendo em outros bares da cidade<sup>135</sup>. O alvará do estabelecimento de Marina Júlia, localizada na Rua Sete de Setembro, também foi apreendido por estar explorando a prostituição, o carteadado e a bebida alcoólica fora do horário definido pela polícia. Igual sorte teve Inadir de Fátima, que abriu um estabelecimento na zona do meretrício para funcionar como Bar, mas teve seu alvará apreendido porque estava fora do horário tolerado para bares<sup>136</sup>.

Foi especialmente a partir de 1976 que a polícia passou a vistoriar rotineiramente os bares centrais, apreendendo alvarás de todos aqueles que mantivessem as portas abertas após a meia-noite. A medida visava coibir a presença de prostitutas nestes locais e os dissabores que eram comumente a elas relacionados, como às brigas por excesso de álcool, conversas e gargalhadas estridentes, entre outras atitudes vistas como expansivas e impróprias ao sossego dos moradores das áreas centrais. Os bares até poderiam ter o alvará de funcionamento apreendido, mas o fechamento era uma situação que não garantia a reincidência do “problema”. A definição de regras e horários de funcionamento dos bares centrais pode ser lida como ações policiais que respondiam as denúncias do jornal e de populares residentes no centro da cidade.

---

<sup>134</sup> Livro relatório de plantão policial n° 01, 27/12/1974. Arquivo do 1° departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>135</sup> Livro relatório de plantão policial n° 01, 28/05/1975. Arquivo do 1° departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>136</sup> Livro relatório de plantão policial n° 04, 15/11/1976. Arquivo do 1° departamento de Polícia de Criciúma.

Nos bares dos bairros residenciais também estavam à venda os serviços sexuais. A polícia registrou ronda nestes locais em busca da prática da prostituição, do jogo e do cumprimento do horário de funcionamento<sup>137</sup>. Alguns desses deslocamentos parecem estar ligados a outros interesses policiais como investigações de furto, assassinato ou mesmo atendimento de moradores em situação conflitiva. Esses pequenos espaços de prostituição não eram desconhecidos pela polícia, mas esta só lhes dispensava certa atenção quando as denúncias aconteciam:

Excelentíssimo Dr. Delegado de Polícia da Comarca de Criciúma. Nós abaixo assinado representando as famílias do bairro Tereza Cristina, viemos pedir encarecidamente a Vossa Excelência que tome providencias enérgicas e urgentes contra certo elemento que está atentando contra a moral e os bons costumes. (...) Esta casa Dr. Opera exclusivamente a prostituição, o vadalismo e a vergonha. O mesmo elemento e sua amante, a distância de 70 m de sua casa de prostituição alugou uma outra casa e colocou um bar, que fica no centro do bairro é também freqüentado por mulheres desocupadas e marginais. Tendo também um reservado para todo tipo de jogo de Azar, deixando muitas crianças sem ter o que comer.<sup>138</sup>

O proprietário do referido bar exercia a profissão de mineiro até contrair pneumoconiose, doença que afeta os pulmões dos trabalhadores do carvão e motiva a aposentadoria precoce. Como o benefício não se iguala ao salário do trabalhador que está na ativa, muitos se viam obrigados a reforçar o orçamento buscando alternativas de remuneração. Pelé conseguiu mobilizar contra si 106 assinaturas, o segundo maior movimento popular do período, porque decidiu expandir seus negócios no bairro construindo, além do que já mantinha outro bar para a sociabilidade masculina. Segundo depoimentos das cinco prostitutas e do próprio acusado, o bairro já contava com aproximadamente trinta casas utilizadas para encontros amorosos. Sendo que se “fosse retirar de lá todas as mulheres de vida fácil ou desonesta ficariam bem poucas, talvez cinco ou dez casais no máximo, que o bairro foi criado com toda a população que morava no trilho, então foi marginal, ladrão, prostitutas, viciados e também gente honesta, porém muito pouca gente honesta (...)”<sup>139</sup>.

De fato, por ocasião da construção da Avenida Axial, hoje denominada de Centenário, tratou-se de remover os trilhos da estrada de ferro, mas também a população que vivia precariamente as suas margens<sup>140</sup>. Essa população passou então a residir, por imposição

<sup>137</sup> Livro de Relatório do Plantão Policial nº 04. 05/11/1977. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>138</sup> Abaixo-assinado de moradores do bairro Tereza Cristina constante do processo nº 987/80. Pct 116/80, 23/05/1980.

<sup>139</sup> Depoimento de Isabel da Rosa, amásia do acusado no processo nº 987/80. Pct 116/80, 23/05/1980. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>140</sup> Relembrando o episódio da retirada dos trilhos e das casas das famílias residentes em seu entorno, o articulista Aires Filho os descreve como sendo “pequenos casebres edificadas às margens da estrada de ferro,

dos poderes instituídos, em uma área afastada do centro, área esta que receberia o nome de Bairro Tereza Cristina, em homenagem à Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina. Seus moradores, no entanto, o denominaram de bairro Pedregal. Este bairro era conhecido pela carência de seus moradores, mas também pela prática da prostituição, jogatina e outras atividades condenadas que garantia a sobrevivência de homens e mulheres cuja mão-de-obra o mercado local não foi capaz de absorver.

Por isso, o dono do bar Xavantes afirma que o estabelecimento era público e que comercializava diversos produtos para sobreviver, sua companheira “não é prostituta, mas vivia honestamente a fritar pastéis, galinha, fígado e outras guloseimas para vender a qualquer pessoa”, inclusive às inúmeras prostitutas que lá iam para lanchar. As mulheres intimadas, por sua vez, afirmaram fazer suas “virações” pelo bairro ou no centro da cidade, freqüentando o espaço apenas para se alimentar ou bebericar com futuros clientes. Sendo assim, a Juíza Janice decide pela improcedência da denúncia, até porque “o bairro onde ocorreram os fatos narrados é um abscesso de fixação de meretrizes. Assim, não era de se esperar outra coisa: as prostitutas aglomeradas no bairro, por certo, são assíduas freqüentadoras dos bares ali existentes”<sup>141</sup>.

Em várias partes da cidade, prostitutas e botequins ligavam-se numa espécie de simbiose, elas garantiam o crescimento ou a manutenção desses pequenos espaços destinados à sociabilidade masculina, e estes, por sua vez, contribuía para sustentar a prostituição e a remuneração para mulheres que não queriam manter vínculos de dependência com uma cafetina.<sup>142</sup>

---

então verdadeiras favelas que enfeavam a cidade (...)”. FILHO, Aires J. Coluna Cidade Aberta. **Jornal do Sul**. 16/07/1977, p. 2.

<sup>141</sup> Depoimento de Isabel da Rosa, amásia do acusado no processo nº 987/80. Pct 116/80, 23/05/1980. Arquivo da 1ª vara criminal do fórum de Criciúma.

<sup>142</sup> Segundo Margareth Rago, os contatos sexuais não eram o único atrativo desses locais, muitos homens não estavam necessariamente em busca de uma companhia feminina, mas desejavam a evasão, o desenraizamento da rotina monótona da vida familiar, desejavam desterritorializar seus corpos da identidade fixa de trabalhador ou pai de família. RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 97.

Figura 9: Interior do Bar e salão Xavantes (1980)



Figura 10: Interior do quarto localizado nos fundos do Bar Xavantes com destaque para a cama e os pertences femininos na parede. (1980)



Fonte: Arquivo do Fórum de Criciúma.

Dos Bairros Operária Nova<sup>143</sup>, antigo cemitério<sup>144</sup>, Cidade Mineira<sup>145</sup> ou das Ruas Coronel Marcos Rovaris<sup>146</sup>, João de Bona Castelan<sup>147</sup>, Desembargador Pedro Silva<sup>148</sup> e Henrique Lage<sup>149</sup> vieram movimentos similares de moradores pedindo a retirada dos locais destinados a encontros amorosos, os quais perturbavam o sossego noturno, mas também a moral e os bons costumes. Tudo começava quando os vizinhos desapontados por noites mal dormidas em virtude de sussurros, gritos, gemidos ou buzinas dos carros solicitavam às incômodas vizinhas as providências necessárias. A situação se agravava quando suas casas eram confundidas no meio da madrugada por homens em busca dos “prazeres da noite” e quando suas filhas e esposas já não podiam transitar pelas ruas do bairro com a segurança de outrora.

As “mariposas” também não facilitavam a vida dos vizinhos quando saíam no quintal “semi-nuas” para estender roupas ou a ir à “patente”, numa atitude flagrante de provocação as mulheres casadas<sup>150</sup>. Por isso as prostitutas tinham a conduta denunciada por uma esmagadora maioria de assinaturas femininas, mulheres pobres que certamente temiam a corrupção de suas filhas e maridos e a “desagregação da família”<sup>151</sup>. Situação que poderia ocorrer quando porventura as jovens se seduzissem pela possibilidade de uma vida melhor por meio da prostituição ou ainda quando seus maridos seduzidos pelos encantos de alguma prostituta abandonassem o lar.

A vizinhança desejava dissipar a excessiva publicização do sexo, implícita nos decotes, saias curtas, conversas obscenas ou gestos provocativamente sensuais, os quais atraíam os olhares curiosos de crianças, moças e homens solteiros ou casados, mas também a preocupação das mulheres que não queriam ver seu universo misturado de algum modo ao da prostituição. Desejava-se, portanto, manter a ordem simbólica, garantindo “as diferenciações

<sup>143</sup> Processo 020.75.000905-5, Pct 34/1974, 26/08/1975. Arquivo do Fórum- 1ª vara criminal.

<sup>144</sup> Processo 020.78.0001637-8, Pct 69/1978, 08/08/1978. Arquivo do Fórum- 1ª vara criminal.

<sup>145</sup> Processo 020.72.000766-6, Pct 44/1971, 15/03/1972. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1ª vara criminal. O Bairro Cidade Mineira registrou dois movimentos distintos de moradores contra a prostituição. O segundo data de 1975, “Julia de Tal” foi denunciada por alguns vizinhos que se dirigiram diretamente à delegacia, porque “carros de diversas marcas e placas costumam fazer ponto” em sua casa. Livro de Relatório do Plantão Policial nº 01/07 para 08/06/1975. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>146</sup> Livro de queixas nº 15, 13/08/1976. Arquivo do 1º departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>147</sup> Inquérito Policial nº 87/75, 12/05/1975. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1ª vara criminal.

<sup>148</sup> Processo nº 1388/81, Pct 123/81, 19/05/1980. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1ª vara criminal.

<sup>149</sup> Processo nº 1524/81, Pct 126/81, 21/08/1980. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1ª vara criminal.

<sup>150</sup> Processo 020.75.000905-5, Pct 34/1974, 26/08/1975. Arquivo do Fórum- 1ª vara criminal.

<sup>151</sup> Nos depoimentos das mulheres casadas ou que vivem maritalmente constante dos processos de lenocínio citados aparece com muita frequência o medo de que a prostituição no bairro extrapole para o interior de suas residências e exerça qualquer tipo de influencia em seus filhos, filhas e/ou maridos

no reconhecimento da identidade de cada um”<sup>152</sup>. Percebida como pura encarnação sexual era esperado da prostituta uma existência silenciosa e ordeira, alguém cuja existência era reservada à não-existência, de modo que aparecer ou se destacar na multidão significava extravasar o papel que os poderes instituídos e a própria sociedade lhes haviam outorgado<sup>153</sup>.

Segundo Ivonete Pereira, em Florianópolis as prostitutas da primeira metade do século XX também foram discriminadas pela própria camada popular a qual pertenciam, uma vez que “a circularização dos valores morais que estigmatizavam essas mulheres percorreu todo o tecido social, aproximando, no mesmo preconceito, os discursos e as práticas das mais diferentes pessoas”<sup>154</sup>.

Essas clivagens também aparecem em Criciúma, uma vez que habitando dentro de um mesmo bairro tido como “popular” havia pessoas vivendo do trabalho formal da mineração, das cerâmicas, da indústria ou comércio, e outras sobrevivendo da informalidade dos mais diversos trabalhos, inclusive do trabalho sexual. Muitas dessas pessoas, mesmo incluídas dentro da categoria “popular”, cultuavam valores e mantinham práticas que se coadunavam com os das camadas abastadas. Talvez por isso os populares que se dirigiam ao bairro Pinheirinho, por meio do transporte coletivo urbano, agrediram física e verbalmente o Sr. Gerônimo, motorista do referido ônibus, porque ele retirou “o passageiro para dar lugar no banco dianteiro para uma prostituta”. A situação nos leva a pensar que a mulher definida como prostituta necessitava do assento em razão de alguma condição que lhe impossibilitava permanecer de pé, mas o rótulo de prostituta lhe pesava de tal forma que os populares daquele coletivo não consentiram com a situação, reagindo a ela de forma inesperada e violenta<sup>155</sup>.

Contexto que nos leva a entender por que a repressão à prostituição clandestina nos bairros vinha a partir de um funcionamento de base estritamente popular. Ou seja, não era a polícia que esquadrihava os bairros a fim de manter a moralidade pública, eram os populares que, utilizando-se de certos mecanismos de controle como o olhar vigilante e repreensivo, o isolamento social das prostitutas e a organização de abaixo-assinados, buscavam controlar a prostituição em seus locais de moradia ou trabalho. Esse controle era retomado pela polícia somente a partir das denúncias e averiguações.

---

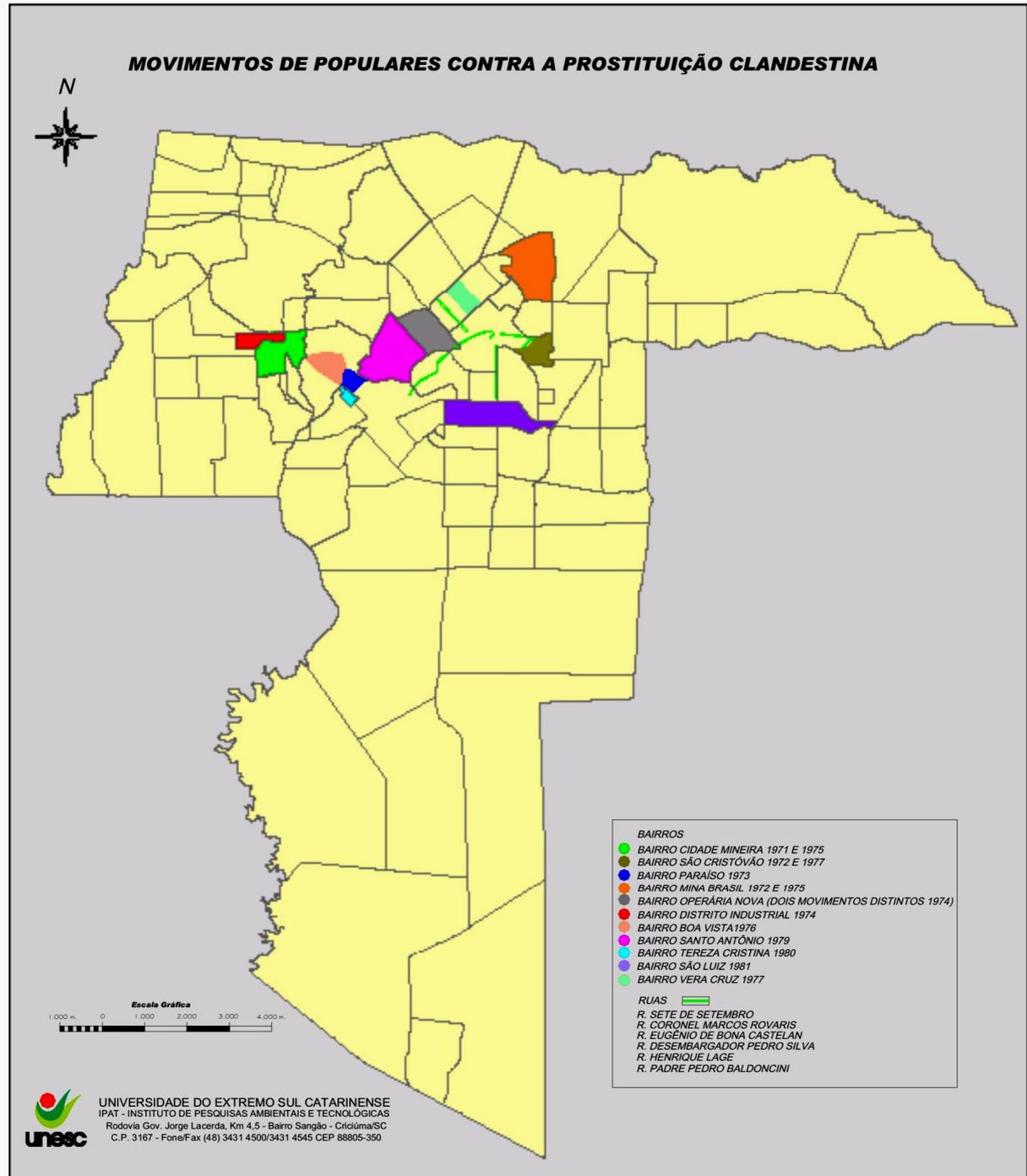
<sup>152</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 117.

<sup>153</sup> Ibid, p. 115.

<sup>154</sup> PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas**: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004, p. 18.

<sup>155</sup> Livro Relatório do Plantão Policial n° 05, 23 para 28/03/1977. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

Figura 11: Mapa – movimentos populares contra a prostituição clandestina (1970)



As problematizações populares em diversos locais de Criciúma na década de 1970 contra a prática da prostituição estão relacionadas à formação, ainda nos anos 1960, de entidades associativas de moradores em diversos bairros residenciais. A primeira associação “amigos do bairro” surgiu no bairro São Cristóvão em 1963. O jornal *Tribuna Criciumense* publicou que posteriormente a ela fundaram-se diversas outras sociedades de bairros na

cidade, cujo maior objetivo era “despertar o povo para a organização”<sup>156</sup>. Alguns abaixo-assinados remetidos ao sistema judiciário ou policial apresentavam-se em folha timbrada da associação com a solicitação por escrito ou datilografada, acompanhadas das assinaturas dos moradores do bairro, ou de parte deles. Evidenciando o caráter da organização popular em torno de seus interesses, como reivindicar a implantação de uma rede de saneamento básico, iluminação ou outras melhorias urbanas que boa parte dos bairros residenciais de Criciúma não possuía nos anos 1960/70. Além dos melhoramentos urbanos, essas associações também debatiam as questões que envolviam a moralidade pública.

Com a revalorização do carvão e a diversificação industrial na década de 1970 a cidade se expande e se urbaniza, multiplicando as possibilidades de trabalho para as mulheres populares que podiam encontrar ocupação nas cerâmicas, indústrias de vestuário, no setor de serviços ou no comércio central que se incrementava com novas lojas para atender a uma demanda cada vez maior. As mulheres passam cada vez mais a circular com frequência e autonomia pelo espaço urbano ocupando espaços e funções que antes eram inexistentes ou lhe eram negadas. Essa crescente visibilidade traz consigo a preocupação com o comportamento. Até porque o medo de ser associada de alguma maneira ao estigma da prostituição acarretava para mulheres populares uma série de sanções sociais como a proibição de frequentar os clubes, entrar no cinema, arranjar um pretendente ou ser motivo de falatórios e inúmeros constrangimentos pelo bairro.

Rodevalda Maria, moradora do Poço Nove, casada e mãe de cinco filhos, recorreu à justiça porque disseminou-se pelo bairro que ela era “puta, vagabunda e amante de Brás Eusébio”. A calúnia, para ela, “estava tendo uma repercussão violenta, (...) podendo acontecer fatos imprevisíveis e irrecuperáveis”<sup>157</sup>. Nadir Maria igualmente tachada de “puta” procurou na Justiça a restauração da dignidade perdida, uma vez que “é violento o impacto e mal que causam tais afirmações contra uma moça decente e bem comportada perante as pessoas que a rodeiam e suas amigas”<sup>158</sup>. As moças e mulheres do bairro Mãe Luzia, cuja reputação e dignidade foram lesadas por igual acusação, também não deixaram por menos. Representadas juridicamente por uma figura masculina elas buscaram na Justiça a reparação do “mal”<sup>159</sup>. O mineiro João, por sua vez, batia constantemente em sua esposa porque ela mantinha contra

---

<sup>156</sup> A pioneira dos bairros desenvolve atividades. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 19 a 26/10/1963, p. 4.

<sup>157</sup> Processo nº 076/73, fl.62, lv01, 28/03/1973. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>158</sup> Processo nº 1603/73, pct 49/73, 09/11/1973. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>159</sup> Processo nº 020.77.001266-3, Pct. 67/1976, 06/04/1977. Arquivo do Fórum de Criciúma.

sua vontade relacionamento com a irmã, “que é de vida fácil”<sup>160</sup>. Da mesma situação sofria Maria Salete, de profissão lavadeira, espancada com o cabo de uma foice porque teimava em lavar as roupas das prostitutas da Maracangalha, informação que o marido obtinha “das próprias mulheres da zona”<sup>161</sup>. Helena queixou-se ao delegado de polícia que sua vizinha Adelaide vivia a lhe difamar pelo bairro ao afirmar que ela não saía da zona do meretrício<sup>162</sup>. Já a moça de nome Sonia Maria foi convidada a retirar-se de uma sociedade dançante porque “não é séria”, sendo que o clube “não podia aceitar uma prostituta freqüentando um lugar decente”, porém sua presença poderia ser aceita se trouxesse um atestado médico que comprovasse sua virgindade e testemunhas de sua reputação moral<sup>163</sup>.

A moralidade das mulheres era um mecanismo utilizado socialmente por estabelecimentos dançantes, cinemas e hotéis para separar a “mulher honesta” da mulher prostituta. Essa realidade se evidencia por meio de inúmeras situações em que elas recorriam à Justiça para defender a moralidade atacada por uma série de adjetivos pejorativos que denunciavam uma conduta fora dos moldes estabelecidos. Ser tachada de “puta”, prostituta, “saidinha” ou “vagabunda” mobilizava uma série de estigmas e preconceitos às mulheres passíveis de serem identificadas como prostitutas. De modo que para tornar-se “decaída” uma mulher não precisava necessariamente fazer sexo por dinheiro ou viver financeiramente de um homem casado, este era um rótulo atribuído a todas que de alguma maneira não se enquadrassem nos códigos de virtude e de comportamentos desejados<sup>164</sup>.

Os princípios da tradicional assimetria de gênero também atingiam as mulheres das camadas abastadas, as quais vivenciavam os padrões de moralidade herméticos de forma ainda mais intensa que as mulheres populares. A peça de teatro apresentada em Criciúma pela atriz Cidinha Campos em 1975 é bem ilustrativa a esse respeito. Intitulada de “Homem não entra”, constituía-se em uma peça de reflexão sobre o universo feminino<sup>165</sup>, em um contexto histórico marcado pela retomada do movimento feminista no Brasil<sup>166</sup>. Essa luta feminista que

<sup>160</sup> Processo n° 352, Pct 59/1974, 02/01/1973. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>161</sup> Processo n° 632, 12/01/1976. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>162</sup> Livro de queixas n° 10. Queixa n° 432/78, 28/03/1978. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>163</sup> Processo n° 020.78.001591-6, pct 93/1979, 10/12/1975. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>164</sup> Ver: GIDDENS, Anthony. **As transformações na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. da USP, 1996. ANJOS, José Carlos Gomes dos. Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres. **Revista Estudos Feministas**, jan./abr. 2005, vol.13, no.1, p.163-177.

<sup>165</sup> JACOMEL, Gabriel Felipe. Debates feministas no teatro... e Homem não entra!. In: **Revista Fronteiras**, Florianópolis, v. 15, 2007, p. 15-27.

<sup>166</sup> A primeira onda feminista centrou-se na reivindicação dos direitos políticos. Já o feminismo intitulado de segunda onda surge após a segunda guerra mundial e apresentou como característica marcante a criação de

recomeçava em pleno período militar teve, segundo determinadas narrativas fundadoras, o ano de 1975 como “inaugural”, já que havia sido declarado oficialmente pela ONU como o ano internacional da mulher, autorizando simbolicamente perante a ditadura militar a retomada dos grupos de reflexão<sup>167</sup>. O feminismo de segunda onda trouxe, entre outras problemáticas, o debate da sexualidade feminina para a esfera pública.

Por ser um tema polêmico e muito controverso mesmo para o movimento feminista, e porque para muitas a sexualidade feminina ainda estava vinculada às funções da maternidade e aos discursos de que a autonomia sexual era atributo dos homens, é que a peça “Homem não entra” não alcançou em Criciúma a receptividade pretendida. Mais de mil mulheres pertencentes possivelmente às camadas sociais mais altas e instruídas foram prestigiar a peça, e para estas, as reflexões propostas pela atriz não emancipavam a mulher, ao contrário, as igualavam às prostitutas. O vereador Avelino Lopes manifestou-se sobre o monólogo na Câmara Municipal, atendendo, segundo ele, aos reclames de inúmeras mulheres que se sentiram lesadas com o conteúdo da peça. Tachada pelos vereadores de prostituta profissional, Cidinha Campos “invadiu as cidades interioranas com uma mensagem diabólica, perniciososa e destruidora”, qual seja, “a de dizer à esposa que possuir mais de um homem na sua vida, não tem importância; dizer à jovens incautas que decência, virgindade e outras virtudes já não importam mais; o aconselhamento à separação, à prostituição, ao adultério”<sup>168</sup>.

Ser igualada a uma prostituta era um medo que rondava o imaginário tanto de mulheres ricas quanto de mulheres populares que buscavam na mobilização coletiva dos abaixo-assinados ou na Justiça o distanciamento do mundo da prostituição e do estigma a ele vinculado. Podemos sugerir que essa moralidade sexual dos populares que informavam suas ações em relação às práticas sociais das prostitutas não está relacionada somente com seus

---

grupos de reflexão, os quais reuniam mulheres dispostas a refletirem entre outras coisas sobre a educação feminina, sexualidade e a relação com a família e com os homens. No Brasil, o feminismo foi retomado na década de setenta, apresentando de modo geral três etapas: 1) anterior a 1975, constituindo-se de mulheres intelectualizadas que trouxeram essa discussão do exterior; 2) a partir de 1975, instituído pela ONU como o ano internacional da mulher; 3) Final dos anos 1970, momento em que as exiladas políticas retornaram ao país e estabeleceram diálogos mais expressivos entre o movimento que se desenvolvia no Brasil e o feminismo internacional. PEDRO, Joana Maria. As leituras do feminismo francês e as identificações com o feminismo. In: **I Seminário Internacional - Enfoques Feministas e o século XXI: feminismo e Universidade na América Latina**, 2005, Salvador - BA. Programa e Resumos. Salvador : NEIM/UFBA, 2005. p. 98-99.

<sup>167</sup> PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº 52, jul/dez 2006. p. 249-272. Segundo a autora existem outras narrativas que situam o início da segunda onda feminista no Brasil antes de 1975 e que se vinculam aos movimentos vindos principalmente da França ou dos Estados Unidos.

<sup>168</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Vereador Avelino Dylnei Lopes em Ata da sessão nº199 de 30/09/1975. Livro 45.

próprios códigos culturais. Também se relacionam com uma moralidade burguesa que se espraiava por meio das campanhas dos jornais, da ação da polícia quando da autorização de clubes e sociedades dançantes<sup>169</sup> e do próprio relacionamento social dentro da cidade que misturava níveis distintos de concepções do que era considerado imoral ou moral resultando na criação de novas concepções de moralidade. Surgindo, no dizer de Raquel Soyhet, uma espécie de processo dialético, onde os valores morais das camadas abastadas exercem certa influência, mas não conseguem se impor totalmente mesclando-se com os valores próprios das camadas populares<sup>170</sup>.

Além dos bares e pensões espalhadas por inúmeros bairros e ruas centrais da cidade, ainda havia as “incômodas” casas de show, as quais despertavam igualmente a ira da vizinhança indignada. Os moradores do Bairro São Luís não tinham pensões para “meninas”, mas uma das casas de prostituição mais movimentadas da cidade: a Cantina Nápoles, situada na Rua Joaquim Nabuco<sup>171</sup>. Do mesmo modo, a Travessa Padre Pedro Baloncine, pleno centro da cidade, não tinha seu repouso assegurado em vista do “famigerado” Casarão, uma casa noturna que era um verdadeiro “acinte” às famílias “honestas”<sup>172</sup>. Ainda no centro, os clientes podiam freqüentar na Rua São José a boate Nono’s. Um pouco mais afastadas do centro, mas não menos freqüentadas, estava a boate Roda Viva no bairro Presidente Vargas e a Boate Oba Oba na BR 101. Muitas eram as opções para os fregueses e as possibilidades de trabalho para inúmeras mulheres, não fossem as campanhas moralizadoras dos populares que, mesmo não conseguindo uma solução definitiva para o problema, acabavam entervando ou mesmo paralisando temporariamente o trabalho das prostitutas.

---

<sup>169</sup> PEREIRA, Leonardo. “E o Rio dançou: Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922). In: CUNHA, Maria C. Pereira. **Carnavais e outras f(r) estas**. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2002. Segundo o autor, os diretores de associações recreativas cariocas elaboravam os estatutos para submeter à aprovação da polícia com princípios de moralidade que espelhassem os valores consagrados pelas camadas abastadas. Em Criciúma, algumas moças expulsas de sociedades dançantes por terem a moralidade posta em xeque recorreram a Justiça a fim de provar a honestidade perdida. As informações desses documentos evidenciam a mesma realidade observada pelo autor para o Rio de Janeiro, ou seja, a polícia controlava os espaços de entretenimento dos populares baseando-se em normas e regras de convivência burguesas.

<sup>170</sup> SOYHET, Raquel. **Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 250. Referindo-se ao Rio de Janeiro, a autora exemplifica explicando que a grande maioria das mulheres populares não contraía o casamento formal, mas ele era registrado como um valor por influência das camadas dominantes. Do mesmo modo, Joana Maria Pedro, ao estudar as mulheres de Florianópolis de fins do século XIX e início do XX mostra que o casamento institucional não era integrante da vida das mulheres das camadas populares, porém “(...) poderia ter sido almejado em determinados momentos de suas vidas. Devido aos valores sociais que permeavam a sociedade em que viviam”. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 156.

<sup>171</sup> Livro de Queixas nº 15, queixa nº 932/79, 22/06/1979. Arquivo da 1ª Departamento de Polícia de Criciúma.

<sup>172</sup> Livro de Queixas nº 10, queixa nº 353/78, 15/03/1978. Arquivo do 1ª Departamento de Polícia de Criciúma.

Dentre as casas de show citadas, as que foram mais problematizadas pelos jornais e pelos populares foram o “Casarão” e a Cantina Nápoles. O Casarão, por situar-se praticamente no centro da Praça Nereu Ramos, foi alvo de uma intensa problematização que não passou despercebida pela polícia. Na madrugada de 1977, determinados moradores chegaram a apedrejar aquela casa de diversão diante dos sucessivos aborrecimentos que vinham tendo<sup>173</sup>. A polícia não tinha respaldo jurídico para fechar a boate definitivamente, mas determinou, de acordo com alvará de funcionamento, que “é para todos os dias os plantões efetuarem o fechamento da Cantina “O Casarão”, isto às 22:00 horas, não podendo ultrapassar este horário de funcionamento”<sup>174</sup>. No entanto, cerca de um mês depois, diversos moradores residentes nas imediações do Casarão solicitaram providências para um barulho que já se estendia até as cinco horas da manhã. Os policiais foram ao local, mas o proprietário não fechou porque “tinha ordem do Dr. Juiz”<sup>175</sup>. De fato, o “Casarão” contava com a simpatia de um importante freqüentador que exercia a função de Juiz de direito, conforme consta no mesmo relatório policial. Essa proteção não foi suficiente diante da excessiva centralidade geográfica do Casarão. De modo que a polícia passou a proibir seu funcionamento sob pena de seus proprietários serem enviados ao presídio da cidade<sup>176</sup>.

As queixas mais comuns em relação às casas de show referiam-se ao barulho altas horas da madrugada, de músicas, carros buzinando, palavras de baixo calão, estrondos “que bem poderiam ser de dinamites ou revólveres” e ainda a prática de atos sexuais no interior dos veículos. O descaso da polícia em relação à prostituição das casas de show chega à imprensa, que passa a publicar o duelo travado entre os noventa populares do bairro São Luís e o dono da Cantina Nápoles.

Eles recorrem diretamente à Justiça “com o intuito de denunciar a inoperância de autoridades que preferem proteger uma casa de prostituição a resguardar direitos sagrados e inalienáveis de uma comunidade ordeira e laboriosa”, mas também buscam viver “num ambiente saudável e imune à podridão fomentada por um antro de prostitutas que avilta a imagem de um dos mais populosos bairros da capital do carvão”<sup>177</sup>.

---

<sup>173</sup> Relatório de Plantão Policial nº 04. 29/12/1977. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>174</sup> Relatório de Plantão Policial nº 05. 27/02/1978. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>175</sup> Relatório de Plantão Policial nº 05. 21/03/1978. Arquivo do 1º DP de Criciúma

<sup>176</sup> Relatório de Plantão Policial nº 08. 17/04/1979. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>177</sup> Processo 1334/81, fl 134, lv 01, 26/03/1981. Arquivo do Fórum de Criciúma. 1º Vara Crime.

Figura 12: Moradores do Bairro São Luís denunciam a prostituição na imprensa.



Fonte: Jornal do Sul, 14/03/1981, p.1

A cantina Nápoles, segundo o jornal *Correio do Sudeste*, já havia sido fechada por determinação da Justiça. Mas foi reaberta sob nova direção com alvará de localização e funcionamento em perfeita legalidade, isso porque “suas atividades foram distorcidas, não tendo, por conseguinte, autorização para converter-se em ponto de encontros clandestinos que enxovalham uma comunidade ordeira e laboriosa”. A polícia havia autorizado a aludida casa “a funcionar como cantina, o que nada mais é do que uma espécie de restaurante e não um bordel onde predominam a poluição sonora, as bebedeiras e a prostituição”<sup>178</sup>. De fato, a cantina mantinha em seu interior um restaurante com o sugestivo nome “beco da Fome”, sendo nas palavras de seu proprietário:

(...) um restaurante como outro qualquer, e se assim não fosse, certamente não seria incluído nos principais guias turísticos de Santa Catarina, e nem seria freqüentado por pessoas do mais alto nível social, moral e intelectual, injustamente qualificados de elementos que, não tendo o menor senso de responsabilidade e de discernimento, confundem um restaurante dançante com uma casa de tolerância.<sup>179</sup>

Além disso, assegurava-o que “a cantina Nápoles não possui quartos, descaracterizando assim a infundada denúncia de atos de imoralidade que estariam acontecendo em seu interior”, sendo também injustificada as autoridades policiais pela “gravidade das acusações”. As casas de show da cidade não possuíam quartos em seu interior, sendo uma das metamorfoses mais evidentes da prostituição desse período, ou seja, a dissociação entre o local de moradia e o de trabalho. Esses espaços não tinham o propósito de

<sup>178</sup> Omissão das autoridades estimula prostituição. *Correio do Sudeste*, Criciúma, 14/03/1981, p. 3.

<sup>179</sup> Wilson contesta denúncias contra a Cantina Napolitana. *Correio do Sudeste*, Criciúma, 21/03/1981, p. 7.

serem locais de programas, mas um local onde os programas eram agenciados. Os proprietários costumavam manter outra casa para as meninas fixas do estabelecimento.

Figura 13: Cantina Nápoles (1981)



Fonte: Jornal **Correio do Sudeste** 14/03/1981

No caso da Cantina Nápoles, uma casa situada à Rua Lúcia Milioli, esquina com a Victor Meirelles, servia de residência às meninas que lá dormiam e se alimentavam. Dissociando o local de moradia e prática da prostituição, os donos precaviam-se contra possíveis processos de lenocínio. Mas não estavam isentos dos aborrecimentos dos abaixo-assinados, a exemplo da casa residencial das mulheres da cantina Nápoles. Abrigando um número variável de prostitutas, esta casa de uso residencial também foi alvo de vinte assinaturas femininas. De acordo com o inquérito, as vizinhas queixavam-se do barulho que as mulheres faziam quando encerravam “as atividades na Boate Cantina e chegavam de madrugada (...)”, “embriagadas e falando alto”, aos “gritos de histerismo ou vozeiros”, “dando gargalhadas ou contando entre si qualquer cena engraçada que houve entre elas na boite”. O delegado decidiu que elas, por se comportarem de maneira “anti-social e imoral” deveriam mudar-se para outro local<sup>180</sup>.

Os homens que freqüentassem esses locais assistiam a strip-tease e outras performances já ensaiadas por jovens e belas mulheres, requisitos indispensáveis a meretrizes desses locais. Lá bebiam e pagavam muitas “doses” para as meninas que lhes agradassem para então posteriormente fazerem o programa em outro local como dormitórios, hotéis e mesmo nos carros ali estacionados, como já havia denunciado a própria vizinhança aborrecida. Essa

<sup>180</sup> Inquérito n° 253/81, Lv 004, Fls 89 v. 90, 25/06/1981. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

situação confundia as autoridades policiais e dificultava o julgamento de juízes e promotores, os quais apesar de terem conhecimento de que na prática não havia diferença entre essas casas de shows e os bordéis comuns, não conseguiam puni-los pelo crime de lenocínio. Essa artimanha utilizada pelos proprietários das casas de shows não escapou do humor dos jornais:

Figura 14: Charge Cantina Nápoles.



Fonte: Correio do sudeste 14/03/1981

As casas de show camufladas sob outras roupagens não podiam ser enquadradas pelos juristas no art. 229 do Código Penal, o qual previa detenção de até cinco anos para todo aquele que manter, por conta própria ou de terceiros, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fins libidinosos. Como os programas eram contratados a partir das relações íntimas entre o cliente e a prostituta não havia como provar a ingerência direta do proprietário na situação, a menos que a polícia e o Judiciário elaborassem uma cuidadosa investigação a fim de provar o que já sabiam na prática, que as referidas casas eram lugares destinados ao agenciamento da prostituição. A saída para os advogados dos populares incomodados era enfatizar no artigo 42, que previa punição para algazarras e barulhos de instrumentos musicais até o amanhecer, no entanto:

Já se decidiu que o dono do negócio não pode responder por algazarras, ruídos e gritarias produzidos nas cercanias do estabelecimento por seus usuários, ei que delas não comparticipa (Jurisprudência catarinense Volume 15/16 p.402). No outro aspecto, ou seja, barulhos de instrumentos musicais, é bem de se ver que a atividade desenvolvida pelo acusado Wilson, como, em geral, por todos aqueles que trabalham

nesse ramo de negócio, não é uma profissão ilícita ou ruidosa ou contrária aos preceitos da lei, pois se assim o fosse não estaria tão difundida nas cidades<sup>181</sup>.

O fato é que, além dos populares envolvidos, nem a polícia ou o Judiciário tinham interesse em erradicar o que acreditavam ser uma necessidade posta pela cidade moderna, sabiam que a prostituição havia se tornado em Criciúma um lucrativo ramo de negócio que se expandia e atingia todas as camadas sociais. Daí a utilização de uma postura que se equilibrava entre os dois lados simultaneamente, ora sendo repressiva e punitiva, ora sendo permissiva e tolerante. Além disso, não havia interesse em empreender campanhas moralizantes nos subúrbios, sobretudo em bairros onde a prostituição era aparente e os moradores marcados pela pobreza e marginalidade. Em relação às casas de show, lugares cujos frequentadores tinham outro nível social e econômico, a polícia mantinha cautela e costumava dispensar um tratamento mais tolerante. Até porque, mineradores, políticos influentes, advogados, juízes e outros profissionais liberais pertencentes a uma camada média de Criciúma divertiam-se em companhia de mulheres que compunham uma parcela mais privilegiada na hierarquia da prostituição na cidade. Assim a repressão à prostituição das casas de show era obstaculizada pela diversidade dos envolvidos, os quais acabavam colocando a polícia na defensiva, já que sempre havia o risco de não se saber quem poderia ser encontrado ali.

Mesmo que setores incomodados da população exigissem campanhas policiais no sentido de moralizar a sexualidade que consideravam ilícita em seus lugares de moradia, o alvo de atuação da polícia não privilegiava o baixo meretrício que se estendia aos bairros populares da cidade. Tampouco as casas noturnas frequentadas por homens que tinham influência e poder político, os quais não tinham interesse “em eliminar um território desejante considerado vital para si mesmo e para seus filhos, ao menos durante um período de sua vida”<sup>182</sup>. Na prática cotidiana a polícia interessava-se em moralizar as ruas centrais e a combater as prostitutas clandestinas tidas como “meretrizes de baixo nível” que utilizavam os dormitórios e alguns hotéis da cidade para realizar o que denominavam de “instante”, relações sexuais mais rápidas e baratas.

A repressão empreendida pela polícia nas ruas centrais não era uma prática contínua e sistemática, nos anos 1970 já não tinha como meta resguardar esses espaços para as famílias abastadas, uma vez que a cidade crescera e pelas áreas centrais transitava um

---

<sup>181</sup> Processo n° 1381/81. Pct 10/81, 20/03/1981. Sentença do Juiz corroborada pelo promotor sobre o caso envolvendo os moradores do Bairro São Luiz e o proprietário da Cantina Nápoles. Arquivo do Fórum de Criciúma.

<sup>182</sup> RAGO, Margareth. RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite:** prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 125.

enorme fluxo de pessoas tanto de dia quanto de noite. Nesse período, a polícia interessava-se em colaborar com as elites locais na construção da imagem de Criciúma como cidade moderna e saneada. Combater a prostituição central significava para a polícia diminuir a criminalidade e a visibilidade de práticas condenadas pela população “laboriosa”, mas também estava em xeque a própria atuação da esfera policial no exercício de suas funções:

Para os próximos dias, informa-se na delegacia da comarca que todo o efetivo de policiais civis, sob o comando do Comissário Everaldo da Silva, e auxiliados por policiais militares, deverão reiniciar as “blitzs” que vinham sendo realizadas nos conhecidos “inferninhos” e locais de “mulheres de vida fácil”; que serão coagidas a buscar outros locais para seus encontros, o que conseqüentemente implicará uma diminuição da marginalidade no centro da cidade.<sup>183</sup>

O uso de inúmeros hotéis da cidade para a realização do “instante” era uma prática reconhecida pela polícia desde o final dos anos 1960, momento em que os registros da ronda policial acusam uma vigilância mais constante nestes espaços. Casais só deveriam ser aceitos mediante a certidão de casamento, do contrário deveriam ser recusados pela administração do hotel<sup>184</sup>, que deveria responsabilizar-se ainda pela moralidade do estabelecimento com estatutos e regras aprovadas pela polícia, sob pena de ter revogado o alvará de funcionamento. Por meio da ficha de hóspedes, a polícia queria saber quem eram as pessoas que se hospedavam na cidade e com que freqüências o faziam, só assim acreditavam poder controlar a prostituição clandestina e a gatunagem desenfreada:

Uma leve pressão exercida sobre o sistema policial que vigora no município, parece ter sido suficientemente forte, ao ponto de despertar atenção no sr. Délio Sólton da Silveira, nosso atual delegado regional de polícia. No início da semana em curso, anunciou através de entrevista concedida a determinado órgão de imprensa cricumense, que iniciaria uma blitz nos hotéis da cidade, onde vêm sendo alugados quartos às prostitutas que há longo tempo provaram que têm mais força do que as próprias autoridades policiais<sup>185</sup>.

Localizada na Rua Paulo Marcus, o Hotel Novo Mundo servia majoritariamente a casais em busca de um “instante”, assim como o Hotel Bandeirante, Tay, Eliane, entre outros. As prostitutas usuárias desses espaços costumavam buscar sua “freguesia” fazendo ponto no Bar Avenida, reconhecido lugar para agenciamento de programas, nas ruas centrais, nas casas de show ou mesmo em bares situados nos bairros da cidade. O jornalista Armando Pereira, escrevendo sobre a prostituição no Rio de Janeiro dos anos 1970, período em que atuou como

<sup>183</sup> Violência nos bairros culmina com assassinato. **Jornal do Sul**. Criciúma, 19/01/1980, p.3.

<sup>184</sup> Conforme orientações do Registro do livro de Ronda Policial, 23/02/1968.

<sup>185</sup> População, cuidado: A POLÍCIA ESTÁ SOLTA! **Jornal do Sul**, Criciúma, 30/06/1979, p.2.

delegado de polícia no Mangue e em Copacabana, relata o uso sistemático dos hotéis cariocas para a prática da prostituição. Segundo ele, estes locais eram verdadeiras “casas de passe”:

(...) a verdadeira casa de passe é o hotel que recebe casais para encontros destinados a atos sexuais. O ilustre magistrado descreve a falta de higiene que achou nesses estabelecimentos, de aparência legal, onde, a par de pensionistas, o proprietário recebe pares de amantes que pedem acolhida por algumas horas. A casa de *passe*, para onde as *filles* do *trottoir* conduzem a sua clientela ocasional, tem a aparência honesta dos estabelecimentos que negociam com hospedagem.<sup>186</sup>

Os hotéis se constituem, segundo ele, em excelentes “disfarces do lenocínio”, já que a polícia nem sempre estabelece com clareza os hotéis que servem à hospedagem e outros que servem a prostituição. Além disso, o estabelecimento não pode exigir certidão de casamento ou bagagem das pessoas que procuram por hospedagem. O resultado foi que entre os anos 1960 e 1970 o número de hotéis destinados a encontros sexuais triplicou no Rio de Janeiro, estando em sua maioria sob o controle dos espanhóis que conseguiram fundar na cidade uma “organização poderosa”, dispendo “de uma caixa de propinas avultadíssima”<sup>187</sup>. Prossegue informando que os “hoteleiros-lenões” fazem com as prostitutas “acertos de toda a espécie”, recebem as diárias pelo uso do quarto, comissões por cliente ou uma diária já majorada “para permitir o entra e sai”<sup>188</sup>. A polícia carioca, mesmo usando de repressão, não conseguiu fechar os hotéis que as mulheres utilizavam para fazer sua “viração” porque a justiça não considerava a atividade hoteleira como criminosa.

Muitos hotéis de Criciúma também foram alvo de repressão e controle em vista da manutenção de atividades voltadas ao comércio sexual. A saída para combater esse tipo de prostituição era fechar esses estabelecimentos pelo crime de lenocínio, já que a repressão e o controle efetuados por mais de duas décadas não surtiram resultados duradouros<sup>189</sup>. Assim, no início dos anos 1980, o delegado da cidade prepara um flagrante no Hotel Novo Mundo acompanhado de uma comissária de polícia e por policiais militares. Vários casais já preparados ou com o “instante” em andamento foram presos e levados à delegacia. Não há contradição, prostitutas e clientes dizem-se usuários antigos deste e de outros hotéis, os quais são definidos simultaneamente como hotéis e como pontos de encontro para fins libidinosos.

<sup>186</sup> PEREIRA, Armando. **Prostituição**: uma visão global. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PALLAS, 1976, p. 41.

<sup>187</sup> Ibid, p.41.

<sup>188</sup> Ibid, p. 42.

<sup>189</sup> Os livros de registro da ronda policial durante todos os anos da década de 1970 mostram as constantes batidas policiais efetuadas nos hotéis da cidade em busca de prostitutas. Em 05/06/1976, por exemplo, foram presas onze prostitutas no hotel Eliane e encaminhadas ao presídio já que a delegacia não dispunha de lugar para todas elas. Livro relatório de plantão n° 05, 05/06/1976.

Na fase de instrução judicial, três anos depois de formado o inquérito, o delegado responsável já havia sido transferido para Florianópolis, mas compareceu ao julgamento dizendo:

Que em Criciúma não existem motéis, que existia uma zona de meretrício, que a polícia costumava fiscalizar e vistoriar a zona do meretrício, que o depoente se recorda que o proprietário do supermercado vizinho ao hotel e também o proprietário da casa das linhas foram reclamar na delegacia de polícia com relação ao lenocínio praticado no Hotel Novo Mundo, que ficava no centro da cidade e escandalizava a sociedade local, que o depoente não sabe se havia ou não tolerância por parte da polícia com relação a motéis e casas de prostituição da cidade.<sup>190</sup>

Seu depoimento deixa transparecer a preocupação das autoridades judiciais em relação à excessiva tolerância da polícia com as pensões e as casas de show destinadas à prostituição, situação que, aliás, já havia sido denunciada por populares de vários bairros da cidade e mesmo pela imprensa local. Numa atitude similar, a Justiça também tinha dificuldades para estabelecer os limites da tolerância já que “perante os nossos costumes vigentes não há que se falar em crime de casa de prostituição, quando há inúmeras zonas de meretrício funcionando pelo território nacional”. Argumenta o Juiz encarregado de julgar o caso do Hotel Novo Mundo, e além do mais, prossegue ele, o “Supremo Tribunal Federal tem entendido que o hotel regularmente licenciado, que recebe casais, para curta permanência, não pode ser considerado casa de prostituição”<sup>191</sup>.

O espraiamento da prostituição clandestina incomodou principalmente a imprensa e os moradores de determinados bairros da cidade, preocupados com a publicização de atos sexuais e com a possibilidade de serem de algum modo atingidos pela prostituição e o estigma a ela vinculado. A polícia e o Judiciário, apesar desse aparente desinteresse com certas modalidades de prostituição, não deixaram de constituir-se em instâncias formuladoras de discursos estigmatizantes e de práticas segregativas, impondo inúmeros limites ao que acreditava ser necessário tolerar, ainda que esses discursos e ações não satisfizessem plenamente os populares descontentes. As prostitutas, por outro lado, insinuando-se pelos bairros residenciais, mantendo seus antigos territórios na área central e “inventando” novas possibilidades de exercer a atividade sexual, também definiram formas particulares de resistir à (in) tolerância dos articulistas da imprensa, dos populares descontentes e de determinadas ações impostas pela polícia no sentido de mantê-las circunscritas a um determinado espaço: a zona de prostituição Maracangalha.

---

<sup>190</sup> Processo nº 1353/81, Pct 122/81, 14/04/1981. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1º vara criminal.

<sup>191</sup> Processo nº 1353/81, Pct 122/81, 14/04/1981. Arquivo do Fórum de Criciúma, 1º vara criminal.

## CAPÍTULO 2

### PRÁTICAS REGULAMENTARISTAS E O DISCURSO JURÍDICO SOBRE A PROSTITUIÇÃO EM CRICIÚMA

Lá no alto do morro  
vivem no podium as rainhas...  
Que dizem as más línguas  
São de vida fácil.  
Loucas mulheres, loucas vadias...  
profissionais do sexo e da boêmia...  
Homens da noite, de elegantes  
ternos,  
de chapéu Panamá com dentes de  
ouro.  
Tem das mulheres...frenéticos  
orgasmos.  
desejos contidos da vida fácil...  
Tal prazer é bem pago...  
e não causa ojeriza,  
mulheres possuídas, pecadoras,  
Profanas, prostituídas...  
Com seus batons cor carmim  
seu perfume adocicado.  
Pudores nenhum.  
Maltrapilhas, maltratadas.  
Opção? Condição?  
Já não sabem tais mulheres...  
Se a alvorada ressurgir  
é hora de se preparar  
para quando a madrugada chegar...  
Bobis no cabelo, decotes ousados  
unhas postiças e cílios alongados.  
Está pronta pra batalha.  
A diva da Maracangalha. <sup>1</sup>

#### 2.1 - Definindo Os Discursos Sobre A Prostituição Na Cidade

O crescimento econômico da cidade carbonífera e o caráter predominantemente masculino da mão-de-obra mineira serviram durante muito tempo como atrativo para o

---

<sup>1</sup> GOMES, Jailson. “**Divinas mulheres... De vida bem fácil**”. Criciúma, trabalho não publicado, (s.d.). Arquivo particular do autor.

aumento de mulheres na cidade a exercer a atividade sexual remunerada. O surgimento da Maracangalha, com a extinção da antiga zona da Estrada de Ferro, é sintomático de uma situação que só tenderia a crescer e a se diversificar nas décadas seguintes. A forma como a sociedade e o poder constituído problematizou a prostituição regularizada e clandestina não foram iguais, na medida em que os interesses e as concepções de moralidade também diferiam.

Mesmo tolerada, a prostituição regularizada da Maracangalha era um problema no cotidiano de muitas famílias mineiras. Um espaço de atração aos mais boêmios, que não raro se excediam no salário do mês com bebidas e mulheres, deixando a sobrevivência familiar à própria sorte. Noitadas boêmias também interferiam na produtividade do trabalho e não eram vistas com bons olhos pelos empresários do setor carbonífero.

A prostituição clandestina, por outro lado, foi problematizada com uma amplitude muito maior que a circunscrita, já que expunha publicamente as práticas sexuais não monogâmicas e os comportamentos femininos negados pelas concepções de moralidade vigentes na época. O jornal *Tribuna Criciumense* expôs o “problema” da prostituição na área central à opinião pública desde 1955. Mesmo na década de 1970, o discurso do periódico em relação à presença das prostitutas nos logradouros centrais revelou a mesma lógica territorial em não misturar mulheres prostitutas com mulheres tidas como “honestas”. Subjacente à separação dos corpos, o que estava em jogo era a própria idéia da contaminação, situação que poderia ocorrer quando as práticas culturais e sexuais das prostitutas extrapolassem para a sociedade “sã” por ato ou efeito mimético.

Coincidência ou não, os problemas apontadas pelo jornal como empecilhos à prática da prostituição clandestina na área central, também aparecem nos processos judiciais movidos por centenas de moradores dos bairros residenciais. Igualmente incomodados pela excessiva publicização do sexo, pelas atitudes gestuais e verbais expansivas, vistas como “espalhafatosas”, que produziam algazaras nos horários noturnos destinados ao repouso.

Levando em conta essas construções discursivas, este capítulo visa discutir de que modo o sistema policial e judiciário respondeu às várias problemáticas sobre a prática da prostituição na cidade apontadas pelos jornais e pelos populares, bem como as ações voluntárias voltadas ao seu controle.

## 2.2 - Definindo Os Limites da Tolerância

Há muito tempo, a dupla moral burguesa vem aceitando a prática da prostituição, um mal tido como necessário, tendo em vista os discursos constituídos historicamente e ainda presentes no senso comum sobre o caráter da sexualidade de homens e mulheres. Essas noções que se constituíram como “verdades” produziram uma série de enunciados discursivos enfiados entre si, remetendo a sexualidade masculina a uma necessidade biológica que precisa de vazão, e a feminina a uma necessidade vinculada à maternidade<sup>2</sup>.

Dessexualizada, a mulher considerada “sadia” não deveria sentir os desejos sexuais que eram próprios da natureza masculina. Nesse sentido, o homem deveria resguardar a castidade de sua esposa ou namorada, reservando a ela apenas “a cópula saudável e perfeita”, ou seja, o coito vaginal na posição horizontal e com a mulher por baixo<sup>3</sup>. Todos os comportamentos sexuais considerados desviantes do padrão de normalidade imposto a homens e mulheres na intimidade do lar eram coibidos por discursos vindos das mais diferentes esferas da sociedade, algumas de cunho moralizante, outras embasadas em uma suposta cientificidade. Se havia o reconhecimento de uma suposta necessidade sexual masculina, a prostituição passa a ser tolerada como forma de dar vazão a essa necessidade sem que os homens precisassem recorrer às mulheres cuja moralidade deveria ser preservada.

---

<sup>2</sup> O interesse pela sexualidade feminina pode ser datado, segundo Maria Bernadete Ramos Flores, no final do século XVIII e no transcurso do XIX. Contexto de emergência discursiva do caráter dual da sexualidade humana e das discussões em torno da construção da nação e melhoria (embranquecimento) da raça. A sexualidade de homens e mulheres passa a ser objeto de discussões e intervenções por parte de médicos e outros especialistas engajados na produção da “boa” raça, tendo em vista a noção cultural ainda em voga de que à natureza relegou a mulher à procriação da espécie e ao homem a sua proteção e sobrevivência. O discurso desses especialistas (médicos, sexólogos, psicólogos, educadores, ensaístas, etc), do Estado, da Igreja e da imprensa passou a vincular à mulher à maternidade e restringi-la ao domínio do privado, à intimidade do lar para a educação dos filhos (as) idealizados para a Nação que se desejava construir. Dentro dos papéis de gênero que foram sistematicamente divulgados por estes discursos, a sexualidade feminina só existia em função da procriação, diferentemente da masculina. A autora cita, a título de ilustração, algumas regras de higiene sexual propostas pelo médico Dr. José de Albuquerque em 1929 para homens e mulheres. Segundo ele, os homens não devem ter continência em relação ao sexo, devem praticá-lo, pois a eliminação do esperma evita uma série de danos ao seu organismo. No entanto, em caso de coito com a prostituta, não deveria beijá-la na boca, sendo indispensável após a relação uma rigorosa limpeza em sua genitália com banho de fenol, pergamanato de potássio ou formol. Recomendava ainda que os homens evitassem freqüentar o meretrício nos horários de maior movimento. Para o Dr. Albuquerque, as mulheres “sadias” não têm necessidade biológica de sexo, a falta de uma atividade sexual regular não lhes traria prejuízo de qualquer ordem. Concluindo-se que as mulheres precisam menos de sexo do que os homens, sendo a prostituição o lugar adequado para a vazão dessas “necessidades”. A idéia da mulher dessexualizada, maternal, voltada a educar os filhos para uma nação moderna e viril também é encontrada no discurso de Plínio Salgado, evidenciando a grande circularidade misógina dessas idéias nas mentes de políticos, intelectuais, clérigos, cientistas, jornalistas etc. FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: ARGOS, 2007, p. 181-266.

<sup>3</sup> Ibid, p. 228 e 251.

Dentro da lógica onde os “fins justificam os meios”, o uso mercantil da sexualidade passou a ser rotulado como tolerância. Os limites dessa “tolerância” sempre foram objeto de discussões no Brasil, tendo em vista a ausência de uma legislação específica para gerir a prostituição. A ausência de uma legislação específica no Brasil levava as autoridades policiais e jurídicas a acalorados debates acerca de uma definição do papel do Estado diante do fenômeno da prostituição.

A regulamentação do meretrício sempre foi uma questão bastante polêmica em todos os países de modo geral, sendo que os debates tendiam a se agrupar a partir das posições de dois grupos principais, os abolicionistas e os regulamentaristas. O sistema abolicionista era contra qualquer forma de regularização da prostituição, porque ao invés de favorecer as prostitutas as deixavam entregues à exploração dos proxenetas<sup>4</sup>. Já o sistema regulamentarista admitia a idéia de que a prostituição era um mal necessário, exigindo, portanto, o controle sanitário, o fichamento policial e o agrupamento dos prostíbulo em áreas isoladas do centro urbano<sup>5</sup>. A questão central que norteava as discussões dos grupos ligados aos dois sistemas não era se o Estado deveria ou não intervir na prostituição, mas, em que medida e sob quais formas essa intervenção iria acontecer<sup>6</sup>.

Como não havia consenso sobre os limites da intervenção estatal sobre a prostituição, muitos países adotaram o sistema regulamentarista francês ajustando-o as suas realidades locais. Segundo Lená Menezes, o Rio de Janeiro buscou regulamentar a explosão dos prazeres na cidade defendendo o modelo francês de privatização da prostituição<sup>7</sup>. Os médicos da segunda metade do século XIX eram os maiores entusiastas da experiência francesa, suas ações, entretanto, esbarravam num centralizado poder imperial. Dom Pedro II

---

<sup>4</sup> Sobre o sistema abolicionista ver RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.127-133; ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 104-124.

<sup>5</sup> O sistema abolicionista nasceu na Inglaterra em 1870 ligado a grupos que lutavam pela emancipação feminina e pelos direitos humanos, os quais reagiram às leis criadas pelo governo inglês para regulamentar a prostituição. O sistema regulamentarista nasceu na França em 1802 a partir das preocupações de Napoleão Bonaparte em controlar a prostituição por meio de uma legislação específica. O perigo da contaminação por doenças venéreas foi o grande incentivador para a criação de políticas públicas voltadas ao controle e à segregação das prostitutas, que deveriam ser fichadas pela polícia e submeter-se a exames médicos periódicos, além de estarem sob a supervisão e controle dos proxenetas e de uma polícia de costumes. LEME, Edson Holtz. **Histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005, p. 182.

<sup>6</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cad. Pagu**, Dez 2005, n°25, p. 29.

<sup>7</sup> MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996, p.171

que possuía fortes convicções liberais e abolicionistas dificultou a implementação de medidas que fossem autoritárias e repressivas. Desse modo, o Brasil acabou criando um modelo que não podia ser definido nem como regulamentarista, nem como abolicionista. No dizer de Cristiana Schettini, o que se criou no Brasil foi “uma certa política que resultou de múltiplos conflitos entre autoridades policiais, prostitutas e autoridades judiciais, e que se caracterizou por instáveis regras não escritas e por negociações locais e pontuais”<sup>8</sup>.

Mantendo a mentalidade de que a prostituição era necessária e que cada um poderia dispor do próprio corpo, o Estado brasileiro se absteve de legislar sobre o assunto, sugerindo à polícia um livre arbítrio para investir no cotidiano das meretrizes. Muitas dessas investidas policiais inspiraram-se nos inúmeros tratados médicos elaborados no Rio de Janeiro desde 1840 para controlar o crescimento da prostituição<sup>9</sup>.

No final do século XIX, entretanto, a ampla maioria dos médicos da área da saúde pública no Brasil já havia se desiludido com a regulamentação em Paris e tornou-se contrário à regulamentação formal da prostituição, entendendo que a restrição do poder policial sobre as prostitutas levaria médicos sanitaristas a ocupar esse espaço de forma mais racional e humana<sup>10</sup>. Em lugar de repressão e controle, as autoridades médicas passariam à educação e à conscientização popular. Para os médicos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a prostituta estava mais associada com a carência econômica e doença do que com a criminalidade<sup>11</sup>. Dos meios científicos europeus, os médicos brasileiros importaram as idéias contrárias à regulamentação, posição, aliás, amplamente defendida pelos grupos abolicionistas que se mobilizavam em favor das prostitutas desde 1870. Por isso os legisladores da Primeira República entenderam ser mais conveniente deixar aos funcionários municipais a tarefa de controlar a prostituição.

As medidas propostas por médicos das primeiras décadas republicanas ficaram mais ao nível do discurso porque eles efetivamente não se envolveram em campanhas educativas e saneadoras, ainda que muitas de suas reflexões e discussões sobre o controle sanitário da prostituição acabassem sendo implementadas pela polícia, como a delimitação de

---

<sup>8</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cad. Pagu**, Dez 2005, n°25, p.35.

<sup>9</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.128.

<sup>10</sup> CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 80.

<sup>11</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit. p. 131.

zonas restritas à prostituição e a obrigatoriedade de exames médicos<sup>12</sup>. Contrários à regulamentação, os médicos e os legisladores brasileiros distanciavam-se do cotidiano da prostituição à medida que os debates acerca de legislar ou não iam sendo substituídos por outras discussões. Mas a polícia, por outro lado, ia demarcando zonas de prostituição, registrando e perseguindo as prostitutas, ia, enfim, criando seus próprios regulamentos, os quais estavam longe de respeitar os direitos civis das mulheres envolvidas com o comércio sexual.

O modelo regulamentarista da prostituição disseminado na prática cotidiana dos grandes centros como Rio de Janeiro e São Paulo desde fins do século XIX alastrou-se por outras cidades do interior, mantendo praticamente as mesmas características pelo menos até a metade do século XX<sup>13</sup>.

Em Florianópolis, foi principalmente a partir de 1920 que os médicos e autoridades municipais resolveram instituir uma regulamentação formal para o meretrício. Por meio de campanhas através da imprensa buscavam o respaldo popular para legalizar o controle médico e policial sobre o corpo das prostitutas<sup>14</sup>. Como o regulamento nunca se instituiu ficou prevalecendo o poder discricionário da polícia.

Em Criciúma, observou-se igualmente uma tendência por parte de advogados e autoridades judiciais em legitimar o poder policial sobre a prostituição. A força policial, por sua vez, buscou sintonizar-se aos anseios das camadas dirigentes esquadrihando a cidade em busca de prostitutas não regularizadas por meio do fichamento médico e policial. A inviabilidade de empreender campanhas em todo o perímetro urbano levou a polícia a centralizar seus esforços nas áreas centrais, permitindo a permanência das prostitutas apenas dentro de zonas toleradas. Os limites da tolerância, definido na cidade pelas autoridades policiais desde o surgimento da prostituição no final dos anos 1930 e mantida com suas características principais pelo menos até a década de 1970, podem ser observadas na história que se desenrola nas próximas páginas<sup>15</sup>.

---

<sup>12</sup> ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 140.

<sup>13</sup> Para a cidade de Londrina ver LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas: Histórias e Memórias da Prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005. Para Florianópolis ver PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

<sup>14</sup> PEREIRA, Ivonete. *Ibid*, p. 84.

<sup>15</sup> Os processos de *Habeas Corpus* envolvendo as prostitutas Iracema Batista e Malvina da Silva, apresentados nas próximas páginas, pertencem a uma temporalidade que esta pesquisa não contemplou. A pertinência de sua

Já era noite do dia 16 de dezembro de 1947 quando Antonio Balthazar, encarregado da seção de controle e fichário do meretrício, dirigiu-se a casa onde residia a “mundana” Iracema Batista, na zona da estrada de ferro. Ali a intimou a se retirar desta cidade até as 10 horas do dia seguinte sob pena de ser presa, deportada e passar pelo vexame de ter seus cabelos raspados. Motivaram essas ameaças o fato da meretriz ter se recusado a submeter-se a exame médico de sanidade exigido pela polícia. As ameaças influíram de tal modo no ânimo de Iracema que num ato inconsequente ela tentou suicidar-se ingerindo 20 comprimidos de instantina. Após recuperar-se sob os cuidados do médico Manif Zacharias, Iracema leva o caso ao tribunal, uma vez que sofreu um “grave constrangimento” que pretendia obrigá-la “a fazer o que a lei não manda”<sup>16</sup>. Não havia de fato qualquer regulamentação estatal da prostituição e Iracema valeu-se da falta da lei para virar o jogo contra a polícia que:

(...) localizou e regulamentou a prostituição nesta cidade. E assim o fez, talvez baseada em que o código Penal não contém disposição algum referente à prostituição, que se poderia chamar “voluntária” em qualquer de suas formas. Ou ainda com fundamento em que o Estado não pode coartar a liberdade que tem toda pessoa adulta de dispor de seu corpo, desde que sua conduta não provoque escândalo.<sup>17</sup>

As prostitutas, por sua vez, não podendo manter todos os direitos civis que a Lei lhes garantia, tentavam ao menos amenizar esse “poder discricionário” que as perseguia cotidianamente. A visita médica forçada, vista pelos grupos abolicionistas como um dos aspectos mais degradantes do sistema regulamentarista, levava muitas prostitutas de Criciúma e funcionários policiais ao tribunal da cidade. No caso de Iracema Batista, o advogado embasa a defesa citando no processo uma bibliografia médica especializada. Amparando-se na cientificidade dos livros “Conduta Sexual” ou “Nossa vida sexual”, o advogado argumentou que na opinião desses médicos especialistas o atestado de saúde não oferecia segurança, pois era feito de forma rápida pelo especialista que não conseguia desse modo dar conta do estado real das mulheres prostitutas. Por outro lado, afirmava ele, entre um exame e outro a mulher

---

utilização para essa argumentação é que esses foram os únicos processos encontrados que mostravam de forma completa as medidas regulamentaristas da prostituição utilizadas desde o século XIX e que foram adotadas em Criciúma até a década de 1970, é o que nos sugere informações esparsas contidas em outros processos criminais do período abordado. Importa acentuar que a precariedade com que os processos criminais encontram-se armazenados possivelmente levou ao extravio de diversos documentos, entretanto, Rachel Soihet chama a atenção para o fato de que mesmo quando os processos não são numerosos, eles devem ser analisados como exemplo de inúmeras ocorrências que não chegaram a ser registradas. SOIHET, Rachel. **Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 13.

<sup>16</sup> Processo n° 148, fl.22, lv 01, 27/01/1947. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>17</sup> Processo n° 148, fl.22, lv 01, 27/01/1947. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

poderia se contaminar mesmo portando o atestado sanitário. Mas a vigilância médica não era inútil, apenas “problemática”, já que não se “deve confiar na informação da prostituta de ter sido na véspera examinada pelo médico”<sup>18</sup>.

Diante da situação, o policial Antonio Balthazar solicita aos médicos da cidade uma declaração de próprio punho que ateste a eficácia das medidas sanitárias que ele instituiu, qual seja, que as meretrizes de quinze em quinze dias se submetessem ao exame médico pagando evidentemente a quantia de Cr\$ 20,00 cruzeiros. Dr. Ângelo Lacombe, Dr. Sartori, Dr. Manif Zacharias e Dr. José de Patta, os principais médicos de Criciúma na década de 1940 e 1950, redigiram a declaração usando curiosamente as mesmas palavras, dando a sugestão de terem sido orientados ou mesmo que tivessem combinado o que iam escrever. Além de compartilharem da mesma mentalidade de profilaxia das doenças venéreas que os médicos cariocas, eles também asseguravam certa quantia pelos exames que eram feitos regularmente, além disso, estavam muito distantes temporalmente dos debates de seus antecessores do início do século, os quais eram contrários à visita médica forçada e a favor de convencer as prostitutas da importância do exame médico. Diante da prova documental, os atestados médicos que garantiam que após as medidas profiláticas os casos de doenças venéreas na cidade haviam diminuído sensivelmente, o juiz considerou a denúncia contra o policial improcedente.

Os conflitos envolvendo as prostitutas e o encarregado da seção de controle e fichário deveriam ocorrer com alguma frequência, pois alguns dias depois de encerrado o caso de Iracema, ainda em 1947, a prostituta Malvina da Silva entrou com pedido de *habeas corpus*, pois fora presa por não ter apresentado o exame de saúde exigido. De posse do atestado médico ela argumenta que não conseguiu encontrar a seção de fichário aberta para a entrega do documento que lhe garantia poder exercer o meretrício<sup>19</sup>. As prostitutas tinham que apresentar o exame quinzenalmente e o policial Antonio Balthazar deveria ser bastante rígido em relação aos prazos de vencimento desses atestados, porque Malvina foi presa à noite, no mesmo dia em que vencia seu atestado anterior. Infelizmente ela não chegou a tempo de entregá-lo, uma vez que Antonio Balthazar já havia encerrado o expediente, mas não foi embora sem antes deixar os nomes das prostitutas que deveriam ser presas e sofrer deportações ainda naquela noite por terem ultrapassado os limites da tolerância.

---

<sup>18</sup> Processo n° 148, fl.22, lv 01, 27/01/1947. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

<sup>19</sup> Processo n° 150, fl.22, lv 01, 07/02/1947. Arquivo da 1ª vara criminal do Fórum de Criciúma.

Essas medidas implementadas pelo policial Antonio Balthazar não foram criadas por ele ou por seus superiores mais imediatos, elas pautam-se em discursos científicos formulados por determinados médicos cariocas ainda no final do século XIX, quando junto com os regulamentos normatizadores da prostituição eles indicavam também os meios punitivos para assegurar o cumprimento de medidas que garantissem um espaço higienizado. Em 1875, por exemplo, o médico Siqueira Filho sinalizava com a possibilidade de multa e prisão para as prostitutas que se apresentassem com atraso ou que faltassem ao exame médico, inclusive as que continuassem a exercer o ofício sendo portadoras de doenças venéreas. Indicava ainda que para as “escandalosas” fosse primeiramente lhes ministrado o termo de bem-viver e na recorrência do ato a deportação<sup>20</sup>. Essa forma de tratamento dispensado às prostitutas, visando um controle moral e higiênico, espalhou-se pelo interior do país persistindo inclusive por muitas décadas do século XX.

A prostituição em Criciúma era tolerada, mas as prostitutas sofreram diversas interdições como a proibição de saírem à rua a passeio em determinados horários, de freqüentarem os cinemas, a submissão aos exames médicos e a ameaça de prisão ou expulsão da cidade. Durante as décadas de 1960 e 1970, as autoridades policiais mantiveram as práticas regulamentaristas na cidade, dando ênfase especial ao fichamento médico e policial e mantendo as ameaças de prisão e expulsão.

As ameaças de prisão e expulsão atingiam até mesmo homens como o Sr. Cipriano Manoel, que burlando a lógica de segregação pensada para as prostitutas resolveu infringir esses limites simbólicos vivendo “maritalmente com uma mulher que não se recomenda no meio de famílias”. O delegado Arthur Souza não teve dúvidas, intimou-o para uma conversa ameaçando-o de prisão e também de raspar os cabelos de sua companheira. Mas ela, já habituada com as coerções da polícia, possivelmente orientou seu companheiro a impetrar o *Hábeas Corpus*, a única estratégia capaz de conter a ampliação dos poderes punitivos da polícia quando da aplicação de penas não previstas em lei<sup>21</sup>. Desse modo, “a repulsa moral de

---

<sup>20</sup> ENGELS, Magali. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 131.

<sup>21</sup> Processo Hábeas Corpus nº 020.60.000226-8, Pct 18, 28/06/1960. Arquivo da 1ª Vara Criminal, Fórum de Criciúma.

que é objeto a prostituta estende-se aos que com ela se relacionam inclusive o homem que ousa manter com a mesma um contato mais estreito, ou seja, uma relação amorosa”<sup>22</sup>.

Uma vez localizadas e definidas como “prostitutas”, essas mulheres deveriam proceder aos exames periódicos de saúde e realizar o fichamento policial. Neste documento, anotavam-se informações pessoais como nome, idade e endereço. Segundo Margareth Rago, o fichamento policial tornou-se corrente em São Paulo especialmente depois de 1915, mesmo com as sucessivas críticas daqueles que se opunham ao sistema regulamentarista<sup>23</sup>. Em Criciúma, o fichamento policial respondia a uma necessidade numérica. A polícia precisava mensurar a prostituição na cidade, definir quem eram e quantas eram as mulheres prostitutas, só assim poderia definir estratégias de limite e controle. Não raro, acabavam rotulando e perseguindo outras mulheres que, por circunstâncias de trabalho ou de lazer, estivessem expostas a ambientes públicos ou de sociabilidade masculina. O caso de Otília Matias é representativo dessa situação.

A moça foi intimada pelo delegado Zech dos Anjos a realizar seu fichamento e a pagar a quantia estipulada de CR\$ 50,00 cruzeiros. Otília era empregada no Bar e café Ouro Preto onde realizava o atendimento aos fregueses, sendo que soube por “informações que este ‘fichamento’ da delegacia era para fichá-la como prostituta, o que é uma violência inconcebível”, já que ela tinha “carteira profissional e sempre trabalhou honestamente”. Para uma mulher pobre o vínculo empregatício era indispensável para ter sua moral assegurada e não ser confundida com uma “mulher da vida”, mesmo que o Estado continuasse a lhe atribuir a “tarefa natural de criação e educação dos filhos”<sup>24</sup>. Por outro lado, não era qualquer trabalho que poderia lhe garantir a moralidade, Magali Engel mostra que desde o século XIX a autonomia econômica da mulher era associada à prostituta, somente o trabalho operário lhe era reconhecido como trabalho. Desse modo, “somente protegida pelas redomas da família ou da fábrica, a mulher poderia, *honestamente e honradamente*, garantir as condições econômicas de sua sobrevivência”<sup>25</sup>.

---

<sup>22</sup> SOYHET, Raquel. **Condição Feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 215.

<sup>23</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.117.

<sup>24</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890/1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 78.

<sup>25</sup> ENGELS, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 113. Ver também: FONSECA, Claudia. *Pais e filhos na Família popular (início do século XX)*. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988, p.102.

É possível que Otília Matias não fosse prostituta, mas o trabalho que realizava, atendendo homens no balcão, não correspondia ao estereótipo de moça recatada e “honesta”, estereótipos que também estavam no discurso daqueles encarregados da lei e da ordem<sup>26</sup>. De modo que a garantia da carteira profissional registrada não evitava os estereótipos de gênero, e com eles a possibilidade de ser presa e sofrer todas as sanções comuns às prostitutas, por isso Otília Matias solicita o pedido de *Hábeas Corpus*, a única proteção que poderia conter os avanços da polícia, ávida por zonestar e controlar a prostituição central. A polícia, nesse caso, acata o *Hábeas Corpus*, pois “ele existe para corrigir os possíveis enganos”. Assim Otília Matias:

Nada tem a temer por parte da polícia, pois não é verdade que a polícia deseja prende-la. O que existe na realidade é que a polícia está fazendo nesta cidade, como medida de alcance social, o controle da prostituição aqui existente e obrigando-as na medida do possível, que sejam submetidas a exames médicos. Trata-se de controle sanitário e também de zoneamento de prostitutas. A polícia está envidando esforços para que prostitutas não exerçam sua profissão no centro da cidade. Se Otília Matias não é prostituta nada tem a temer com referência a ação da polícia.<sup>27</sup>

A “ação da polícia”, somando “esforços” para zonestar a prostituição central em 1961 pode ser entendida como resposta as inúmeras campanhas em prol da moralidade pública efetuadas pelo jornal *Tribuna Criciumense* desde 1955. A história de Cipriano Manoel, advertido por viver maritalmente em meio às famílias com uma mulher definida como prostituta, e de Otília Matias, responde a este momento de grande inquietação em relação à visibilidade das práticas sexuais no centro da cidade.

Em Criciúma, as prostitutas que portassem a carteirinha tinham garantias de não serem molestadas por policiais quando no exercício de sua função desde que não arrumassem confusões, as que não portassem estavam inscritas na clandestinidade e por isso sujeitas a serem presas recorrentemente pelo crime de vadiagem. A carteirinha policial custava à prostituta no ano de 1961 a quantia de CR\$ 50,00 cruzeiros e tinha data estabelecida para revalidação, assim como os atestados médicos<sup>28</sup>.

<sup>26</sup> VENERA, Raquel Alvarenga S. V. **Cortina de Ferro**: quando o estereótipo é a lei e a transgressão feminina. 2003. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. A autora mostra que muitos estereótipos de gênero são construídos ou sedimentados pelo próprio sistema encarregado de julgar e punir. Como por exemplo a incompatibilidade de Marias e Camélias ocuparem o mesmo corpo, ou seja, prostitutas tornarem-se mães.

<sup>27</sup> Processo n° 558, n° 4, fl. 6. Pct 103/81, 12/04/1961. Resposta do delegado ao Juiz sobre o pedido de *Hábeas Corpus*.

<sup>28</sup> Processo n° 558, n° 4, fl. 6. Pct 103/81, 12/04/1961. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma.

Mais que moralizar ou higienizar a cidade, as carteirinhas de médicos e policiais criavam mecanismos para transferir o dinheiro das prostitutas para os cofres do poder público e para o bolso de “cidadãos ilustres”<sup>29</sup>. Para ser prostituta uma mulher precisava pagar ao Estado, à cafetina, ao gigolô e muitas vezes aos policiais a título de propina. Dentro das margens da legalidade, funciona, portanto, segundo Foucault, uma espécie de dimensão útil da delinqüência que cria instrumentos para gerir e explorar as ilegalidades. Para o autor, a implantação das redes de prostituição no século XIX é exemplar a esse respeito: o controle policial e sanitário sobre as prostitutas, as sucessivas passagens policiais na prisão por vadiagem, a organização em grande escala de prostíbulos e o enquadramento da prostituição como delinqüência “permitiu canalizar e recuperar, através de uma série de intermediários, os enormes lucros sobre um prazer sexual que uma moralidade cotidiana cada vez mais insistente votava a uma semiclandestinidade (...)”<sup>30</sup>.

Nem todas as mulheres assumidas ou definidas como prostitutas aceitavam o fichamento policial e as conseqüências a ele implicadas, neste caso era comum a polícia agir de acordo com seus próprios critérios. As determinações policiais de violência física, banimento, extradição ou confinamento não encontravam amparo legal, mas muitas práticas das autoridades policiais em relação à prostituição eram pautadas por negociações locais e pontuais construídas a partir dos conflitos do cotidiano.

Para defender-se dessas arbitrariedades muitas mulheres recorriam ao *Hábeas Corpus*. Algumas prostitutas da estrada de ferro, ainda nos anos 1940, já tinham reconhecido a importância desse instrumento jurídico a seu favor, e ele foi utilizado por prostitutas durante todo o período analisado. As práticas policiais sem respaldo jurídico não atingiam apenas as prostitutas clandestinas, as ameaças de expulsão ou de violência física e moral de prostitutas da Maracangalha também chegavam às mãos dos promotores e juízes por meio de *Hábeas Corpus*, como o impetrado em favor de Maria Salette da Silva:

A requerente moradora de uma zona de mulheres, na localidade de Maracangalha, já esteve por diversas vezes detida da Delegacia, por brigas e embriagues. Havendo, na data de ontem, novamente brigada com outra companheira, foi advertida para mudar de local a fim de evitar ser processada. Absolutamente não foi ameaçada ser presa

---

<sup>29</sup> PEREIRA, Cristiana Schettini. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cad. Pagu**, Dez 2005, n°25, p. 36.

<sup>30</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 232.

nem obrigada a ausentar-se da cidade em 24 horas. Somente foi advertida que seria responsabilizada por seus atos.<sup>31</sup>

O uso do *Hábeas Corpus* não pode ser entendido como uma rotina no cotidiano das prostitutas, já que demandava a necessidade de um advogado e de recursos financeiros para pagá-lo. Como as regras definidas nem sempre eram seguidas, isto é, portar a carteira sanitária e policial permanentemente revalidada e não se prostituir nos locais definidos socialmente como impróprios, era comum a prisão correcional de inúmeras mulheres, acusadas pela polícia pelo crime de vadiagem, já que o ato voluntário de prostituir-se não era considerado crime pela legislação penal.

No ano de 1969 a polícia passou a combater o delito de vadiagem sistematicamente nas rondas periódicas efetuadas nas áreas centrais e a imprensa aplaudiu a iniciativa afirmando que a “ordem de prender quem não tem documentos e não provar ter emprego deu os resultados esperados”<sup>32</sup>. Posteriormente publicou que “toda pessoa por lei deverá portar seu documento de identidade e sendo de maioridade e fisicamente capaz, deverá provar ter um meio de subsistência, caso contrário é considerada “vadia” e sujeita a prisão”<sup>33</sup>. O uso das palavras no feminino sugere que o “recado” da *Tribuna Criciumense* direcionava-se a determinadas mulheres, no caso as prostitutas que perambulavam pela área central.

Muitas prostitutas ao serem pegas por vadiagem eram “aconselhadas” a deixar a cidade em 24 horas ou ser recolhida ao xadrez da Delegacia de Polícia, passando ainda pelo vexame de ter os cabelos raspados. Para Margareth Rago, a repressão física era a principal arma utilizada pela polícia para subjugar prostitutas e homossexuais desde as décadas iniciais do século XX, não bastava prender as mulheres por vadiagem, a prisão correcional vinha acompanhada de violência corporal que incluía banhos frios e raspagem da cabeça<sup>34</sup>.

O cabelo, para muitas mulheres, constitui-se em um símbolo de feminilidade e em uma importante arma de sedução, despojar-se deles, portanto, significa perder a dignidade, daí porque a ação punitiva o utiliza como um castigo de privação, privação da dignidade, da vaidade e do respeito. Ter os cabelos raspados possivelmente dificultava ou mesmo impedia o trabalho das prostitutas, que ainda ficavam marcadas caso necessitassem transitar pela cidade

---

<sup>31</sup> Processo nº 020.67.000583-5, Pct 30/1967, 02/09/1967. Pedido de *Hábeas Corpus* em favor da prostituta Maria Salete. Resposta do delegado ao Juiz.

<sup>32</sup> Polícia agindo com rigor. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 15/11/1969.

<sup>33</sup> Delegado insiste na documentação. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 06/12/1969.

<sup>34</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.119.

para resolver qualquer assunto do dia-a-dia, fazer compras ou mesmo revalidar a carteirinha de saúde e apresentá-la na delegacia. Uma punição que, pela ostentação de que se acompanha, visa tornar ainda mais infame a figura da prostituta, irradiando significações não apenas entre outras mulheres da sociedade, mas também entre as próprias prostitutas, uma vez que são encarregadas de proclamar a falta cometida por meio da isenção dos cabelos. Na década de 1960, o psiquiatra alemão Fritz Kahn, referindo-se as diferenças físicas entre homens e mulheres “fora do aparelho genital”, escreveu o seguinte comentário sobre os cabelos femininos:

Os cabelos compridos da mulher exercem atração irresistível sobre o homem. “Nem dez bois puxam um homem com tanta força como os cabelos de uma mulher” (Longfellow). Acreditam os povos primitivos que nos cabelos residem poderes mágicos (Sansão), e como castigo, cortam o cabelo das feiticeiras. Os maometanos cortam os cabelos das moças quando estas se casam, para que não exerçam nenhum feitiço sobre o homem. Compreendemos perfeitamente que a mulher que tenha sacrificado ao espírito da emancipação os seus longos cabelos – uma moça com os cabelos soltos de uma Madona de Duerer causaria a impressão mais esquisita em frente a uma máquina de escrever – mas o lamentamos, apesar de tudo. Com os cabelos compridos que se foram, a mulher perdeu muito do seu valor erótico.<sup>35</sup>

Além de historicizar o sentido místico que os cabelos femininos teriam para certas culturas, afirma que os cabelos compridos na mulher poderiam servir como um atributo erótico capaz de estimular a sexualidade masculina. Pode-se inferir que estas razões explicam em parte a prática policial desde o século XIX de raspagem dos cabelos das prostitutas. Por outro lado, observa Foucault, não se deve perceber a punição corporal como um descontrole, um excesso da Justiça, mas como um ritual organizado para marcar e diferenciar as vítimas, imprimindo nelas a lógica de um poder que efetivamente pune<sup>36</sup>. Ou seja, a isenção dos cabelos não deve ser entendida como uma punição física causada às prostitutas por parte de policiais que se excederam nas suas práticas de controle. Mas uma punição capaz de causar às essas mulheres prejuízos de ordem material e simbólica, especialmente destinada a propagar a lógica e o poder da punição.

As fontes policiais e jurídicas indicam que no decurso da década de 1970 as ameaças de raspagem dos cabelos ou de expulsão da cidade praticamente desapareceram, mas

---

<sup>35</sup> KAHN, Fritz. **Amor e Felicidade no casamento**. São Paulo: Editora HEMUS, [ s.d.], p. 55. O autor é psiquiatra alemão e escreveu várias obras relacionadas à sexualidade humana. A pesquisa em alguns sites da INTERNET aponta para a escrita desta obra na década de 1960, divulgada no Brasil em 1971.

<sup>36</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 32.

os livros de registro da ronda policial<sup>37</sup> acusam a prisão correcional de prostitutas quase que diariamente. O aumento de prisões por vadiagem nesse período e a multiplicidade de nomes de mulheres registrados nesses livros são indicativos do grande crescimento da prostituição clandestina no centro da cidade. Presas pelo delito de vadiagem, muitas delas só eram liberadas após fazerem a limpeza da delegacia. Punindo a preguiça e a ociosidade, os policiais ainda garantiam a limpeza gratuita de seu local de trabalho<sup>38</sup>. Os comissários Getúlio e Everaldo relataram orgulhosamente ao delegado que era a única equipe a efetuar a “faxina” na delegacia com a devida frequência. Segundo eles, “havia trazido duas mulheres” que estavam “sem serviço” no centro da cidade para limparem, sendo que os outros comissários nem sempre tinham “essa preocupação”<sup>39</sup>.

Essas medidas implementadas em pleno período da ditadura militar e, portanto, respaldadas por uma conjuntura específica, atingiam as prostitutas clandestinas ou não, mas também mulheres que ousassem circular pela cidade sem o amparo de uma ocupação considerada “honesta”. Maria, Cleuza e Rosângela foram presas porque estavam no terminal urbano da cidade em pleno “vício da ociosidade”. “Desocupadas” e sem quaisquer documentos, elas tiveram que assinar uma nota de culpa e passar pelo exame de aptidão para o trabalho realizado pelo médico legista da polícia civil<sup>40</sup>.

Essa prática passou a ser utilizada pela polícia nos anos 1970, vários inquiridos criminais por vadiagem passaram a apresentar um exame realizado por dois médicos “peritos”, os quais deveriam responder basicamente a duas perguntas: se “a examinada apresentou deformidade física congênita ou adquirida” e se “está apta para o exercício regular do trabalho lícito e remunerado”. A leitura desses documentos informa a preocupação com as mulheres que não faziam da prostituição um meio de sobrevivência, mas que eventualmente ganhassem algum dinheiro com serviços sexuais. Maria Regina, por exemplo, alegou que a prostituição não era uma profissão remunerada para ela, mas que “quando procura serviço, ninguém quer dar e quando lhe arrumam serviço, querem pagar muito pouco”. De modo que a

---

<sup>37</sup> O livro denominado de “relatório do plantão policial” destinava-se principalmente a informar ao Delegado o cotidiano da delegacia, as ocorrências e diligências efetuadas, reclamações sobre a conduta de certos policiais, o estado físico da delegacia e das viaturas e outras informações relacionadas ao serviço policial.

<sup>38</sup> Relatório de Plantão, livro 29, registro de ronda policial em 20 para 21/12/1976. A título de exemplo, nesta ronda foram presas as prostitutas: Silvia Matias, Silvia dos Santos, Janete dos Santos, Roselane Galdeiro e Ivonete aparecida, liberadas apenas após procederem a limpeza da delegacia.

<sup>39</sup> Livro Relatório de Plantão policial n° 04. 16/10/1976. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>40</sup> Inquérito n° 098/79, livro 004, fls 11, 05/08/1979. Arquivo do 1° departamento de polícia de Criciúma.

vida que leva “dá muito mais”, dedicando-se a ela somente de dia e mesmo assim ocasionalmente<sup>41</sup>.

Nesse caso o exame de aptidão para o trabalho respaldava a ação punitiva da polícia caso as encontrasse circulando novamente pela área central sem documentos que atestassem um trabalho regular. Por outro lado, o fato de possuir um trabalho regular não eximia a mulher de ser confundida com uma prostituta caso estivesse em atitude ou em companhia considera suspeita. Foi o que aconteceu com a “Sra. Doralice Rosa”. Levada pelo camburão da polícia permaneceu na delegacia à disposição dos familiares por mais de quatro horas porque “estava no terminal urbano em companhia de algumas prostitutas”<sup>42</sup>.

Para as prostitutas notórias, *habitués* do camburão e do cárcere, dispensava-se o exame de aptidão para o trabalho. No final dos anos 1970, os livros de registro da ronda policial informam a prisão rotineira dessas mulheres, muitas delas eram encaminhadas ao presídio da cidade por tempo indeterminado. Para encontrá-las, a polícia vasculhava os bares e hotéis centrais, sempre nos horários noturnos. Na madrugada de julho de 1979, trinta “mundanas”<sup>43</sup> foram recolhidas ao presídio por fazerem “*metier*” nos bares do centro<sup>44</sup>. A

<sup>41</sup> Inquérito n° 036/80, livro 003/A, Fls 18 v19. 05/08/1980. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>42</sup> Livro relatório de plantão n° 23 em data de 27 para 28/04/1980. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>43</sup> A forma como as profissionais do sexo foram rotuladas pelas autoridades policiais modificou-se no transcurso das décadas, a exemplo do discurso dos jornais. Mesmo com o extravio da documentação policial relativos ao período dos anos 1950 e 1960 podemos encontrar essas informações contidas nos inquéritos ou processos judiciais. “Decaída”, “horizontal” ou “meretriz” era a forma mais usual de referência até o final dos anos 1960. A partir dali as fontes registram a permanência do termo “meretriz” ao lado de novas denominações. Entre as mais citadas estão, “mulheres de vida fácil”, “mundanas” e “vadias”. Nos jornais o termo mais usual era “mariposa”. Observa-se que nos anos 1970 as profissionais do sexo costumavam se intitular “do lar”, doméstica ou como “bailarinas”. O balé era uma espécie de espetáculo teatral itinerante composto por um grupo mínimo de quinze prostitutas que viajavam pelas zonas de prostituição de Santa Catarina, permanecendo em cada uma por cerca de dois ou três meses. No grupo cada uma desempenhava um papel que poderia ser uma dança erótica de strip-tease ou ainda outras danças latinas sensuais como a rumba; uma imitação de artistas reconhecidas como Carmem Miranda, ou ainda apresentações envolvendo parte ou todo o grupo em um só espetáculo. O balé pode ser definido como um grupo de gêneros artísticos variados para as casas de prostituição mais badaladas de cada zona. Neste grupo viajavam apenas mulheres selecionadas por um organizador que era o dono do negócio. Quando o Balé conseguia reunir um bom número de mulheres bonitas dizia-se que ele era “reforçado”, tendo assim um preço diferencial por ocasião de sua contratação. Para sediar o “balé”, a casa de prostituição precisava dispor de estrutura para acomodar as “bailarinas” e recursos financeiros para pagá-lo. Em contrapartida crescia em importância na escala hierárquica da zona, aumentava a popularidade e o número de freqüentadores. Participar de um balé era sinônimo de status dentro dos códigos culturais da prostituição. As mulheres que viajavam pelos “bordéis” das cidades catarinenses eram recebidas com curiosidade e respeito pelas demais mulheres do lugar. Na temporada de shows que faziam eram disputadas pelos homens que podiam pagar mais, por isso cresciam em importância perante os demais membros do grupo. As mulheres que não se declaravam “bailarinas” diziam ser na maioria dos casos domésticas. Declarar como ocupação a prostituição é sinônimo de estigma e marginalização, talvez por isso muitas delas preferissem outra denominação para o que faziam. A prática do balé ainda vigora em outras cidades catarinenses, segundo reportagem do jornal ANotícia, de Joinville, o que acontece no norte catarinense, mais precisamente às margens das rodovias, nada tem a ver com arte, música ou dança, mas “um esquema interestadual de recrutamento de mulheres para o sexo pago e garantia de lucro a agenciadores que colocam as moças nesse mercado. Um balé sem sapatilhas, de exploração e ilicitude

polícia respondeu a crescente preocupação com a prostituição central realizando blitz periódicas nestes locais:

Por solicitação de populares e visando a atender a boa conduta da coletividade desta cidade este plantão realizou diversas rondas nos locais do centro e adjacências durante a madrugada.<sup>45</sup>

A prostituição clandestina dos anos 1970 era crescente e a polícia só conseguia obter certo controle, ainda que efêmero, por meio das rondas constantes nas ruas centrais e nos lugares já reconhecidos como pontos de prostituição. O aparato policial esperava contar com a ajuda dos hotéis da cidade que serviam a uma população flutuante por meio da ficha de hóspedes<sup>46</sup>. Os hotéis deveriam enviar à delegacia fichas contendo informações das pessoas que se hospedavam. Na parte frontal da ficha registravam-se informações a título de identificação do viajante, abaixo outros registros ficavam a cargo do órgão policial, como data e hora do embarque e do destino do hóspede. No verso, a ficha ainda pedia informações sobre as pessoas que viajavam na companhia do indivíduo.

Figura 15: Ficha para a polícia - Entrada de hóspede

3

Nome do Estabelecimento PALACE HOTEL  
Local RUA C. G. PEDRO BENDET N. 63  
Hora da entrada do hóspede 19 HORAS

Nº 16 FICHA PARA A POLÍCIA QUARTO QUARTIERI  
ENTRADA DE HÓSPEDE ULTIMO SOBRENOME

Nome ALEX WINTER QUARTIERI  
Filiação, MARIA QUARTIERI e de  
Nacionalidade BRASILEIRA Ender. Residencial

PORTO ALEGRE Nº  
Profissão ESTUDANTE E. Civil solteiro Empresa ou Firma  
onde trabalha c/sede em

Lugar de nascimento CACERES-PR Data 4/1/1957 Procedência  
Pelo Regio Data da entrada 25/1/1980 Documentos de Identidade  
Nº 64519393 Expedido por C. I. R. S Meios de  
transporte que viaja ONIBUS

[Assinatura] [Assinatura Dal Porto]  
ASSINATURA DO HÓSPEDE ASSINATURA DO GERENTE  
OS DADOS ABAIXO SERÃO PREENCHIDOS PELO ÓRGÃO POLICIAL

BEZÃO DA FICHA DA COMUNICAZÃO DO TRÊS  
Data embarque / /19 Hora Destino Cid Est  
OBS. - Esta ficha deverá ser preenchida pelo "HÓSPEDE" em letra de fôrma.

Fonte: Arquivo do 1º DP de Criciúma

(...)" VARGAS, Diogo. "O "Balé" da prostituição instalado entre SC e PR. Jornal A NOTÍCIA. Joinville, 26/01/2003. A reportagem me foi gentilmente enviada por meios eletrônicos em 2003, não é mais possível encontra-la online na INTERNET. Possuo uma cópia impressa em meu arquivo particular.

<sup>44</sup> Livro Relatório de Plantão nº 08, 03/07/1979. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>45</sup> Livro Relatório de Plantão nº 11, 16/10/1979. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

<sup>46</sup> A Ficha de hóspede é uma prática antiga da hotelaria no Brasil, utilizada pelo menos desde o início do século XX. Atualmente ela é padronizada pela EMBRATUR e tornou-se uma exigência legal no Brasil. Hoje sua principal utilidade é a geração de indicadores hoteleiros, sobretudo nas cidades turísticas, servindo, entretanto, para comunicação à polícia de qualquer atitude suspeita que possa comprometer a tranquilidade do hotel ou da cidade. Disponível em [http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp\\_pe\\_tur\\_progpesqeco\\_programas.asp](http://www.ebape.fgv.br/academico/asp/dsp_pe_tur_progpesqeco_programas.asp). Acesso em 29/01/2008.

Entretanto, vários hotéis em Criciúma passaram a garantir um bom lucro por meio do aluguel de quartos para a prática da prostituição, por isso se furtavam ao máximo em entregar as ditas fichas de hóspedes na delegacia:

As vinte e uma horas esta equipe de plantão realizou uma vistoria no dormitório Bandeirante pois há muito tempo que o citado dormitório não cumpre com suas obrigações de enviar fichas de hóspedes a esta delegacia. Foi constatado que o referido hotel encontra-se ilegal com o fichamento da população flutuante desta cidade. As vinte e uma horas e quinze minutos, realizamos outra vistoria no hotel Tay, constatamos a mesma irregularidade, além disso, o citado hotel está alugando quartos para a prática da prostituição.<sup>47</sup>

De modo que nesse período, o relatório de plantão passou a registrar inúmeras rondas em hotéis que serviam à prática da prostituição como o Bandeirantes, Novo Mundo, Tay e Eliane, entre outros<sup>48</sup>.

Por determinação do sr. Delegado regional de polícia, todos os plantões deverão passar a noite em frente ao Hotel Novo Mundo, caso tenha mulher frente ao referido recolher a DPC entre 21:00 e 22:00 hs.<sup>49</sup>

Ao sr. Comissário de Plantão fica determinado que deverá passar no Hotel Novo Mundo e recolher as meretrizes que lá estiverem, intimando junto o dono do Hotel.

Dando cumprimento ao item acima este plantão juntamente com o policial motorista Djalma deteve no Hotel Novo Mundo as seguintes garotas: Marina Vieira, Maria Gorete, Maria das Graças, Claudete da Silva e Célia Sterfens. Todas por vadiagem e por serem mulheres de vida fácil recolhidas ao presídio por determinações do delegado.<sup>50</sup>

Numa única blitz noturna a polícia poderia recolher um número significativo de mulheres que estivessem exercendo a prostituição. A delegacia não possuía estrutura para comportar tantas prisões, assim passou a enviar com certa frequência as mulheres ao presídio da cidade:

Quando eu tinha uns dezesseis anos comecei na prostituição, era 1972,1974 por aí. Eu tinha umas cinco colegas que a gente ia na cantina Nápoles atrás do dinheiro, do programa né, a gente diz que ia pra batalha. Mas eu era bem criança, não tinha experiência de nada, mais me divertia que outra coisa. Um dia a gente tava na Avenida e o camburão levou todo mundo pro presídio. Só que lá já tinha mais mulher que eles pegaram na zona, nas boites que tinha aí. No outro dia o jornal foi lá bater a foto da quantidade de puta que o delegado tinha prendido, tinha assim mais de trinta. A gente bem boba se ajeitou pra fotografia no pátio como se fosse time de

<sup>47</sup> Livro relatório de plantão da 1ª delegacia de Polícia de Criciúma. Livro n°. 05 de 23 para 24/04/1977.

<sup>48</sup> Livro relatório de plantão da 1ª delegacia de Polícia de Criciúma. Livro n°. 08 de 27/04/1979.

<sup>49</sup> Livro relatório de plantão da 1ª delegacia de Polícia de Criciúma. Livro n°. 08 de 12/02/1979.

<sup>50</sup> Livro relatório de plantão da 1ª delegacia de Polícia de Criciúma. Livro n°. 08 de 17/05/1979.

futebol sabe? Eu ainda botei as mãos na cintura pra fazer a pose. Hoje me lembro e acho engraçado (...).<sup>51</sup>

Podemos deduzir que este era um “troféu” que a polícia desejava exibir, a fotografia de mulheres presas em quantidade por “vadiagem”. A fotografia exposta à opinião pública poderia demonstrar a “eficiência” do aparato policial. Para elas, ao contrário, a publicização da imagem parecia ser positiva, já que concordaram em ser fotografadas e ainda escolheram seu melhor ângulo por meio de uma pose. A narrativa nos mostra ainda que a prisão rotineira também atingia as mulheres da Maracangalha. Mesmo circunscrevendo suas práticas a um local permitido, muitas eram recolhidas quando não apresentavam a documentação policial e sanitária, ou ainda quando estes documentos estivessem fora da validade estabelecida pelos órgãos fiscalizadores. O delegado Auzenir Guimarães afirmou que fazia vistoria na Maracangalha todos os meses e caso os documentos não estivessem na validade “não tinha colher de chá, mandava pro presídio”.<sup>52</sup>

Muitas mulheres, prostitutas ou não, foram enviadas ao presídio ou à delegacia sob a acusação de vadiagem no decurso dos anos 1970. Na maioria dos casos eram liberadas horas depois ou no alvorecer do dia, em outros formulou-se inquéritos e processos para julgar a recorrência do delito. As mulheres que não se enquadrassem no trabalho “lícito” deveriam reajustar suas condutas em acordo com os códigos morais vigentes.

Na tarefa de “conduzir” essas mulheres “ociosas” para a ética do capitalismo, não raro a polícia excedia-se em sua função. Segundo Foucault, até o século XVI a maior preocupação do Estado referia-se à soberania territorial e política. Com o surgimento de uma literatura voltada à “arte de governar” e tendo em vista inúmeras mudanças nas condições econômicas e demográficas da Europa no século XVII, o Estado passa gradativamente a intervir sobre as condutas, estabelecendo legitimidade para punir, educar ou conduzir moralmente a população. A “arte de governar” se desenvolve em um contexto de emergência

---

<sup>51</sup> Sandra Fraga. Criciúma, 24/07/2006. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira. Nome que ela costumava utilizar no meretrício, mantido à pedido da entrevistada para assegurar o sigilo de sua identidade. Sua relação com a prostituição foi casual e esporádica até o final dos anos 1970 quando então passou a viver com um companheiro fixo.

<sup>52</sup> Auzenir Guimarães Carvalho. Criciúma, 10/10/2001. Entrevista concedida a Marli de Oliveira Costa. Natural de Imbituba, veio para a Criciúma em 1941. Trabalhou no Conselho Nacional do Petróleo. Politicamente ligado ao PTB dirigiu o Sindicato dos Mineiros, foi vereador entre 1955 e 1958. Em 1973 exerceu a função de delegado de Polícia em Criciúma. Informações obtidas em: ZACHARIAS, Manif. **Criciúma – Vultos do Passado e Personalidades Contemporâneas**. Criciúma; edição do autor, 2000, p. 470.

das grandes populações, as quais passam a demandar necessidades específicas que exigem resposta por parte do Estado, como a questão da segurança e da moralidade públicas<sup>53</sup>.

Em Criciúma, a crescente intervenção policial na ordem pública responde a um contexto de grande crescimento populacional e econômico. A revitalização da indústria carbonífera e a diversificação industrial iniciada desde a década de 1960 atuam como atrativo para a expansão demográfica. A população desconhecida que para cá convergia atraída pela mineração, despertava o medo e a desconfiança entre as elites locais que viam a cena urbana sendo constantemente redesenhada por novas práticas culturais que envolviam tanto prostitutas quanto personagens excluídos por opção ou marginalização do progresso da indústria carbonífera.

Essa efervescência de rostos anônimos é vista pelo poder público que passa a pensar a cidade como lugar de normatização e controle. Tomada de assalto estavam às ruas centrais, área habitada pelas “distintas famílias criciumenses”, corrompendo os operários mineiros que perambulavam pela Praça Nereu Ramos e ouviam a todo instante o convite para “fazer nenê”. A reincidência e a permanência de prostitutas e outros “arruaceiros” nestes locais provocava temor e uma série de problematizações em relação a estas práticas. Discursos que clamavam por uma implantação eficaz de limites para aquilo que não era mais possível tolerar: a prostituição nas áreas centrais. Insistia-se que era necessário definir os limites da tolerância, para que os cidadãos morigerados não ficassem expostos aos vícios e às libertinagens trazidas de fora, era imprescindível demarcar fronteiras reais e simbólicas de modo a construir um alicerce sobre a “boa sociedade” e suas ruas sóbrias e civilizadas.

Os limites da tolerância foram estabelecidos pelo controle policial por meio das práticas regulamentaristas já instituídas em outros tempos e espaços. Essas medidas, conforme discussão do capítulo anterior, não foram utilizadas com a mesma intensidade nos vários momentos no período analisado. Observou-se que nos momentos em que determinados segmentos da sociedade passaram a discutir com mais ênfase a prática da prostituição e os problemas a ela relacionados à polícia respondia a essa preocupação intensificando as medidas de controle. De modo que as práticas policiais em relação à prostituição clandestina na área central podem ser definidas como osciláveis e cambiantes, na medida em que

---

<sup>53</sup> FOUCAULT, Michel. A Governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: GRAAL, 2003, p. 277-293.

poderiam ser negociáveis ou não em relação à intensidade dos discursos problematizadores dos jornais ou de outras instâncias da sociedade.

A crescente preocupação com as áreas centrais contrasta com a quase indiferença da polícia em relação ao controle da prostituição clandestina nos bairros residenciais. Problematizada por populares de baixa renda, essa modalidade ficava restrita aos discursos efetuados no fórum da cidade, entre os homens encarregados de defender, julgar e punir e as partes envolvidas. Com alguma exceção, essas problematizações não possuíam visibilidade pública e não colocava em relevo a atuação da polícia no controle da moralidade. Essa indiferença da polícia em relação às áreas residenciais também pode ser observada nas casas de show que foram surgindo no centro da cidade, lugares que passaram a receber uma clientela diferenciada e que se caracterizavam pela discrição em relação às práticas comerciais da sexualidade.

Assim, as campanhas contra a prostituição lideradas pela imprensa e pelos populares tiveram o respaldo policial de maneiras diferenciadas. Ficou evidente para os populares que a polícia não investigava com seriedade as denúncias sobre a prática da prostituição em seus bairros, situação agravada pela convivência ou envolvimento direto de muitos policiais com prostitutas. A morosidade com que as reivindicações eram tratadas e a falta de confiança no trabalho policial levou muitos moradores a redigirem seus abaixo-assinados e remetê-los diretamente ao sistema Judiciário, entendido por eles como uma instituição capaz de pôr fim aos aborrecimentos causados pela prática da prostituição em seus locais de moradia.

Expectativas à parte, o sistema Judiciário respondeu a iniciativas moralizantes dos populares de forma tão indiferente quanto à polícia. Essa forma do Judiciário agir não deve ser compreendida como uma mudança nos códigos morais dos juristas, tendo em vista a crescente liberalização dos costumes defendida pela revolução sexual em curso desde a década de 1960. Tampouco acreditar que esse desinteresse era sinônimo de isenção para as prostitutas nos tribunais. Os jornais e os populares não encontraram por parte do poder Judiciário uma resposta prática e efetiva às problematizações que eles levantaram sobre a prática da prostituição na cidade devido a uma conjunção de fatores.

Pode-se destacar a atribuição histórica da polícia em mediar e controlar as situações conflitivas envolvendo a prostituição, já que a prostituição em si não é considerada

uma infração e nunca existiu formalmente uma legislação específica que pudesse autorizar o judiciário a intervir efetivamente; a excessiva amplitude de interpretação do Artigo 229 do Código Penal, que não pune a prática da prostituição, mas pune aqueles (as) que a agenciam e a organizam enquanto um negócio; a morosidade do sistema jurídico; a permanência da noção, ainda nos anos 1970, de que a prostituição era um “mal necessário” e a construção discursiva da prostituta como vítima de um sistema econômico excludente.

Mas o sistema Judiciário, mesmo vitimizandando a prostituta, porque produto da modernização social, não deixou de tecer suas próprias problematizações ao julgar situações conflitivas de mulheres envolvidas com a prostituição. Ao construir discursivamente a figura da prostituta, ao descrever seus locais de moradia e trabalho ou suas motivações para a comercialização do sexo, o sistema judiciário acabou revelando a continuidade dos discursos construídos desde o século XIX sobre a prostituição. Reforçando ainda mais os estereótipos criados ou reproduzidos por outras instâncias sociais e com isso contribuindo para legitimar políticas de caráter segregacionista.

### **2.3 - Prostitutas No Judiciário: O Discurso do Saber Jurídico Sobre O Mundo da Prostituição em Criciúma**

12 de dezembro de 1974. É um dia de sol esfuziante com seus raios ardentes enfiando-se no corpo da gente como pequenos punhais. Maria sua por todos os poros e passa pela testa pingando de suor, a mão de pele morena e bem feitinha. Ao chegar em casa, Maria lava as mãos e corre para a sala, puxa a cadeira com assento e encosto de palhinha e senta-se junto do pai, da mãe e dos quatro irmãos já moços. Todos de pé para as orações e os olhos pregados em Maria, que permanece sentada.

- O que foi?

- Não vou rezar!

- Posso saber por que?

- Porquê já estou cheia de jantar às cinco e ficar agradecendo uma merda de comida!

Maria levanta-se e diz:

- Se o senhor me bater, faz muito bem, pois será a última vez que apanho porque decidi ir para bem longe desta porcaria de cidadezinha que encurrala a vida da gente! Já tenho dezoito anos e não conheço nada deste mundo. Enquanto as moças da cidade grande andam de Metrô, até hoje eu só andei de bicicleta. Agorinha

mesmo acabei de saber que foi aprovada a lei do aborto e eu nem sequer tive namorado. Sabe qual é a vida que vivo? Levanto às cinco, vou para a roça capinar nas plantações de café, tiro os bichinhos das folhas de batatinhas, volto pra almoçar, rezo e volto pra roça (...)! Aos domingos, levanto-me, vou à missa, volto, limpo à casa, almoço e à tarde fico dando voltas na praça, de braços dados com outras moças, olhando os moços que dão volta em sentido contrário e a gente fica aí feito barata tonta... Chega eu não rezo mais! Quero é viver...viver!

Cintadas chovendo por todos os lados do corpo de Maria que dobra os braços para defender o rosto moreno, enquanto ouve o pai vociferar:

-Você quer viver?! Sim, mais vai viver a meu modo! Vai sair desta casa vestida de noiva para se casar com um homem bom e trabalhador! Vai ter uma vida limpa...uma vida como manda a família brasileira! A mulher tem que se dedicar exclusivamente ao lar, ao marido e aos filhos! Você deve seguir o exemplo de sua mãe!

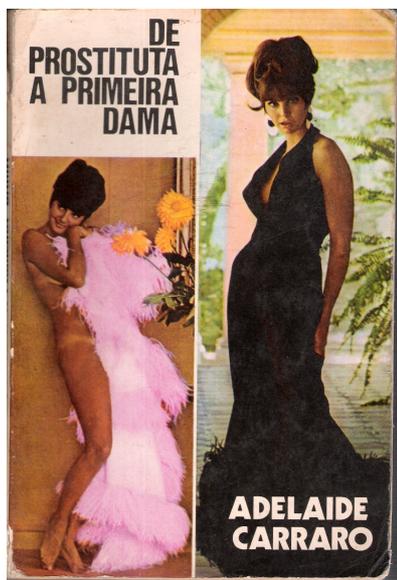
Maria consegue correr para a porta e grita:

- Exemplo de minha mãe?! Olhe para ela! Está murcha, murcha como um maracujá guardado a mil anos. Essa vida miserável que ela vive como resignada mulher brasileira da roça, como simples dona de casa a fez ficar velha..., velha aos trinta e nove anos! Mãe, vou-me embora e volto um dia sabendo tudo o que quero e conhecendo tudo o que quero.

Maria Bateu a porta com estrondo, mas ainda ouviu a voz da mãe: - Guarde a sua virgindade até que se case, minha filha!<sup>54</sup>

Maria, a Heroína de Adelaide Carraro, cansada da vida típica do interior, quis conhecer São Paulo e mudar de vida. Mas a cidade grande só lhe acenou com a prostituição.

Figura 16: Capa do livro - De Prostituta a Primeira Dama  
(Adelaide Carraro - 1975)



<sup>54</sup> CARRARO, Adelaide. **De prostituta à primeira dama**. São Paulo: Ed. LOREN, 3ª edição, 1975, p.12-15. A autora escreveu inúmeros romances nas décadas de 1960 e 1970 tendo como cenário a cidade de São Paulo e seus problemas sociais. “Sempre procuro retratar em meus livros um problema social. Não com as cores berrantes que sempre se apresentam, pois não podemos escrever tudo o que desejamos, mas procuro alicerçá-los na verdadeira estória. Não preciso matutar, é só sair nesta grande cidade que é São Paulo que dá para escrever centenas de livros, pois está envolvida em chagas sociais”. Ibid, p.7.

Ela é uma moça ingênua que só deseja estudar, se instruir e mudar a vida da família no campo, assim como todas as outras prostitutas que com que ela convive no desenrolar da história. Elas têm em comum o fato de serem jovens, bonitas, pobres e com pouca experiência de vida. Buscavam oportunidades profissionais e acabaram caindo nas mãos de pessoas inescrupulosas que as lançavam na prostituição, tornando-as inexoravelmente incapazes para as funções da maternidade e para a vida matrimonial.

Nesse discurso, a entrada na prostituição fora motivada pelo desejo de uma vida financeiramente mais confortável e pela vontade de vivenciar a modernidade das grandes cidades. Este não é, no entanto, o único discurso que circula para explicar as motivações que levam muitas mulheres para a prostituição. O memorialista Aguinaldo Augustinho, referindo-se à prostituição em Criciúma nos anos 1970, nos oferece imagens que comumente circulam pelo senso comum e que também podem ser encontradas nas páginas dos jornais ou nos processos judiciais:

Mas tenho consciência de que as razões que levam à prostituição são estruturais, inclusive as socioeconômicas e culturais (...). Felizes os que têm famílias muito bem estruturadas. Não poderia, naquela época, em hipótese alguma, condenar e desprezar seres humanos que, na sua maioria, não tiveram a sorte de contar com o apoio da família e da sociedade. Pessoas que foram mutiladas pela vida. Muitas delas, com certeza, sonharam em ter um lar decente para viver em harmonia. Grande parte foi arrancada das escolas e ficando sem perspectiva. Nas ruas, passaram por momentos difíceis, porque conviveram no inferno transformado em lar, muitas vezes foram vítimas do alcoolismo, da violência e da miséria<sup>55</sup>.

Neste outro discurso, a opção pela prostituição é reflexo da pobreza e da desestrutura familiar. Uma vez prostitutas, elas passam a enfrentar o peso do desprezo, da falta de oportunidade, das doenças e do preconceito<sup>56</sup>. Imagens que aparecem nas mais variadas produções escritas, literárias, memorialísticas, oficiais ou ditas científicas. Essas representações que ora vitimizam, ora criminalizam a prostituta não foram construídas na década de 1970, já aparecem nos debates de médicos, juristas e autoridades constituídas desde meados do século XIX. Derivam de uma visão predominantemente masculina sobre as práticas sexuais femininas, construídas a partir de uma observação distanciada que não buscou entender a lógica interna da prostituição a partir das próprias prostitutas, mas constatar uma “verdade” já estabelecida sobre as práticas sexuais femininas extraconjugais, ou seja, como

---

<sup>55</sup> AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007, p. 149.

<sup>56</sup> *Ibid*, p. 149.

doença, perversão e imoralidade<sup>57</sup>. Em outras palavras, “atrás do conhecimento há uma vontade, sem dúvida obscura, não de trazer o objeto para si, de se assemelhar a ele, mas ao contrário, uma vontade obscura de se afastar dele e de destruí-lo (...)”<sup>58</sup>.

Essa relação de desconhecimento gera discursos muitas vezes distanciados das práticas culturais das prostitutas, ainda que em algumas situações mostre-se em consonância com elas, como a explicação que costumeiramente oferecem quando inquiridas sobre a entrada na prostituição. Algumas prostitutas de Criciúma oferecem um discurso muito similar ao contido no romance de Adelaide Carraro, ou seja, viviam em vilarejos agrícolas ou em pequenas cidades sem muitas oportunidades de crescimento e aprendizado, queriam progredir e conhecer coisas novas. Rumavam para cidades cujo progresso econômico poderia representar a realização desses anseios, mas a falta de instrução profissional e um mercado de trabalho mais restritivo às mulheres acabava ensaiando outra realidade. Assim muitas se dizem levadas à prostituição, mas ressaltam que permanecer foi uma opção frente a um leque, ainda que restrito, de possibilidades.

De modo que as imagens contidas em romances ou processos jurídicos, ainda que contenham certa semelhança com determinadas práticas culturais das prostitutas, não encontram respaldo quando confrontadas com as próprias representações que as prostitutas fazem de si e de sua condição. A despeito dessa construção discursiva, elas efetivamente não se pensam como vítimas do destino, da pobreza ou de pessoas que as induziram a prostituir-se. A prostituição é antes uma possibilidade de sobrevivência. Ainda que a porta de entrada tenha sido aberta por outra pessoa, a opção de entrar fora livre e espontânea e a permanência poderia ser duradoura ou transitória, conforme seus desejos e necessidades.

No discurso jurídico de Criciúma, as prostitutas aparecem caracterizadas sob a mesma lógica do memorialista Aguinaldo Augustinho ou da romancista Adelaide Carraro, ou seja, a mulher transforma-se em prostituta devido a sua ambição, a sua pobreza ou a uma ingenuidade que as levam a confiar em pessoas desconhecidas e inescrupulosas. Esse discurso é recorrente e permeia, em diferentes gradações, os sessenta processos judiciais analisados, os quais serão discutidos no decorrer do texto no sentido de entender como os homens

---

<sup>57</sup> Para esse discussão ver: RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 107-164; ENGEL, Magali. **ENGEL, Magali. Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 71-102.

<sup>58</sup> FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2003, p. 21.

envolvidos em aplicar a lei, advogados, promotores e juízes responderam à existência da prostituição na cidade e aos discursos problematizantes efetuados pelo jornal e pelos populares.

Os homens da lei, na apreciação dos conflitos envolvendo a prostituição, agiam em conformidade com as diretrizes do Código Penal brasileiro reformulado em 1940 e posto em vigor em 1942<sup>59</sup>. São constantes desse código cinco artigos que prevêem punição para todos aqueles que obtivessem lucros por meio da exploração sexual<sup>60</sup>. Por outro lado, apesar de bastante detalhada, nem sempre a lei era seguida à risca, sobretudo quando manipulada nas mãos hábeis de advogados e promotores.

Era comum, na construção da argumentação jurídica, seja para defender ou condenar, o uso de renomados juristas como Nelson Hungria, que escreveu o clássico “comentários ao código penal”, obra dividida em oito volumes com uma edição em 1949 e outra em 1958<sup>61</sup>. O periódico intitulado de Revista dos tribunais que trazia comentários e interpretações acerca das leis também era bastante utilizado na montagem dos processos no sentido de dar mais expressividade à argumentação.

Assim, uma vez na berlinda dos tribunais, as prostitutas eram julgadas com base nas leis do Código Penal (artigos 227 a 231) e na literatura jurídica, mas também nos princípios de moralidade que perpassava a mentalidade e a formação dos homens da lei. Além

---

<sup>59</sup> O livro V das ordenações do Rei Felipe II posto em vigor no período colonial, em 1603, conhecido como ordenações Filipinas ou código Filipino, é considerado o primeiro Código Penal do Brasil que perdurou até 1830. Em 1830, contexto da independência política do país, foi elaborada uma legislação criminal específica para o Brasil. A mudança para o regime republicano e a necessidade de revisão do Código de 1830 levou à formulação de um novo Código Penal em 1890. No entanto, ele foi promulgado sem o aprofundamento das discussões, originando desde o início a necessidade de novas leis para complementá-lo. Tendo em vista as deficiências desse Código passou-se às discussões de revisão e redação de uma nova legislação. O novo Código Penal foi promulgado em 1940 e passou a vigorar em janeiro de 1942, sofrendo uma alteração significativa em 1984. PIERANGELLI, José Henrique (org.). **Códigos Penais do Brasil - Evolução Histórica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p.319-325.

<sup>60</sup> Capítulo V- Do Lenocínio e do Tráfico de Mulheres: Art. 227. Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: pena – reclusão, de 1 (um) a 3 (Três) anos. (...) Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição, facilitá-la ou impedir que a alguém a abandone: Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos. (...) Art. 229. Manter, por conta própria ou de terceiro, casa de prostituição ou lugar destinado a encontros para fim libidinoso, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa. Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa; Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de mulher que nele venha a exercer a prostituição, ou saída de mulher que vá exercê-la no estrangeiro: pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos (...). OLIVEIRA, Juarez de (org.). **Código Penal (1940)**. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 101-102.

<sup>61</sup> HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Vol.VIII, arts.197 a 249. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

disso, o fato de ser mulher, de ser pública ou de ser pobre também contribuía de modo positivo ou negativo na absolvição ou não dessas mulheres.

Quando analisados linearmente em uma perspectiva temporal percebe-se que os processos judiciais portam uma historicidade que em muito extrapola a mudança ou a interpretação das leis penais, pois eles informam a respeito de padrões de conduta e moralidade ou de códigos de vivência aceitos ou rejeitados socialmente em determinado momento histórico. Nos anos 1940, por exemplo, era consenso entre os juristas não aceitar os depoimentos de mulheres tidas como públicas, entendendo que elas, ao “mercadejarem” seus órgãos sexuais perdiam a condição moral necessária para deporem num tribunal, tornando irrelevante o fato de elas figurarem em muitos conflitos como pivô da questão ou ainda de serem as únicas pessoas presentes na cena do crime. Destituídas dos padrões de moralidade que informava o pensamento dos juristas, as vozes das prostitutas não eram passíveis de credibilidade. Considerar ou não o depoimento da prostituta era assunto que dividia os juristas desde as primeiras décadas republicanas, ainda que em 1909 o Superior Tribunal Federal tenha decidido que o depoimento da mulher pública é acorde com o de outras testemunhas, na prática havia muitas autoridades policiais e jurídicas que o consideravam apenas na qualidade de informantes<sup>62</sup>.

No cotidiano Jurídico das pequenas cidades do interior, como a Criciúma dos anos 1940/50, prevaleceu à cautela em intimar as prostitutas para participar dos trâmites legais de um processo, isso porque predominava entre os homens da lei a teoria da suspeição generalizada. Uma espécie de senso comum determinando que as “decaídas” não poderiam se compenetrar das mesmas responsabilidades que tinham as testemunhas ao deporem num processo judicial, estereótipos respaldados por uma literatura jurídica que servia para desqualificar os depoimentos de mulheres prostitutas:

(...)Por isso com muita razão, ensina-o o grande mestre Nicola Framarino: “um motivo concreto de suspeita por perda de senso moral, é também a prostituição que rebaixa o corpo humano a um instrumento de tráfico” (In: a lógica das provas em matéria criminal, vol II editora Lisboa)

(...) E, também Antonio Dellapiane, ilustre catedrático da universidade de Buenos Aires, ensina, ao tratar da prova testemunhal: “para se excluir a hipótese de insinceridade, arrolam-se como impedimentos absolutos, a falta de profissão, a quebra fraudulenta, a condenação judicial, a falsidade...” (in: Nova Teoria da prova, ed. Da livraria Jacinto, Rio, 1942, p.166)”. São palavras mestras, inofismáveis e indiscutíveis, as primeiras taxativas, e, as segundas, nas quais bem podemos enfaixar

---

<sup>62</sup>PEREIRA, Cristiane Schettini. “**Que tenhas teu corpo**”: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002. Tese (Doutorado em História). Campinas: São Paulo, p. 196.

a situação das meretrizes entre os impedimentos absolutos da falta de profissão, pois mercadejar o próprio corpo, não é, nem nunca foi, ocupação honesta.<sup>63</sup>

Na primeira metade do século XX a prostituta é associada com a doença e a perversão. A discussão da prostituição como um trabalho lícito e remunerado ainda estava longe de acontecer, assim como os debates em relação à rigidez conservadora dos códigos morais que informavam o pensamento e a conduta daquele tempo. O depoimento de uma prostituta não era costumeiramente validado em vista de que sua condição física e mental estava marcada por preconceitos construídos pela ciência médica do século XIX. De modo que os juristas mantinham cautela ao ouvir os depoimentos dessas mulheres, evitando que suas sentenças fossem alvo de questionamentos ou nulidades.

Os processos relacionados às décadas de 1960 a 1970 informam mudanças em relação à credibilidade das prostitutas nos tribunais. Não por acaso, este é um período marcado pelo questionamento dos códigos morais que vinham regendo as relações de gênero e a sexualidade feminina na esfera pública e privada. A condição feminina em relação à família, a sexualidade e ao mercado de trabalho passaram a ser discutidas publicamente pelo movimento feminista em contexto nacional e internacional. Essa conjuntura pode ter contribuído para que o depoimento das trabalhadoras do sexo passasse a ser validado pelas autoridades jurídicas.

Elas passam a ser intimadas a depor, seja como vítima, acusada ou mesmo testemunha. Os homens da lei passam a ouvir seus depoimentos a título de “prova” e os estereótipos em relação à figura da prostituta se mostram menos evidentes. Isso não significa dizer que eles não existissem, ao contrário, acabavam aparecendo em diversas situações, como no processo envolvendo alguns mineiros da empresa São Marcos e uma cafetina da zona de prostituição Maracangalha por questões de pagamento de bebidas. Neste caso o juiz absolve os mineiros por entender que “(...) a única testemunha arrolada para depor na fase judicial é a protagonista do conflito que além desta condição que já inclina seu depoimento tem a seu desfavor a condição de meretriz”<sup>64</sup>. De modo que no campo das formações discursivas cada sociedade e cada época autorizam o que se pode dizer, quem pode dizê-lo e de que maneira. A ordem do discurso constrói um regime de verdade e, portanto, uma realidade que deve ser aceita em oposição à outra que aparece como desqualificável. Daí

---

<sup>63</sup> Processo nº 020.45.000171-7, Pacote 04/1945, 18/ 05/ 1945. Argumentação da Promotoria no pedido de Apelação. Arquivo da 1ª vara criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>64</sup> Processo 020.74.001274-6, Pacote 34/1974, 04/09/1975. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

resulta que toda prática discursiva está em íntima relação com os poderes que a permeiam, com a imposição de uma ordem por meio da aceitação de um “regime de verdade”<sup>65</sup>.

Enquanto os estigmas à pessoa da prostituta se camuflavam sob outras roupagens, aumentava consideravelmente alusões pejorativas ao ambiente da prostituição. Nos tribunais, o grau de relevância atribuído à condição de ser prostituta ou de ser desocupada poderia aumentar consideravelmente se junto com essa condição a mulher pertencesse a um ambiente moralmente condenável. Situação que justificava e até autorizava um julgamento *a priori* tanto de mulheres quanto de homens envolvidos com o meretrício.

Os juristas de Criciúma seguiam o Código Penal reformulado em 1940, entretanto, a idéia de que o ambiente é uma das causas da degenerescência moral mostrou sua continuidade num tempo e num espaço relativamente distantes dos juristas republicanos de fins do século XIX<sup>66</sup>. Dentro dessa discursividade, muitas mulheres eram enquadradas como prostitutas mesmo sem o serem, conforme o lugar de onde eram, como em casos de crimes de sedução, processos que costumeiramente julgavam a honestidade da ofendida e não a conduta do sedutor. Em um desses casos, a moça teve sua denúncia julgada como improcedente, sobretudo porque sua honestidade “(...) duvida-se, frizando ainda, que o bairro onde mora é dos mais miseráveis e onde a prostituição é normal. Ainda as testemunhas querem fazer crer que, com 17 anos, naquele bairro – e que hoje por culpa de não sei quem tem o nome de Paraíso – a pretensa vítima nunca namorara”<sup>67</sup>. Por viver em um bairro onde a prostituição era aparente, a moça em questão teve sua honestidade posta em xeque.

Igual sorte teve Maria, seduzida por um homem pertencente à elite da cidade que havia lhe prometido um emprego, conseguindo assim que ela o acompanhasse até a zona de prostituição, lugar que ela afirma nunca ter estado antes. Sua ida “espontânea” ao meretrício é manejada habilmente nas mãos da promotoria, a qual afirmou que “(...) pelos depoimentos prestados nos autos verifica-se, claramente, que a pretensa vítima freqüentava “inferninhos”,

---

<sup>65</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

<sup>66</sup> Segundo Sueann Caulfield, os juristas da primeira geração republicana brasileira, seguidores da escola positivista, mostraram crescente preferência por teorias que explicassem a criminalidade e a degenerescência moral utilizando o ambiente e a realidade sociocultural do indivíduo como causas preponderantes. Ainda que essas teorias não conseguissem influenciar a redação do Código Penal de 1890, que seguiu os moldes clássicos, os juristas se aproveitavam das brechas existentes para interpretar as leis utilizando-se desses estudos jurídicos tão em voga na época. Estudos que sintonizavam-se com as teorias raciais e sociais desenvolvidas em outros círculos de intelectuais brasileiros. CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000, p. 72.

<sup>67</sup> Processo 1588 Pacote 49/1973 04/10/1973. Arquivo da 1ª vara criminal da comarca de Criciúma/SC.

“bordéis”, mantinha contatos com pessoas ligadas à prostituição, mantendo, enfim, procedimento imoral (...)”<sup>68</sup>. A prostituta, portanto, não era apenas a mulher que oferecia serviços sexuais em troca de dinheiro, mas toda aquela que mantivesse comportamento imoral, vivesse em local onde a prostituição era aparente ou mesmo que não se enquadrasse nos estereótipos de moça recatada e honesta, como vimos no caso de Otilia Matias, intimada a fazer seu fichamento como prostituta porque trabalhava em um ambiente de sociabilidade masculina.

O que se observa nos processos a partir da década de 1960 é uma mudança de perspectiva por parte dos homens da lei. Se antes se evitava o depoimento de prostitutas, agora esses depoimentos eram considerados legítimos a título de esclarecimento e prova para condenar ou absolver. Contudo, se o réu ou a ré em questão pertencessem ao mundo da prostituição eles ficavam passíveis de terem seus julgamentos influenciados por princípios que perpassavam a moralidade da época:

Libelo terrível contra os homens, que lançam à margem da sociedade as meretrizes, que êles mesmos forjaram mas a quem procuram, na calada da noite, delas alimentando as rivalidades, os ciúmes e os ódios, as brigas e as contendas, nascidas da preocupação maior do pão de cada dia. Para que? Pergunto, aumentar o sofrimento de quem se embebeda tôdas as noites, a hora de mercadejar o próprio corpo? A quem procura, no álcool, esconder sua desonra? Basta-lhes por certo, como opróbrio, a condição de PROSTITUTA...E ANALFABETA. Nada mais se deve dizer, comentar ou argumentar. Basta que situemos o fato denunciado nas reais condições e proporções do ambiente em que foi cometido.<sup>69</sup>

Ao analisar a agressão entre duas prostitutas na disputa por um cliente, o juiz não utiliza nenhum princípio jurídico para amparar sua decisão, mas princípios de moralidade e de compaixão, a quem a vida por certo já estava punindo pela própria condição da prostituição. Não é raro encontrar nos textos jurídicos, como bem observa Débora Figueiredo, uma adaptação da lei às ideologias conservadoras da comunidade onde atuam promotores, advogados e juristas<sup>70</sup>. Até porque, na apreciação de um delito objetivo, o que está em julgamento é sua realidade incorpórea, ou seja, julgadas e punidas são as “paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inadaptações, os efeitos de meio ambiente ou de hereditariedade”<sup>71</sup>. Essa “realidade incorpórea” aparece mediante o recurso das circunstâncias

<sup>68</sup> Processo n° 1475 fl22 lv05 31/08/1975. Argumento da promotoria. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma.

<sup>69</sup> Processo 020.66.000365-1, Pacote 25/1966, 09/08/1966. Sentença do Juiz. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>70</sup> FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Gênero e poder no discurso jurídico. **Revista de Ciências Humanas**. V.15, n.21, Florianópolis: 37-52, Editora da UFSC. Abril, 1997.

<sup>71</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 19.

atenuantes, quando então se busca entender o criminoso a partir de como ele se construiu, de seu passado e das relações que mantém com a ilegalidade:

Em que pese o fato delituoso provocado pelos réus, há de se considerar, acima de tudo suas circunstâncias. Assim, retroagindo aos elementos circunstanciais, depreende-se ser a vítima de caráter duvidoso, pois caso contrário não estaria dando festinhas em Zona de Baixo Meretrício, patrocinando bebedeiras (...).<sup>72</sup>

Mesmo levando em conta uma legislação a ser seguida, não é incomum encontrar determinação de sentenças puramente subjetivas. Essa realidade de certa forma beneficiava as prostitutas nos tribunais por meio dos discursos que as vitimizavam. Dorli e Selmira, por exemplo, se atracaram em luta corporal por um cliente e tiveram sua defesa assim argumentada:

São mulheres de vida fácil, tendo como residência a zona do baixo meretrício, nada mais pode-se esperar de mulheres, ou melhor dizendo de seres humanos, que nada mais na vida tem a perder, pela própria circunstância são levadas a habitualidade de beberem. A luta em que as próprias mulheres pela sua sobrevivência enseja as mesmas todo e qualquer mau procedimento quer de ordem moral quer de ordem social. Nada mais lhes resta senão o mínimo necessário para uma pior condição de vida. Assim mm. Julgador é que não raro desinteligências, lutas corporaes, são comuns naquele meio, e o fazem tão somente para assegurar o homem que possa traze-lo o pão de amanhã. (...) humilhada por se ver traída pela companheira de infortúnio (...) a própria justiça nada mais poderá fazer senão dar a quem já é condenada pela própria natureza, uma absolvição deixando que sua condenação se limite tão somente naquilo em que a própria providencia divina quis.<sup>73</sup>

A idéia de que elas eram vítimas da sociedade surtia tanto efeito que os advogados valiam-se desse argumento freqüentemente para defendê-las quando envolvidas em refregas com clientes ou colegas. Assim, o advogado da prostituta Mariléia, em 1966, diz que sua cliente “(...) não passa de uma vítima da sociedade dos dias atuais, vendo-se inclusive na contingência de entregar seu corpo, de vendê-lo, no fim único do sustento dos seus filhos. A necessidade moral, por certo, Deus, penalizado, a satisfará”. Seus atos violentos contra a colega de profissão foram justificados em decorrência da bebida, do ciúme e da provocação alheia, que “levam diariamente as pobres mulheres meretrizes a cometer atos que não praticariam em qualquer circunstância”. Nesse discurso, as rivalidades entre prostitutas eram

<sup>72</sup> Processo 020.74.000962-1. Pct 78, 28/03/1974. Argumento da defensoria pública sobre uma briga envolvendo três homens dentro de um bar na zona do meretrício. Um deles foi agredido e furtado, tendo então recorrido à justiça na condição de vítima. Mas ele era assíduo freqüentador da prostituição e os argumentos da defensoria e da promotoria remetem a todo o momento a esta condição. De modo que ele foi condenado a três anos de reclusão juntamente com aqueles que o haviam lesado.

<sup>73</sup> Processo 1611 pacote 59/1974, 28/12/1973. Argumento do advogado de defesa. Arquivo da 1º vara criminal da comarca de Criciúma/SC.

despertadas pela necessidade de ganho e pelas próprias condições da profissão que envolvia bebidas alcoólicas em excesso e não por instintos criminais<sup>74</sup>.

Os advogados, portanto, não costumavam embasar a defesa a partir da situação conflitiva que a gerou, mas partiam de uma culpabilidade já estabelecida *a priori*, situando a origem do crime no instinto de sobrevivência, no meio ambiente ou na hereditariedade. Assim solicitava-se, na maioria dos casos, o perdão judicial, solidificando os estereótipos de que a prostituta era uma mulher que merecia compaixão da sociedade, já que as condições econômicas e a própria inocência habilmente manejada nas mãos de “homens inescrupulosos” as haviam lançado à prostituição.

A idéia de que o florescimento da prostituição ligava-se à miséria econômica da mulher foi formulada por médicos e juristas entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX, influenciados por uma literatura européia já bastante difundida. De acordo com esse pensamento, a jovem pobre por possuir um espírito fraco e carente de educação moral poderia ser facilmente corrompida pelas influências trazidas pela crescente modernização da sociedade e a intensificação da vida social<sup>75</sup>. A teoria do desvio considerava a prostituição, o crime e a violência de modo geral como produto direto da miséria, entendendo que o estado de pobreza levava necessariamente a uma ausência de normas e ao desequilíbrio emocional dos indivíduos, daí serem os homens e mulheres das camadas populares naturalmente inclinados ao crime e à prostituição. Uma posição que “não busca compreender o sentido e a racionalidade intrínseca dos diferentes comportamentos da classe trabalhadora, julgando-a a partir de padrões que lhe são extrínsecos (...)”<sup>76</sup>.

A imagem de “vítima do destino” alternava-se com outras produções discursivas que rotulavam tanto a mulher “honesta” quanto à prostituta como seres destituídos de identidade e vontade, alguém cuja estabilidade emocional e subjetiva poderia ser sempre manipulável. Dessexualizada, a mulher só se torna prostituta pela vontade imperiosa de homens que não lhe acenaram com a possibilidade do casamento e que tiveram a infelicidade de nascer em um meio social marginalizado<sup>77</sup>. O advogado da cafetina Zulma, acusada de

---

<sup>74</sup> Processo 020.66.000364-3 Pacote 25/1966, 13/08/1966. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>75</sup> RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 142.

<sup>76</sup> SOYHET, Raquel. **Condição Feminina e formas de violência**: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 79.

<sup>77</sup> RAGO, Margareth. Op. Cit. p..228.

corromper menores na zona de prostituição, diz que o que vê “(...) na acusada é uma maneira honesta de poder viver e ganhar seu pão para tratar talvez até de outros dependentes, mas que não seja roubando ou matando que é de considerar muito mais grave”<sup>78</sup>. Já Maria Grande, dona da boate Marabá, na zona Maracangalha, por agressão e roubo teve sua defesa embasada na cotidianidade desses delitos, cuja apreciação não era significativa. Vejamos sua defesa:

As acusações imputadas a ré, constantes da denúncia são totalmente improcedentes, não passando os fatos narrados na mesma, de coisas corriqueiras em zona de meretrício. Isto de gigolôs usarem e abusarem das indefesas mulheres de vida fácil, após se verem satisfeitos abandonam e vão para outra casa, sem pagar, e de mulher ir atrás para receber, se todos os fatos de tais natureza fossem aberto inquéritos, teria que haver mais uma vara criminal, para julgar corriqueira e indigestas ações.<sup>79</sup>

Mesmo representadas como mulheres “indefesas”, a Justiça não podia se ocupar de intervir em todas as situações em que as prostitutas eram lesadas, situações tidas como corriqueiras em ambientes “degenerados”. Evidentemente nem todas eram absolvidas, mas, com efeito, pouquíssimas cumpriram efetivamente a pena decretada. Muitas fugiam no desenrolar do processo, e nestes casos a condenação ou não corria a sua revelia. Contudo, essa perspectiva era a mais sedutora para as prostitutas, pois todas as que tiveram a condenação decretada a revelia nunca a cumpriram, uma vez que o Judiciário não conseguia localizá-las nas diversas zonas de prostituição de Santa Catarina em que elas estavam acostumadas a transitar, e o processo acabava sendo arquivado diante da capitulação do crime. Além disso, elas tinham a seu favor, para serem freqüentemente absolvidas, os argumentos de promotores e dos advogados de defesa, os quais sempre lembravam da habitualidade de tais delitos num ambiente de prostituição. Esse pensamento está bem expresso na sentença do Juiz Heliodoro, quando em 1966 ele diz que:

Informa-nos a instrução que casos como êste dos presentes autos verificam, na zona do meretrício, com freqüência diária; e que só raras vezes – talvez esta a única – extravasam dos seus limites naturais de repercussão, pela sua irrelevância, para levados a apreciação e julgamento. E assim deveria ser sempre – como regra sem exceção, quando deles, como na espécie em exame, as conseqüências não são de molde a ferir a paz e a segurança da coletividade e, tão pouco, a lei, na sua finalidade alta e primordial de mantenedora do equilíbrio e da harmonia sociais, da segurança e do bem estar do cidadão.<sup>80</sup>

Excluídas da condição de cidadania, suas agressões, tumultos e brigas, “naturais” a um ambiente de prostituição, não mereciam dispêndio do tempo dos juristas e promotores.

<sup>78</sup> Processo n° 1456, Pacote 46/1972, 19/06/1972. Argumento do Promotor. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>79</sup> Processo n° 1524, pacote 24/1973, 12/02/1973. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>80</sup> Processo 020.66.000365-1, Pacote 25/1966, 09/08/1966. Sentença do juiz. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

Por isso a agressão sobre a prostituta Lúcia foi arquivada, uma vez que ela revidou a agressão e porque “apesar de mulher, encontrava-se bebendo numa bodega em companhia de outros homens”<sup>81</sup>. Do mesmo modo, também foi considerada improcedente a denúncia de corrupção de menores que pairava sobre Zulma Rosso, proprietária de uma casa na zona Maracangalha. Vindas de São Joaquim, as menores eram, no entender do promotor, “já corrompidas de vida leviana quem sabe já na depravação e a luxúria”. Opinião respaldada pelo juiz, que afirmou não ser a “ré que induziu ou atraiu para a prostituição as três moças relacionadas. Como se diz: já eram”<sup>82</sup>. Era de conhecimento comum que a ampla maioria das prostitutas clandestinas ou não eram muito jovens e que todas as casas de prostituição da Maracangalha mantinha meninas menores<sup>83</sup>. Por que perder tempo em penalizar uma cafetina por corrupção de menores se a adulteração de certidão de nascimento era uma prática corrente no comércio da prostituição em Criciúma? Por que defender juridicamente menores que já estão, no entender das autoridades jurídicas, todas corrompidas?

O fato é que os homens da lei tendiam freqüentemente a desconsiderar as agressões, absolver os culpados ou deixar o crime prescrever muitas vezes sem julgamento, naturalizando-os em decorrência do ambiente onde aconteciam. No dizer de um promotor acerca da denúncia de tráfico de mulheres da zona de Criciúma para a zona de Blumenau, ele “(...) pede o arquivamento, pois seria perda de tempo e gastos desnecessários” com o prosseguimento do processo”<sup>84</sup>. Já os 42 moradores do Bairro Boa Vista tiveram sua denúncia sobre uma casa de prostituição clandestina julgada como improcedente, pois no entender da promotoria e do juiz tratava-se “(...) tão somente de desavenças entre vizinhanças, o que, pelo volume de serviço existente na vara criminal, e tendo em vista o lapso de tempo decorrido, não merece, no atual momento, qualquer exame”<sup>85</sup>.

Poucos processos de lenocínio movidos por moradores de diversos bairros da cidade nos anos 1970 tiveram a denúncia julgada favoravelmente. Não raro, a promotoria devolvia o inquérito para que a polícia melhorasse as investigações e eles ficavam esquecidos nos arquivos policiais. Mesmo nas denúncias julgadas positivamente em favor de populares,

---

<sup>81</sup> Processo 020.67.000578-9, Pct 30/1967, 23/11/1967. Argumento do advogado de defesa do acusado. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>82</sup> Processo nº 1456, Pct 46/1972, 19/06/1972. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>83</sup> Processo nº 1456, Pct 46/1972, 19/06/1972. Depoimento de Zulma Rosso, proprietária da boite Molin Rouge na Maracangalha. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>84</sup> Processo 026, fl.57, lv. 01, 05/02/1973. Argumento da Promotoria. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>85</sup> Processo 14 fl02 lv003-A, 10/03/1976. Argumento da promotoria. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

percebeu-se a prescrição da pena sem a prisão das acusadas, como também a prescrição de outros processos sem julgamento. Sem esquecer que um bom número de denúncias foi considerado improcedente pelo Judiciário.

Os moradores não perdiam a briga contra as casas clandestinas de prostituição porque os homens da lei levavam em conta os argumentos das cafetinas e prostitutas, mas porque eles tendiam a naturalizar e a desconsiderar na maioria das vezes os casos envolvendo a prostituição, até porque não se tratava de uma atividade produtiva<sup>86</sup>. Se não havia como penalizar juridicamente a prostituição, já que ela não era regularizada por lei; se a prostituição era uma realidade cotidiana e persistente, cujas ocorrências eram muito similares; se ela não afetava diretamente o cotidiano burocrático dos juízes e promotores então o melhor a fazer era esquivar-se até onde fosse possível de julgar tão “corriqueira e indigestas ações”<sup>87</sup>. Para o Judiciário, portanto, a prostituição era problematizada enquanto um dispêndio inútil de tempo. Casos que representavam um verdadeiro estorvo, fazendo a engrenagem burocrática ficar ainda mais lenta diante de outras ocorrências que precisavam e mereciam, em seu entender, ser detidamente analisadas. Além disso, cabia historicamente à polícia regulamentar a prostituição na cidade.

Contudo, não podemos pensar que os homens da lei não portassem a mesma moralidade que fazia com que centenas de moradores se mobilizassem contra as prostitutas e levassem o caso até o Judiciário. Havia uma moralidade, mas o atribulado cotidiano do Judiciário, imerso em uma imensa engrenagem burocrática, muitas vezes favorecia as prostitutas, além do que, havia muitas divergências entre promotores e juízes na interpretação dos artigos 228, 229 e 230 do código penal, os quais puniam os delitos de lenocínio, proxenetismo e rufianismo, respectivamente.

O artigo 229 do Código Penal prevê crime para quem mantiver casa para prática da prostituição ou encontros com fins libidinosos, com ou sem o intuito de lucro. O referido artigo mostra-se objeto de múltiplas interpretações pelos homens da Lei, daí a dificuldade de enquadrar as cafetinas pelo crime de proxenetismo. Além disso, as próprias pessoas envolvidas com a prostituição passaram a dissociar cada vez mais o local de moradia do local

---

<sup>86</sup> Em Florianópolis, nas primeiras quatro décadas do século XX, muitos processos envolvendo prostitutas também acabaram prescritos ou arquivados sem julgamento, evidenciando que a justiça costumava considera-los como casos de pouca importância. Para a autora um dos motivos é que a prostituição não era vista pelos juristas como profissão, como “atividade produtiva”. PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004, p. 103 -116.

<sup>87</sup> Processo nº 1524, pacote 24/1973, 12/02/1973. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

de trabalho, numa clara intenção de burlar as autoridades constituídas. Diz um promotor acerca de um caso envolvendo uma casa de prostituição clandestina nas proximidades do Hospital da cidade: “(...) Não se deve emprestar ao art.229 do CP demasiada amplitude, como seja a de reconhecer o crime que prevê no fato, de prestar, ainda que habitualmente, local para relações sexuais de casal de amantes ou desquitados arrependidos”<sup>88</sup>. Já a Juíza ao julgar caso semelhante no bairro Tereza Cristina afirma que “(...) a aplicação do art. 229 do código penal, nos dias atuais, exige do juiz uma análise bastante criteriosa de cada caso, sob pena de cometer injustiças ante a excessiva amplitude de interpretações do suso citado artigo”<sup>89</sup>.

Assim é que muitas donas de casas clandestinas acabavam ganhando a briga contra os moradores nos tribunais porque na maioria das vezes elas alegavam que apenas possuíam amantes e ocasionalmente alugavam quartos a fim de poderem se sustentar. Os juízes entendiam que o requisito indispensável para a caracterização do delito de manutenção do prostíbulo era a habitualidade, sem a qual não poderiam enquadrar aquelas mulheres no artigo 229. A prostituição em si não era considerada crime, uma vez que a liberdade sexual da mulher estava prevista no art. 213: “(...) é um direito seu que não desaparece, mesmo quando se dá a uma vida licenciosa, pois, nesse caso, ainda que mercadejando com o corpo, ela conserva a faculdade de aceitar ou recusar o homem que a solicita”<sup>90</sup>. Se elas eram absolvidas constantemente pelo Judiciário, o mesmo não ocorria em relação às autoridades policiais que as prendiam freqüentemente como incursas no art. 59 da Lei das Contravenções Penais que previa punição para o crime de vadiagem<sup>91</sup>.

Apesar dessa aparente indiferença, o Judiciário não deixou de problematizar a existência da prostituição do mesmo modo que os jornais e os populares, já que seu discurso é carregado de estereótipos e preconceitos. O fato é que os limites da tolerância sempre foi definido pelas práticas policiais, função que o próprio Estado impôs historicamente à polícia quando se absteve de legislar sobre a prostituição. De maneira que muitos inquéritos eram devolvidos à polícia como se fosse metaforicamente uma “batata quente” que cabia ao próprio aparato policial gerir. Quando a devolução não era possível, o tempo se encarregava de prescrever a denúncia sem julgamento ou mesmo a sentença proferida sem que a ré cumprisse a pena decretada.

---

<sup>88</sup> Processo 020.75.000909-8, pacote 34/1974, 16/09/1975. Argumento da promotoria. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>89</sup> Processo nº 987, fl99, lv 01, Pct 116/71. Argumento da Juíza. Arquivo da 1ª vara criminal. Fórum de Criciúma/SC.

<sup>90</sup> NORONHA, Magalhães Edgard. **Direito Penal**. 3º vol. São Paulo: Saraiva p.99.

<sup>91</sup> LEME, Edson Holtz. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005, p. 136.

Por outro lado, as poucas condenações e o desinteresse do Judiciário em julgar processos envolvendo a prostituição não podem ser explicados apenas em razão dessa divisão informal de tarefas, que deixa a cargo da polícia o papel principal no controle da prostituição. A Justiça se abstinha de condenar por entender que brigas em decorrência de alcoolismo, competição por clientes e agressões diversas faziam parte daquele universo cultural e eram produzidas pelas próprias condições do ambiente com muita habitualidade. Além disso, as poucas condenações evidenciavam inúmeros gastos com eternas citações e intimações às delegacias e fóruns de outras comarcas, pois elas fugiam para outras zonas de prostituição a fim de “dar um tempo”. Assim é que a Justiça em vão lançava seus nomes no rol dos culpados, como também em vão a polícia as prendia pelo crime de vadiagem, pois no momento seguinte elas estavam de volta, resistindo com astúcias, para enfrentar a realidade diária da prostituição.

O pensamento feminista também não contribuiu para um avanço no conhecimento em termos de gênero, já que apresenta diferenças significativas em relação ao significado concedido à sexualidade, prevalecendo no geral duas visões antagônicas. A vinculação das mulheres com o sexo é entendida, por um lado, como a fonte de sua opressão e abuso, “assim a prostituição é vista como caso extremo do exercício abusivo do sexo, portanto, quem oferece serviços sexuais é percebida como inerentemente vítima da violência”<sup>92</sup>. Outra visão, ao contrário, considera o sexo como uma forma de liberação e contestação à ordem sexual masculina, ou seja, um símbolo de autonomia sexual das mulheres<sup>93</sup>. Subjacente a essa dupla ordem discursiva aparece uma outra que desconstrói a imagem da prostituta como aquela que se deixa objetificar pela sexualidade, como aquela que confirma a dominação masculina ou como a emergência de um novo sistema de resistência feminina por meio da sexualidade.<sup>94</sup>

A produção de novos olhares que levem em conta a posição das pessoas diretamente envolvidas com a mercantilização do sexo mostra que elas estão longe de se considerarem vilãs ou vítimas, tampouco estão em uma busca racional de romper com a ordem sexual reinante. O uso mercantil da sexualidade é antes uma escolha consciente que não está colocada de forma irreversível, já que estariam supostamente estigmatizadas para o

---

<sup>92</sup> PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Julho/Dezembro. 2005, no. 25, p.13.

<sup>93</sup> Ver por exemplo: MOLINA, Ana Maria Ricci. **Prostituição juvenil**: uma condição existencial em busca de seus sentidos. *Psicol. cienc. prof.* [online]. jun. 2003, vol.23, no.2 [citado 02 Dezembro 2007], p.22-29. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>. Acesso em 02/12/2007. SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Movimentos do corpo prostituído da mulher**: encontros e desencontros teológicos. São Bernardo do Campo/ São Paulo: Edições Loyola, 199, p. 71.

<sup>94</sup> PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Julho/Dezembro. 2005, no. 25, p.7-23.

mercado matrimonial. O fato de estarem expostas a um mercado sexual extraconjugal, a um excesso de sexualidade e, portanto, a uma situação considerada decadente e imoral, não fez com que se sentissem desvalorizadas para uma união monogâmica tradicional ou para trocarem de profissão. Tanto os homens da lei quanto outras autoridades instituídas insistiam na obsessiva e estereotipada chave de leitura na qual a prostituta era uma infeliz vítima do destino incapaz de ação e reação, um discurso que contribuía para manter juridicamente a criminalização da prostituição e tutelada a figura da prostituta, imagens que serviam aos códigos morais construídos e compartilhados pela sociedade burguesa.

### CAPÍTULO 3

#### A MARACANGALHA E A EXPANSÃO DA ORDEM HIGIÊNICA NO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO URBANA DE CRICIÚMA

O que ficava em nossas mentes de crianças era:  
o quem vem a ser essa tal Maracangalha?  
Indagava em meus devaneios.  
Imaginava um lugar onde havia imensos salões  
com cortinas de veludo vermelho a meia luz do abajur  
lilás.  
E com lindas mulheres como minha vizinha.  
Com decotes generosos no melhor estilo  
Holywoodiano.  
Bocas pintadas de carmim.  
E o cheiro de perfume francês  
misturado ao farfalhar de brocados e chamalotes.  
Assim era a Maracangalha de meus sonhos.  
Com seus homens de ternos de linho branco,  
chapéu Panamá, atirando baforadas de charutos.  
Um lugar generoso que atendia tanto o mineiro  
quanto o minerador sem o menor preconceito.  
Um lugar amaldiçoado, profano, cheio de mistérios.  
O que vem a ser essa tal maracangalha?  
Indaguei-me durante anos...  
Fui conhecer a “Zona”, a Maracangalha,  
a famosa vila boêmia do morro do Bainha.  
O que vi foi a imagem deprimente  
de um amontoado de casas escuras.  
Mulheres que traziam no rosto  
a imagem sofrida de rugas de desgosto.  
Vi a presença da miséria humana subjugada,  
seres humanos sem perspectivas.  
Mulheres que traziam consigo  
as marcas de um mundo machista.  
Vi dor naqueles olhos com misto de falsa alegria. (...)  
Sei que vi a Maracangalha com olhos diferentes e  
pensei:  
porque julgamos as prostitutas,  
porque não julgamos os clientes?  
Vi a Zona do Bainha, mas...  
não era mais dia de festa nesta tal Maracangalha. <sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>GOMES, Jailson. “Maracangalha do esplendor, a paixão, a emoção!”. Criciúma, Trabalho não publicado, (S.D.). Arquivo particular do autor.

### 3.1 - A Cidade-Carvão Na Década De 1970

Em visita a Criciúma em 1967 esteve um repórter de uma revista de circulação nacional intitulada *Realidade*<sup>2</sup>. O objetivo era elaborar uma matéria sobre os mineiros e a cidade do carvão. A reportagem de capa, em princípio motivo de orgulho para as elites, acabou tornando-se um verdadeiro pesadelo ao expor as mazelas da cidade e da situação dos mineiros em circulação nacional, evidenciando que uma grande parcela da população estava à margem dos lucros e benefícios proporcionados pelo carvão:

Nas ruas, carros último tipo ao lado de velhos caminhões. Meninos descalços e maltrapilhos correm em grupos, uma caixa nas costas, uma palavra e um gesto na mão: - quer graxa?

Mulheres doentes com crianças nos braços pedem esmolas. Toda a cidade vive uma calma aparente, tentando esquecer a frase de um morador, (...) – estamos sentados em cima de uma bomba. Qualquer dia desses ela estoura e vamos todos juntos para o inferno. (...) A totalidade dos jovens de 14 a 21 anos depende dos pais; não tem possibilidade de arranjar emprego e algumas vezes conseguem dinheiro em serviços ocasionais. Ainda assim, aplicam esse pouco dinheiro nas mais variadas formas de jogo (...) treinam futebol com a preocupação de subir na vida, ou então freqüentam as casas de Maracangalha, fora da cidade, onde existem quase 100 prostitutas.<sup>3</sup>

Com uma estrutura narrativa bem ao gosto folhetinesco, a matéria tematiza a vida no interior das minas e para além dela por meio das desventuras de Emodeno, personagem possivelmente fictício. Posteriormente, a reportagem faz uma detalhada descrição da cidade carbonífera e de seus habitantes, apresentando-a como uma cidade letárgica, anestesiada, “uma flor em meio ao carvão”. Uma “flor” que não desabrochou porque o carvão que torna cinzento “(...) as casas, o mato, as roupas, o céu, as pessoas (...)”<sup>4</sup> é a única forma de sobrevivência da população.

A população também é descrita de forma apática, destituída de iniciativa, de dinamismo ou vontade em transformar a realidade pessoal ou local. Os jovens não possuem iniciativa, vivem na “ignorância” e estão fadados a reproduzirem socialmente a forma de vida de seus pais, a serem mineiros ou, na pior das hipóteses, a se marginalizarem<sup>5</sup>. As moças

<sup>2</sup> A revista *Realidade*, publicada pela editora Abril, circulou no país entre 1966 e 1976, sua pauta costumeira abria espaço para reportagens tão diversas quanto polêmicas para a época, como comportamento sexual, drogas, divórcio, emancipação feminina, conflitos de gerações, aborto, rebelião juvenil, mas também sobre personalidades diversas, profissões e as cidades do interior do país. FARO, J. S. **Revista Realidade 1966-1968** – Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira. Canoas: Editora da ULBRA/AGE, 1999.

<sup>3</sup> KALILI, Narciso. Eles vivem embaixo da terra. **Realidade**. São Paulo, ano II, n.15, jun.1967, p.136.

<sup>4</sup> *Ibid*, p. 132.

<sup>5</sup> KALILI, Narciso. Eles vivem embaixo da terra. **Realidade**. São Paulo, ano II, n.15, jun. 1967, p.136.

esperam para serem “roubadas”<sup>6</sup>, suas vidas se resumem nas tarefas domésticas e na criação dos filhos, sendo que a “gravidez é um estado quase natural das mulheres dos mineiros” e por isso elas “envelhecem logo, sem participar de nenhuma atividade social: não vão a cinemas, não visitam amigos, não freqüentam a igreja”. Muitas, enquanto aguardam a hora de serem “roubadas”, vêm-se compelidas a ajudar financeiramente a família, empregando-se em casas de famílias ricas ou no comércio local. Neste caso, não é incomum que a moça seja “obrigada a se entregar para conseguir colocação”. Depois disso, segundo Narciso Kalili, ela está a um passo da prostituição, “passa alguns dias em Maracangalha e, depois que arranja dinheiro para a passagem, some da região para não submeter à família a vexames”<sup>7</sup>.

Da reportagem de *Realidade* restou questionada em circulação nacional não apenas a marca do carvão na paisagem e na vida de Criciúma, mas também a moralidade das “mulheres dos mineiros”. Sem oportunidades e imersas na mais completa “ignorância”, elas se deixam “roubar”, fato que não as redime moralmente, ou então se prostituem na zona do meretrício, lugar onde o jornalista contabilizou a existência de cem prostitutas.

Para Nascimento, a prostituição foi, dentre os temas abordados por *Realidade*, um dos pontos que mais incomodou a cidade, a julgar pelo tom indignado das matérias que o jornal *Tribuna Criciumense* publicou sobre a referida reportagem, mas também pelas cartas de cricumenses que chegaram à redação da revista e que foram publicadas nos números de julho e agosto de 1967. A prostituição da Maracangalha e a incômoda condição carbonífera de Criciúma estavam sendo postas nacionalmente e de uma maneira nada favorável em um momento em que a cidade buscava desvincular-se do rótulo de cidade do carvão para construir outra identidade, mais relacionada com a etnicidade e a modernidade<sup>8</sup>. Por isso a reação do jornal local foi imediata. Uma grande página foi dedicada a comentar a reportagem de *Realidade* sobre a cidade em seus mínimos detalhes:

Perdão, nossa cidade não! O que acabamos de ler não é, não pode ser Criciúma. Mas já que a reportagem diz que é, vamos tentar limpar as míopes lentes do repórter de **REALIDADE** e mostrar a ele a realidade não só do nosso caixão de lixo (...).

<sup>6</sup> Expressão utilizada na época para definir uma união sem o casamento civil ou religioso com o acordo entre as famílias.

<sup>7</sup> KALILI, Narciso. Op. Cit, p.137.

<sup>8</sup> NASCIMENTO, Dorval do. **Faces da Urbe**: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980). 2006. 242 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 108.

Vamos dizer ao repórter que nós também temos uma casinha modesta, limpa, arrumadinha, na frente da qual cultivamos com carinho umas flores.<sup>9</sup>

O tom irônico, indignado, às vezes beirando o anedótico das matérias do *Tribuna Criciumense* em relação ao que foi publicado na revista *Realidade* é flagrante, sugerindo que aquela reportagem não passava de uma piada de mau gosto, já que dava visibilidade ao exagero e à especulação em um tom abertamente preconceituoso. Os vereadores também debateram o assunto na Câmara Municipal, “todos unânimes da reprovação do referido artigo”, pois ele “não expressa toda a verdade”. Estavam de acordo que muitas das informações publicadas estavam corretas, no entanto, o repórter teria omitido “propositalmente tudo de bom e útil que existe em Criciúma, para somente comentar o lado negativo”<sup>10</sup>. De modo que enviaram telegramas de desagrado à administração da revista, à Associação Catarinense de Imprensa e à Associação Brasileira de Imprensa.

A divulgação pela revista do problema social que atingia os mineiros e suas famílias, vivendo, no dizer do repórter de *Realidade*, em casas de “25 metros quadrados de construção de madeira, sem forro, nem água corrente, num terreno de sete por quinze metros”<sup>11</sup> não era questionada pelos vereadores ou pelos articulistas da *Tribuna*, ao contrário das informações sobre a prostituição na cidade, tidas como “fictícias”:

(...) Para encerrar o dia, à noite, o repórter movido pelos instintos subiu até lá na Maracangalha. Escreveu depois, que foi contar o número das moças que lá se prostituem. Na página 136 constam cem prostitutas, um número bem arredondado, fictício, próprio de quem foi fazer tudo, menos contar o que viu.<sup>12</sup>

Cem prostitutas foi de fato um número fictício, especulativo, numericamente o repórter não contou exatamente o que vira. Nesse período, a Maracangalha possuía mais de vinte casas de prostituição, nas quais se prostituía um número variável de moças. De acordo com Neuza Clemente, “só nessa casa do seu Toninho aqui da frente tinha 36 moças, a da Apolônia tinha assim umas 26 moças quando eu cheguei aqui. O paredão que era outra casa tinha mais umas 30 moças em 14 quartos. As que menos tinham, tinham quinze meninas”<sup>13</sup>. Mais que cem mulheres, portanto, “ganhavam à vida” em um aglomerado de casas “insalubres”, mas a elite preferia ignorar esses dados numéricos do “submundo”, interessava-lhe apenas os números que evidenciassem um padrão de progresso e modernidade igualado a

<sup>9</sup> Realidade não viu a realidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 10/06/1967, p. 1.

<sup>10</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Debate de diversos vereadores no Livro Ata da sessão nº 20, 13/06/1967, p.8.

<sup>11</sup> KALILI, Narciso. Eles vivem embaixo da terra. **Realidade**. São Paulo, ano II, n.15, jun.1967, p.136.

<sup>12</sup> Realidade não viu a realidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 10/06/1967, p. 1.

<sup>13</sup> Neuza Clemente de Oliveira. Criciúma, 21/06/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

outros centros urbanos mais desenvolvidos. Os números desejáveis eram, com certeza, os publicados na revista *Jubileu de Prata*, em 1972, onde ao lado de uma fotografia da cidade podia-se ler: “Criciúma! Uma cidade moderna, com quase trezentas ruas, avenidas e praças onde se erguem cerca de 10.000 prédios, alguns de grande capacidade, que ressaltam na paisagem”<sup>14</sup>.

O entusiasmo das camadas dirigentes não era apenas com os números que positivavam o progresso da cidade. A Câmara de Vereadores registrou em Ata da sessão igual receptividade para iniciativas como a do professor Fernando Matos, que elaborou em 1973 uma série de trabalhos sob o título “O desafio do sul catarinense”<sup>15</sup> [*sic*]. Segundo os vereadores, uma obra importante para a imagem da cidade, na medida em que “procura focalizar, com real destaque e precisão, a verdade sobre o sul do Estado – suas riquezas, seu super-desenvolvimento e o grande futuro que a aguarda (...)”<sup>16</sup>.

Nem sempre, porém, os números e os assuntos abordados sobre Criciúma simbolizavam o seu desenvolvimento ou a sua modernidade, como assim o desejavam a imprensa local e as camadas dirigentes. Meses antes, no mesmo ano de 1973, abordando assunto similar ao da Revista *Realidade*, o jornal *O Estado* publicou uma matéria sobre Criciúma, denunciando que a riqueza do carvão era privilégio para poucos, e que a ampla maioria das famílias mineiras viviam em um grave problema social. A reportagem também tematizou a presença cotidiana nas ruas de “menores delinquentes e indigentes” e de “meninas de 12 a 15 anos já trilhando o caminho da prostituição”<sup>17</sup>.

A Câmara dos Vereadores de Criciúma abordou o assunto em um acalorado debate. Para o vereador Sylvio Bitencourt, a pobreza e a prostituição não eram exclusividades de Criciúma, mas de todas as “cidades jovens” que estão em pleno desenvolvimento. Em uma defesa exaltada da cidade ele concluiu que o articulista, em um completo desconhecimento sobre as condições socioeconômicas de Criciúma, queria apenas “denegrir o povo que luta árduamente por uma cidade jovem”. Já o vereador Jairo Frank, usando um tom mais

---

<sup>14</sup> Criciúma. Comerciarío Esporte Clube. **Jubileu de Prata (1947-1972)**. Criciúma: Empresa Sampaio Editora, 1972, p.13.

<sup>15</sup> Fernando Marcondes de Barros, empresário dos setores hoteleiro e plástico. Na Grande Florianópolis, é um dos diretores da INPLAC e do *Resort* Costão do Santinho. Nos anos 1970 elaborou vários trabalhos na área da economia, sendo “O desafio do Sul Catarinense” um deles. Ainda em 1973 publicou uma obra sobre a economia de Santa Catarina: MATTOS, Fernando Marcondes de. **Santa Catarina Nova Dimensão**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1973, 446 p.

<sup>16</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Debate dos vereadores na Ata da 59ª sessão em 30/10/1973, Livro 31.

<sup>17</sup> A riqueza nas mãos de poucos na estrutura social de contraste. **O Estado**, Florianópolis, 08/07/1973, p.4.

ponderado, adverte aos vereadores da ARENA que o jornal *O Estado*, se não era governamental, também não fazia oposição ao governo militar, dando a entender que não se tratava de um periódico neutro, condição que merecia certo cuidado. Ademais:

É uma verdade incontestável que meninas de doze a quinze anos se enveredam para a prostituição, como é verdade que elas se invadam pelo mal que a própria sociedade atribui. Também é verdade que Criciúma é dominada economicamente por uma minoria, e que a maioria é dependente exclusivamente, digo, evidentemente desta minoria. (...) Eu perguntaria aos senhores vereadores da ARENA se existe ou não existe desemprego em Criciúma? Criciúma não é um mar de rosas (...). A Aliança Renovadora Nacional – não sei por quê – houve por bem sair-se na frente e não meditou um pouco mais, dando, assim, um que Criciúma é uma cidade sorriso e que em Criciúma não existem aposentados de manhã à noite em cima das calçadas, para receberem uma aposentadoria que mal dá para os seus viverem; não esperou para olhar nas ruas de nossa cidade para saber se existem ou não crianças de treze anos na prostituição; não procurou nas estatísticas o número do desemprego.<sup>18</sup>

Criticando abertamente os vereadores da ARENA por fazerem um discurso onde Criciúma aparecia como uma “cidade sorriso”, o vereador do MDB encerrou afirmando que “a verdade dói, mas é uma só”. Ou seja, a prostituição, a mendicância e a marginalidade faziam parte da paisagem de Criciúma tanto quanto sua propalada modernidade, práticas que, se não passavam despercebidas, ao menos procuravam ser ignoradas pelas camadas dirigentes. Um ano depois, em 1974, a Câmara debate a pertinência do uso da pílula anticoncepcional, bem como envia um requerimento solicitando às autoridades de saúde pública que tomem medidas a fim de facilitar a sua distribuição para as camadas populares. A discussão sobre o uso da pílula foi fomentada pela necessidade de “evitar a prostituição em grau maior no nosso meio”<sup>19</sup>.

O fato é que o “caixão de lixo” da cidade, no dizer dos articulistas do *Tribuna*, ou “as falhas de Criciúma”, como assim referiam-se os vereadores, já haviam sido expostos para o país, para o Estado ou mesmo para as cidades circunvizinhas por meio de diversos órgãos de imprensa. De modo que a cidade precisava resolvê-los.

Na busca por transformar a imagem urbana da cidade, a década de 70 assiste a uma campanha sanitária empreendida nas áreas centrais para afastar mendigos, engraxates e prostitutas. Elementos capazes de envergonhar as elites perante os visitantes, interessadas naquele momento em projetar a positividade da cidade, como o crescimento urbano derivado

<sup>18</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Vereador Jairo Frank em Ata da 34ª sessão em 10/07/1973.

<sup>19</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA Debate dos vereadores em Ata da 116ª sessão em 16/07/1974, livro 31. O requerimento citado está arquivado separadamente em uma pasta sob o número 107/74.

da pujança econômica do carvão e das novas indústrias e nunca a existência da prostituição, da pobreza ou da mendicância.

A paisagem urbana da cidade, mantida com poucas alterações até meados da década de 1960, modifica-se no transcurso dos anos 70. A partir daí, as linhas originais da cidade começaram a ser vencidas, a transformação acelerou-se, definindo rapidamente uma paisagem urbana que demonstrava o enorme crescimento de Criciúma. Além das obras construídas e por construir, também apareciam dezenas de escolas, quilômetros de ruas pavimentadas, um grande número de indústrias e casas comerciais.

Eram tempos de euforia na cidade, no âmbito econômico, Criciúma se favorece de uma conjuntura internacional com a crise do petróleo (1973 e 1979), levando a região a intensificar a extração do carvão energético para suprir a demanda. Além disso, a diversificação industrial<sup>20</sup> fez com que a cidade, antes sujeita ao exclusivismo da mineração, pudesse contar com alternativas econômicas diferenciadas<sup>21</sup>. Dentro desse contexto, o processo de urbanização da cidade irá alcançar outro marco significativo: nos anos 70 viviam dentro do perímetro urbano 54.918 habitantes e na década seguinte esse índice passa a ser de 93.631, caracterizando um crescimento urbano de 80%<sup>22</sup>. Assim, os poderes constituídos certamente viam os anos 70 como “a década que mudou tudo”<sup>23</sup>.

De fato, até então, toda a vida econômica da cidade dependia de uma pequena contribuição do setor agrícola e da produção carbonífera, agora, com novas empresas a gerar empregos e a contribuir com os cofres municipais, a cidade poderia investir na sua revitalização urbana que mudaria a imagem da cidade. Foi assim que, em visita a Florianópolis, o prefeito da cidade pode solicitar um empréstimo a fim de sanar “os múltiplos problemas que tem motivado a estagnação de nosso processo de desenvolvimento”. Este dinheiro seria destinado aos calçamentos da cidade, à retificação do rio Criciúma e à

---

<sup>20</sup> Sobre a diversificação industrial ver: GOULARTI FILHO, Alcides. *Diversificação Produtiva no Sul de Santa Catarina: uma contribuição à História Econômica Regional*. In: **Ensaio Sobre a Economia Sul-Catarinense II**. Criciúma, UNESC, 2005. \_\_\_\_\_ **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002. SANTOS, Marco Aurélio dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

<sup>21</sup> Segundo Santos, “a diversificação econômica da região Sul de Santa Catarina, iniciada no final da década de 1940, com o setor cerâmico, (...) toma novo fôlego na década de 1970, em especial na cidade de Criciúma”. SANTOS, Marco Aurélio dos. *Ibid.*, p. 71.

<sup>22</sup> NASCIMENTO. Dorval do. **As Curvas do Trem**: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1180-1975) cidade, modernidade e vida urbana. Criciúma, UNESC, 2004, p. 73.

<sup>23</sup> Criciúma: 70 – a década que mudou tudo. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 15/10/1978.

implantação de um novo sistema de esgotos, “uma vez que o atual é por demais obsoleto, estando muito aquém do índice de progresso de nossa urbe”<sup>24</sup>.

Entusiasta do progresso da cidade, o jornal *Tribuna Criciumense* comemorava cada nova construção do período, algumas foram bastante festejadas e a população pôde acompanhar toda a evolução desde a construção inicial até a inauguração<sup>25</sup>. Até porque, a cidade queria se igualar a outros centros urbanos em modernidade e desenvolvimento havia intervenções constituindo e consolidando Criciúma como uma cidade moderna. Assim, as intervenções de remodelação e modernização urbanas da cidade irão atingir preferencialmente a população desfavorecida, mas os “cidadãos” também foram chamados a colaborar.

Nesse período, a imprensa encetou uma campanha com a finalidade de motivar a população a manter a cidade limpa. Inicialmente a resistência dos moradores das áreas centrais não fez com que a campanha encontrasse a “receptividade ideal”, entretanto, “a situação melhorou consideravelmente, sobretudo, a partir da atuação rígida dos fiscais da prefeitura que estão multando aqueles que se omitem”. O objetivo da campanha seria conscientizar a população “de que devem colaborar no sentido de que seja modificada a imagem de Criciúma”<sup>26</sup>.

A imagem que os poderes constituídos desejavam projetar era de uma Criciúma moderna. Para viver nela impôs-se novas condições de existência, as quais demandavam intervenções sanitárias e policiais na vida da população de baixa renda. Intervenções muitas vezes vinculadas às obras de modernização da cidade. Viver em uma cidade moderna impunha necessidades, criava desafios, exigia medidas. Assim, na imprensa da época a cidade era pensada e sentida como um problema. Havia uma grande preocupação com a higiene pública, com o saneamento urbano, mas também com a imagem de Criciúma aos olhos dos visitantes. Portanto, desvincular-se da imagem de “cidade cinzenta” ou “cidade negra”<sup>27</sup>, que remete à idéia de sujo e poluído, era desejo entre aqueles que geriam a cidade.

De fato, houve na cidade nesse período uma efetiva modernização com a instalação de novas indústrias, com o novo impulso da indústria carbonífera em vista da crise do petróleo, o processo de verticalização propiciado pelo elevado crescimento populacional,

---

<sup>24</sup> Saneamento de Criciúma. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 12/05/1973.

<sup>25</sup> Temos por exemplo os prédios do palácio do Estado, COMASA e prefeitura municipal. Inaugurados respectivamente em 1967 e 1972.

<sup>26</sup> Criciúma mais limpa. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 29/10/1977.

<sup>27</sup> Criciúma 70: a grande arrancada. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 21/01/1970.

instalação de escolas, etc. Nesse processo de modernização, a cidade passou a inserir-se, no dizer de Berman<sup>28</sup>, na experiência da modernidade e a desejar que determinadas pessoas e práticas fossem retiradas das áreas centrais. Até porque, a paisagem urbana em acelerado processo de mudança “não é absolutamente inocente em relação aos processos que ela gera”<sup>29</sup>. As pessoas percebiam a cidade que transformava sua paisagem com novas indústrias e edificações, como uma cidade moderna. Foi assim que os holofotes da cena urbana dirigiram-se gradativamente para a idéia de salubridade e limpeza, atributos capazes de fazer bonito aos olhos das cidades vizinhas, mas também de perturbar a paz e a tranqüilidade daqueles que não foram tocados pelos progressos do carvão. Nas palavras de Nascimento:

A elite de Criciúma, na década de 1970, respirava uma atmosfera impregnada de carvão, mas sonhava com outros ares, o das grandes e modernas cidades. Lutava por uma cidade com largas avenidas e altos edifícios que expressassem a importância que tinha aos seus próprios olhos. Tudo aquilo que estivesse entre a realidade e seus sonhos deveria ser removido: trilhos, casas e pessoas.<sup>30</sup>

Há algum tempo se cogitava em erradicar do centro da cidade as “antiquadas e anti-estéticas casinhas de madeira, utilizadas para comércio o mais variado”. Aquelas “coisas”, como assim se referiu o articulista do jornal, concorriam para formar uma imagem negativa da cidade, se constituindo em péssimo cartão de visitas para as pessoas que passavam ou passeavam por Criciúma<sup>31</sup>. Esse sentimento de modernidade e progresso se refletia na paisagem, passando pela lógica da urbanidade que dita como os carros deviam circular, como construir os prédios e casas, e que elementos indesejáveis, como as prostitutas, mendigos e camelôs deviam ser transferidos para locais mais apropriados, em um só lugar e afastado do centro da cidade<sup>32</sup>. Um entrave aos negócios dos comerciantes “higienicamente” instalados, eles não pagavam impostos e ainda obstruíam as calçadas, devendo ser banidos por meio da fiscalização:

Todos os vendedores ambulantes que não seguirem a risca às normas contidas no código de posturas do município, decididamente não poderão mais desenvolver esse ramo de negócio em Criciúma. Acontece que uma equipe de fiscais já se encontra

<sup>28</sup> BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar** – A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 18.

<sup>29</sup> ROLNIK, Raquel. *Preservação e Modernidade*. In: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento de Patrimônio Histórico. **O direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo, DFH, 1992, p. 198-199.

<sup>30</sup> NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do Trem: a presença da estrada de ferro no sul de Santa Catarina (1180-1975) cidade, modernidade e vida urbana**. Criciúma, UNESC, 2004, p. 140.

<sup>31</sup> E as barraquinhas? **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 13/05/1972, p. 4.

<sup>32</sup> Assim é que os pequenos casebres da rua Paulo Marcus foram parar em um “Shopping dos Camelôs”, que começou a funcionar em março de 1992, na quadra que circunda o antigo prédio da prefeitura. Hoje o “Shopping dos Camelôs” é um ponto comercial consolidado, sobretudo à população de baixa renda que pode adquirir artigos variados a preços baixos.

em plena atividade, com o objetivo de reprimir os abusos que o comércio ambulante tem provocado em Criciúma.<sup>33</sup>

Ao problematizar a cidade e defender a necessidade de um ordenamento urbano, constrói-se outra imagem a respeito de Criciúma. Também a progressiva transformação das sensibilidades de homens e mulheres comuns em relação ao aspecto urbano vai se reelaborando, representando um novo plano de “cidade ideal”, de “cidade do desejo”<sup>34</sup>. No plano do desejado pretendia-se uma Criciúma urbanizada, limpa e cheirosa, com vias de circulação centrais oferecendo aos visitantes um aspecto de ordenamento, livres de mendigos, camelôs, engraxates ou prostitutas, uma cidade onde ruas pavimentadas, altos edifícios, largas avenidas, praças limpas e arborizadas inscrevessem os sonhos de uma Criciúma do progresso e da civilidade. Esse desejo de modernidade desencadeou uma campanha do poder público e da imprensa exigindo da polícia respostas mais eficazes na vigilância do “submundo”:

Na corrente semana várias pessoas foram recolhidas a cadeia pública, pelo fato de estarem perambulando altas horas da noite, desprovidas de documentos. Todo elemento desconhecido que for abordado pela polícia e não exibir qualquer documento que o identifique será encaminhado incontinentemente ao presídio estadual para averiguações. (...) Nas agências rodoviárias a ação da polícia não tem sido menos drástica, para impedir que indivíduos perniciosos entrem na cidade sem serem devidamente identificados. O *Trottoir* das mulheres de vida também está se extinguindo, com as providências adotadas pelo delegado da comarca<sup>35</sup>.

Sociabilidades notívagas eram no mínimo suspeitas, pois é na escuridão que uma “outra” cidade se revela aos incautos, fato que por si só justificaria o encarceramento imediato. O controle dos hóspedes nos hotéis da cidade por meio da ficha enviada à polícia, uma prática iniciada nos anos 50, se mantém. Conforme mencionado no capítulo anterior, a polícia intensificou ações de controle nos hotéis da cidade e da noite cidadina no sentido de identificar presenças indistintas e coibir a prostituição livre, era necessário desbaratar uma outra ordem social reinante que não deveria se mostrar aos olhos de visitantes.

Empreendendo esforços nesse sentido, a polícia efetuava recorrentemente “batida nos principais bairros de nossa cidade (...)”<sup>36</sup>. Assim, “muito embora a polícia cricumense tenha armado um esquema para tirá-los de circulação, não consegue garantir segurança total porque uma cidade desenvolvida como a de Criciúma, na verdade, não o permite”<sup>37</sup>. De

<sup>33</sup> Providência Oportuna. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 29/04/1978.

<sup>34</sup> SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. História do Conforto na Cidade de São Paulo. In: **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2000, p.162-183.

<sup>35</sup> Polícia está agindo. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 20/04/1974, p. 1.

<sup>36</sup> Não se brinca em serviço. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 25/10/1974., p.8

<sup>37</sup> Ladrões estão agindo. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 01/02/1975.

caráter mosaical, a modernidade também congrega os "desclassificados" que vão fazer parte desse cenário, presença inoportuna e indesejável, mas constante da paisagem de uma "cidade moderna" como Criciúma, que, afinal de contas, comparando-se as suas co-irmãs, possui um índice de "gatunagem" bem inferior:

O dr. Helvídio de Castro Veloso Filho, salientou que Criciúma na condição de um dos centros mais desenvolvidos do sul catarinense, apresenta um índice de ocorrências bem inferior ao de outras cidades menores da região o que se deve ao eficiente trabalho preventivo que a polícia da terra do carvão vem realizando impedindo a ação de perigosos marginais oriundos de outras plagas e que anteriormente para cá convergiam.<sup>38</sup>

Os "amigos do alheio" e outros desclassificados urbanos não são, nesse discurso, cidadãos criciumenses, essas "chagas" Criciúma havia herdado em vista de seu "vertiginoso progresso". Ao lembrar-se de sua "Criciúma de ontem", o médico Manif Zacharias também coloca que os "desocupados" e os "profissionais do crime" não são pessoas da cidade, mas "vindos de fora"<sup>39</sup>. Um imaginário que está ligado aos dois momentos de grande expansão demográfica da cidade, o primeiro após a década de 1930 com a vinda intensa de moradores de municípios litorâneos vizinhos como Laguna, Imbituba, Jaguaruna e Imaruí. Depois nos anos 1970, com a revalorização do carvão e do desenvolvimento industrial. Este não é um crescimento demográfico natural, explicado apenas pelo aumento nas taxas de natalidade, mas induzido pela necessidade de mão-de-obra para as minas de carvão.

A contínua migração de pessoas em busca de trabalho nas minas ou nas indústrias certamente fazia crescer na cidade os números do desemprego, já que não havia vagas para absorver tantas pessoas, situação que levavam muitos a tornarem-se pedintes. O crescimento da mendicância nas ruas centrais também foi alvo das políticas públicas para melhorar a imagem da cidade. Para o ano de 1975, uma das metas da municipalidade era essa:

No que diz respeito aos pedintes que tomavam conta das ruas centrais da cidade providencias exultosas foram adotadas. A medida não só veio beneficiar dezenas de pessoas comprovadamente capacitadas, como serviu para eliminar inúmeros abusos, tirando de circulação elementos oriundos de outras cidades e aproveitadores que se valiam desse expediente para explorar a generosidade (...).<sup>40</sup>

Aproveitadores, figuras malvadas a explorar a bondade alheia, vadios porque comprovadamente capacitados, uma legião de gente repugnante e miserável "oriunda de outras cidades" estava a invadir o cartão postal de Criciúma e a macular sua imagem. Os

<sup>38</sup> Prevenção contra os gatunos. **Tribuna Criciumentense**, Criciúma, 31/05/1975.

<sup>39</sup> ZACHARIAS, Manif. **Minha Criciúma de Ontem**. Criciúma: ed. do autor, 1999, p. 75.

<sup>40</sup> Criciúma sem Mendigos. **Tribuna Criciumentense**, Criciúma, 01/03/1975.

mendigos contrariavam teimosamente uma estética que a ordem burguesa queria implantar. Hipoteticamente, é possível enxergar esses indesejáveis com os olhos dos poderes constituídos: fétidos, feios e maltrapilhos. A população central recebera alerta, por meio de campanha, a não dar esmolas a esses “mendigos oriundos de outros municípios catarinenses”, mas eles, contrariando essas disposições, “resolveram agir junto às residências situadas nos bairros, onde ficam imunes a qualquer providência por parte das autoridades competentes”. A eles, o poder público promete a assistência, fornecendo “a passagem de retorno às suas cidades de origem”<sup>41</sup>. Nessa construção discursiva, os engraxates também tiveram sua vez:

Medidas saneadoras estão sendo adotadas com a finalidade de equacionar o problema dos engraxates de nossa cidade, muitos dos quais, ao invés de prestarem serviços a coletividade, outra coisa não fazem, senão molestar aos transeuntes ou proferir palavrões, causando uma péssima impressão aos que nos visitam, e decepcionando aos que aportam em nosso meio, atraídos pela hospitalidade de nossa gente, e vertiginoso progresso da terra do carvão.<sup>42</sup>

Além de um critério de seleção para a escolha dos engraxates, eles deveriam usar uniformes e materiais cedidos pela prefeitura. Uma sugestão vinda da Câmara Municipal era a construção de boxes móveis metálicos, pois só assim os engraxates deixariam de apresentar suas feições “patéticas e embrutecidas” perante os visitantes da terra do carvão. Mas as medidas saneadoras não surtiram os resultados esperados:

Pelas ruas das cidades novamente são encontrados garotos maltrapilhos e incivilizados, o que concorre para que os nossos visitantes levem daqui uma impressão não muito boa. Geralmente, os profissionais da escova se aglomeram no centro da cidade, ali permanecem promovendo badernas e dirigindo gracejos e piadinhas imbecis aos transeuntes.<sup>43</sup>

A repressão sobre esses “incivilizados” se fez sentir por meio de novas medidas saneadoras<sup>44</sup>. Uma coordenação de prevenção incube-se de exercer a devida fiscalização sobre esses menores, medidas que visavam acabar com a aglomeração de “menores maltrapilhos”<sup>45</sup>. A repressão aos menores aconteceu repetidas vezes. Vistos como pequenos

<sup>41</sup> Mendigos mudam o centro da cidade. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 22/10/1977.

<sup>42</sup> Solução para os engraxates. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 01/12/1973.

<sup>43</sup> Engraxates preocupam. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 11/01/1975.

<sup>44</sup> Restringiu-se a idade para o desenvolvimento das atividades de engraxate, entre 7 e 12 anos, os horários e dias de trabalho, de segunda a sexta em horário comercial. Mesmo assim, só um número máximo de 25 engraxates poderia permanecer nas áreas centrais, estes, teriam que diariamente assinar o livro ponto na prefeitura, do contrário sofreriam sanções, podendo até perder o direito de trabalhar.

<sup>45</sup> Engraxates não criarão mais problemas. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 15/02/1975.

delinquentes, essas crianças representavam a iminência de um perigo, pois “a continuar assim, a cidade estará infestada de perigosos marginais”<sup>46</sup>.

A pobreza urbana em áreas centrais sempre foi objeto de preocupações. No Rio de Janeiro, acentuou-se na imprensa campanhas para a remoção de indigentes, pedintes, ébrios ou prostitutas na primeira década do século XX, em especial no período do prefeito Pereira Passos<sup>47</sup>. Em Florianópolis é possível datar essa preocupação com a limpeza urbana desde pelo menos 1870. Nesse período, o anseio em remover esses “indesejáveis” das áreas centrais revelava uma preocupação territorial, ou seja, reservar esses locais para a circulação das famílias “decentes” e/ou abastadas<sup>48</sup>. Em Criciúma, isso aconteceu no decurso dos anos 1950, quando a cidade passou por uma nova lógica urbana, tendo em vista ainda que a área central da cidade constituía-se em sua maior parte como residência das famílias médias e ricas. Nos anos 1970, o sentido de expulsão dos pobres responde a outra necessidade, qual seja a de projetar uma imagem de Criciúma como uma “cidade sorriso”. Limpa, ordenada e livre de elementos que pudessem despertar reportagens desfavoráveis na imprensa estadual e nacional ou a observação crítica dos visitantes, a exemplo do que já havia ocorrido antes.

De certa forma, o crescimento de Criciúma trouxe a percepção de que o viver em cidades havia trazido uma série de demandas, ameaças e desconfortos que exigiam resposta por parte do poder público. Foucault coloca que é nas grandes cidades do século XVIII que nasce e se desenvolve uma atividade do medo, de angústia diante da cidade, dos perigos e epidemias que ela poderia oferecer<sup>49</sup>. Camelôs, mendigos, engraxates, ébrios e prostitutas causavam medo e ojeriza, eram os pobres que, ao seu turno, não acataram passivamente as imposições do poder público, eles disputaram como podiam a posse e o direito à cidade, uma cidade que também lhes pertencia. No dizer de Pesavento, um espaço imposto, por sua vez, “também é reformulado, vivido e descaracterizado pelos habitantes da urbe, que, a seu turno, o requalificam e lhe conferem novos sentidos”<sup>50</sup>.

<sup>46</sup> Menores viram a cidade do avesso. *Tribuna Criciumense*, Criciúma, 23/02/1974.

<sup>47</sup> SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p.211.

<sup>48</sup> PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2 ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 130-131.

<sup>49</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da medicina social*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 87.

<sup>50</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahi. **O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris**, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999, p. 16.

Conforme discussão dos capítulos anteriores, até a década de 1970 a Maracangalha não foi alvo de debates e questionamentos por parte da imprensa. Os articulistas do jornal *Tribuna Criciumense* mantiveram-se em silêncio em relação à zona de prostituição, mas veicularam várias reportagens e artigos a respeito da prostituição clandestina que crescia na Praça Nereu Ramos, nas ruas e nos hotéis centrais, assim como o aborrecimento de populares em relação à prostituição de algumas casas de show situadas em meio às residências familiares. O desinteresse dos jornais e de outros grupos sociais em fomentar discussões a respeito da Maracangalha respondia a um contexto histórico, sua existência era entendida como necessária e sua localização adequada em relação à urbanização da cidade. Nos anos 1970 essa situação tenderia a mudar, a Maracangalha passou a ser crescentemente problematizada por vários segmentos da cidade. Além da forte concorrência com a prostituição clandestina que crescera muito nesse período, passou também a enfrentar uma crescente oposição de grupos populares que até então não haviam contestado publicamente sua existência.

Parte dessas problemáticas referia-se à proximidade da zona com as residências familiares que foram aos poucos se constituindo em seu entorno com o crescimento da cidade. Por outro lado, estava tão próxima da área central que seu acesso poderia ser realizado por meio de uma caminhada <sup>51</sup>, condição incompatível com a imagem de cidade saneada e moderna que desejava se projetar sobre Criciúma. Assim, o mesmo movimento saneador que desejou remover as prostitutas clandestinas, os pedintes e os engraxates, também se mobilizou para remover a Maracangalha e todas as práticas entendidas como imorais ou criminosas.

Esses enunciados produziram um feixe de problemáticas relacionando a modernidade ao saneamento urbano e estes aos personagens cujas práticas não se coadunavam com estes discursos. Em outras palavras, as novas edificações e as intervenções urbanas nos espaços públicos não eram suficientes para desencadear o sentido de que Criciúma era uma cidade moderna. O sentido de modernidade que se queria para Criciúma perpassava também pelas práticas morais e culturais das pessoas. A Maracangalha, por sua vez, já não era só uma zona de prostituição, o crescente comércio de objetos furtados, os sucessivos golpes que algumas prostitutas praticavam contra clientes, os assaltos a mão armada, que se tornaram comuns nas proximidades, e as crescentes “arruaças” promovidas pelos excessos do álcool em uma área que poderia ser definida naquele momento como

---

<sup>51</sup> A Maracangalha distancia-se da Praça Nereu Ramos por cerca de 2,5 KM.

estritamente residencial tornaram a Maracangalha uma incômoda presença central. De modo que uma conjugação de forças sociais atuaria no sentido de pedir a remoção da zona de prostituição para outro local. Mas antes é necessário compreender as novas relações que a zona de prostituição estabeleceu com a cidade desde a segunda metade dos anos 1960.

### 3.2 - As Novas Relações da Maracangalha com a Cidade Do Carvão

Permissivos, mas vigilante, os poderes constituídos mantinham-se relativamente à distância em relação às atividades da zona do meretrício. Fato que mudaria no final da década de 70, quando a Maracangalha já não vivia mais tempos tão áureos como outrora e a cidade já não era mais tão permissiva com o barulho que dali ecoava, preocupada que estava com a idéia de uma cidade saneada e moderna. Essa idéia vinha sendo vivenciada no plano do desejo e perseguida na construção do cotidiano. Entre a realidade e a fantasia muitas ações eram postas em prática, desconsiderando as condições concretas que geriam aquela realidade.

Com o crescimento demográfico, sobretudo urbano, nos anos 70, a Maracangalha passa a ser uma incômoda presença central. Presença esta que não acompanhou o processo de modernização e a mudança das relações na cidade, perdendo espaço para outras formas de prostituição, como as “casas de show”. Dos bordéis de ínfima categoria da Maracangalha, das ruas e das casas noturnas “chiques” do centro, desenhou-se, no decurso dos anos 70, a hierarquia da prostituição na cidade. Segundo Moraes, na história geral da prostituição, os bordéis foram sendo extintos pouco a pouco e as zonas tiveram que resistir às iniciativas de redução e remoção frente às aceleradas mudanças urbanas que promoviam o crescimento e desenvolvimento das cidades. A retirada das zonas de prostituição trouxe novas modalidades de comércio sexual, novas técnicas de apelos eróticos, como as casas de massagem e as boates de programas<sup>52</sup>.

Aquela cidade que vivia pautada pelos valores da mineração vai aos poucos cedendo lugar a novas relações. A paisagem, antes assemelhada a uma cidade do século XIX, com as vilas operárias em torno das minas, vai gradativamente transformando-se, assim como

---

<sup>52</sup> MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila:** prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 100.

as relações que ali se estabeleciam. A prostituição, assim como todas as formas de organização da sociedade, também se alterou, momento em que na cidade uma nova modalidade de prostituição aparece. Boates de programas como o Casarão, Cantina Nápoles, “Oba-Oba”, Roda Viva, Nono’s estavam entre as opções oferecidas aos novos fregueses da cidade.<sup>53</sup>

Para a polícia, a Maracangalha em muito perdera a característica de zona de prostituição, pois tanto as prostitutas quanto outros personagens dedicavam-se na maior parte do tempo a pequenas contravenções como furtar clientes<sup>54</sup>. Além disso, nos anos 80, a Maracangalha estava fadada a ser uma teimosa resistência frente às precaríssimas condições de sua paisagem, marcada pelo aspecto decadente e desolador com que se apresentava perante os habitantes que viviam a experiência da modernidade, pelo menos no plano da representação, fazendo com que a procura pelos serviços sexuais diminuísse consideravelmente. Talvez por isso as prostitutas tenham desenvolvido formas alternativas de ganhar dinheiro, como o “famigerado” golpe do suador.

O golpe consistia em abordar ou esperar ser abordada pelo freguês, a investida acontecia tanto na Maracangalha quanto nas ruas centrais da cidade. A seguir levava-se o freguês até “barracos” localizados no bairro Baixadinha, Pedregal ou mesmo nos quartos das casas de prostituição utilizando o pretexto de estar mais à vontade ou mesmo de economizar o quarto. Uma vez lá, o cliente era orientado a deixar suas calças e pertences em uma cadeira geralmente situada em cômodo ao lado do quarto onde o “programa” aconteceria. Enquanto isso, outras pessoas, geralmente uma ou duas prostitutas de comum acordo, furtavam o cliente sem que ele percebesse. Muitas vezes, o furto podia acontecer com o cliente no quarto. Uma dentre inúmeras estratégias era usar um roupeiro no aposento com fundo falso, enquanto o cliente “sua” com uma das mulheres que o envolve de modo a distraí-lo, a outra sai e o rouba sem que ele perceba. Os homens que estivessem na cidade de forma transitória como caminhoneiros, viajantes a negócio ou moradores de cidades próximas constituíam o alvo preferencial porque desconheciam a prática e não residiam na cidade para persegui-las.

---

<sup>53</sup> Cantina Nápoles localizava-se no bairro São Luís, Oba Oba na BR 101, Roda Viva no bairro Presidente Vargas. Na travessa Padre Pedro Baldoncine, a boate Casarão e na rua São José se encontrava a boate Nono’s, ambas no centro da cidade.

<sup>54</sup> Nos três meses em que diariamente freqüentei o 1º departamento de polícia em busca de dados empíricos para a pesquisa, mantive muitas conversas informais com vários policiais que trabalharam nos anos 70 e 80. Segundo algumas versões, a Maracangalha já não era só uma zona de prostituição, incomodava a polícia que subia o morro constantemente em busca de objetos furtados de clientes.

A prática de furtar clientes sempre existiu dentro da prostituição, mas nos anos 1970 ela acabou se aprimorando por meio de diversas artimanhas e tornou-se corrente, fazendo parte da remuneração de muitas prostitutas. Era um dinheiro livre de qualquer obrigação, uma vez que parte do que ganhavam nos “programas” eram destinados aos cáftens – donos da casa onde elas se prostituíam - e posteriormente a seus gigolôs, os homens que as protegiam dos clientes. As práticas de furto eram as mais variadas possíveis, marcadas pela audácia e ousadia. Vejamos alguns episódios.

Três irmãos de Armazém estavam a dançar e bebericar com prostitutas de uma casa da Maracangalha. A confusão acontece quando um deles dançava coladinho com uma das mulheres e “esta em determinado momento colocou a sua mão no bolso (...) na tentativa de conseguir tirar o seu dinheiro”. Surpreendida pela reação do cliente, que a empurrara, ela parte para cima dele com tapas e sopapos de toda sorte, “momento em que mais outras prostitutas que se encontravam no salão avançaram no declarante (...)”<sup>55</sup>.

Essas ações em geral pegavam os fregueses desprevenidos ou como diríamos “com as calças na mão”, já que quando se conscientizavam da perda estavam nus na cama e a mulher a quilômetros de distância. Como o caso do Sr. Ananias, que após um almoço na lanchonete Serve Bem resolveu esticar um pouco mais com uma conhecida prostituta da Maracangalha. Levado a uma residência, no Pinheirinho, somente deu por conta do furto quando se preparava para vestir a calça. A prostituta saíra antes a pretexto de ir à costureira, mas ao retornar ao centro ele teve tempo de avistá-la tomando um táxi.<sup>56</sup>

Igual sorte teve seu José, residente na Próspera. Relatou que “foi dar uma volta na zona e chegando lá pegou uma mulher, e esta lhe furtou”<sup>57</sup>. Já seu Valdemar, queixoso morador de Siderópolis, foi duplamente lesado, além de ter os bolsos esvaziados, pagou “CR\$ 5.000,00 pelo programa efetuado”<sup>58</sup>. Não pensemos, porém, que as “mariposas” sempre levavam a melhor, em muitas ocorrências elas acabavam tendo que devolver parte ou todo o dinheiro roubado:

Certa vez estava na Maracangalha e após uma noitada dei por falta de dinheiro.  
Perguntei pras putas  
- Cadê o meu dinheiro?  
Ninguém sabia de nada, perguntei várias vezes e nada.

<sup>55</sup> Inquérito Policial n° 145/84, fls 056, livro 004, 09/10/1984. Acervo do 1° DP de Criciúma.

<sup>56</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 556/82. Natureza: golpe do Suador em 13/07/1982.

<sup>57</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 835/82. Natureza: golpe do Suador em 10/09/1982.

<sup>58</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 855/82. Natureza: golpe do Suador em 15/09/1982.

Veio a dona da casa e disse que ali ninguém tinha pegado nada.  
 Eu saí dali peguei a minha camionete e enlacei o barraco das puta numa corda e comecei a puxar.  
 Dei uma, dei duas, a casa tremeu toda, na terceira quando a casa ia cair escutei a dona da casa dizer:  
 - devolve o dinheiro que ele é louco!<sup>59</sup>

Nessas investidas, pior mesmo foi para José, que, pensando em economizar, perdera até os sapatos sem ao menos concretizar o programa! Ludibriado que fora por uma galega forte de nome Sandra. Vejamos os detalhes de sua queixa:

Depois de uma longa conversa o queixoso convidou para ir para o programa, a suspeita disse que era para ir até lá na casa dela, na baixadinha, que ele economizava o 700,00 do quarto, pegaram um táxi. Chegando lá o queixoso despiu-se pôs a calça em uma cadeira próximo a porta que dá acesso a uma cozinha, depois se deitou e esperou a acusada. Mais passando trinta minutos, o queixoso sentiu vontade de fumar e foi até a calça apanhar o cigarro e notou que tinha sido roubado.<sup>60</sup>

Compartilhando o nome e a mesma sorte, outro José, esse vindo de Jaguaruna, foi “malhado” por um travesti na Maracangalha<sup>61</sup>. Já Arnaldo, da Içara, afirma que foi até a zona do meretrício para fazer um programa, lá chegando adentrou a um dos bares e passou a conversar “com uma mulher baixinha, moreninha, cabelos lisos (...)”. Ao conversar com a moça ela pediu uma garrafa de cerveja, sendo que dali por diante ele perdeu o sentido<sup>62</sup>. O resto da história já é dedutível, acordou horas depois e notou que fora furtado. Contudo, temos aqui um diferencial: é bastante provável que o furto tenha ocorrido com a anuência do dono da casa, já que estava presente na hora do ocorrido.

Já seu Manoel foi mais “esperto”. Convidado por uma garota para fazer o programa, e no quarto já despido, ele percebeu que “havia outra pessoa na casa”, ao buscar a calça já havia sido furtado<sup>63</sup>. Pedro, residente em Içara, afirma que fora abordado por uma “mundana” que lhe propôs “fazer amor”. Em “ato contínuo tomou um táxi em direção a baixadinha onde após entrarem em um casebre” caíra no golpe do suador!<sup>64</sup> Muitas vezes o golpe se dava antes mesmo do programa “ser tratado”. Valmir afirma que estava apenas

<sup>59</sup> Marco Coan. Criciúma. 2003. Notas Prévias obtidas por meio de conversa informal.

<sup>60</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 857/82. Natureza: golpe do Suador em 15/09/1982. Arquivo do 1° DP/Criciúma.

<sup>61</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 945/82. Natureza: golpe do Suador em 02/10/1982. Arquivo do 1° DP/Criciúma.

<sup>62</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 1041/82. Natureza: Furto em 24/10/1982. Arquivo do 1° DP/ Criciúma.

<sup>63</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 1083/82. Natureza: golpe do Suador em 04/11/1982. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>64</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 1272/82. Natureza: golpe do Suador em 20/12/1982. Arquivo do 1° DP/Criciúma.

conversando quando “subitamente apareceu outra mulher espalhando um spray no rosto do queixoso”. Quando voltou a si, perdera a carteira e todo o dinheiro que portava<sup>65</sup>.

Paulo, de Laguna, também não teve sorte, fora pego nas artimanhas das “mariposas”, pensou um pouco mais antes de retornar para a estrada e “tentou entabular conversação com duas mulheres presente no local, saiu com as mesmas para fazer programa e resultou furtado”<sup>66</sup>. Muitos casos de golpe de suador não se davam de maneira premeditada, mas ocasional, isto é, quando o freguês demonstrasse portar determinada quantia e a ocasião fosse favorável à situação. Darci, lavrador de São Joaquim, 51 anos, era freguês ocasional da Maracangalha. Em uma dessas ocasiões ele passou na cidade de Nova Veneza e retirou do Banco uma quantia considerável, reservando uma parte para gastar na zona do meretrício. Bebeu cervejas em várias casas e já se preparava para ir embora quando foi assaltado por quatro prostitutas: Roseli e Darci, de Lages; Adélia, de Vacaria-RS e Jussara, de Foz do Iguaçu<sup>67</sup>.

A Maracangalha estava cercada por outros negócios considerados ilegais. Como muitas dessas práticas vinham acompanhadas de violência, acabava por reforçar ainda mais a idéia da Zona como um lugar potencialmente perigoso. Além de abrigar a comercialização de serviços sexuais, ainda abrigava atores e atividades socialmente condenáveis, interligando a Maracangalha a outros universos de ilegalidade dentro da cidade. As ocorrências registradas nos livros policiais nos dizem que roubos e furtos recortavam transversalmente a vida no espaço, estando presentes de forma latente e contínua. Esta era possivelmente, atrás da prostituição, uma grande fonte de renda.

Atividades consideradas como ilícitas tornavam todas as presenças indistintas e contribuíam para promover representações sociais negativas da Maracangalha, um espaço segregado onde os comportamentos eram homogeneizados como delituosos e criminosos. Muitas representações ressaltavam apenas o perfil violento da Maracangalha, sendo que essas construções discursivas eram interiorizadas pelos membros do grupo interno, que reproduziam um discurso entremeado de folclores e mitos sobre o local e o tema. Desse modo, uma das prostitutas, que se estabeleceu lá em 1984, disse-me que “se fosse colocar uma cruz para cada morte em toda a extensão da rua não iria caber, pois toda a semana morria

---

<sup>65</sup> Livro de Queixa n° 46A. Ocorrência 1855/83. Natureza: golpe do Suador. Arquivo do 1° DP/Criciúma.

<sup>66</sup> Livro de Queixa n° 42. Ocorrência 380/82. Natureza: golpe do Suador. Arquivo do 1° DP/Criciúma.

<sup>67</sup> Inquérito Policial n° 40/85, fls 5 v. 6, livro 01, 02/10/1985. Acervo do 1° DP/ Criciúma.

pelo menos um”<sup>68</sup>. Essa informação não encontra respaldo nas fontes policiais, ainda que houvesse muitas desordens diárias, estas não passavam de meras arruaças causadas em grande parte pelos excessos do álcool. O que se evidencia é antes a interiorização de um enunciado discursivo que se firmou como “verdade”. Afora os arrojos de violência com objetos cortantes, cadeiradas, garrafadas e sopapos de todos os tipos, muito mais reiteradas são as histórias de furto e assalto a mão armada.

Estas práticas, realizadas por prostitutas e outros personagens que tinham a Maracangalha como local de moradia e trabalho, muitas vezes aconteciam nas ruas do bairro Vera Cruz ou no centro da cidade. Os moradores não tinham sua paz e tranquilidade assegurada pelo repouso noturno, e isso certamente os moveu a liderar a idéia de que a Maracangalha precisava ser removida para outro local mais afastado da urbanização. A polícia, por sua vez, queria se livrar de um problema que a fazia constantemente despender homens e viaturas em razão de freqüentes ocorrências. O jornal *Tribuna Criciumense* aplaudiu a iniciativa e acompanhou os fatos com um interesse que nenhum outro jornal do período revelou.

### 3.3 - Os Discursos de Desconfinamento da Maracangalha

“O cricumense habituado a levantar cedo para apanhar a condução que o levará para o trabalho, o empresário, o estudante, a dona de casa que ao amanhecer se dirige à feira, já está se acostumando com a transformação da paisagem citadina que a cada dia vai mudando, acelerando a grande caminhada em direção ao progresso”<sup>69</sup>. Noticiava o *Jornal do Sul* por ocasião do centenário da cidade. Aplaudindo a administração do prefeito Altair Guidi, o articulista chegou a afirmar que “os entendidos em administração e política” não acreditavam que aquela administração, iniciada em 1977, pudesse projetar Criciúma para a modernidade.

Mas foi então, segundo o articulista, que o “milagre cricumense” aconteceu, “atacando simultaneamente todas as áreas, começaram a surgir as primeiras obras (...),

---

<sup>68</sup> Ana Maria (nome fictício). Criciúma, 21/06/2004. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira.

<sup>69</sup> O Futuro no Presente. **Jornal do Sul**. Criciúma, 06/01/1980, p. 12.

escolas, pontes, centros comunitários, estradas e dezenas de outras (obras)”. A Avenida Centenário, iniciada pela administração anterior e concluída por Altair Guidi, é descrita como um “show de rara beleza”, o asfalto desta avenida, visto dos céus como “uma grande tarja preta unindo os quatro cantos da cidade” era uma mostra “incontestável da velocidade progressista em que Criciúma caminha”<sup>70</sup>.

As intervenções da Criciúma dos anos 70 faziam-se na busca de uma afirmação de modernidade urbana. As prostitutas, ao lado de mendigos, engraxates e camelôs, foram severamente combatidos a fim de tornar o espaço urbano higienizado, pois novas indústrias e construções, ruas pavimentadas, largas avenidas e praças arborizadas não trariam o impacto de modernidade desejado com esses elementos em sua paisagem. Foi dentro desse contexto que a Maracangalha passou a ser alvo de debates por parte de setores dirigentes diferenciados, os quais instigaram continuamente a polícia a empreender medidas repressivas contra o meretrício estabelecido.

Foi em 1972 que os vereadores registraram pela primeira vez nas atas o interesse em remover a zona de prostituição. O vereador Archimedes Napolini Filho incumbiu-se de, na companhia do delegado de polícia, ir à prefeitura tratar da questão<sup>71</sup>. No entanto, o assunto foi deixado de lado para ser retomado anos depois. Mas os moradores do bairro Vera Cruz não quiseram mais postergar o que entendiam ser um problema a ser solucionado. A Maracangalha estava localizada oficialmente no bairro Mina do Mato, sendo que o bairro circunvizinho Vera Cruz intermediava o acesso entre o centro da cidade e a zona de prostituição.

Figura 17: Vista parcial do bairro Vera Cruz (1972)



Fonte: Arquivo do Fórum de Criciúma

<sup>70</sup> O Futuro no Presente. **Jornal do Sul**. Criciúma, 06/01/1980, p. 12.

<sup>71</sup> CÂMARA MUNICIPAL. CRICIÚMA. Vereador Archimedes Napolini Filho em Ata da sessão n° 26, 20/06/1972, p. 24.

Na década de 70, este bairro já não se caracterizava mais por uma sucessão de terrenos desabitados, mas pela expansão da área residencial, de modo que seus moradores já não admitiam mais ser fronteira com a zona de prostituição:

Está se corporificando a cada dia que passa o movimento deflagrado pela sociedade amigos do bairro Vera Cruz, com o objetivo de concretizar a transferência da zona de meretrício para outra parte da cidade menos habitada; impedindo-se dessa maneira o estrangulamento do progresso do município naquela região onde atualmente as boates estão situadas.<sup>72</sup>

A organização dos moradores do bairro Vera Cruz em 1973 para a retirada da zona de prostituição não pode ser percebida como uma ação inédita e isolada de um contexto. Conforme discussão anterior, outros bairros da cidade já vinham promovendo reuniões em suas respectivas associações e discutindo a expulsão da prática comercial do sexo em seus locais de moradia e trabalho; muitas dessas investidas foram amplamente noticiadas pelos meios de comunicação no decurso dos anos 1970. A expulsão sistemática da prostituição dos bairros e das áreas centrais nesse período também não pode ser desvinculada do obsessivo desejo dos poderes constituídos em projetar Criciúma como uma “cidade sorriso”, moderna, limpa e saneada de pobres “indesejáveis” como engraxates, pedintes, camelôs ou prostitutas.

Foi dentro desse contexto que a sociedade amigos do bairro Vera Cruz, buscando atuar em conformidade com a lei, consulta o juiz da 1ª Vara Criminal, o delegado e o prefeito da cidade sobre a remoção da zona de prostituição. Suas opiniões sobre a questão foram publicadas no mesmo artigo pelo jornal *Tribuna Criciumense*:

O meritíssimo juiz de direito da 1ª vara de nossa comarca, dr. Heliodoro Franzoi, declarou que a iniciativa se justifica plenamente, no entanto, a zona de tolerância não deve ser extinta, conforme sugeriram algumas pessoas, porque infelizmente, se trata de um mal necessário. O delegado regional de polícia, dr. Helvídio de castro Veloso Filho, corroborou o pronunciamento daquele magistrado, acentuando que muito embora o meretrício possa ser enquadrado como contravenção, não se pode raciocinar em termos de extinção, para evitar a contaminação da sociedade. O prefeito Algemiro Manique Barreto, revelou que na realidade, a zona de meretrício vem entrando a expansão da cidade naquela área, e que paulatinamente, residências de famílias vão sendo construídas, confundindo-se com as boates que ficam nas proximidades.<sup>73</sup>

A Maracangalha, nesse discurso, é necessária ainda sob o ponto de vista da moralidade, pois sem ela a cidade poderia se contaminar com a prostituição desordenada pelas vias centrais. Para o prefeito, a questão girava em torno da expansão da cidade, travada naquela parte pela permanência da zona. Curiosamente, os proprietários de boates foram

<sup>72</sup> Meretrício vai mudar de local. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05/05/1973, p.8.

<sup>73</sup> Meretrício vai mudar de local. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05/05/1973, p.8.

chamados a dar opinião sobre a questão. Até porque, essas idéias em pauta esbarravam na propriedade privada, valor máximo da ética capitalista, que não poderia simplesmente ignorá-lo. Segundo a *Tribuna*, “estão de pleno acordo com a transferência, desde que a mudança não lhes acarrete prejuízos de ordem material”<sup>74</sup>. Para discutir a questão e a futura localização da nova zona, todos os donos de casas da Maracangalha foram chamados para uma reunião na delegacia. Esta não seria a única, o livro da ronda policial, quatro anos depois, em 1977, registra que “as 14:00 horas a viatura deslocou-se até a zona de meretriz a fim de intimar as donas de casa para a reunião na delegacia regional”<sup>75</sup>.

Mas o assunto sobre a remoção da zona só ganharia amplitude e relevo em 1977. Contexto em que a cidade elege Altair Guidi para a prefeitura municipal, esperando que sua administração projetasse a cidade para o desenvolvimento e a modernidade. Aquele foi também o ano em que os vereadores voltaram a debater a questão da remoção, já que a zona de prostituição constitui-se em um “centro gerador de doenças venéreas, sem qualquer higiene e controle sanitário”. O debate sobre a prostituição voltou à pauta dos vereadores em razão de uma ampla reportagem publicada por um periódico de pouca expressividade na cidade, o jornal *Independente*. A extensa reportagem fundamenta a remoção das casas de prostituição através de entrevistas com moradores dos bairros Mina do Mato, Naspolini, Vila do BNH, Mina do Toco, Mina do Bainha, Vera Cruz e Coloninha. Moradores que se diziam intranquilos em relação às constantes desordens que a vila de prostituição provocava rotineiramente<sup>76</sup>.

Os donos de casas de prostituição pareceram a todo o momento estar de acordo com as determinações dos poderes que se conjugavam para retirá-los dali. Mas essa aparente cumplicidade nada mais era que uma tática para ganhar tempo até que os interesses do município voltassem seu foco para outro problema. A polícia, por sua vez, manteve a política de boa vizinhança, mas após quatro anos nada de concreto acontecera. Foi então que, pressionada pela sociedade, a polícia resolveu usar a lei do *porrete*, numa relação marcada pelo autoritarismo e pelo contexto nacional do regime militar:

Segundo o delegado regional Délio Sólon da Silveira – “já se vinha tentando dar uma solução ao problema há muito tempo, mas como envolve aspectos políticos,

---

<sup>74</sup> Ibid, p.8.

<sup>75</sup> Livro Relatório de Plantão policial n° 05, 03/05/1977. Arquivo do 1° DP de Criciúma.

<sup>76</sup> O jornal **Independente** não existe no arquivo histórico da cidade. A reportagem é citada com detalhe na ata da 21ª sessão em 18/04/1977 e na ata da 25ª sessão em 02/05/1977, ambas no livro 64. Arquivo da Câmara de Vereadores de Criciúma.

econômicos e sociais, somente agora, como a câmara mexeu no assunto, motivando as forças vivas do município, esta delegacia determinou que os proprietários das casas de prostituição na zona do meretrício procurem dentro de 30 dias para a mudança, uma área retirada do centro 20 quilômetros. Depois de definida a área, os proprietários terão prazo de 90 a 120 dias para mudar-se, caso contrário a polícia fechará as casas de tolerância que lá funcionam.<sup>77</sup>

O discurso de retirada não é mais tolerante, com um prazo para mudança, os proprietários viram suas atividades comerciais ameaçadas pela possibilidade iminente da repressão policial. “Anseio antigo”, a transferência da zona foi um movimento deflagrado por alguns setores da sociedade, “além dos senhores vereadores, também os clubes de serviço e a própria imprensa, vinham enfatizando a necessidade de adotar essa providência”<sup>78</sup>.

Um mês após a medida anunciada o novo local ainda não havia sido encontrado. A evacuação dos moradores e suas práticas deveriam ser removidas para uma área distante no mínimo 20 km da cidade, ou seja, em área rural. Os proprietários das boates não conseguiram adquirir terrenos rurais devido a questões burocráticas junto ao INCRA. A prefeitura se pronunciou sobre a questão afirmando que estava em perfeita sincronia com a delegacia e caso fosse necessário comprometer-se-ia em realizar obras de terraplenagem e infra-estruturas, para receber a zona e seus moradores no local que escolhessem<sup>79</sup>.

O recado para os *habitués* dos prostíbulos era mandado via imprensa, o *jornal do sul* publica os dissabores que a resistência ao fechamento estaria causando à cidade.

Figura 18: Vista lateral direita da rua principal da Maracangalha em 1977.



Fonte: Jornal do Sul, 25/06/1977

<sup>77</sup> Maracangalha mudará. **Correio do Sudeste**, Criciúma, 06/05/1977.

<sup>78</sup> Mudança da zona começara em breve. **Tribuna Criciumentense**, Criciúma, 21/05/1977.

<sup>79</sup> Nada de novo na mudança da zona. **Jornal do Sul**, Criciúma, 25/06/1977.

Figura 19: Rua Principal da Maracangalha (2004)



Fonte: arquivo particular da autora

Mas a polícia iria, a partir dali, efetuar “rondas periódicas na ‘vila de prostituição’ e prender em flagrante todas as pessoas que eventualmente estiverem envolvidas no lenocínio”<sup>80</sup>. Mas o tempo passava e a zona continuava lá. A imprensa muda o discurso que vinha proferindo até então, o tom de ironia e chacota destinado à ação do delegado é flagrante:

Não se atormentem os habituais freqüentadores nem as mulheres de vida fácil (?) lá instalados(...). A “zona” lá continua – e ao que tudo indica, continuará – para gáudio de todos os seus “habituê”, “gigolôs”, e “cafetões”, além evidentemente, das “matronas” proprietárias de estabelecimentos noturnos e boates. Seu acesso está cada vez mais fácil, agora praticamente dentro da cidade, sem qualquer problema (dos antigos) de atolar o carro, derrapar e despencar ribanceira abaixo, após umas e outras de seus motoristas...

Um exemplo digno de “maturidade cidadina”. Afinal, grandes metrópoles tem casas noturnas instaladas em pleno centro. Recorde-se (que saudades...) que desde muito tempo, Dorinha, Mônica (a do quarto de espelhos) e tantas outras “donas da noite portoalegrense”, tenham suas casas instaladas com franco acesso e em bairros bem próximos. A primeira citada, nos altos do edifício guaporense e a segunda em Menino Deus, então já populoso e cheio de belas residências e até grandes casas comerciais.<sup>81</sup>

A estrada Geral Vera Cruz, principal via de acesso à Maracangalha, demorou a ter condições de tráfego. Os freqüentadores do meretrício precisavam de muita atenção e até sorte para dirigir por uma estrada sinuosa e “não despencar ribanceira abaixo após umas e outras”. Nos períodos de chuva, a falta de pavimentação ou cascalhos poderia facilmente atolar o veículo. Problemas que explicam por que alguns vereadores solicitavam com

<sup>80</sup> Delegado vai apelar para a repressão policial na Z.M. **Jornal do Sul**, Criciúma, 07/07/1977.

<sup>81</sup> Delegado dá ultimato para transferência da “zona”. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 01/07/1978, p. 3.

insistência a abertura da curva do referido morro, o alargamento de sua extensão e a colocação de cascalhos.<sup>82</sup>

Figura 20: Estrada Geral Vera Cruz (1972)



Figura 21: Estrada Geral Vera Cruz (1966)



Mas nos anos 1970 essa situação era considerada um “problema antigo”, tendo em vista a crescente modernização da cidade que pode até ser igualada a uma grande metrópole, Porto Alegre. Ambas teriam a “chaga” da prostituição nas áreas centrais como efeito da modernidade, igualmente nada faziam para acabar com o problema que se alastrava para a parte residencial e comercial. O discurso da imprensa fez com que o delegado se pronunciasse no dia seguinte, afirmando que a zona deverá ser “removida imediatamente do local (...) e, se para que isso ocorra forem necessárias medidas drásticas, estas serão tomadas”. Neste momento, cogitava-se levar a zona para as margens da BR-101 em um grande terreno que deveria ser adquirido de um único proprietário, mas para isso os donos das casas de tolerância deveriam reunir-se com ele e discutir a compra. No entanto, “o delegado acha que está havendo uma espécie de torpedeamento à transferência daquelas casas de tolerância para um outro local”. Por isso, alertou os proprietários das casas, caso não houvesse cooperação:

“‘Nós iremos perturbar a zona de meretrício’: Temos agido até agora um espírito humanitário e com bom senso, mas se esse nosso trabalho não for correspondido, a polícia vai valer o seu poder, adotando medidas repreensivas”. Recomendou inclusive, às pessoas que costumam freqüentar aquelas casas de tolerância que se acautelem, porque poderão sofrer dissabores (...). Para fazer cumprir suas

<sup>82</sup> O assunto de alargamento da rua que dava acesso ao morro onde estava localizado o meretrício aparece debatido nas Atas de Sessão em 28/03/1960, 11/04/1960, 12/08/1963 e 11/11/1963, Livros 13 (p. 78 e 81) e 14 (p. 179 e 197). Arquivo da Câmara de Vereadores de Criciúma.

determinações (...) arregimentará a polícia militar, para a adoção de medidas severas, até que a transferência se concretize.<sup>83</sup>

Diante do desinteresse dos proprietários das casas em encontrar um local ideal, a polícia sugeriu um que atendia as exigências impostas pelo poder público, “mas os proprietários e seus advogados preferiram quase ignorar a determinação de mudança de local, preferindo se aquietar onde estão e deixar o tempo ir passando à espera quem sabe, de um esfriamento por parte do delegado”<sup>84</sup>. Contando com o apoio da polícia militar, o delegado anuncia a realização de blitz constante a fim de autuar em flagrante os proprietários, mulheres e freqüentadores:

Enquanto a programação policial está sendo amplamente divulgada pela imprensa local, os advogados da prostituição estão sendo consultados para impetrar mandatos de segurança para garantir o funcionamento pleno de suas boates. Por se tratar de uma necessidade exigida pela população, a mudança da zona de meretrício, dificilmente os juízes da comarca de Criciúma deferiram os eventuais mandatos que eventualmente derem entrada após aperto policial que vingará a partir de depois de amanhã.<sup>85</sup>

Os interesses da população, nesse caso, se sobrepujavam aos da propriedade privada e direitos individuais dos donos dos prostíbulos que assistiram às investidas constantes da polícia civil e militar várias vezes durante a noite sem poder fazer qualquer questionamento. Alternados, os policiais civis e militares chegaram a dispor de um furgão para prender pessoas em quantidade, incluindo todas as viaturas disponíveis. As duas delegacias da cidade empenhavam-se em corresponder às expectativas da imprensa e da opinião pública. Para os delegados não estava em jogo apenas a remoção da zona, mas a própria qualidade de atuação da polícia no exercício de sua função. O mês de setembro de 1977 foi um verdadeiro “caça às bruxas”, sendo que, “numa só batida realizada (...) na zona do meretrício, acabaram sendo presas, nada menos que 40 pessoas que lá se encontravam. O delegado afirmou que o chamado arrastão vai continuar. E por isso, recomenda a todos que não mais freqüentem as boates situadas no chamado morro da maracangalha (...)”<sup>86</sup>. O livro de ronda policial registra visitas diárias à Maracangalha naquele mês:

As 24:00 horas a viatura se deslocou a zona do meretrício com o sr. Delegado efetuar ronda.

As 02:00 horas a viatura se deslocou novamente a zona para verificar se realmente os proprietários das boates fecharam suas casas, por determinação do sr. Delegado.

<sup>83</sup> Delegado dá ultimato para transferência da zona. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 02/07/1978, p. 4.

<sup>84</sup> Polícia vai apertar. **Jornal do Sul**, Criciúma, 10/09/1977.

<sup>85</sup> Ibid.

<sup>86</sup> Rigor da polícia para transferir a zona. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 24/09/1977.

Com relação ao item VIII deste relatório esta equipe constatou que os proprietários fecharam suas casas não tendo inclusive carros naquela zona.<sup>87</sup>

A própria imprensa ao acompanhar os fatos de perto reconhecia que a polícia estava tomando medidas drásticas com a chamada “*operação pente-fino*”, mas que se justificavam em virtude da resistência daquelas pessoas em acatar as decisões da “cidade”<sup>88</sup>. Em nome da cidade, um grupo de pessoas movidas por interesses individuais promovia uma intensa repressão a uma população pobre que desejava ver afastada.

Enquanto isso a Câmara de Vereadores volta a debater o assunto da nova localização da zona. O vereador Miguel Medeiros, em discurso proferido, elogia a atuação do delegado e afirma que a cidade não poderia sofrer um processo de estrangulamento motivado pela localização inadequada da zona. Mas, por outro lado, questiona-se sobre o sentido da repressão empreendida quando na verdade ainda não havia um lugar definido para a transferência<sup>89</sup>.

A repressão policial da operação “*pente-fino*”, motivada pela campanha da imprensa, além de “bagunçar” um pouco a vida da zona não causou maiores problemas. O delegado regional afirmou então que fixaria uma nova data para a transferência: 30 de novembro de 1977, caso contrário os donos de casas de prostituição seriam indiciados em inquéritos por lenocínio e a Maracangalha deixaria de ser zona de tolerância. Ao ser procurado pela imprensa, o prefeito Altair Guidi manifestou neutralidade sobre o caso, afirmando que “até agora não teve qualquer ingerência direta ou indireta no assunto”<sup>90</sup>. A prefeitura não precisava dispensar tempo para uma questão que já estava mobilizando os vereadores, os populares e a polícia, restando-lhe esperar e aguardar o desenrolar dos acontecimentos.

A repressão à prostituição na zona do meretrício também atingiu as boates de programas que se constituíram na cidade em processo de crescimento econômico e demográfico. As idéias saneadoras se dirigiram com igual voracidade para esses estabelecimentos suspeitos<sup>91</sup>. A polícia tentava ocasionalmente fechar as casas “avulsas” de prostituição e jogo, mas elas mantinham-se fechadas somente enquanto durasse a repressão,

---

<sup>87</sup> Livro de Plantão da ronda policial nº6, 30/09/1977. Arquivo da 1ª delegacia de polícia de Criciúma.

<sup>88</sup> Ação policial na zona do meretrício. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 01/10/1977.

<sup>89</sup> Para onde irá à zona? **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 29/10/1977.

<sup>90</sup> Transferência da zona até novembro. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 15/10/1977.

<sup>91</sup> Bordéis preocupam população. **Tribuna Criciumense**. Criciúma, 02/02/1974.

passados alguns dias abriam-se às atividades clandestinas desafiando a inteligência e até a paciência do aparato policial<sup>92</sup>. As idéias a respeito de permitir ou não o funcionamento desses espaços eram bastante divergentes, mas em geral os poderes constituídos, não conseguindo acabar com esses locais, justificavam a sua permanência pelo viés de que a prostituição era uma necessidade da cidade moderna:

Os inferninhos, Oba-Oba e Roda Viva, também foram fechados pelas autoridades policiais, “por não oferecerem, igualmente condições de higiene, e se constituírem num antro de disseminação de doenças venéreas. Nós permitimos o funcionamento dos inferninhos já que é normal em qualquer cidade do porte de Criciúma, desde que haja condições de higiene”. O trottoir realizado normalmente em algumas ruas da cidade, durante a noite, foi praticamente extinguido numa ação do delegado de Polícia da Comarca (...). Também os elementos aliciadores de mulheres (os gigolôs) para fins libidinosos, foram convidados a se “retirarem da cidade” sob pena de prisão por vadiagem.<sup>93</sup>

A repressão, nesse caso, justificava-se em decorrência da insalubridade apresentada nestes lugares. Sem alvará sanitário, esses espaços eram rotulados pelas autoridades policiais como anti-higiênicos. A higienização do espaço era condição indispensável ao seu funcionamento e a imagem de uma cidade saneada. Ao mesmo tempo em que as constantes investidas repressoras contra a Maracangalha prosseguiram até que a solução para a nova localização se concretizasse.

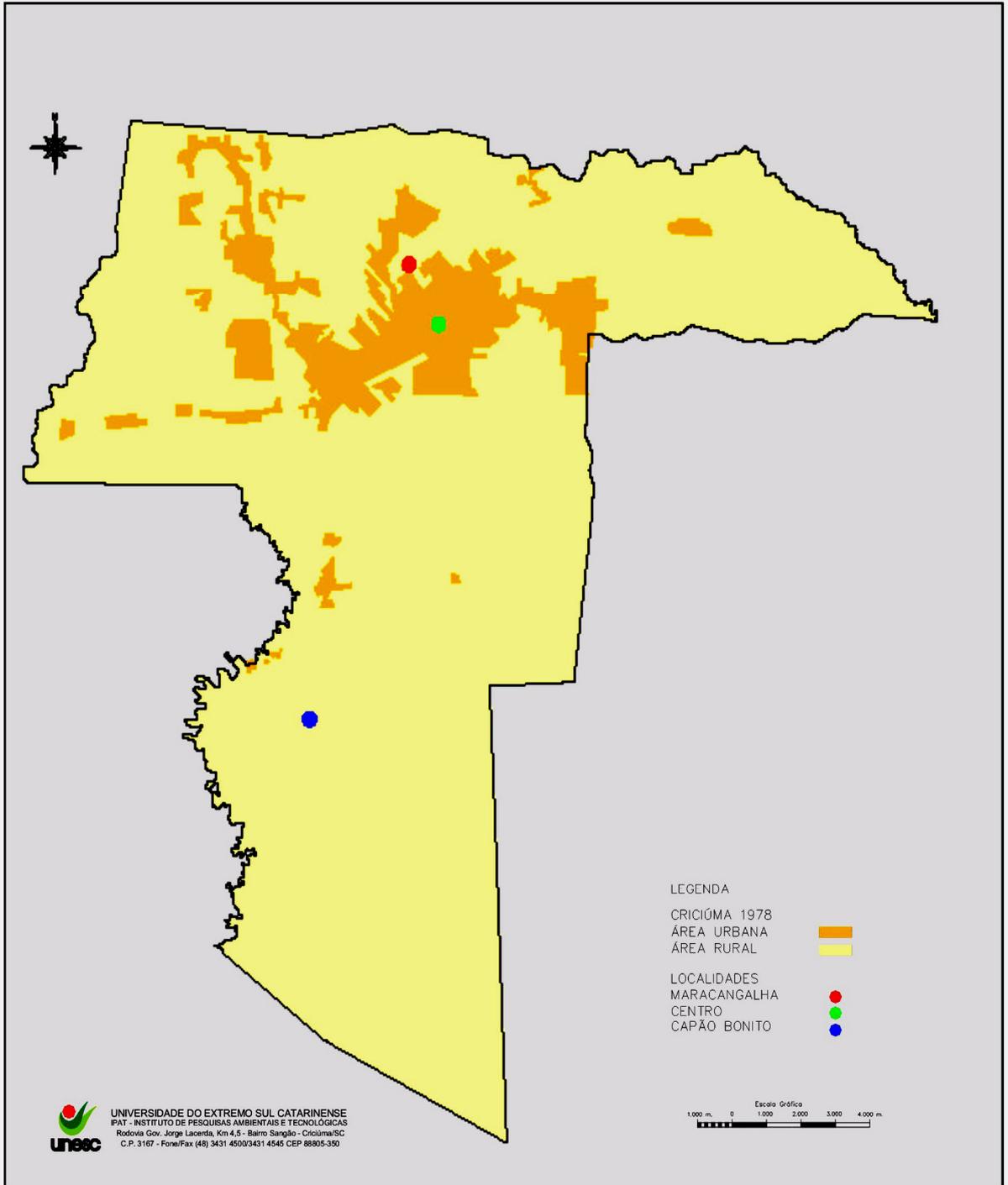
Esperava-se transferir a zona para a localidade situada em Capão Bonito. A teimosia dos moradores da zona e as constantes investidas da polícia não chegaram a um denominador comum. Nesse momento, a polícia esbarra em outro tipo de resistência, os moradores de Capão Bonito se manifestaram contrários à transferência da zona de prostituição para aquele local, afirmando que em hipótese alguma aceitariam a questão. A oposição dos moradores de Capão Bonito gerou uma grande polêmica e somou esforços a favor da Maracangalha na luta por sua permanência.

---

<sup>92</sup> Prostituição no bairro São Cristóvão. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 03/06/1972. A população do bairro São Cristóvão, por exemplo, ameaçava tomar as próprias providências caso a polícia não agisse com rigor, uma vez que a prostituição resistia mesmo ante as constantes batidas policiais.

<sup>93</sup> Maracangalha mudará. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 06/05/1977.

Figura 22: Mapa da área urbana e rural de Criciúma (1978)



Além disso, manter a repressão sem um local previamente definido acarretaria ao aparato policial e a cidade outro problema:

(...) fechar todas as casas de tolerância a partir de dezembro, acabará criando uma situação ainda mais desagradável, já que a afluência de prostitutas ao centro da cidade fatalmente acontecerá, acarretando sérios transtornos à própria sociedade. Nestas condições devem os senhores vereadores, clubes de serviço e imprensa, encetarem um movimento visando a encontrar a melhor solução.<sup>94</sup>

Os mesmos agentes sociais que conjugados forçavam os proprietários de casas da Maracangalha a sair, agora viram-se sem perspectivas, uma vez que não encontraram outro lugar que pudesse acomodar aquele número de casas de prostituição longe o suficiente da urbanização:

Após o frustrado movimento que foi encetado (...) são remotas as possibilidades de vir a se concretizar o intento (...). A retirada das casas de tolerância está condicionada a obtenção de um local afastado de núcleos residenciais e que não cause os mesmos transtornos que se verificaram quando foi anunciado que a zona de meretrício seria deslocada para um terreno situado em Capão Bonito. Os moradores das proximidades se insurgiram contra a idéia tendo recorrido inclusive, a um advogado para que a transferência não se consumasse.<sup>95</sup>

Juntos, os moradores da Maracangalha desafiaram a paciência e a resistência daqueles que sonhavam em afastá-los dali. Caso a mudança se concretizasse, sabiam da probabilidade de ter que futuramente fechar suas casas de prostituição, pois o local que a eles estava destinado, uma área rural, certamente não iria atrair a clientela desejada e a vida “fácil” se tornaria muito mais difícil e penosa diante da nova situação. A permanência da zona, entretanto, não pode ser explicada apenas pela resistência de seus moradores, sobretudo em um momento histórico de extrema repressão militar, em que os direitos individuais e jurídicos eram nulos quando se tratava de legitimar uma ação em nome da segurança ou do interesse público.

Inferimos que a remoção da zona não se efetivou porque não havia interesses imediatos por parte do poder público municipal em valorizar aquela área da cidade, uma área habitada por pessoas de baixa renda e que não se mostrava aos olhos dos visitantes<sup>96</sup>. Por outro lado, e não menos importante, a prostituta é percebida como vítima de um sistema social excludente e a prática da prostituição um “mal necessário”, o que contribuiu para diluir e de certo modo neutralizar ações definitivas de expulsão das mulheres daquele espaço.

<sup>94</sup> Polêmica em torno da remoção da zona. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 05/11/1977.

<sup>95</sup> Zona de meretrício permanece onde está. **Tribuna Criciumense**, Criciúma, 10/12/1977.

<sup>96</sup> Quando o poder público municipal resolveu modernizar a cidade, retirando os trilhos da estrada de ferro do centro para construir uma ampla avenida, precisou remover toda uma população pobre que vivia nestes locais para áreas mais distantes e menos valorizadas da cidade. Neste caso, o progresso e o “interesse público” sobrepujaram os interesses individuais. Nesse sentido, enquadraram-se também as pessoas atingidas por barragens.

Os discursos sobre a retirada da zona de prostituição foram aos poucos se extinguindo, e os moradores do bairro Vera Cruz tiveram de aceitar novamente a indesejável relação de vizinhança com a Maracangalha. A polícia, extremamente pressionada pela imprensa e pela opinião pública, pôde cancelar as operações repressivas que vinha empreendendo e que só servira até então para pôr em xeque a qualidade de sua atuação. Mas o *Jornal do Sul* criticou o delegado Délio Sólton, por ter esmorecido sua atuação com o fim dos discursos sobre a retirada da zona no jornal *Tribuna Criciumense*.

O jornalista que se apresenta por Duaires publicou que o próprio delegado, “ao notar que seu ostracismo à testa do cargo, estava sendo notado pela população e pela imprensa, investe novamente contra a prostituição ao anunciar batidas policiais nos hotéis que alugam quartos para mariposas”<sup>97</sup>. Prossegue o artigo denunciando que para a polícia parecia só existir a prostituição, os outros problemas relacionados à criminalidade, ao tráfico de maconha, aos roubos e à jogatina não recebiam o mesmo tratamento por parte do delegado Délio Sólton da Silveira. Meses depois, o mesmo articulista chegou a incluí-lo na lista das dez piores personalidades da cidade em 1979, porque “anunciou por várias vezes o fechamento sumário dos “infernhos” (pontos de encontro), onde se reúnem as prostitutas, e seus inseparáveis gigolôs, sem levar a bom termo a medida anunciada”<sup>98</sup>.

O jornal *Tribuna Criciumense*, ao deixar de lado as campanhas para a remoção da zona, passou a se dedicar ao velho tema, a prostituição nas áreas centrais:

Um bordel de alta rotatividade funciona ABERTAMENTE em pleno centro da cidade, (...) numa casa aparentemente residencial, mas que, na realidade se constitui numa vergonha chaga para os demais habitantes da mesma artéria (...). Enquanto ficam algumas autoridades procurando demonstrar preocupações com o fechamento da zona de meretrício, um conglomerado relativamente recatado, o lenocínio grassa em zona familiar a 30 metros da avenida centenário, quase defronte a tribuna cricumense. É o fim.<sup>99</sup>

Multifacetado e contraditório, o discurso dos articulistas do *Tribuna Criciumense* acompanhou toda a evolução do movimento para retirar a zona do meretrício, ora aplaudindo as iniciativas, ora criticando a atuação da polícia, mostrando-se sempre sintonizado com o que dizia ser os interesses da “cidade”. A remoção da zona era noticiada de modo a sugerir a iminência de um confronto entre a polícia e os moradores da Maracangalha, de cunho

<sup>97</sup> FILHO, Aires Joaquim. OSTRACISMO. *Jornal do Sul*. Criciúma, 30/06/1979, p. 2.

<sup>98</sup> FILHO, Aires Joaquim. DUAIRES – denuncia OS 10 PIORES DE 79. *Jornal do Sul*. Criciúma, 29/12/1979, p.2.

<sup>99</sup> Bordel funciona abertamente – famílias molestadas e polícia calada. *Tribuna Criciumense*, Criciúma, 21/10/1978.

sensacionalista instigava os leitores a acompanhar aquela simbólica “queda de braço”. Contexto em que muitos, influenciados pelo momento sanitaria ou por dissabores que porventura vieram a ter em decorrência da existência da Maracangalha, eram certamente a favor da remoção, abonando até o “mau uso da farda”. Mas tantos outros torciam pela permanência daquela que era quase um patrimônio histórico para a cidade, a velha zona boêmia.

O jornal *Tribuna Criciumense* acompanhou de perto os episódios sobre a retirada da Maracangalha porque era uma notícia que despertava o interesse e a curiosidade de pessoas acostumadas ou não a ouvir as histórias vindas do meretrício. A julgar pelo silêncio desse periódico a respeito da Maracangalha por duas décadas e pelas notícias publicadas recorrentemente sobre a prostituição na área central, sugerimos que aos articulistas da *Tribuna* a permanência ou a remoção da zona só interessava enquanto assunto jornalístico rentável.

Com o tempo, as notícias se tornaram repetitivas e desinteressantes porque as estratégias para a remoção permaneciam ao nível do discurso e das truculentas ações da polícia civil e militar. De modo que a Maracangalha voltou a ser, no discurso da *Tribuna Criciumense*, um “conglomerado relativamente recatado”, não merecendo mais a atenção do jornal, posição adotada durante toda a década de 50 e 60. Diferentemente das áreas centrais, que estavam tomadas pela prática de uma prostituição não regularizada, situação que trazia muita visibilidade e que no entender dos articulistas valia a pena ser comentada.

Esse movimento saneador de confinar em zonas ou de desconfinar as zonas não é característico apenas da cidade de Criciúma. A imposição de “zoneamentos”, mesmo sem a adoção oficial do sistema regulamentarista no Brasil, passou a ser utilizada em centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro desde a década de 1940, quando então se formaram as zonas de prostituição do Mangue no Rio de Janeiro e a do bairro de Bom Retiro em São Paulo, sendo esta última desconfinada ainda nos anos 1950.<sup>100</sup>

Em Florianópolis, esse movimento de expulsão das casas de prostituição localizadas no centro da cidade, nos arredores do bairro do Estreito e de outros pontos, acontece em um momento no qual a capital catarinense passa a se afirmar como uma cidade de serviços, na década de 1960. As meretrizes expulsas de Florianópolis foram se fixar na

---

<sup>100</sup> RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p.126-127.

cidade de São José, formando a vila de prostituição Palmira<sup>101</sup>. Na cidade de Laguna, litoral catarinense, as tentativas de desconfinamento da prostituição aconteceram em 1973. As prostitutas, “constituíram um advogado”, ocasião na qual ele solicitou que fizessem uma “vaquinha” para custear as despesas de ida a Florianópolis, ação que permitiu a reabertura das “casas de tolerância”<sup>102</sup>.

As vilas de prostituição resultam do que poderíamos chamar metaforicamente de um jogo de “gato e rato”. As autoridades municipais e policiais perseguem as prostitutas de ruas ou de pensões obrigando-as a se confinarem em espaços predeterminados, no caso as zonas. Estas, por sua vez, precisam ser dissolvidas décadas depois quando a urbanização as alcança, lançando novamente as prostitutas para uma situação de clandestinidade ou para a constituição de uma nova zona de prostituição. Não existe passividade nesse “jogo”, pois o desconfinamento vem acompanhado de resistência e de violentas repressões por parte do poder público.

No desconfinamento da Maracangalha, porém, o poder público não logrou o êxito que julgava obter, tamanha a resistência colocada pelas prostitutas e por seus freqüentadores. As vantagens econômicas propostas pela prefeitura, oferecendo toda a infraestrutura necessária para a formação da nova zona, não seduziu as proprietárias das casas de prostituição. Elas não aceitaram as indenizações e as melhorias urbanas no novo local porque simplesmente se recusaram, no dizer de Foucault, a jogar o jogo do poder<sup>103</sup>. Um jogo no qual as regras foram decididas *a priori* e que eram visivelmente desfavoráveis a elas, uma desapropriação decidida de cima e, portanto, arbitrária.

Hoje a Maracangalha continua lá, três casas de prostituição e alguns pontos de vendas de drogas contrastam com a recente instalação de uma igreja evangélica bem no centro da mesma rua de chão batido. Sua teimosa resistência sucumbiu apenas às novas modalidades de prostituição que surgiram nas últimas duas décadas e à própria dinâmica de transformação da cidade. Uma cidade que não era mais aquela do mundo do trabalho da mineração, marcada por outras relações, Criciúma passa a ver a Maracangalha com outra sensibilidade. O que era

---

<sup>101</sup> FERRARI, Maryana Cunha. “Entre a cruz e as delícias” Prostituição, imaginário e cotidiano em Florianópolis. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, 2006, Florianópolis. **CD - Resumos e textos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

<sup>102</sup> Processo nº 1635, Fls 34, Livro 05, 06/03/1974. Arquivo da 1ª Vara Criminal, Fórum de Criciúma.

<sup>103</sup> FOUCAULT, Michel. A Filosofia política da Analítica. In: **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004, p.50. (Coleção Ditos e Escritos, Vol. 5).

antes um mal necessário, agora se torna apenas um “mal”<sup>104</sup>, uma nódoa perigosa que serve de ponto aos traficantes e viciados, como tantos outros lugares condenados da cidade.

Figura 23: Casas de prostituição da Maracangalha (2005)



Fonte: Arquivo particular da autora

<sup>104</sup> Conforme idéias contidas em PEREIRA, Ivonete. *As decáidas: prostituição em Florianópolis (1890-1940)*. Florianópolis: ED. da UFSC, 2004.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fácil...  
 Fica fácil quando você trepa com eles para fazê-los calar,  
 Fica fácil quando você trepa porque eles valem muito.  
 Fica fácil quando você os chupa até o queixo doer para que  
 eles não digam que você é muito convencional.  
 Fica fácil quando você trepa para mantê-los em casa á noite.  
 Fica fácil quando você quer menos do que prazer, um bebê,  
 cem dólares,  
 Fica fácil quando você trepa para ter segurança.  
 Fácil é o que você é, antes de aprender a dizer não.  
 Fácil é quando você trepa para ter aprovação, amizade,  
 amor”.  
 (De uma prostituta. “O sexo desonroso chamado “fácil”).<sup>1</sup>

O texto em epígrafe sintetiza bem o que gostaria de esboçar nestas últimas palavras. Inicialmente, gostaria de salientar que as inquietações que me moveram a esta pesquisa estão diretamente relacionadas com a minha história de vida. Minha avó materna havia saído da cidade de Imbituba, ainda jovem, em busca de uma vida diferente. Chegou a Criciúma nos anos 1940 e foi viver sua vida na zona de prostituição da Estrada de Ferro. Conheceu meu avô que era taxista e com ele veio a somar a vida por muitos anos. As mulheres da minha família, cuja juventude foi vivida nos anos 1970, portavam uma moralidade diferenciada daquelas que eu aprendia no ambiente escolar, algumas nunca se casaram legalmente e outras chegaram a viver na condição de “amantes”. Em minha família, nunca houve tabus ou pudores em relação ao corpo ou ao sexo, isso de certa forma me incomodava, já que eu estudava em um colégio católico da congregação Marista. O mundo da norma estava presente na minha vida dentro da escola, nas brincadeiras infantis ou na relação com outras pessoas e confrontava-se a todo o momento com as relações culturais constituídas em meu ambiente familiar.

Por outro lado, o mundo da norma também estava presente no discurso das mulheres da minha família. Dizia minha avó, a vida “não era fácil”, só era fácil para quem “estava de fora” ou quem “olhava de fora”. Importante mesmo, sobretudo para as meninas, era estudar. Estudar para não depender economicamente de um homem, para não ser

---

<sup>1</sup> PHETERSON apud MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila**: prostituição, identidade social e movimento associativo. Petrópolis: Vozes, 1995, p.18.

prostituta, nem amásia ou amante, mas também para ser respeitada enquanto mulher. Em determinados momentos, o mundo da “ordem” e o da “desordem” provocavam-me grandes conflitos internos. Por isso, essa pesquisa teve para mim uma importância fundamental, já que me remeteu continuamente as minhas subjetividades. Muitas destas incursões interiores precisaram ser metafóricamente implodidas. Muitas foram as vezes que precisei reavaliar (pré) conceitos em relação ao “outro” e as suas práticas, e pude então compreender que as vivências culturais das pessoas podem ser construídas ou constituídas discursivamente a partir de determinadas versões. Que os valores e normas não são categorias fixas e imutáveis a serem seguidas, ao contrário, são históricas e variáveis.

Nesta incursão as múltiplas problematizações impostas à prática da prostituição em Criciúma, o que se leu foi a dificuldade de certos segmentos sociais em aceitar a existência do diferente. Na relação que a sociedade manteve com a prostituição, percebemos a permanência de discursos e práticas formulados no século XIX. Os artigos dos jornais de Criciúma datados de 1955/1970 continuaram a atribuir à prostituta os mesmos estigmas que as remetiam a doença, a perversão e a imoralidade. Elas demarcavam a fronteira entre a sociedade “sã”, moral e ordeira e a sociedade que simbolizava a negação desses valores em sua forma de ser e viver na cidade. Ao tecer inúmeras considerações críticas sobre a presença das prostitutas nas áreas centrais, os articulistas deixavam entrever o medo e a preocupação das camadas abastadas em relação à mistura de “mulheres honestas” com outras que não se enquadrasse neste rótulo. A afirmação de determinados códigos morais visava hierarquizar comportamentos, valorizando determinados modos de ser e de viver em detrimento de outros.

Surpreendemos, nesse sentido, a valorização de determinados códigos morais veiculados pela imprensa no discurso das camadas populares, que os utilizaram em seus posicionamentos em relação à prática da prostituição. Organizados em suas respectivas associações de bairros, muitos populares problematizaram as prostitutas e seus modos de vida com os mesmos rótulos dos articulistas dos jornais, acionaram o aparato jurídico-policial e utilizaram outras práticas segregativas para afastar a prostituição de seus locais de moradia.

Mesmo levando em conta as transformações culturais da sociedade nas últimas décadas, sobretudo em relação à condição da mulher, percebemos que certos valores e normas ainda se impõem como “verdadeiros” e afetam em diferentes graus a vida das mulheres que a eles não se enquadram. Surpreende-se a atualidade de inúmeras questões misóginas em relação às prostitutas abordadas neste trabalho. Valores e práticas históricas adotadas contra

as trabalhadoras do sexo vêm sendo discutidos pelas sociedades como contrárias aos direitos humanos e as liberdades individuais, mesmo assim ainda aparecem na mídia com relativa frequência. Não faltam na mídia atual, exemplos de situações discriminatórias, excludentes e até violentas contra as mulheres que vivem dos serviços sexuais.

Em dezembro de 2006 a polícia inglesa encontrou cinco cadáveres de prostitutas nuas nos arredores de Londres. Segundo a revista *Veja* as prostitutas do Reino Unido já foram vítimas recorrentes de *serial killers* em períodos históricos distintos<sup>2</sup>. No Brasil, na madrugada de junho de 2007, uma empregada doméstica foi espancada em um ponto de ônibus por cinco jovens de famílias abastadas por ter sido confundida com uma prostituta, as quais são vítimas recorrentes de violências nas ruas do Rio de Janeiro. A agressão foi notícia nos principais telejornais daquela semana, causando espanto o fato de que jovens amparados por famílias estruturadas pudessem ser capazes de cometer violências comumente atribuídas aos “desajustados socialmente” ou aos pobres urbanos. O que os teria levado a isso? Indaga o articulista da Revista *Veja* ao antropólogo Roberto DaMatta:

Foi uma variante daquela velha frase: 'Você sabe com quem está falando?'. Esses jovens se julgam superiores e acham a doméstica inferior". O que está por trás do comportamento desses jovens é uma distorção que lhes permite encarar as diferenças de classe social, cor, orientação sexual como sinal de inferioridade e submissão.<sup>3</sup>

Diríamos que mesmo em tempos de liberalização e de discussões em relação aos direitos humanos, a forma como a sociedade percebe a mulher que vive de serviços sexuais ainda é a mesma. De outro modo não veríamos a popularidade de jogos eletrônicos como GTA, no qual o jogador pode ser um criminoso virtual e ganhar pontos extras quando violentar, incinerar ou assassinar prostitutas.

Figura 24: *Outdoor* do game GTA IV, cenas de prostitutas no game com uso de violência



<sup>2</sup> RIBEIRO, Antônio. Ele mata e não morre – morte de jovens inglesas revive o mito macabro de Jack, o Estripador. *VEJA*. São Paulo, ano 39, n. 50, edição 1987, 20/12/2006, p. 72.

<sup>3</sup> SOARES, Ronaldo. Crime: Sôcos, pontapés... *VEJA*. São Paulo, edição 2015, 04/07/2007.

Mesmo nos países ditos democráticos e liberais, como a Inglaterra, a presença de 80.000 prostitutas nas ruas da capital não foi tolerada pela população. Situação que chegou a gerar uma verdadeira “limpeza das ruas” a exemplo do que ocorreu em Criciúma no período analisado. O articulista da *Veja* informa que a presença de prostitutas nas ruas centrais levou países como a Alemanha e a Holanda a delimitar zonas de meretrício, enquanto que a polícia inglesa passou a empenhar-se em afastar a prostituição das ruas centrais de Londres. Perseguidas, estas mulheres moveram-se para áreas menos policiadas e mais desertas, tornando-se mais vulneráveis as violências, o que explica a morte das jovens prostitutas inglesas em 2006. As perseguições policiais contra as prostitutas em qualquer tempo e espaço não surtem os efeitos segregativos desejados. Além de ineficazes em seus objetivos, acabam expondo milhares de mulheres a inúmeras formas de violências e explorações.

Foi com surpresa que percebemos que as zonas de prostituição não estão se extinguindo, já que em países como a Alemanha e a Holanda elas ainda vigoram. No Brasil, essa modalidade vem cedendo paulatinamente lugar a outras formas de oferecimento dos serviços sexuais. Não é incomum encontrar nas sessões dos classificados dos jornais anúncios de mulheres oferecendo-se como acompanhantes. Ou ainda, anúncios com descrições físicas que visam instigar a sexualidade masculina, destacando a generosidade ou a delicadeza de seios, pernas ou nádegas, a luminosidade dos olhos, o frescor da juventude etc. Existe ainda, o *book* de fotografias que muitas vezes ficam a disposição de hóspedes nos hotéis da cidade, onde eles podem escolher com toda a discricção a garota cujos atributos físicos mais lhe agradam e contratar o serviço.

Hoje, as prostitutas de Criciúma ainda continuam a “ganhar” a vida nas áreas centrais, podemos encontrá-las postadas por toda a avenida centenário a dividir o espaço com os travestis. Ainda vemos os pedintes e os engraxates a sobreviver na Praça Nereu Ramos. Criciúma ainda mantém algumas casas de show em funcionamento, as casas de massagens, os anúncios nos jornais e o *book* em certos hotéis da cidade. Houve mudanças na prática da prostituição, mas não no discurso de determinados segmentos sociais.

Diante das novas modalidades de serviços sexuais atualmente existentes na cidade, a Maracangalha ainda é uma opção que funciona com algumas casas. Os terrenos da Maracangalha, em sua maioria estão sendo comprados por um investidor anônimo, interessado em instalar ali um empreendimento turístico com chalés, bares e boates dançantes, entre outras novidades. No entanto, “faltam apenas dois ou três imóveis para pôr fim numa

das mais antigas zonas de prostituição do Estado: a velha Maracangalha”.<sup>4</sup> Seriam, talvez, os imóveis que ainda hoje vivem do comércio sexual? Estariam novamente se opondo a extinção da Maracangalha? São perguntas aqui não respondidas, apenas reflexões sobre o fato de que a Maracangalha ainda hoje é a zona de prostituição da cidade.

---

<sup>4</sup> LOPES, Ney. Novidade. **Jornal da Manhã**. Criciúma, 24/07/2007, p.19.

## FONTES CONSULTADAS

### 1. Arquivo Histórico de Criciúma (SC)

#### ➤ *Jornais*

- *Correio do Sudeste* (1976-1983)
- *Jornal do Sul* (1977)
- *Tribuna Criciumense* (1951-1952, 1955-1980)
- *Jornal de Criciúma* (1962)
- *Combate* (1960)
- *Jornal da Manhã* (1997- 1998)
- *Jornal do Sul* (1977-1980)

#### ➤ *Álbum comemorativo*

Criciúma. Comerciarío Esporte Clube. **Jubileu de Prata (1947-1972)**. Criciúma: Empresa Sampaio Editora, 1972.

### 2. Grupo Memória e Cultura do Carvão (UNESC)

BOA NOVA JUNIOR, Francisco de Paula. **Problemas Médicos Sociais da Indústria carbonífera Sul Catarinense**. Rio de Janeiro: DNPM/ Divisão de Fomento de Produção mineral, Boletim n. 95, 1953.

### 3. Biblioteca setorial da UNESC

KALILI, Narciso. Eles vivem embaixo da terra. **Realidade**. São Paulo, ano II, n.15, jun. 1967.

### 4. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina

- *Jornal O Estado* (1973)

### 5. Arquivo do 1º Departamento de polícia de Criciúma

#### ➤ *Livro de Plantão - Relatórios da ronda policial*

- Livro 01 (novembro/1974 à junho/1975)
- Livro 02 (Junho/1975 à abril/1976)
- Livro 03 (Abril/1976 à outubro/1976)
- Livro 04 (Outubro/1976 à março/1977)
- Livro 05 (Março/1977 à outubro/1977)
- Livro 06 (Outubro/1977 à janeiro/1978)
- Livro 07 (Janeiro/1978 à outubro/1978)

- Livro 08 (Outubro/1978 à novembro/1978)
- Livro 09 (Outubro/1979 à janeiro/1980)
- Livro 10 (Janeiro/1980 à maio/1980)
- Livro 11 (Maio/1980 à Julho/1980)
- Livro 12 (Julho/1980 à setembro/1980)
- Livro 13 (Setembro/1980 à outubro/1980)
- Livro 14 (Outubro/1980 à dezembro/1980)
- Livro 15 (Dezembro/1980 à abril/1981)
- Livro 16 (Abril/1981 à maio/1981)
- Livro 17 (Setembro/1981 à dezembro/1981)
- Livro 18 (Dezembro/1981 à fevereiro/1982)
- Livro 19 (Fevereiro/1982 à maio/1982)
- Livro 20 (Maio/1982 à dezembro/1982)
- Livro 21 (Maio/1982 à Julho/1982)
- Livro 22 (Julho/1982 à setembro/1982)
- Livro 23 (Dezembro/1982 à março/1983)
- Livro 24 (Março/1983 à outubro/1983)
- Livro 25 (Outubro/1983 à Abril/1984)
- Livro 26 (Abril/1984 à Julho/1984)
- Livro 27 (Julho de 1984 à julho de 1985)

➤ *Livro de Queixas – (Atuais boletins de Ocorrências)*

- Livro 01 (não encontrado)
- Livro 02 (março/1975 à janeiro/1976)
- Livro 03 (Abril/1976 à outubro/1976)
- Livro 04 (Agosto/1974 à fevereiro/1975)
- Livro 05 (Janeiro/1976 à outubro/1976)
- Livro 06 (Outubro/1976 à abril/1977)
- Livro 07 (Abril/1977 à outubro/1977)
- Livro 08 (Outubro/1977 à dezembro/1977)
- Livro 09 (Agosto/1974 à fevereiro/1978)
- Livro 10 (Fevereiro/1978 à abril/1978)
- Livro 11 (Abril/1978 à Julho/1978)
- Livro 12 (Julho/1978 à outubro/1978)
- Livro 13 (Agosto/1978 à Novembro/1978)
- Livro 14 (Novembro/1978 à março/1979)
- Livro 15 (Março/1979 à Julho/1979)
- Livro 16 (Julho/1979 à novembro/1979)
- Livro 17 (Novembro/1979 à dezembro/1979)
- Livro 18 (Fevereiro/1978 à dezembro/1979)
- Livro 19 (Fevereiro/1980 à março/1980)
- Livro 20 (Março/1980 à Junho/1980)
- Livro 21 (01/06/1980 à 25/06/1980)
- Livro 22 (25/06/1980 à 16/07/1980)
- Livro 23 (Julho/1980 à agosto/1980)
- Livro 24 (06/08/1980 à 28/08/1980)
- Livro 25 (28/08/1980 à 04/10/1980)
- Livro 26 (Setembro/1980 à outubro/1980)

- Livro 27 (Outubro/1980 à Novembro/1980)
- Livro 28 (Novembro/1980 à dezembro/1980)
- Livro 29 (13/12/1980 à 01/01/1981)
- Livro 30 (01/01/1981 à 09/02/1981)
- Livro 31 (09/02/1981 à 16/03/1981)
- Livro 32 (Março/1981 à Abril/1981)
- Livro 33 (06/04/1981 à 23/04/1981)
- Livro 34 (23/04/1981 à 13/05/1981)
- Livro 35 (13/05/1981 à 25/06/1981)
- Livro 36 (25/05/1981 à 05/08/1981)
- Livro 37 (Setembro/1981)
- Livro 38 (Setembro/1981 à outubro/1981)
- Livro 39 (Outubro/1981 à dezembro/1981)
- Livro 40 (Dezembro/1981 à janeiro/1982 )
- Livro 41 (Janeiro/1982 à fevereiro/1982)
- Livro 42 (Fevereiro/1982 à Julho/1982)
- Livro 43 (Março/1982 à Agosto/1982)
- Livro 44 (Julho/1982 à Outubro/1982)
- Livro 45 (Agosto/1982 à dezembro/1982)
- Livro 46 (Março/1983 à Junho/1983)
- Livros 46 à 52 referem-se aos anos de 1983,1984)

#### ➤ *Inquéritos Policiais*

- Inquérito n° 048/A/71, fls. 06 v. 7, livro 003/A, 22/06/1971.
- Inquérito n° 098/79, fls. 11, livro 004, 05/08/1979.
- Inquérito n° 036/80, fls. 18 v19, .livro 003/A, 05/08/1980.
- Inquérito n° 253/81, fls. 89 v. 90, livro 004, 25/06/1981.
- Inquérito n° 145/84, fls. 056, livro 004, 09/10/1984.
- Inquérito n° 40/85, fls. 5 v. 6, livro 01, 02/10/1985.

#### **6. Arquivo do Fórum de Criciúma (1° Vara Criminal)**

- Processo n° 020.45.000171-7. Pacote 04/1945, 18/ 05/ 1945
- Processo n° 148, fl.22, lv 01, 27/01/1947.
- Processo n° 150, fl.22, lv 01, 07/02/1947
- Processo n° 273, fls.16 lv.2, 21/01/1953.
- Processo n° 278, fls.17 lv.2, 03/02/1953.
- Processo n° 020.60.000226-8, Pacote 18, 28/06/1960.
- Processo n° 558, n° 4, fl. 6, pacote 103/81, 12/04/1961
- Processo n° 02063.000215-0, pacote 21/1963, 20/03/1963.
- Processo n° 677, pacote 23/1964, 06/04/1964.
- Processo n° 743, lv. 04, fl. 21, 03/05/1965.
- Processo n° 020.66.000365-1, pacote 25/1966, 09/08/1966.
- Processo n° 020.66.000364-3, pacote 25/1966, 13/08/1966.
- Processo n° 020.67.000614-9, pacote 28/1967, 10/05/1967.
- Processo n° 020.67.000583-5, pacote 30/1967, 02/09/1967.
- Processo n° 020.67.000578-9, pacote 30/1967, 23/11/1967.

- Processo n° 020.68.000435-1, pacote 32/1968, 19/04/1968.
- Processo n° 987, fl. 99, lv. 01, pacote 116/71.
- Processo n° 1456, pacote 46/1972, 19/06/1972.
- Processo n° 208/73, caixa sem identificação, 19/12/1972.
- Processo n° 020.72.000766-6, pacote 44/1971, 15/03/1972.
- Processo n° 01, fl. 49, pacote 195/72, 23/10/1972.
- Processo n° 01, fl.15, lv 01, pacote 208/73, 19/12/1972.
- Processo n° 020.72.000766-6, pacote 44/1971, 15/03/1972.
- Inquérito n° 099/73, Fls. 65, Lv 01, pacote 128/73, 01/05/1973.
- Processo n° 026, fl. 57, lv. 01, sem caixa de identificação, 05/02/1973.
- Processo n° 1611, pacote 59/1974, 28/12/1973.
- Processo n° 1524, pacote 24/1973, 12/02/1973.
- Processo n° 1588, pacote 49/1973, 04/10/1973.
- Processo n° 012/73, fl. 56, sem caixa de identificação, 12/01/1973.
- Processo n° 076/73, fl.62, sem caixa de identificação, 28/03/1973.
- Processo n° 1603/73, pacote 49/73, 09/11/1973.
- Processo n° 352, pacote 59/1974, 02/01/1973.
- Processo n° 1524, pacote 24/1973, 12/02/1973.
- Processo n° 020.74.000962-1, pacote 78/74, 28/03/1974.
- Processo n° 1635, Fls 34, Livro 05, sem caixa de identificação, 06/03/1974.
- Processo n° 020.74.001237-1, pacote 60/1974, 09/09/1974.
- Processo n° 020.74.001231-2, pacote 60/1974, 01/08/1974.
- Processo n° 020.74.001265-7, pacote 34/1974, 18/06/1974.
- Processo n° 020.74.001274-6, pacote 34/1974, 04/09/1975.
- Processo n° 020.75.000909-8, pacote 34/1974, 16/09/1975
- Processo n° 505/75, pacote 109/81, 16/06/1975.
- Processo n° 020.75000887-3, pacote 64/1975, 26/06/1975.
- Inquérito Policial n° 87/75, sem cx. de identificação, 12/05/1975.
- Processo n° 21/75, pacote 199/75, 12/06/1975.
- Processo 020.75.000905-5, Pct 34/1974, 26/08/1975
- Processo n° 020.78.001591-6, pacote 93/1979, 10/12/1975.
- Processo n° 1475, fls. 22, lv. 05. Sem cx. de identificação, 31/08/1975.
- Processo n° 632. Sem caixa de identificação, 12/01/1976.
- Processo n°14/76, fls.02v, lv. 003-A, pacote 111/79, 10/03/1976.
- Processo n° 020.77.001266-3, pacote 67/1976, 06/04/1977.
- Inquérito n° 74/77, fls. 15, lv 003. Sem cx. de identificação, 24/11/1977.
- Processo n° 020.78.0001637-8, pacote 69/1978, 08/08/1978.
- Inquérito n° 523, fls. 46, lv 02. Sem cx. de identificação. 18/08/1979.
- Processo n° 518/78. Sem cx. de identificação, 17/12/1980.
- Processo n° 987/80, pacote 116/80, 23/05/1980.
- Processo n° 1388/81, pacote 123/81, 19/05/1980.
- Processo n° 1524/81, pacote 126/81, 21/08/1980.
- Processo n° 1334/81, fls. 134, lv 01. Sem cx de identificação, 26/03/1981.
- Processo n° 1381/81, pacote 10/81, 20/03/1981.
- Processo n° 1353/81, pacote 122/81, 14/04/1981.

## 7. Arquivo da Câmara de Vereadores de Criciúma

- Ata da Sessão realizada em 28/12/1951. Livro 09, p.100.
  - Ata da sessão realizada em 28/03/1960. Livro 13, p.78.
  - Ata da sessão realizada em 11/04/1960. Livro 13, p. 81.
  - Ata da sessão realizada em 14/12/1961, livro 14.
  - Ata da sessão realizada em 12/08/1963. Livro 14, p. 179.
  - Ata da sessão realizada em 11/11/1963. Livro 14, p. 197.
  - Ata da 20ª sessão realizada em 13/06/1967. Livro 18.
  - Ata da 26ª sessão realizada em 20/06/1972. Livro 30.
  - Ata da 24ª sessão realizada em 22/05/1973. Livro 31.
  - Ata da 34ª sessão realizada em 10/07/1973. Livro 31.
  - Ata da 59ª sessão realizada em 30/10/1973. Livro 31.
  - Ata da 116ª sessão realizada em 16/07/1974. Livro 31.
  - Ata da 199ª sessão realizada em 30/09/1975. Livro 45.
  - Ata da 21ª sessão realizada em 18/04/1977. Livro 64.
  - Ata da 25ª sessão realizada em 02/05/1977. Livro 64.
- CRICIÚMA. **Código de Posturas Municipais**. Lei nº 27 de 28/01/1949. Orleans-SC: 1950.

## 8. Arquivos particulares

- Marigilda Gonçalves Gomes (Fotografias)
- Maria Cabral (Fotografias)
- Zenir de Bona Marchet (Cartas datadas de 1958)
- Jailson Gomes (Poesias sobre a Maracangalha)

## 9. Arquivo Particular da Autora

- Fotografias da Maracangalha datadas de 2004.
- Jornal (*A NOTÍCIA*.) Joinville, 26/01/2003. (Online)
- CARRARO, Adelaide. **De prostituta à primeira dama**. São Paulo: Ed. LOREN, 3ª edição, 1975.
- KAHN, Fritz. **Amor e Felicidade no casamento**. São Paulo: Editora HEMUS, [ s.d.].
- PEREIRA, Armando. **Prostituição: uma visão global**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. PALLAS, 1976.

## 10. Entrevistas

- Auzenir Guimarães Carvalho. Entrevista concedida á Marli de Oliveira Costa em 10/10/2001.
- Ana Maria (nome fictício). Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 21/06/2004. .
- Francisco Serafim. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 30/09/2007.
- Lurdes Pizzetti. Entrevista concedida á Marli de Oliveira Costa em 25/05/1998.

- Luzia da Silva. Entrevista concedida á Adriana Fraga Vieira em 12/08/2004.
- Luzia da Silva. Entrevista concedida á Marli de Oliveira Costa em 1996.
  
- Marigilda Gonçalves Gomes. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 21/06/2004.
  
- Maria Cabral da Silva. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 23/06/2004 e 21/07/2004.
  
- Maria Beatriz Corrêa Geremias. Entrevista concedida à Sandra Romancini em 20/07/2001.
  
- Neuza Clemente de Oliveira. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 21/06/2004 e 21/07/2004.
  
- Padre Manoel Odorico Francisco. Entrevista concedida a Adriana Fraga Vieira em 23/08/2006.
  
- Sandra Fraga. Criciúma, 24/07/2006. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira.
  
- Terezinha Clemente de Oliveira. Entrevista á Adriana Fraga Vieira em 21/07/2004.
  
- V.J.F. Entrevista concedida à Adriana Fraga Vieira em 01/06/2005.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Hermínia T. de; WEIS, Luiz.. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 320-338.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Sexualidade juvenil de classes populares em Cabo Verde: os caminhos para a prostituição de jovens urbanas pobres. **Revista Estudos Feministas**, jan./abr. 2005, vol.13, no.1, p.163-177.

AUGUSTINHO, Aguinaldo. **Praça Nereu Ramos: o coração de Criciúma**. Florianópolis: Editora SAMEC, 2007.

BELLOLI, Mário et al. **História do Carvão de Santa Catarina**. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.

BENJAMIM, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.201.

BERQUÓ, Elza. *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica*. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.), SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol. 4, p. 420.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar – A aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. 2º ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

CAROLA, Carlos Renato. **Dos Subterrâneos da História – As Trabalhadoras das Minas de Carvão de Santa Catarina (1937 – 1964)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

\_\_\_\_\_. **Assistência médica, saúde pública e o processo modernizador da região carbonífera de Santa Catarina (1930-1964)**. 2004. 358 f. Tese. (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2º ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAVES, Marisa Therezinha. Era Tempo de repressão: lembranças de uma época. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, SC , v.1, n.1 , p.67-77, 2003.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.40-43.

CHARTIR, Roger. **A História Cultural**: Entre Práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1990.

COSTA, Marli de Oliveira. **“Artes de Viver”**: Recriando e Reinventando Espaços – Memórias das Famílias da Vila Operária Mineira Próspera – Criciúma (1945 – 1961). Dissertação. (Mestrado em História). 1999. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CRICIÚMA. Comerciaro Esporte Clube. **Jubileu de Prata (1947-1972)**. Criciúma: Empresa Sampaio Editora, 1972.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A Vida Fora das Fábricas**: Cotidiano Operário em São Paulo-1920/1934. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARO, J. S. **Revista Realidade 1966-1968** – Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira. Canoas: Editora da ULBRA/AGE, 1999.

FERRARI, Maryana Cunha. “Entre a cruz e as delícias” Prostituição, imaginário e cotidiano em Florianópolis. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 7, 2006, Florianópolis. **CD- Resumos e textos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**. Florianópolis : Editora Mulheres, 2006.

FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Gênero e poder no discurso Jurídico. **Revista de Ciências Humanas**. V.15, n.21, Florianópolis: Editora da UFSC. Abril, 1997. 37-52.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. **Tecnologia e estética do racismo**: ciência e arte na política da beleza. Chapecó: ARGOS, 2007.

FLORIANO, Paulo César. Os militares na cidade dos mineiros: a instalação do 28º GAC em Criciúma. **Tempos Acadêmicos**, Criciúma, SC , v.1, n.1 , p.103-113, 2003.

FONSECA, Claudia. *Pais e filhos na Família popular (início do século XX)*. In: D’INCAO, Maria Ângela (org.). **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**. 18 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007. (V.1: A Vontade de Saber).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Governamentalidade*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

\_\_\_\_\_. *O nascimento da medicina social*. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2003.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Filosofia política da Analítica*. In: **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2004. (Coleção Ditos e Escritos, Vol. 5).

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais – Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GIDDENS, Anthony. **As transformações na intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Ed. da USP, 1996.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Kátia e MERCHÀN-HAMANN, Edgar. Comercializando fantasias: a representação social da prostituição, dilemas da profissão e a construção da cidadania. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 3, 2005, p. 525-544.

GOMES, Tiago de Melo. Massais, mulatas, meretrizes: imagens da sexualidade feminina no Rio de Janeiro dos anos 1920. **Cad. Pagu**, jul./dez. 2004, no. 23, p.121-147.

GRAVON, Eva Lúcia. **Seduções e Defloramentos: o controle normativo das práticas sexuais em Florianópolis-1930-1940**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GOULART FILHO, Alcides (org.) **Memória e cultura do carvão em Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2004.

\_\_\_\_\_. *Diversificação Produtiva no Sul de Santa Catarina: uma contribuição à História Econômica Regional*. In: **Ensaio Sobre a Economia Sul-Catarinense II**. Criciúma, UNESC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. Vol.VIII, arts.197 a 249. Rio de Janeiro: Forense, 1949.

JACOMEL, Gabriel Felipe. Debates feministas no teatro... e Homem não entra!. In: **Revista Fronteiras**, Florianópolis, v. 15, 2007, p. 15-27.

JULIANO, Dolores. El trabajo sexual en la mira: polémicas y estereotipos. **Cad. Pagu**. Campinas, n.25, 2005, p.79-106.

KHOURY, Yara Aun. **Testemunho e Imagem nas Perspectivas de Investigação de movimentos Sociais**. Programa de Pós Graduação de História da PUC/SP, 1990.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEME, Edosn Holtz. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição**. Londrina: EDUEL, 2005.

LOZANO, Jorge E. Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. IN: FERREIRA, Marieta & AMADO, Janaína (org.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

MACHADO, Agilmar. **História da Comunicação no Sul de Santa Catarina**. Criciúma: BTC Comunicação, 2000.

MACHADO, Roberto. *Por uma genealogia do poder*. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros de. **Os Indesejáveis: Desclassificados da Modernidade. Protesto, Crime e expulsão na Capital federal (1890-1930)**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MORAES, Aparecida Fonseca. **Mulheres da Vila: prostituição, identidade social e movimento associativo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORAES, Lygia Quartim de. **A experiência feminista nos anos setenta**. Araraquara: UNESP, 1990.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História Oral e Memória**. São Paulo: Ed. Contexto, 1992.

NASCIMENTO, Dorval do. **As Curvas do Trem: a presença da Estrada de Ferro no Sul de Santa Catarina (1880-1975) cidade, modernidade e vida urbana**. Criciúma: UNESC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Faces da Urbe: processo identitário e transformações urbanas em Criciúma/SC (1945-1980)**. 2006. 242 f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NECKEL, Roselane. **A República em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

\_\_\_\_\_. **Tensões e Imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930**. 1993. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

NORONHA, Magalhães Edgard. **Direito Penal**. 3º vol. São Paulo: Saraiva p. 99.

OLIVEIRA, Juarez de (org.). **Código Penal (1940)**. São Paulo: Saraiva, 1989.

PASINI, Elisiane. Sexo para quase todos: a prostituição na vila Mimosa. **Cad. Pagu**, Campinas, n.25, 2005, p.185-216.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe**. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

\_\_\_\_\_. As leituras do feminismo francês e as identificações com o feminismo. In: **I Seminário Internacional - Enfoques Feministas e o século XXI: feminismos e Universidade na América Latina**, 2005, Salvador - BA. Programa e Resumos. Salvador: NEIM/UFBA, 2005, p. 98-99.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol. 26, nº. 52, jul./dez 2006, p. 249-272.

PEREIRA, Cristiane Schettini. **“Que tenhas teu corpo”**: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Tese (Doutorado em História). 2002. Campinas: São Paulo.

\_\_\_\_\_. Lavar, passar e receber visitas: debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, fim do século XIX. **Cad. Pagu**, Dez 2005, nº25.

PEREIRA, Ivonete. **As Decaídas: mulheres no cotidiano de Florianópolis (1900-1940)**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

PEREIRA, Leonardo. *“E o Rio dançou: Identidade e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”*. In: CUNHA, Maria C.Pereira. **Carnavais e outras f(r) estas**. Campinas: Editora da UNICAMP/CECULT, 2002.

PESSOA, André Vinícios. A Utopia Baiana. **Revista Nossa história**, ano 2, nº 21, 08/07/2005, p.37.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. **O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: Gênero no mercado do sexo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 25, 2005, p.7-23.

PIERANGELLI, José Henrique (org.). **Códigos Penais do Brasil - Evolução Histórica**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de julho de 1944): Mito e Política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RAGO, Margareth. **Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890/1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2006.

ROLNIK, Raquel. *Preservação e Modernidade*. In: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo, DFH, 1992.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2001.

ROMANSINI, Sandra Regina Medeiros. **As mulheres e o filhos do ébrios: a experiência da Vila Operária Nova - 1960-1970, Criciúma-SC**. 2001. 39 p. Monografia (Especialização em História local e regional) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma.

ROUSSO, Henry. A Memória não é mais o que era. In: AMADO, Janaina; Ferreira, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SAMPAIO, Tânia Mara Vieira. **Movimentos do corpo prostituído da mulher: encontros e desencontros teológicos**. São Bernardo do Campo/ São Paulo: Edições Loyola, 199.

SANTOS, Marco Aurélio dos. **Crescimento e Crise na Região Sul de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UDESC, 1997.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. História do Conforto na Cidade de São Paulo. In: **Anos 90 - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2000,

SCHWARCZ, Lilia. **Retrato em branco e negro. Jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana - 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de Souza. Cotidiano Popular e tensões nos prostíbulos (Campina Grande - 1930-1945). **História Hoje: Revista Eletrônica de História**, v. 1, n. 3, 2004.

TELES, Maria Amélia de Alemida. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

VENERA, Raquel Alvarenga S. V. **Cortina de Ferro**: quando o estereótipo é a lei e a transgressão feminina. 2003. Dissertação (Mestrado em história). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. 3º ed. Brasília: UnB, 1995.

VOLPATO, Terezinha Gascho. **A Pirita Humana – Os Mineiros de Criciúma**. Florianópolis: Editora da UFSC/Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1984.

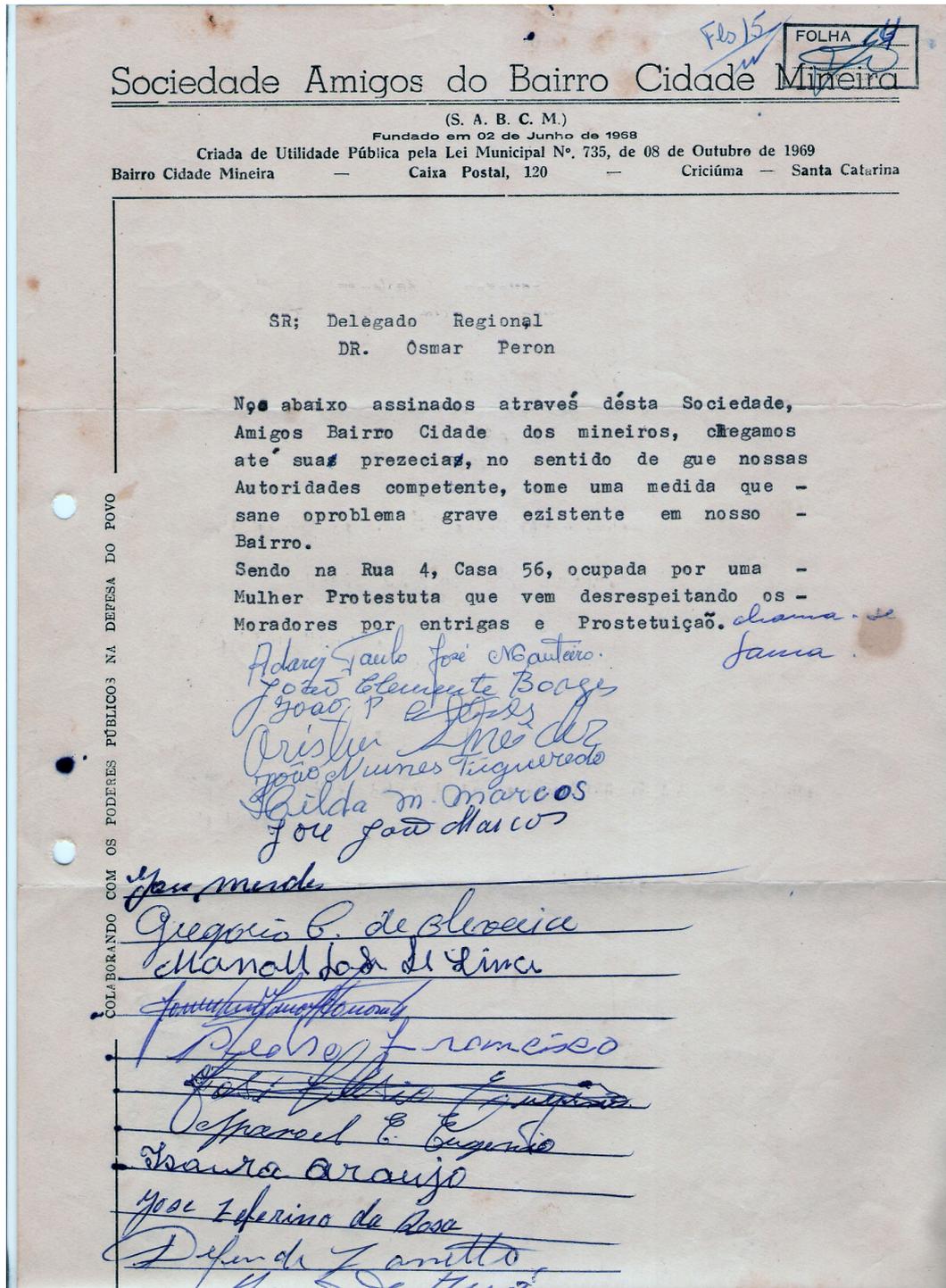
\_\_\_\_\_. **Vidas Marcadas: Trabalhadores do carvão**. Tubarão: Editora UNISUL, 2001.

ZACHARIAS, Manif. **Criciúma – Vultos do Passado e Personalidades Contemporâneas**. Criciúma; edição do autor, 2000,

\_\_\_\_\_. **Minha Criciúma de Ontem**. 2º ed. Criciúma: Ed. do autor, 1999.

ANEXOS

Figura: Abaixo-assinado dos moradores do bairro Cidade Mineira. Acompanha 45 assinaturas (15/03/1972)



Fonte: processo nº 020.72.000766-6. Pcte 44/1971. Fórum de Criciúma

Figura: Abaixo-assinado dos moradores do bairro Tereza Cristina. Acompanha 106 assinaturas. (03/04/1980)

6  
R.h.  
Criciúma, 03 de Abril de 1980

FOLHA 03  
Criciúma

Excelentíssimo Dr. Delegado de Polícia da Comarca de Criciúma

Nós conforme abaixo assinado representando as famílias do bairro Tereza Cristina, viemos pedir encarecidamente a Vossa Excelência que tome providências enérgicas e urgentes contra certo elemento que está atentando contra a Moral e os bons costumes.

O citado elemento de nome "Valfredo Limas", mais conhecido por alcunha de "FELÉ", e sua amante "Isabel da Rosa" por alcunha "BENJINHA". Os mesmos são proprietários de uma casa de Prostituição agindo abertamente no meio do Bairro, não respeitando as // crianças, as moças e as famílias.

Nós que aqui residimos já estamos com vergonha de tanta / baixeza. Dr. delegado: Esta casa possui 3 quartos para o uso / mesquinho dos casais e uma sala de dança com luz negra e um / pequeno bar.

Esta casa Dr. opera exclusivamente a prostituição, o vaia- alismo e a vergonha. O mesmo elemento e sua amante, a distancia de 70 m de sua casa de prostituição alugou uma outra casa e co- locou um bar, e este bar, que fica no Centro do Bairro é também frequentado por mulheres desocupadas e marginais. Tendo também um reservado para todo tipo de jogo de Azar, deixando muitas // crianças sem ter o que comer. O referido bar permanece aberto / até às duas ou tres horas da Madrugada perturbando o sono dos / vizinhos já havendo casos de perder a hora do trabalho.

Contando com a Vossa atenção e Justiça agradecemos

Marlene Gappa Rosalino  
Rosalina Dutra Dutra  
maria da conceição fernando  
antonio justino fernando  
mariaivanete de Jesus  
Valceri de Oliveira  
Rosa dos Passos

Fonte: Arquivo do Fórum de Criciúma

Figura – Abaixo-assinado dos moradores do bairro antigo cemitério. Acompanha 14 assinaturas (08/08/1978).

EXMO. SR. DR. ELIODORO FRANZONI, JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CRI-  
 CIÚMA, SC.

*P-h.*  
*Requerer a se ao Sr. Delegado de Policia*  
*para que tome as providencias cabíveis,*  
*induzire, se for possível, com flagrante.*  
*24.6.78*  
*J. P. Soares*  
*Juz de*

Nós, abaixo assinados, moradores do Bairro an-  
 tigo cemitério, vimos pelo presente solicitar de V. Exa. providen-  
 cias para que sejam retiradas do nosso meio, a Sra. Silvia e sua  
 filha, moradoras do mesmo local, as quais, promovem a prática da  
 prostituição tanto de dia quanto de noite, às vezes, aparecendo em  
 trajes sumários, sendo um constante perigo para nossos filhos e ma-  
 ridos, enfim, pernicioso para todos nós.

Se formos atendidos por V. Exa. desde já fica-  
 mos gratos por este ato de Justiça.

Justino Soares      Ed P. Soares  
Monalda Soares      Chandini M. Mochada  
Zenilde Nunes      Ruy Carlos Soares  
Helena Silva Pacheco      Nilva de Souza  
M<sup>te</sup> Margareth Bitem Cavall      Tronete da Silva Demétrio  
Osmar G. Soares      Jose Bento Demétrio  
Manoel Martins      Fernandina Fernandes

Fonte: Processo nº 020.78.001637-8. Arquivo do Fórum de Criciúma.

Figura - Abaixo-assinado dos moradores do bairro Operária Nova. Acompanha 33 assinaturas. (26/08/1975)

POLÍCIA  
C.R.N.

Exmo. Sr.  
Dr. Alfeu Medeiros  
DD Promotor Público da 1ª Vara

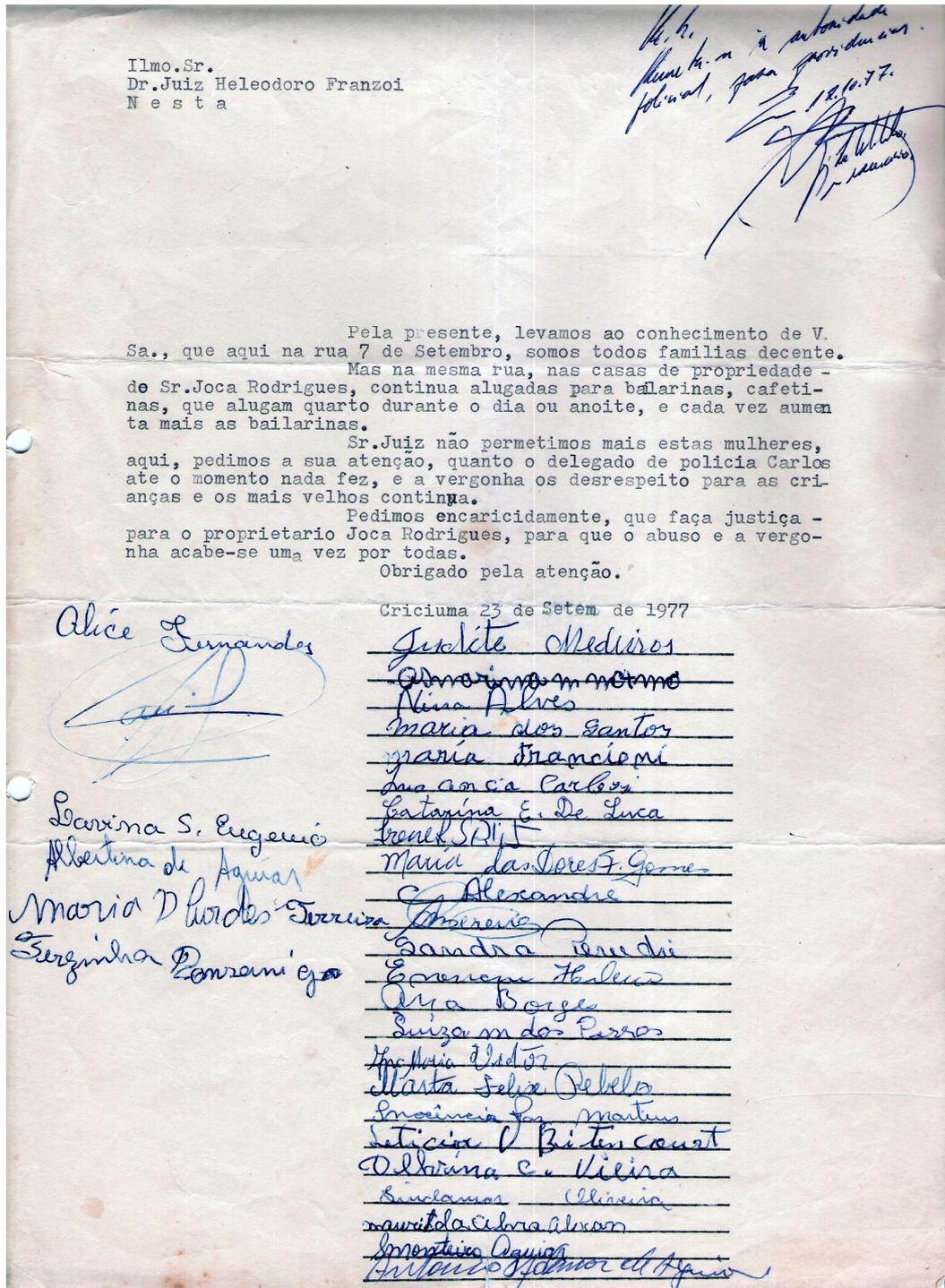
**N e s t a**

Nós abaixo assinados, residentes na operária Nova,  
Rua Venceslau Braz- Travessa antiga rua 187, Vimos solicitar de  
V.Excia, providencias no sentido de acabar com uma casa de prosti-  
tuição, instalada nesta rua.  
Tal casa tem o nº 92, com 4 mulheres, tendo por nomes: Lavina, Sile-  
zia, Vanilda e Valeria.  
O motivo principal são os acontecimentos surgidos, ocasionados por  
homens baterem a porta de casas de famílias altas horas da noite.

José Otávio Pacheco  
Dionísio de Souza Pacheco  
~~Edson de Souza~~  
Claudete Maria Borges Nunes  
Sama Mafioletti  
Socino Mafioletti  
Osmar Mafioletti  
Antonio Borges  
Maurina Domingos Borges  
Eneida de Souza Rosa  
Inêlia Alano da Rosa  
Vera Lúcia da Rosa  
Dilêta Borges  
Valmor de Souza  
~~Edson de Souza~~  
Edmundo Böing  
Charly dos Santos Honorato  
Abelto Manoel Honorato  
Iler de Souza Medeiros  
Zari de Oliveira

(32)

Figura – Abaixo- assinado dos moradores do bairro São Cristóvão (Rua 7 de Setembro).  
Acompanha 30 assinaturas. (23/09/1977).



Fonte: Inquérito Policial nº 74/77. Arquivo do 1º DP de Criciúma.

Figura – Abaixo- assinado dos moradores do bairro Boa Vista. Acompanha 42 assinaturas. (25/02/1976)

**SOCIEDADE AMIGOS DO BAIRRO BÔA VISTA**  
 (S. A. B. B. V.)  
 FUNDADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1967  
 BAIRRO BÔA VISTA - CRICIÚMA - SANTA CATARINA

Exmo Senhor Delegado da Comarca de Criciúma - SC.

Os abaixoassinados vem pedir a V. Exma. providencia no sentido de serem atendidos em sua reclamação a respeito da moradora de Clotilde Pereira, residente na rua atrás da Igreja, no Bairro Boa Vista pela vida irregular e mundana que ela vive com escândalos das outras famílias e sobre tudo das crianças e jovens da vizinhança.  
 Pela atenção que V. Excia. dará à presente agradecemos de ante mão.

Criciúma, 25 de fevereiro de 1976.

<p>Admir Bocieimoshi          Maria Jose Silveira          Maria Gaspar Bernardinov          Meli Bernardinov          Maria S. Amadado          Maria Rodrigues          Dionicio Rodrigues          Eva Barros Lopez          Galbriano George          Miguel Lopez          Marcos Inomoro dos Reis          Mozart A. Duino          José Cavalho          João do Nascimento          FRANCISCO SIMA          Gelsa da Silva Lima          José Manoel Salvador</p>	<p>Barcos, Adriano Luiz          Rosa Bauindo.          Cidei ou Rosante          Karcilino, Lima          Marlene de Souza Antunes          Benir C. do Nascimento          Pedro Kavanhall.          Joana de Souza Kava          João Luizinho Cardisto          Lima Marcelo Cardisto          José do Nascimento          Maria G. do Nascimento          Lucilio Cardoso          Lidene Cardoso          João V. Cardoso          Maria Ferrero          Cleusa Mello Alboim          Jorge João Alboim          João Cardoso          Marimenga, Maria          José Cardoso          Sonia Cardoso</p>
---	---

Fonte: Inquérito Policial nº 14/76, pct 111/79. Arquivo do Fórum de Criciúma.

Figura – Solicitação dos moradores do Bairro Paraíso/ Parte I (08/01/1973)

FOLHA *2*  
Escrito

## Sociedade Amigos do Bairro Paraíso

( S. A. B. A. P. )  
Fundada em 7 de dezembro de 1969

BAIRRO PARAISO — CRICIÚMA — Santa Catarina

Criciúma, SC. 08 de janeiro de 1973.

ILMO SR: TENENTE  
VALDIR PACHECO FILHO  
D.D. Comandante do Destacamento desta Cidade.

*As diligências da  
bomarca para  
as providências  
legais  
V. L. M.  
12/1/72*

PREZADO SENHOR: *A. a conclusão  
12/1/73  
V. L. M.*

No dia 07 de ~~dezembro~~ *12/1/73* de 1969 no lugar denominado até então Baixadinha, foram convidadas as pessoas para uma reunião, afim de aqui ser fundada uma Soc. Amigos de Bairro. Para que pudéssemos unidos por um paradeiro final a toda serie de ma-landragens que aqui éra praticada.

Participaram desta reunião entre outras pessoas a autoridade da época Delegado de policia DR: Carlos dos Santos, o qual nos prometeu toda colaboração para que realmente tornasse mos esta localidade um paraíso, visto que este foi o nome escolhido para o bairro naquela oportunidade.

Foi nesta mesma reunião que (teve) observou-se a posse da primeira diretoria, a qual teve como presidente o Sr: Alcides Gomes, pelo periodo de um ano, em 1970 foi eleito presidente o Sr: Aldo Duarte Ferreira que exerceu o cargo até fins de 1972, quando novamente assume a Presidencia o Sr: Alcide Gomes.

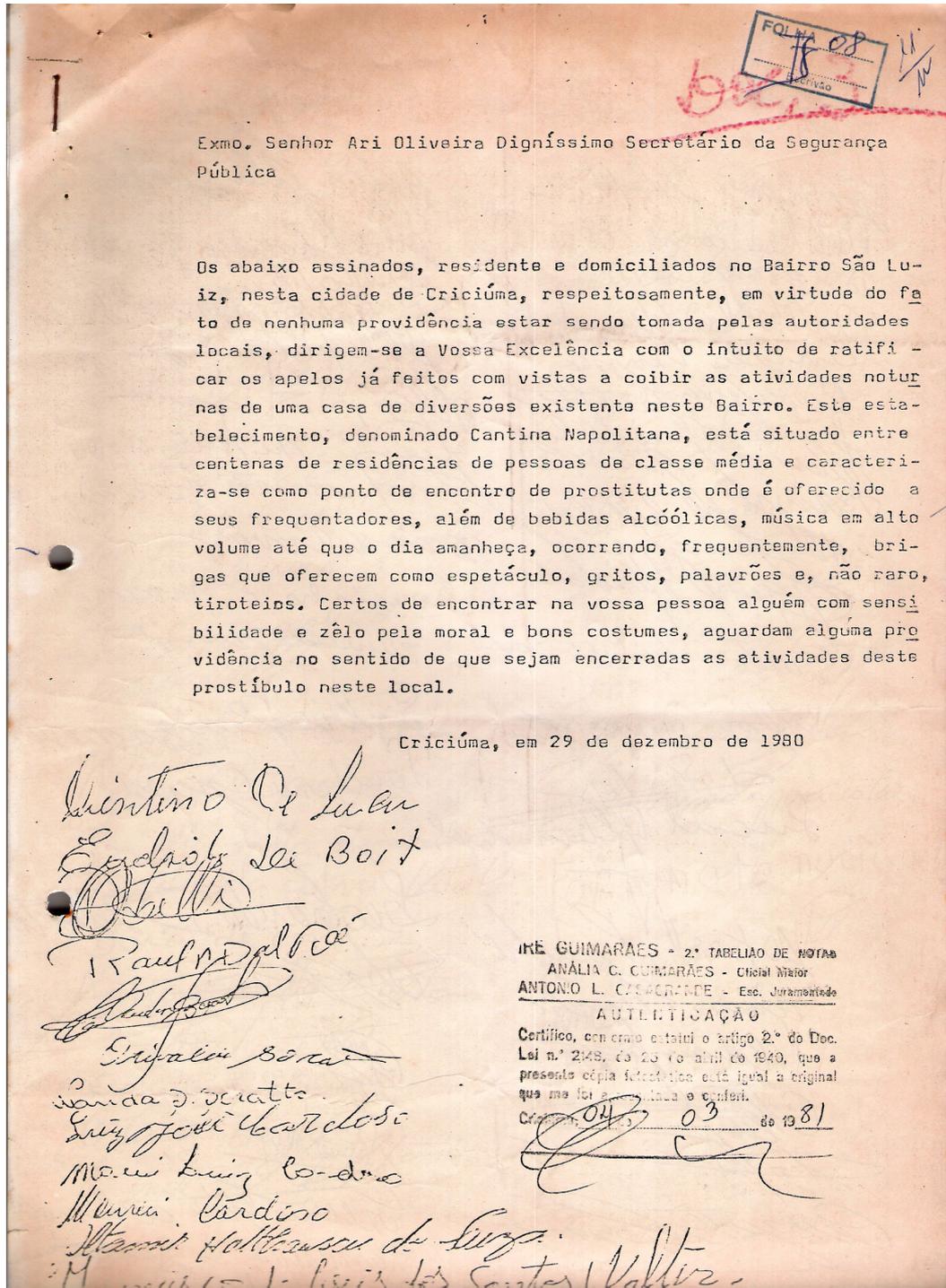
Pois bem, tão logo foi formada a primeira diretoria com a ajuda das autoridades constituídas lançamos uma campanha no sentido de banir desta localidade todas as pessoas que provocavam as desordens aqui reinantes, e que não fôa a nossa surpresa quando constatamos que um policial, hoje inativo, Sr: Nereu Madalena, procurava por todos os meios entrar os trabalhos que vinhamos efetuando, já na gestão do Sr: Aldo Duarte Ferreira em 1971.

Continua

A COMUNIDADE EM DESENVOLVIMENTO



Figura – Abaixo-assinado dos moradores do Bairro São Luís. Acompanha 130 assinaturas. (29/12/1980)



Fonte: Processo 1381/81, pct 10/81. Arquivo do Fórum de Criciúma.

Figura – Abaixo-assinado dos moradores do bairro Santo Antônio. Acompanha 80 assinaturas. (14/10/1980)

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vera Crispe da Comarca de Criciúma. SC

Vista em 14.10.80  
Dr. E. 14.10.80

Os ABAIXO-ASSINADOS, todos moradores da rua Imaruí, e imediações, situada no Bairro Santo Antônio-nesta cidade, vêm com o devido respeito à V.Exa., dizer que na rua supra-mencionada, onde residem os que esta subscrevem com seus familiares, funciona atualmente um BAR e conexo a este uma "casa de diversões noturnas", de propriedade de MANOEL STROFFG.

Que nos finais de semana, a referida casa noturna, permanece em funcionamento até quase o amanhecer, perturbando com algazarras e gritarias o sossego dos moradores das proximidades, que nestes dias são totalmente privados do repouso noturno.

No entretanto, não restringe-se apenas, a referida casa noturna, em produzir barulho, algazarras e gritarias. Brigas entre prostitutas, entre homens, e ainda entre homens e mulheres são uma constante. Nessas ocasiões, toda a espécie de palavrões imagináveis são distribuídos, em "altos brados", e não menos comum é terminarem as comuns brigas com tiros de revólver, o que evidentemente deixa em pânico os moradores próximos.

Tal balbúrdia, que impossibilita o sossego dos subcrevantes dentro de seus próprios lares, traz prejuízos ainda maiores, porquanto menores e crianças alertados pelo barulho, improperios, tiros e palavrões, passam a ouvir e assistir incalculáveis imoralidades.

A situação chegou a tal ponto, que tornou-se impossível transitar pelo local, porquanto há alguns dias atrás, uma senhora casada, e mãe de família ao dirigir-se a seu lar, às 20 horas, ao passar defronte ao mencionado BAR, foi "agarrada" por embriagados, que encontravam-se ali reunidos, e que sarcasticamente pediam-lhe "beijos".

Não há dúvidas, que todos os fatos aqui descritos e que facilmente podem ser comprovados, constituem-se inegavelmente em constantes perturbações e prejuízos morais, para os moradores daquele local, que como é óbvio deveriam ter em seus lares um lugar de paz e sossego, após a labuta diária.

Com base no exposto, requerem pois os abaixo assinados que V.Exa., determine as providências necessárias e cabíveis ao caso, para que volte a normalidade a referida rua e proximidades.

Tesejinha M de Lencas Nadir Maurício Maurício

Fonte: Inquérito Policial nº 523, pct 29/81. Arquivo do Fórum de Criciúma.